

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DÉBORA RINALDI

**A INTERPRETAÇÃO DA CATAÇÃO PELOS CATADORES:  
UM ESTUDO BIOGRÁFICO**

Porto Alegre  
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

DÉBORA RINALDI

**A INTERPRETAÇÃO DA CATAÇÃO PELOS CATADORES:  
UM ESTUDO BIOGRÁFICO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Hermílio Santos

Porto Alegre  
2018

## Ficha Catalográfica

R578i Rinaldi, Débora

A interpretação da catação pelos catadores : um estudo biográfico / Débora Rinaldi . – 2018.  
169 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Hermílio Santos.

1. Catadores. 2. Interpretação. 3. Biografia. 4. Entrevista narrativa biográfica. 5. Reconstrução biográfica de caso. I. Santos, Hermílio. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável: Marcelo Votto Teixeira CRB-10/1974

DÉBORA RINALDI

**A INTERPRETAÇÃO DA CATAÇÃO PELOS CATADORES:  
UM ESTUDO BIOGRÁFICO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Hermílio Santos – PUCRS (orientador)

---

Prof. Dr. Emil Albert Sobottka – PUCRS

---

Profa. Dra. Marilis Lemos de Almeida – UFRGS

Porto Alegre  
2018

Dedico esta dissertação ao meu curioso e amado pai (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Assim como toda a produção humana tem a sua história, também esta produção compreende um processo de surgimento e desenvolvimento, no qual muitos sujeitos estiveram envolvidos. Alguns se envolveram de forma direta, outros de forma indireta, assim que acredito que esses últimos nem saibam de sua participação. Houve também aqueles que surgiram durante o processo e outros que se foram antes de o processo terminar. A todas essas pessoas, gostaria muito de agradecer por sua presença em alguma etapa desse trabalho, bem como na minha vida de forma geral.

Em especial, agradeço aos meus entrevistados e entrevistadas, bem como todos os catadores com os quais cruzei nesse caminho e compartilharam comigo tanto suas histórias de vida como o seu sucesso e o seu sofrimento. Espero que o curto tempo que passamos juntos tenha significado algo de positivo em suas vidas, assim como significou para mim. Certamente, não haveria realização maior do que saber um dia que o conhecimento aqui gerado possa ter contribuído para a compreensão de mais um ponto cego ou pontos cegos da vida em sociedade.

No que corresponde ao apoio institucional, agradeço à CAPES pela concessão de uma bolsa de estudos, sem a qual o desenvolvimento deste trabalho não teria sido possível. Tenho igualmente muito a agradecer à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande de Sul (PUCRS), bem como aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que contribuíram de diversas maneiras para a conclusão dessa importante experiência acadêmica. Muito obrigada também aos colegas do Grupo de Pesquisa em Relações Sociais, pelas discussões teóricas e metodológicas que contribuíram muito para o meu desenvolvimento. Em especial, agradeço à colega Naida Menezes, por ter me confiado e cedido uma de suas entrevistas para a análise. Embora nos enriqueça muito esse intercâmbio de material e conhecimento, ele significou mais do que tudo um gesto de confiança e generosidade. Com muito carinho, agradeço ao colega Lucas Cè Sangalli, por sua paciência e imensa amizade por ter lido, corrigido, discutido e criticado os meus textos. Muito obrigada! Aqui cabe também expressar toda a minha gratidão ao meu professor, orientador e por tantas vezes conselheiro Hermílio Santos, pelo conhecimento compartilhado, pelas críticas, pelas oportunidades de pesquisa que proporciona aos seus alunos, por nos inspirar intelectualmente, mas também por nos reconhecer para muito além de nossos papéis sociais como estudantes. Meus sinceros agradecimentos. Obrigada aos professores da banca examinadora, Marilis

Lemos de Almeida e Emil Sobottka, pelas críticas teóricas e metodológicas, que contribuíram imensamente para o aperfeiçoamento desta pesquisa.

Agradeço ao apoio financeiro que me foi concedido pelo Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA) para a realização de um intercâmbio de pesquisa no grupo de pesquisa da professora Gabriele Rosenthal na Universidade de Göttingen, na Alemanha. Foram três importantes semanas de trabalho intenso, nas quais pude ampliar e aprofundar meus conhecimentos no método de reconstrução biográfica de caso. Meus sinceros agradecimentos à professora Gabriele, por ter me recebido e acolhido em seu instituto, bem como aos seus mestrandos, doutorandos e assistentes, que me cederam seu tempo e conhecimento.  
*Herzlichen Dank!*

Agradeço, em especial, à minha querida família, pais e irmãos, por terem compreendido a minha ausência em tantos momentos nesses últimos dois anos. Por fim, não poderia deixar de agradecer à família que venho construindo, meus amados gatinhos Tony, Leela, Black e Olly, por sua companhia e carinho inestimável em momentos de solidão do trabalho acadêmico, bem como ao meu querido parceiro André Ricardo Salata, amigo, colega e professor, pela paciência, pelos cuidados, pelos momentos de ócio, pelas discussões, pelas críticas, por compartilhar seu conhecimento comigo, por me fazer duvidar sempre das minhas certezas e por sempre me encorajar a mudar hábitos, a fazer aquilo que me custa mais, a acreditar nos talentos desenvolvidos, enfim, por agregar imensamente a minha vida, obrigada!

[Meu caro Watson, é] um pecado capital teorizar antes de ter informações. Sem perceber começa-se a distorcer os fatos para que caibam nas teorias, em vez de deixar que as teorias caibam nos fatos (DOYLE, 2006, p. 42).



## RESUMO

Os resultados apresentados nesta dissertação surgem num processo de pesquisa que analisa a interpretação de catadores de resíduos sobre a sua atividade laboral – a catação –, bem como o desenvolvimento dessa interpretação no processo biográfico. Considerando que a interpretação dos sujeitos no mundo social se constitui na interação com o outro, no curso de suas trajetórias de vida a partir de determinados mecanismos e regras, o presente estudo busca, na trajetória biográfica dos sujeitos, evidências do quê e do como dessa interpretação. Com base nos pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa biográfica interpretativa, realizo a reconstrução de duas entrevistas a partir do método de análise de reconstrução biográfica de caso desenvolvido pela socióloga Gabriele Rosenthal. As reconstruções dos casos de Aline e Vanessa dão origem a dois tipos distintos de interpretação sobre a catação, levando em consideração os mecanismos macro e microssociológicos por trás dessas interpretações. Antes da apresentação dos tipos, discuto, a partir da perspectiva de autores da sociologia interpretativa, em especial Alfred Schütz (2004), Peter Berger e Thomas Luckmann (2014), de que forma a atividade da catação vem se institucionalizando no Brasil desde o fim do século XIX como uma prática social, econômica, ambiental e política, de acordo com mecanismos que assegurem sua legitimação perante a sociedade. Institucionalização, legitimação e socialização são, portanto, alguns dos processos por trás dessas práticas. A abordagem proposta contribui especialmente para a compreensão dos mecanismos sociais por detrás do fenômeno da catação, evidenciando a participação ativa dos catadores na sua construção.

**Palavras-chave:** Catadores. Interpretação. Biografia. Entrevista Narrativa Biográfica. Reconstrução Biográfica de Caso.

## ABSTRACT

The results presented in this dissertation emerge in a research process that analyzes the interpretation of waste pickers on their work activity – the waste picking – as well as the development of this interpretation in the biographical process. Considering that the interpretation of the subjects in the social world consists in the interaction with the other, in the course of their life trajectories from certain mechanisms and rules, the present study searches, in the biographical trajectory of the subjects, evidences of what and how of this interpretation. Based on the theoretical and methodological assumptions of the interpretative biographical research, I perform the reconstruction of two interviews using the biographical reconstruction analysis method developed by the sociologist Gabriele Rosenthal. Reconstructions of Aline and Vanessa cases give rise to two distinct types of interpretation on the waste picking, taking into account the macro and micro-sociological mechanisms behind these interpretations. Before presenting the types, I discuss, from the perspective of the authors of interpretative sociology, especially Alfred Schütz (2004), Peter Berger and Thomas Luckmann (2014), in what way the activity of the waste picking has been institutionalizing in Brazil, since the end of the nineteenth century, as a social, economic, environmental and political practice, according to mechanisms that ensure its legitimacy before society. Institutionalization, legitimation and socialization are therefore some of the processes behind these practices. The proposed approach contributes to the understanding of the social mechanisms behind the phenomenon of waste picking, evidencing the active participation of the collectors in the construction of this phenomenon.

**Keywords:** Waste Pickers. Interpretation. Biography. Narrative Biographical Interviews. Biographical Case Reconstruction.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Brasil: distribuição espacial e volume de catadores, segundo o município de residência (2010) .....	36
Figura 2 – Distribuição do índice de analfabetismo entre os catadores por microrregião .....	39
Figura 3 – Distribuição da renda média do trabalho entre os catadores por microrregião .....	41
Figura 4 – Distribuição do índice de extrema pobreza em domicílios com catadores por microrregião.....	43
Figura 5 – Fluxograma da cadeia de valor da reciclagem .....	53
Figura 6 – A atividade da catação está se profissionalizando?.....	54
Figura 7 – Dialética da construção social da realidade .....	56
Quadro 1 – Renda média do catador, por fonte de informação e contexto regional (2010).....	41

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: distribuição dos catadores no Brasil, segundo a Grande Região de residência (2010) .....	36
Tabela 2 – Brasil: síntese dos indicadores demográficos e socioeconômicos calculados – catadores e PO total (2010) .....	37
Tabela 3 – Outras fontes de renda dos catadores da região Sul do país (2010) – em % .....	44

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2 CATAÇÃO E BIOGRAFIA</b> .....	<b>24</b>
2.1 A INTERPRETAÇÃO DOS CATADORES SOBRE A CATAÇÃO NA LITERATURA .....	24
2.2 CATADORES, RECICLAGEM E <i>MUNDO-DA-VIDA</i> .....	29
2.2.1 O catador e a presença histórica da catação no Brasil .....	30
2.2.2 A institucionalização social, econômica, ambiental e política da catação no Brasil.....	47
2.2.3 A legitimação da catação no Brasil.....	55
2.3 INTERPRETAÇÃO E BIOGRAFIA .....	61
<b>3 RECONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA DE CASO</b> .....	<b>66</b>
3.1 FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DA PESQUISA BIOGRÁFICA INTERPRETATIVA .....	66
3.2 O PROCESSO DE PESQUISA .....	72
3.2.1 Levantamento de dados: entrevista narrativa biográfica .....	73
3.2.2 Análise dos dados: reconstrução biográfica de caso .....	76
<b>4 RESULTADOS: ENTREVISTAS, APRESENTAÇÃO DAS RECONSTRUÇÕES BIOGRÁFICAS E TIPOLOGIA</b> .....	<b>82</b>
4.1 A RECONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA DE ALINE.....	85
4.1.1 O contato com Aline.....	85
4.1.2 Apresentação da sua história de vida .....	86
4.1.3 A sua história de vida.....	95
4.1.4 Contraste entre vida narrada e vida vivenciada .....	110
4.2 A RECONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA DE VANESSA .....	117
4.2.1 O contato com Vanessa .....	117
4.2.2 Apresentação da sua história de vida .....	118
4.2.3 A sua história de vida.....	121
4.2.4 Contraste entre vida narrada e vida vivenciada .....	133
4.3 A APRESENTAÇÃO DE DOIS TIPOS .....	140
4.3.1 A catação como forma específica de consumo .....	140
4.3.2 A catação como forma de reconhecimento social.....	145
4.3.3 A interpretação sobre a catação como fenômeno biográfico .....	149

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>152</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>161</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Como preanunciado no título deste estudo, “A interpretação da catação pelos catadores: um estudo biográfico”, tenho meu interesse de pesquisa voltado à pergunta: qual é a interpretação dos catadores de resíduos sobre a catação e como essa interpretação se constitui biograficamente? Os catadores de resíduos são atores sociais conhecidos das cidades brasileiras, presentes, desde longa data, nas grandes metrópoles e em pequenas e médias cidades. Como detalho mais adiante neste trabalho, entendo os catadores de resíduos como atores sociais, cujas atividades datam do século XIX, percorrendo todo o processo de urbanização do país (BENVINDO, 2010; SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013). Aos catadores são atribuídas, de forma geral, as atividades de catar, separar, transportar, armazenar e vender os resíduos (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013). Devido à presença histórica dos catadores, a literatura brasileira que se ocupa dessa temática lhe confere, usualmente, um papel fundamental na valorização do que, até o final do século XX, ainda se entendia como “lixo”, isto é, algo em princípio sem valor, aquilo que se descarta (BENVINDO, 2010; SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013). Atendendo à importância dessa mudança de sentido que se dá hoje ao que antes se entendia por “lixo”, uso de forma consciente nesta pesquisa os termos “resíduo” e “catador de resíduos”.<sup>1</sup>

No percorrer do processo histórico de sua atividade, a forma como esse trabalhador se autodenomina ou é denominado por terceiros apresenta mudanças. Se por volta dos anos de 1940 encontrávamos termos como “trapeiro”<sup>2</sup>, nos anos de 1980 a 2000 as expressões mais utilizadas eram “papeleiro”, “lixeiro”, “carroceiro” ou “carrinho”. Essa mudança pode ser claramente observada nos diferentes termos usados, por exemplo, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seus levantamentos para o Censo. Em 1991, o IBGE adotava o termo pejorativo “lixeiro”, já em 2000, ele passou a aplicar a classificação “catador de sucata”, para assim em 2010 adotar a expressão “coletores de lixo”, utilizada até os dias atuais. De forma geral, parece-me possível reconhecer a presença de um padrão de mudança de significado, que busca a valorização do catador, fazendo uso de eufemismos em detrimento de termos pejorativos. Especialmente o termo “reciclador”, muito

---

<sup>1</sup> Resíduo é um conceito técnico que surgiu no final do século XX com o intuito de substituir o termo “lixo”, dando-lhe novo valor comercial e cultural.

<sup>2</sup> Pessoa que apanha trapos ou cata papéis para vendê-los (FERREIRA, 2004).

empregado no meio acadêmico e no senso comum, demonstra refletir a busca por valorização dos catadores na medida em que faz referência ao mercado da reciclagem<sup>3</sup>. Dessa maneira, entendo, bem como outros estudiosos no assunto<sup>4</sup>, que o termo “catador” carrega em si um significado político, que traduz, em grande medida, a busca por reconhecimento e pelo direito de exploração desse mercado pelos catadores. Outro exemplo da influência de práticas políticas em prol da valorização dos catadores é a inclusão da atividade do trabalho da catação e da seleção de resíduos em 2002 na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), subordinando-os a um termo mais amplo: “Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável” (BRASIL, [2017?]).<sup>5</sup>

A partir da perspectiva de autores da sociologia interpretativa, em especial de Alfred Schütz (2004), Peter Berger e Thomas Luckmann (2014) e Gabriele Rosenthal (2014), analiso e discuto tanto a interpretação dos catadores sobre a sua atividade como também o processo de surgimento dessa interpretação. Considerando que a interpretação dos sujeitos do mundo social se constitui na interação com o outro, a partir de determinados mecanismos e regras no curso de suas trajetórias de vida, o presente estudo busca, na trajetória biográfica dos sujeitos, evidências do *quê* e do *como* dessa interpretação.

O interesse pelo tema de pesquisa aqui proposto, ou seja, a interpretação dos catadores sobre a catação e sua constituição biográfica, surgiu em um processo de dois anos (2014-2016) de acompanhamento de catadores e seus familiares em um projeto social de cunho socioeconômico na cidade de Porto Alegre.<sup>6</sup> O acompanhamento dos catadores era realizado com base em ações que possibilitassem o seu acesso às políticas públicas sociais, como o Bolsa Família ou Aluguel Social<sup>7</sup>, e o acesso às políticas ativas

<sup>3</sup> Exemplos de estudos que abordam o status de catadores como recicladores ver Michelotti (2006).

<sup>4</sup> Segundo Paulo Albuquerque (RINALDI, 2018), o termo “catador” pode ser compreendido como um conceito político, na medida em que esse ator social se contrapõe às condições de trabalho e organização produtiva que lhe são ofertadas em uma sociedade de organização capitalista. Também ver Michelotti (2006).

<sup>5</sup> A classificação da ocupação “Catador de material reciclável” leva o código n. 5192-05 e é classificado na CBO como “Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa)” (BRASIL, [2017?]). Enquanto a definição do catador na CBO se resume pela coleta de resíduos, a definição dos “Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável” (cód. 5192) é mais abrangente, sendo definida como: “(o)s trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança” (BRASIL, [2017?]).

<sup>6</sup> Refiro-me aqui ao Programa “Todos Somos Porto Alegre”, no qual atuei durante dois anos (PORTO ALEGRE, [2017?]).

<sup>7</sup> O Bolsa Família é um programa do Governo Federal de distribuição de renda de forma direta destinada à população que vive em situação de pobreza (menos de 170 reais mensais *per capita*) e extrema pobreza



de emprego voltadas à formação profissional e encaminhamento para oportunidades no mercado de trabalho.

Em campo, pude perceber como ações sociais e de emprego voltadas aos trabalhadores de camadas populares eram pensadas e executadas de forma desconectada com a realidade vivenciada pelos sujeitos, ou seja, daquilo que os catadores traziam como suas demandas e de suas famílias durante os atendimentos. Muito pouco se investia no tempo de preparação dos técnicos sociais e educadores para o acompanhamento das famílias, o que implicava na construção de um olhar simplificado e nivelador sobre os catadores. Esse olhar nivelador se mostrava bastante presente, principalmente, no discurso público, em que se argumentava o desejo dos trabalhadores de sair da reciclagem, por ser esta uma atividade insalubre. Esse argumento foi desconstruído a cada nova conversa com os catadores, que, por sua vez, tampouco tinham uma postura unânime sobre sua permanência na ou saída da reciclagem. Na prática, era possível observar a existência de um grupo bastante heterogêneo de catadores dos quais alguns buscavam o reconhecimento e a permanência no seu trabalho, enquanto outros almejavam a participação em cursos de formação em outras áreas, visando, principalmente, vagas com carteira de trabalho. Apesar de haver variações entre essas duas perspectivas, o que é importante destacar é o fato de que o discurso político e as ações públicas demonstravam ser, em grande parte, incompatíveis com a realidade dos sujeitos.

Motivada por essa discrepância entre a realidade social dos catadores e as políticas públicas ofertadas à época para essa população, iniciei, ainda durante a minha atuação no Programa, um estudo qualitativo sobre o perfil de catadores que atuam de forma isolada, sozinhos ou com a ajuda de familiares. O objetivo desse estudo foi compreender a relação desses catadores com a atividade da catação. Entendo o conceito de realidade social a partir da perspectiva sociológica e fenomenológica de Peter Berger e Thomas Luckmann (2014), os quais a definem tanto como uma realidade objetiva, isto é, a realidade compartilhada pelos sujeitos entre si na vida cotidiana, como também uma realidade subjetiva, ou seja, a perspectiva a partir da qual os sujeitos interpretam essa realidade compartilhada. A realidade social vivenciada pelos catadores seria, portanto, a realidade que compartilham com os demais indivíduos, acessada a partir da perspectiva

---

(menos de 85 reais mensais *per capita*). O Aluguel Social é um recurso assistencial mensal dos municípios destinado a atender, em caráter de urgência, famílias que se encontram sem moradia. É um subsídio concedido por seis meses.

subjetiva, e isso com todas as suas implicações. Esse estudo foi realizado por mim e meus colegas durante nossa participação no programa “Todos Somos Porto Alegre”, com base em dados qualitativos levantados por nós nos atendimentos realizados com os catadores, documentados nos prontuários gerados a partir daí. Os resultados evidenciaram o que pude constatar na vasta literatura brasileira sobre esse assunto: o fato de que é possível identificar diferentes perfis desses trabalhadores em relação à catação (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013).

Após a análise e discussão de mais de 50 casos, destacaram-se dois tipos de catadores bastante diferentes entre si, os quais chamamos de *catador clássico* e *catador situacional*<sup>8</sup> (RINALDI, 2015; 2016). De forma sucinta, é possível afirmar que o catador clássico se destaca, principalmente, por demonstrar realizar seu trabalho de forma sistemática e organizada, conhecendo seus fornecedores e material. Ele apresenta ter construído uma identidade em cima daquela atividade e verbaliza não querer deixá-la. Esse catador possui uma renda mensal que pode variar de R\$ 1.200,00 a R\$ 1.500,00, superior à renda do catador situacional, que tende a ganhar em torno de R\$ 400,00 a R\$ 600,00 ao mês. O catador situacional se caracteriza por ver na catação uma forma de garantir o seu sustento quando está fora do mercado de trabalho formal ou sem a possibilidade de realizar “bicos”.<sup>9</sup> Esse catador verbaliza não querer permanecer na atividade de catação, buscando possibilidades de retornar ao mercado de trabalho formal.

Pesquisas quantitativas têm demonstrado como é difícil obter uma estimativa exata do número de trabalhadores que vivem da catação no Brasil. Freitas e Fonseca (2012) estimam que existam no Brasil, em média, em torno de 400 a 600 mil catadores de resíduos. Segundo a literatura, os catadores de resíduos se diferenciam entre aqueles que realizam a catação na rua, de forma isolada (individual ou em família) e aqueles organizados em maiores coletivos (DIAS, 2002; BENVINDO, 2010; SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013). Estima-se que havia aproximadamente cerca de 40 a 60 mil catadores associados em algum coletivo entre 2008 e 2010 (FREITAS; FONSECA, 2012). A partir desses números, gostaria de destacar que, até então, em torno de 10% dos catadores de resíduos no Brasil participava de algum coletivo, enquanto 90% atuava

---

<sup>8</sup> Os dados e resultados sobre esses dois perfis de catadores estão documentados num relatório sobre o perfil dos trabalhadores e seus territórios produzido por mim enquanto integrante da equipe Sul Centro Sul, no ano de 2015, para o Programa “Todos Somos Porto Alegre”. Esse relatório nunca foi publicado, mas os resultados desse estudo foram usados para uma análise quantitativa nesse Programa.

<sup>9</sup> Atividade temporária, passageira (DUBAR, 2012).

de forma individual. Para Porto Alegre, não foram encontradas estimativas, mas pode-se supor que elas sejam semelhantes, tendo muito mais catadores que atuam de forma individual nas ruas do que organizados em coletivos.

Nesse sentido, o trabalho da catação se caracteriza por ser realizado predominantemente de forma informal. O conceito de trabalho informal é analisado na sociologia a partir de diferentes perspectivas (TONI, 2011). Para a compreensão do fenômeno da catação, parece-me importante partir do princípio de que a informalidade se caracteriza, especialmente, por representar formas alternativas ao padrão assalariado num contexto de precarização das inserções ocupacionais (TONI, 2011), na medida em que se distingue daquilo que Luckmann e Sprondel (1972) denominam como a organização profissional do trabalho. Esse tipo de organização do trabalho em profissões, que se constitui e se legitima de forma dominante durante o processo de industrialização das sociedades modernas é “a organização desejável e padrão”, a partir da qual todas as outras formas de trabalho devem basear-se para obter legitimação. No senso comum, o trabalho informal se confunde com frequência com trabalho ilegal. A organização profissional do trabalho é, portanto, aquela que apresenta maior divisão do trabalho, ou seja, estruturas diferenciadas dos papéis sociais e diversificação do conhecimento. Além disso, se caracteriza pela substituição do trabalho leigo pela racionalização do conhecimento especializado, bem como pelos meios formais da transmissão desse conhecimento e pelo estabelecimento de seus certificados e estatutos.

No senso comum, o reconhecimento do trabalho como profissão se orienta em grande medida pela caracterização dos papéis sociais (policial, médico, professor etc.) e pelo *status* social<sup>10</sup> que essas profissões emergem (HILLMANN, 2007). Trabalho e profissão tendem, assim, a ser usados como sinônimos (LUCKMANN; SPRONDEL, 1972). Na sociologia, encontram-se diferentes vertentes teóricas que estudam e discutem as características das profissões em sociedades modernas, destacando especialmente a diferença entre profissões e ocupações. No que corresponde às teorias de cunho funcionalista, as profissões são tidas como escolhas, ofícios passíveis da construção de uma carreira, protegidos por legislações e pelo monopólio de sua formação e certificação, enquanto as ocupações são vistas como atividades laborais que não são organizadas por estatutos ou regimentos, possuindo muitas vezes um perfil mais

---

<sup>10</sup> De forma geral, *status* social pode significar na sociologia tanto a estima ou desprezo por indivíduos ou grupos sociais como também a posição que um indivíduo ocupa na estrutura social a partir de critérios socioeconômicos referentes às ocupações (OLLIVIER, 2009).

manual do que intelectual (DUBAR, 2012). Já teorias de tradição interacionista, weberiana e marxista tendem a defender que as atividades tidas como ocupações podem apresentar processos de socialização profissional a fim de possibilitar “a aquisição de competências e o reconhecimento (inclusive monetário) de todos os que exercem e compartilham uma mesma atividade” (DUBAR, 2012, p. 351). Todos os trabalhadores podem adquirir, segundo Dubar (2012), qualificação profissional através do trabalho à medida que suas atividades são organizadas e requerem competências que possam ser certificadas. A socialização profissional é o processo pelo qual aprendemos o trabalho, sendo ela, portanto, formadora e fonte de experiências e identificação positiva.

Embora a atividade da catação seja uma prática institucionalizada, apresentando padrões de menor ou maior nível de qualificação, sua participação no mercado da reciclagem, bem como na sociedade em geral, é ainda pouco valorizada (DIAS, 2002; SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013). Seu tímido reconhecimento social<sup>11</sup> é até mesmo curioso, se levarmos em consideração que os catadores eram até anos recentes (2010) responsáveis por mais de 90% dos resíduos que eram reciclados no país (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013). Como destaca Benvindo (2010, p. 71), historicamente, “não há reciclagem sem catador” no Brasil.

Somente partir dos anos 90 do século XX é que se pode observar uma crescente tendência, mesmo que de forma descontínua, à formação de associações e coletivos de catadores no Brasil. Em Porto Alegre, o surgimento das primeiras associações de catadores coincide com a urgência de se resolver o problema do acúmulo de resíduos nos lixões e com o início da implantação da coleta seletiva nos bairros centrais da capital (MICHELOTTI, 2006; SILVA, 2015). Enquanto nos grupos de catadores organizados se percebe a presença de conhecimento especializado e uma maior divisão do trabalho, na qual os trabalhadores dividem suas tarefas entre organizar o espaço produtivo, coletar, separar, armazenar e vender os resíduos, o catador isolado tende a realizar todos esses processos de forma solitária ou com seus familiares, apresentando

---

<sup>11</sup> O conceito de reconhecimento ou reconhecimento social foi amplamente discutido na sociologia, tendo sido introduzido, pela primeira vez, na filosofia pelo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel e adaptado na sociologia do século XX por autores como Nancy Fraser (2006) e Axel Honneth (2003), para a compreensão das sociedades modernas. Em linhas gerais, pode-se compreender por reconhecimento social “a valorização positiva do indivíduo pelo seu ambiente social, a qual, por sua vez, fortalece a autoestima” (HILLMANN, 2007, p. 26, tradução nossa). O reconhecimento social possui uma função estabilizadora das relações sociais, uma vez que age como regulador do comportamento social baseado em normas. Nesse sentido, o comportamento socialmente aceito é recompensado, e o comportamento não socialmente aceito é punido. Embora os diferentes grupos sociais de uma sociedade pluralista compartilhem normas, sua aceitação ou refutação pode variar de grupo para grupo.

nenhuma ou baixa divisão do trabalho.<sup>12</sup> No que corresponde aos catadores organizados, verifica-se, em grande medida, uma aproximação das suas atividades aos meios de organização profissional do trabalho.

Apesar de a prática da catação seguir seu curso de institucionalização com o aumento da atividade no final dos anos 1980, suas estratégias de legitimação aparentam ganhar força no século XXI, a partir de um discurso político e ambiental construído em torno do ciclo da reciclagem. Essa legitimação pode ser evidenciada em ações públicas, como a Lei nacional n. 12.305, de 2010, que prevê a execução do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o qual passa, entre outros aspectos, a integrar formalmente a participação de catadores de resíduos no ciclo da reciclagem (BRASIL, 2010). Devido ao fato de essa legitimação sempre estar “à prova”, observa-se a constituição de contextos diferenciados no Brasil, uma vez que há cidades que, em consonância com a Lei n. 12.305, integram os catadores na coleta seletiva ou em outras fases do ciclo da reciclagem e outras que preveem até mesmo o fim da catação, sem a integração dos catadores no processo da reciclagem do município. Este é o caso de Porto Alegre, que, ao decretar em 2010 a Lei municipal n. 10.531, prevê a redução gradativa dos veículos de tração animal e humana na capital (PORTO ALEGRE, 2010). Os catadores de resíduos de Porto Alegre realizam seu trabalho, em especial, com veículo de tração humana (carrinho), seguido de veículo de tração animal (carroça), sendo assim os mais atingidos por essa lei.

De maneira geral, a literatura sobre a catação e os catadores tem evidenciado de que forma a posição social do catador e as experiências realizadas a partir dela refletem no seu trabalho e de que forma o seu trabalho contribui para a reprodução ou mudança da sua condição social. A posição social está diretamente relacionada àquilo que Alfred Schütz (2004) denominou sistema de relevância, ou seja, o nível de aproximação ou distanciamento dos sujeitos em relação ao conhecimento compartilhado socialmente. Nesse sentido, o sistema de relevância apresenta forte determinação biográfica. Assim como o conhecimento incide sobre o trabalho, também o trabalho tem o poder de agir sobre o conhecimento. No que concerne ao termo “trabalho”, este pode ser compreendido, em referência a Karl Marx (1996), como uma atividade que age sobre o meio, o qual por sua vez age sobre o indivíduo que a executa, sendo, por consequência, uma expressão desse meio. Nesse sentido, pode-se considerar que “todos os sujeitos, em

---

<sup>12</sup> Essa constatação é fruto de minha própria experiência a campo durante dois anos de acompanhamento social de catadores de resíduos em Porto Alegre.

todos os tempos e em todas as sociedades trabalharam” (LUCKMANN; SPRONDEL, 1972, p. 12). Esses são somente alguns dos aspectos sociais, históricos e atuais que norteiam o tema da catação, os quais são discutidos, nesta dissertação, a partir dos conceitos de tipificação, institucionalização, legitimação e socialização da sociologia interpretativa de Peter Berger e Thomas Luckmann (2014).<sup>13</sup> Tipificação, institucionalização, legitimação e socialização são processos inerentes à dialética da construção social da realidade, que conduzem a exteriorização, a objetivação e a internalização do conhecimento social pelos sujeitos. Para Berger e Luckmann (2014), o conhecimento é construído à medida que tipificações recíprocas de ações habituais são manuseadas por tipos de atores. Os autores diferenciam, principalmente, entre o conhecimento de receita<sup>14</sup> (*Rezeptwissen*) e o conhecimento especializado (*Expertwissen*). Enquanto o conhecimento de receita é compartilhado por todos os indivíduos de uma sociedade, sendo importante para os desempenhos de rotina, o conhecimento especializado corresponde ao saber qualificado ao passo que seu domínio e compartilhamento estão reservados a determinados indivíduos. Ambas as formas de conhecimento fazem parte do estoque de conhecimento<sup>15</sup> socialmente compartilhado em forma de símbolos, no qual a linguagem possui importância determinante como portadora e transmissora desses símbolos.

---

<sup>13</sup> Embora Berger e Luckmann (2014) sejam conhecidos por serem importantes representantes da sociologia do conhecimento, decidiu-se usar a expressão “sociologia interpretativa” por ser esta mais ampla, abrangendo não somente a sociologia do conhecimento como também os demais representantes da perspectiva interpretativa dentro da sociologia de forma geral, como a própria socióloga Gabriele Rosenthal e o método de análise desenvolvido por ela.

<sup>14</sup> Também conhecido como senso comum.

<sup>15</sup> Schütz (2004) diferencia entre estoque subjetivo de conhecimento (*subjektiver Wissensvorrat*) e estoque social de conhecimento (*gesellschaftlicher Wissensvorrat*). O estoque subjetivo de conhecimento corresponde à experiência subjetiva, ou seja, aquele conhecimento adquirido através da própria experiência (*Erfahrungswissen*). Mas nem todo o conhecimento subjetivo é adquirido pela experiência, na verdade segundo Schütz (2004), Berger e Luckmann (2014) os sujeitos adquirem a maior parte do seu conhecimento pelos outros, por terceiros, via compartilhamento. Até mesmo nossas próprias experiências contêm elementos do conhecimento compartilhado. Os sujeitos não precisam, por exemplo, queimar-se no fogo para conhecer seus efeitos. Em grande medida este tipo de conhecimento os é transmitido antes que isso precise ocorrer, porém ninguém está livre de realizar essa experiência, assim como a criança que ignora a informação e resolve brincar com a vela em cima da mesa. Logo, o estoque de conhecimento subjetivo ganha importância sociológica a partir das reflexões sobre a maneira como esse conhecimento é compartilhado, sua origem e consequências para o estoque subjetivo de conhecimento (KNOBLAUCH, 2005). Trata-se da análise do estoque social de conhecimento (*gesellschaftlicher Wissensvorrat*) ou também denominado estoque coletivo de conhecimento (*kollektiver Wissensvorrat*), ou seja, o conhecimento adquirido pelo compartilhamento social. O estoque social de conhecimento não corresponde somente a soma dos estoques de conhecimento subjetivo e sim especialmente à divisão social desse conhecimento. O estoque de conhecimento é interiorizado e incorporado pelos sujeitos na interação social por processos de tipificação, institucionalização e socialização.

Para além do contexto social mais amplo, no qual os catadores estão inseridos, produzem e institucionalizam suas práticas, interessa-se, em especial, pelo significado subjetivo atribuído ao seu trabalho. Estudos que analisam a interpretação dos catadores sobre o seu trabalho não são os mais correntes, principalmente a partir da perspectiva biográfica. Além disso, alguns estudos de cunho biográfico acabam por reduzir sua análise a uma análise da trajetória profissional, não levando em consideração a biografia mais ampla. De forma geral, os estudos relacionados à interpretação ou percepção dos catadores sobre a catação evidenciaram que os catadores tendem a perceber a catação como um trabalho que lhes permite liberdade, autonomia, garantia de renda para si e sua família, flexibilidade, um trabalho honesto, digno e lícito, que evoca sentimento de orgulho (DIAS, 2002; MEDEIROS; MACÊDO, 2006; CASTRO; MACHADO, 2008; COSTA, 2008; PEREIRA, 2010; TEIXEIRA, 2010). No entanto, por outro lado, a catação pode significar para esses catadores sujeira, sofrimento físico, vergonha e insegurança em relação ao futuro. Em especial na sociologia, os estudos que abordam o tema da catação e dos catadores têm sua atenção, especialmente, voltada à formação e à organização de coletivos, contribuindo com discussões sobre valorização, reconhecimento e “empoderamento” desses agentes (MICHELOTTI, 2006; OLIVEIRA, 2010).

Dessa maneira, o presente estudo tem como objetivos: 1) compreender e explicar a interpretação dos catadores sobre a catação e 2) evidenciar o processo de como essa interpretação se constitui biograficamente, ou seja, reconstruir sua gênese e seu desenvolvimento no processo biográfico. Nesse sentido, a interpretação dos catadores sobre a catação é analisada a partir da sociologia compreensiva de Alfred Schütz (2004) como construções de primeiro grau<sup>16</sup>, as quais se constituem na interação social a partir de determinadas regras, no curso de suas biografias. Para tanto, foi necessária a escolha de um método que possibilitasse o acesso a essas biografias e à reconstrução do processo de constituição dessas interpretações. Levando tais aspectos em consideração, adota-se nesta pesquisa o método de análise de reconstrução biográfica de caso, desenvolvido pela socióloga alemã Gabriele Rosenthal (2014) dentro da tradição da sociologia interpretativa.

---

<sup>16</sup> Termo atribuído por Alfred Schütz (2004) para designar as teorias construídas pelos indivíduos na vida cotidiana. As construções de primeiro grau são sempre o ponto de partida da análise sociológica, isto é, são o ponto de partida de construções de segundo grau.

A partir do método de reconstrução biográfica de caso e do instrumento de entrevista narrativa biográfica, esta pesquisa segue os pressupostos teóricos e metodológicos de uma pesquisa biográfica interpretativa (ROSENTHAL, 2014), valendo-se dos princípios de abertura e comunicação. Diferente de pesquisas que orientam a sua discussão a partir de abordagens dedutivas, o estudo proposto tem suas hipóteses formuladas em campo, no processo de pesquisa, em caráter abduutivo, buscando o máximo de abertura possível no processo investigativo, levando em consideração os processos comunicacionais ajustadores da interação social. No que tange ainda ao princípio de abertura, a amostra do estudo permanece aberta durante todo o processo investigativo, isto é, o perfil dos catadores (masculino, feminino, catador individual ou organizado em coletivos, entre outros) a serem entrevistados não é definido antes da entrada no campo, e sim a partir da relevância teórica que apresentam durante o processo de pesquisa.

A experiência realizada com o tema da catação e dos catadores, seu caráter social contraditório, assim como eu o percebo a partir das minhas experiências com os catadores e os formuladores de políticas públicas, instigou-me a explorar essa temática de forma aprofundada. Embora se tenha à disposição uma vasta gama de estudos sobre os catadores e a catação, dos quais alguns buscam compreender o modo como esses sujeitos interpretam sua atividade, são poucos aqueles que conseguiram realizar uma análise biográfica sobre o tema. Nesse sentido, a presente pesquisa se justifica por configurar uma novidade no campo, uma vez que busca evidenciar e explicar a interpretação dos catadores sobre a sua atividade a partir da perspectiva biográfica, reconstruindo o surgimento e o desenvolvimento dessa atividade no caso específico.

Dito isso, o leitor encontra no Capítulo 2 a apresentação da revisão bibliográfica organizada em seções. Na seção 2.1, discuto os resultados de estudos que analisam a percepção ou, como eu denomino, a interpretação dos catadores sobre a sua atividade, sendo eles de cunho biográfico ou não. Na seção 2.2, realizo uma análise da literatura disponível sobre o catador e a catação a partir da perspectiva da sociologia interpretativa (conhecimento) de Peter Berger e Thomas Luckmann (2014), entendendo o catador como um ator social, e a catação como uma prática social institucionalizada, tendo em vista os mecanismos sociais de legitimação intrínsecos aos processos de institucionalização de uma sociedade. Por entender que sociedade é sempre realidade objetiva e subjetiva ao mesmo tempo, a seção 2.3 finalizo esse capítulo realizando uma discussão teórica sobre como a realidade objetiva é internalizada pelos sujeitos no



processo de socialização, tornando-se parte constituinte da identidade e da forma como o sujeito interpreta essa realidade.

No Capítulo 3, discorro sobre o método de reconstrução biográfica de caso, discutindo na seção 3.1 seus pressupostos teóricos e metodológicos para, em seguida, apresentar na seção 3.2 o processo de pesquisa, que corresponde à fase de levantamento de dados por entrevista narrativa biográfica e à fase de análise de dados pelo método de reconstrução biográfica de caso.

No Capítulo 4, apresento e discuto duas reconstruções de caso a partir do material coletado e analisado. Com base nessas reconstruções, trato do problema de pesquisa aqui proposto, apresentando ao leitor dois possíveis tipos de interpretação sobre a catação. Por fim, teço algumas considerações sobre o conhecimento realizado e adquirido durante esta pesquisa, especialmente no que diz respeito às possíveis contribuições teóricas obtidas através dela.

## 2 CATAÇÃO E BIOGRAFIA

Neste capítulo, realizo a discussão da revisão bibliográfica, em que discorro sobre os resultados de estudos que analisam a interpretação dos catadores sobre a sua atividade, sendo elas de cunho biográfico ou não. No intuito de evidenciar os mecanismos por trás dessas interpretações, faço uma análise da literatura disponível sobre o catador e a catação a partir da perspectiva da sociologia do conhecimento de Peter Berger e Thomas Luckmann (2014), entendendo o catador como um ator social e a catação como uma prática social, ambos historicamente institucionalizados, ressaltando as dinâmicas sociais de legitimação por trás dos processos de institucionalização dessa prática. Tendo em vista contribuir para a maior compreensão do fenômeno, emprego ainda esforços na reconstrução da presença histórica da catação e do catador no Brasil, dando destaque a cidade de Porto Alegre. Para finalizar, realizo uma discussão sobre como partes da realidade coletivamente compartilhada são internalizadas pelos sujeitos no processo de socialização, permitindo a construção da identidade e de suas interpretações sobre essa realidade.

### 2.1 A INTERPRETAÇÃO DOS CATADORES SOBRE A CATAÇÃO NA LITERATURA

Estudos voltados à interpretação, percepção, imagem ou visão dos catadores sobre o seu trabalho não são os mais numerosos, sendo o tema da interpretação dos catadores um dos menos pesquisados no âmbito dos estudos sobre a catação. O interesse pela literatura parece estar voltado mais para o perfil socioeconômico dos catadores e para suas organizações coletivas – cooperativas e associações – como forma de organização e reconhecimento social.

No que corresponde aos estudos que buscam explicar a interpretação dos catadores sobre a catação a partir da perspectiva da história de vida, observo que, na sua grande maioria, esses estudos têm seu foco na trajetória profissional, e não na trajetória de vida. Nem todos os estudos que previam a reconstrução da trajetória de vida conseguiram analisar o fenômeno da catação de uma forma mais ampla. Além disso, demonstram ser mais descritivos do que explicativos, pois discutem os motivos e significados manifestos da prática da catação, mas não explicam o significado latente por trás dessas motivações. Rosenthal (2014; 2017) diferencia sentido manifesto de sentido latente, ao passo que o primeiro diz respeito às motivações, verbalizadas de forma consciente pelo sujeito, enquanto o segundo compreende

as motivações inconscientes, aquelas que nem ele nem o entrevistador têm acesso, caso não realizem uma análise acurada.<sup>17</sup>

Ao analisar as pesquisas e seus resultados acerca da interpretação dos catadores sobre o seu trabalho, deparei-me com o fato de esses diversos estudos, incluindo o meu, partirem com frequência da mesma perspectiva epistemológica, ou seja, da perspectiva dos sujeitos sobre determinado fenômeno, usando, porém, diferentes conceitos para voltar-se a ela. Por entender que se usam sinônimos que mais enriquecem a discussão sociológica do que a dificultam, utilizam-se aqui os conceitos de interpretação, percepção, imagem, visão, ideia dos catadores sobre o seu trabalho como sinônimos.

Logo, segundo esses estudos, existem elementos centrais que podem ser identificados na percepção dos catadores sobre a catação de maneira geral – lembrando que entendo por catação o ato de catar, separar, armazenar e vender os resíduos encontrados na rua, em condomínios, fornecidos pelo comércio, entre outras fontes (DIAS, 2002; MEDEIROS; MACÊDO, 2006; CASTRO; MACHADO, 2008; COSTA, 2008; PEREIRA, 2010; TEIXEIRA, 2010). A catação é uma atividade realizada no Brasil ainda de forma predominantemente informal por pessoas oriundas da classe baixa, às quais é atribuído, em especial pela literatura, um papel fundamental na valorização do resíduo descartado pela sociedade.

Nos estudos aqui analisados, foram entrevistados catadores que atuam de forma isolada e catadores organizados em coletivos. De forma geral, os autores identificam que os catadores apresentam uma percepção ambivalente sobre a catação, isto é, os catadores destacam tanto aspectos positivos quanto negativos da sua atividade (DIAS, 2002; MIURA, 2004; MEDEIROS; MACEDO, 2006; CASTRO; MACHADO, 2008; COSTA, 2008; PEREIRA, 2010; TEIXEIRA, 2010). A catação significaria, por um lado, para a grande parte desses catadores, liberdade, autonomia, uma alternativa de trabalho e garantia de renda para si e sua família, flexibilidade, um trabalho honesto, digno e lícito, que evoca sentimento de orgulho. Alguns catadores, em sua minoria e em especial aqueles que atuam em coletivos de catadores como organizações e cooperativas, descrevem o catador como um agente ambiental (MAGERA, 2003; MICHELOTTI, 2006; PEREIRA, 2010). Todavia, de fato, ainda são poucos os estudos nos quais tal denominação aparece. Estudos quantitativos mais recentes sobre a interpretação dos catadores sobre a catação poderiam, no entanto, verificar com que

---

<sup>17</sup> Os conceitos de sentido latente e sentido manifesto fazem referência à teoria sobre as motivações da ação de Alfred Schütz, a partir da qual ele diferencia entre os “motivos para” e “motivos porquê” da ação (ROSENTHAL, 2017).

frequência o uso desse novo discurso entre os catadores pode ser identificado, uma vez que a ideia da preservação ambiental tem chegado com mais força, principalmente nas cooperativas de catadores (MICHELOTTI, 2006; VAN ZEELAND, 2016).

Por outro lado, a catação pode significar para esses catadores sujeira, vergonha, sofrimento físico e insegurança em relação ao futuro. Allan Rodrigues Dias (2002) ressalta, ao estudar a atividade da catação em Curitiba, como essa atividade apresenta forte marca do “lixo”, ou seja, do material com o qual se lida. Segundo o autor, a grande maioria dos 17 catadores entrevistados por ele verbaliza estar acostumada com essa atividade, embora não goste de realizá-la, classificando-a como um trabalho ruim. No estudo realizado por Marília Magalhães Teixeira (2010) com catadores de resíduos em Brasília, é possível encontrar esses elementos negativos na percepção dos catadores, ao ponto de um deles ressaltar que não há nada de bom no trabalho da catação e que ninguém gosta dessa atividade, somente a faz por necessidade.

Essa dupla percepção dos catadores sobre a sua atividade não é um fato isolado dentro do mundo do trabalho, mas um mecanismo de legitimação bastante manuseado pelos sujeitos de forma geral. Um estudo realizado na França em 2001 por Anne-Marie Arborio relata a relação ambivalente de auxiliares de enfermagem com o seu trabalho, quando estas percebem sua atividade como negativa pela ótica da limpeza, do trabalho “sujo” de higienização dos pacientes, mas também positiva, quando vista a partir da perspectiva do cuidado medicinal e da escuta do paciente (DUBAR, 2012). Dependendo de como tipificam suas práticas, ou seja, se as descrevem a partir da ótica das trabalhadoras de limpeza de um hospital ou do trabalho de médicos e enfermeiras chefes, a sua percepção sobre seu trabalho muda.

Dessa maneira, não é surpreendente que algo semelhante ocorra com os catadores. Assim como ressalta Dias (2002), a catação apresenta uma forte marca do “lixo”, ou seja, do significado que esse material emerge socialmente. Quando a catação é vista a partir da perspectiva do “resto”, do que sobra, ela é percebida como suja, como ruim. Quando vista da perspectiva do trabalho enquanto produto social moral, o qual gera renda de forma digna e lícita, trazendo ainda benefícios ao meio ambiente, ela é positiva. De forma metafórica, pode-se dizer que a catação é percebida pelo catador como “lixo” e “resíduo” ao mesmo tempo. Nesse sentido, essa percepção ambivalente sobre o seu trabalho reproduz as categorias socialmente difundidas a partir dos valores da ordem social mais ampla.

De maneira geral, a literatura tem evidenciado de que forma a posição social desse indivíduo e as experiências feitas a partir dela refletem na maneira como vivenciam seu trabalho e de que forma o seu trabalho contribui para a reprodução e para a mudança da sua

condição social. Ao questionar os catadores sobre a forma como acham que eles e seu trabalho são vistos, Dias (2002) constata que eles acreditam que seu trabalho não é valorizado, que são frequentemente confundidos durante o trabalho com moradores de rua, “marginais” ou ladrões e que, ao não terem espaço adequado para transitar nas ruas, não são aceitos pela sociedade, e sim apenas tolerados. Por lidarem com o “lixo”, material esse encontrado nas ruas, em sacos, contendo “restos” de material seco e orgânico, sujando suas mãos e roupas, quando não também os lugares onde passam (quando perdem algo sem intenção ou deixam algo com intenção nas vias públicas), sua presença está diretamente ligada a ele e ao significado social que emerge. Também a baixa escolaridade contribui para uma visão negativa sobre o seu trabalho, uma vez que atribuem à falta de estudos a causa de trabalharem com “lixo”, constatação esta que gera sentimento de vergonha (MEDEIROS; MACÊDO, 2006). O trabalho da catação não é visto somente como um trabalho que exige pouca qualificação, e por isso socialmente discriminado, mas também como um trabalho que não oferece perspectivas de futuro. A maneira, portanto, como esses sujeitos aprendem a perceber a si mesmos e seu trabalho é construído e confirmado todos os dias na interação com o outro. Mesmo com essa forte tendência à reprodução, é relevante ressaltar que experiências não são somente confirmadas, mas também refutadas, dando espaço para novas experiências.

Dias (2002) lamenta que os próprios catadores confirmem a percepção do outro ao constatar e reproduzir discursivamente, por exemplo, que há catadores que roubam, vendem e consomem drogas durante o trabalho ou que pedem nos semáforos, desmerecendo sua própria atividade. No entanto, considero aqui que essa percepção reduzida sobre a realidade social não pode ser explicada como um preconceito desses trabalhadores sobre si mesmos, mas, sim, a partir de como aquele sentido se constituiu para esses sujeitos da forma que se constituiu, o qual se pode denominar preconceito (BERGER; LUCKMANN, 2014; ROSENTHAL, 2014; 2017).

A esse aspecto também se une a ideia, bastante difundida na literatura, de que os catadores tendem a negar e ignorar os riscos aos quais são expostos no seu trabalho em nome da sobrevivência, gerando sentimentos de conformação e impotência (MIURA, 2004; MEDEIROS; MACÊDO, 2006; PEREIRA, 2010; TEIXEIRA, 2010). Acredita-se que o fato de os catadores “ignorar” a presença dos riscos surge como estratégia de construção da autoimagem, eliminando aquilo que se quer negar em benefício daquilo que se quer destacar. Logo, trata-se de estratégias que vão além da sobrevivência ou mesmo do sentimento de conformação, uma vez que traduzem intenções, as quais se quer defender, como a liberdade e a autonomia no trabalho, encontradas em todas as falas de catadores presentes nos estudos

aqui referidos (DIAS, 2002; MEDEIROS; MACÊDO, 2006; CASTRO; MACHADO, 2008; COSTA, 2008; PEREIRA, 2010; TEIXEIRA, 2010).

De fato, não se trata de questionar se a catação é uma atividade precária ou não, se é pesada ou não. Ela é sem dúvida uma atividade penosa e insalubre, assim como verbalizada pelos catadores e destacada na literatura, mas, embora seja nesse sentido negativa para os catadores, ela também é percebida por muitos deles como positiva e transformadora, ao gerar renda e possibilitar a autonomia.

Ao observar as características socioeconômicas e o resultado de alguns estudos que realizaram a reconstrução da trajetória de vida e profissional dos catadores, chego as seguintes constatações: a maior parte dos estudos apontou para uma relação entre migração, baixa escolaridade, dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal, desemprego e precarização das relações de trabalho no mercado formal e a atividade da catação (DIAS, 2002; MEDEIROS; MACÊDO, 2006; CASTRO; MACHADO, 2008; COSTA, 2008; TEIXEIRA, 2010). A literatura, em geral, não consegue ir além da descrição dessas relações, ou seja, falta explicar os processos pelos quais esses fenômenos estão relacionados na sua causa e efeito.

Alguns autores observam, por exemplo, que muitos catadores deixam atividades do mercado formal para ingressar na reciclagem, atividades estas que, em princípio, podem ser menos penosas e garantem renda de forma mais regular e menos insegura que a catação, como auxiliar de limpeza, diarista, pedreiro ou agricultor (DIAS, 2002; MEDEIROS; MACÊDO, 2006; CASTRO; MACHADO, 2008; TEIXEIRA, 2010). Uma possível explicação, segundo os autores, está relacionada à precarização das relações de trabalho no mercado formal, apresentando cargas horárias de trabalho elevadas, baixos salários e, muitas vezes, o descumprimento de direitos trabalhistas, como o registro em carteira de trabalho. Entretanto, o motivo pelo qual os catadores acabam ingressando na catação, diferentemente de muitos outros trabalhadores que, mesmo nessas condições, aceitam essas relações de trabalho no mercado formal, não fica claro. Em outras palavras: por que há trabalhadores que aceitam essas relações de trabalho no mercado de trabalho formal e outros não?

Cláudia Morais da Costa (2008) identifica, ao estudar a trajetória de vida de catadores organizados em coletivos no Distrito Federal, que a maior parte dos entrevistados relata possuir histórico de trabalho infantil ainda na infância, tendo o acesso à escola e à infância praticamente negado. Outros autores discutem a forte relação entre a ausência das práticas escolares desde a infância na vida dos catadores e o ingresso na catação. Essas constatações demonstram que discussões sobre a catação deveriam ir para além da relação entre baixa

escolaridade e catação, investindo mais tempo na análise dos processos de socialização pelos quais esses indivíduos passaram. Um famoso estudo de Samuel Bowles e Herbert Gintis (2002), publicado nos anos 1970 nos Estados Unidos, evidenciou empiricamente como indivíduos que passam por curtos períodos de escolarização frequentemente apresentam comportamentos socialmente “desviantes”, com mais dificuldade de aceitar ordens e regras sociais. Isso significa dizer que espaços sociais institucionalizados, como a escola, são fundamentais para a internalização e a reprodução de regras sociais vigentes (BERGER; LUCKMANN, 2014).

Portanto, a escolha por uma atividade informal que não garanta proteção social e uma renda constante pode refletir mais aspectos de uma socialização fora dos padrões sociais vigentes do que apenas a reprovação das condições de trabalho precárias encontradas no mercado de trabalho formal. Esse aspecto não vale somente para a instituição escola, mas também para outros espaços de institucionalização, como a família. Nesse sentido, a catação não configura somente uma atividade, na qual se “cai” devido à escassez de oportunidades, e sim o balanço daquilo que se aceita ou refuta socialmente, isto é, ela é uma escolha a partir de um determinado horizonte de possibilidades.<sup>18</sup>

A partir de tais discussões, argumento de que forma a posição social, e com isso as experiências sociais dos catadores, corroboram a construção social da atividade da catação e do catador. É por entender que existem explicações que vão além da relação entre baixa escolaridade, desemprego, relações de trabalho precárias e o trabalho da catação que realizo, nesta dissertação, uma análise biográfica da constituição da interpretação dos catadores sobre o seu trabalho, partindo da lógica da relação entre indivíduo e sociedade e levando em consideração seus processos e mecanismos intrínsecos, como evidenciados pela sociologia interpretativa.

## 2.2 CATADORES, RECICLAGEM E *MUNDO-DA-VIDA*

A interpretação dos catadores sobre a sua atividade não é uma construção constituída no vácuo, e sim na interação social com o outro. O pano de fundo no qual as interações

---

<sup>18</sup> Esse conceito resulta de uma extensa discussão realizada por Alfred Schütz (2004) e outros estudiosos sobre a constituição da ação na interação social. Em linhas gerais, Schütz (2004) considera que toda a ação é um projeto preconcebido e por isso escolhido de antemão com base em um estoque de conhecimento socialmente compartilhado e em um sistema de relevância biograficamente determinado. Se o estoque social de conhecimento nos oferece uma série de receitas do agir, é o nosso sistema de relevância que nos permite escolher aquilo que será reproduzido, refutado ou modificado. Portanto, o horizonte de possibilidades faz referência a essas várias receitas do agir, embora a escolha por aquilo que será praticado ou não seja sempre determinada pelo sistema de relevância dos sujeitos. Mais informações ver Natasson (2008).

sociais se dão é denominado por Alfred Schütz e Thomas Luckmann (1994), a partir de Edmund Husserl, como o *mundo-da-vida* (*Lebenswelt*). O *mundo-da-vida* é a realidade social assim como vivenciada e compartilhada pelos indivíduos, os quais assumem uma atitude natural (*die natürliche Einstellung*) em relação a essa realidade, uma vez que a vivenciam como uma realidade dada. O *mundo-da-vida* não compreende somente o *aqui e agora* da realidade social (*Sozialwelt*), mas também o mundo dos nossos antepassados, aquele que “herdamos” (*Vorwelt*) e aquele que podemos “deixar de herança” (*Folgewelt*).<sup>19</sup>

A partir da literatura disponível sobre o tema da catação e levando em consideração esse pano de fundo, realizo uma reconstrução do processo histórico do trabalho do catador, do processo de institucionalização de suas práticas no decorrer dos séculos XX e XXI e dos discursos legitimadores em volta da sua atividade e da reciclagem. Para tanto, analiso alguns dados históricos que atestam a presença da atividade da catação na sociedade brasileira, bem como aspectos que caracterizam essa atividade e o perfil socioeconômico dos catadores nos últimos 30 anos. Busco assim compreender de que forma a catação foi-se organizando e institucionalizando na interação, primeiramente, entre poucos sujeitos, culminando na formação de coletivos de catadores cada vez mais formalizados.

Processos de institucionalização implicam em formas refinadas de legitimação, ou seja, é necessário que suas práticas sejam explicadas e justificadas em consonância com o conhecimento vigente. Nesse sentido, discuto como os catadores fazem uso dessas estratégias legitimadoras adotando discursos variados, refletindo sobre os motivos pelos quais esses trabalhadores ainda não conquistaram, na maior parte dos casos, reconhecimento social.

### **2.2.1 O catador e a presença histórica da catação no Brasil**

O reaproveitamento de resíduos pelo homem não é uma prática exclusiva das sociedades modernas, mas, sim, um recurso utilizado por sociedades antigas, em especial na agricultura, a qual consistia no reaproveitamento de restos de alimentos e excremento em

---

<sup>19</sup> A discussão do *mundo-da-vida* de Schütz e Luckmann (1994) faz referência às análises de Schütz (2004) sobre as estruturas do mundo social, na qual ele discute as diferentes formas de distância espacial e temporal entre atores sociais, bem como os tipos de relações sociais. O *mundo-da-vida* compreende tanto o mundo subjetivo, como aquele socialmente compartilhado. Ele corresponde à “soma dos espaços da experiência (*Erfahrungsräume*) formados pela atividade da nossa consciência. Pois o mundo-da-vida como o mundo das nossas experiências subjetivas não compreende somente as nossas próprias experiências, mas também as experiências compartilhadas pelos outros” (KNOBLAUCH, 2005, p. 149, tradução nossa). Tal análise compreende a caracterização dos graus de anonimato das tipificações sociais, que são aplicadas pelos sujeitos em suas experiências e interpretações nos processos de interação social.



forma de adubo. Nas sociedades pré-industriais, a reutilização de vidro, metal e restos de tecidos (trapos) era uma prática corriqueira, uma vez que o consumo nessas sociedades seguia a lógica da carência, e não da abundância, como passou a ocorrer nas sociedades industrializadas (KELLER, 2009). Enquanto ao longo da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais, devido aos períodos de escassez, fazia-se propaganda para a reutilização de resíduos, com o fim das grandes guerras na Europa, essas sociedades passaram a viver estados de emergência com a produção em massa de resíduos (KELLER, 2009). No Brasil não foi diferente, o crescimento exponencial da produção de resíduos, em especial nas grandes cidades, passou a ser identificado com mais intensidade no final do século XIX e início do século XX, quando o processo de industrialização do país começou a ganhar força. Por volta de 1896, encontram-se os primeiros registros da coleta privada de resíduos no Brasil por um grupo que contava com 40 a 50 homens que ganhavam a vida com a coleta, separação e venda do “lixo” na cidade de Sapucaia, no estado do Rio de Janeiro (BENVINDO, 2010).

No início do século XX, principalmente, o papel aparentava ser um dos materiais mais importantes para a prática da reciclagem no Brasil. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, os primeiros depósitos de aparas<sup>20</sup> datam do ano de 1920 (DIAS, 2002). Nessa época, a prática da reciclagem do papel pela indústria brasileira tornou-se uma importante oportunidade de negócio, uma vez que solucionava o problema da escassez da celulose, reduzindo custos de produção e aumentando o lucro. Segundo Dias (2002), as principais empresas produtoras de papel reaproveitavam no Brasil, ao final dos anos 1980, em torno de 197 a 350 toneladas de papel por dia, garantindo economia e ganhos de produção que juntos ultrapassaram, em 1996, os cinco bilhões de reais. De acordo com esse mesmo autor, não há registros de como esses resíduos chegavam à indústria do papel na primeira metade do século XX. Somente a partir de meados dos anos 1980 “há referências a depósitos de sucatas, ferros-velhos, depósitos de papel, catadores de papel, além dos aparistas [...]”, documentadas em reportagens de jornal, informativos empresariais e na literatura em geral (DIAS, 2002, p. 14). Com exceção dos grandes aparistas, que compravam aparas em grandes quantidades de gráficas e editoras de jornal e as vendiam diretamente à indústria, destacavam-se aqueles fornecedores, pequenos aparistas ou donos de depósito, conhecidos como atravessadores. Estes atuam até os dias de hoje no mercado da reciclagem, comprando os resíduos diretamente dos catadores e os repassando à indústria.

---

<sup>20</sup> Trata-se de restos de papel cortado. Segundo Dias (2002), todo tipo de papel e papelão coletado pelos catadores é chamado de aparas.

Na literatura acadêmica, os primeiros estudos que fazem referência à catação datam do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 (SANTOS, 1977; COSTA, 1981 *apud* DAGNINO 2004; DORFMANN; VERDUM, 1988). De forma geral, a situação e as características socioeconômicas dos catadores de resíduos são praticamente desconhecidas no Brasil até os anos de 1970. Ao analisar alguns estudos publicados entre 1980 e 2005, pude perceber a recorrente relação entre a precariedade do trabalho da catação com a condição de catadores em situação de rua-moradia. Em estudo realizado em Brasília entre 1994 e 1995, com catadores de resíduos, todos os entrevistados eram moradores de rua e viviam do trabalho da catação (BURSZTYN; ARAÚJO, 1997). Dagnino (2004) relata poder observar a baixa valorização do trabalho dos catadores até os anos 1980, tendo eles, na sua totalidade, que viver nas ruas como indigentes e/ou nos lixões a céu aberto, buscando roupas e alimentos.

A falta de registros sobre a forma como o papel chegava à indústria na primeira metade do século XX atesta, segundo Dias (2002), a invisibilidade histórica dos catadores e do seu trabalho. Essa indivisibilidade se daria, em grande medida, pelo fato de o trabalho da catação sempre ter sido realizado de forma informal, sem acompanhamento ou registro. Por outro lado, a presença, ou o aumento de registros, pode estar igualmente relacionada a um aumento da atividade a partir dos anos 1980, especialmente nas regiões urbanas. Como será visto mais adiante, a popularização das vantagens econômicas obtidas na reciclagem não ocorre somente entre a população de baixa renda, e sim entre os demais grupos sociais de forma geral. Portanto, quando a atividade da catação se difunde e o número de trabalhadores que a pratica aumenta, sua presença não pode mais ser ignorada.

Outra importante fonte de informação sobre a presença da catação e as características dessa atividade no decorrer do século XX no Brasil encontram-se nos diários de Maria Carolina de Jesus, em especial no seu livro *Quarto de despejo: o diário de uma favelada* (1960). Maria Carolina de Jesus nasceu em Minas Gerais, cresceu no campo e se criou na agricultura. Com 22 anos, mudou-se para São Paulo, onde realizou diversas atividades laborais, entre elas, a catação (CASTRO; MACHADO, 2008). Como uma talentosa escritora e versista, foram nos seus diários que ela registrou a vida dupla que levava como trapeira e escritora. Os primeiros registros sobre o trabalho da catação começam a aparecer nos seus diários por volta de 1940, quando já vivia em São Paulo (CASTRO; MACHADO, 2008). Morando perto do centro, ela catava “de tudo para vender: papéis, latas, ferros, lenha, vidros, estopas e esterco” (CASTRO; MACHADO, 2008). Carolina relatava nos diários os problemas que enfrentava com a concorrência dos demais catadores que surgiam nas suas travessias.

A catação é retratada por Carolina como um mal necessário, uma atividade pesada, de onde a escritora tira o seu sustento e de seus filhos (CASTRO; MACHADO, 2008). A lógica da vida retratada na obra de Carolina é de levantar, trabalhar, ganhar o dinheiro do trabalho e comer. O tema “fome” era abordado com frequência nos seus diários (JESUS, 1960). Por mais insegura que a atividade da catação fosse financeiramente, Carolina documentava a liberdade e a autonomia que gozava com essa atividade – essa é uma característica muito citada por catadores em estudos sobre o tema em geral. No caso de Carolina, os autores Castro e Machado (2008) sinalizam o conflito vivenciado pela catadora entre a busca pelo dinheiro, a garantia da sobrevivência e a liberdade. É importante observar como Carolina recorre à catação, embora haja evidências de sua recusa por trabalhos fixos, com remuneração constante, os quais, porém, lhe tiravam liberdade e autonomia (CASTRO; MACHADO, 2008).

Nem a recém-fundada capital Brasília escapou da presença de catadores ainda no século XX. Nos anos de 1990, Brasília apresentava um vasto grupo de catadores de resíduos, formado por diferentes trabalhadores advindos de outros estados brasileiros (BURSZTYN; ARAÚJO, 1997). Esse também foi o caso de São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte e Porto Alegre, entre outras cidades brasileiras, cada uma com suas particularidades.

No caso de Porto Alegre, a presença de catadores passou a ser tematizada em pesquisas acadêmicas a partir dos anos 1980, especialmente em estudos liderados por Roberto Verdum (DORFMANN; VERDUM, 1988) e Nilton Bueno Fischer (FISCHER, 1989). Dorfmann e Verdum (1988) destacam a presença do papel como principal material coletado por catadores em meados dos anos 1980, chamando esses trabalhadores de papeleiros. A forma como os autores descrevem a realização da catação do papel pelos papeleiros não difere muito daquilo que se conhece da catação informal dos dias atuais: os papeleiros trabalham de forma autônoma, de carrinho, geralmente em parceria com um atravessador, para o qual vendem o papel coletado e triado no próprio quintal de casa. Os papeleiros se caracterizam por residir em vilas, geralmente ocupadas por eles de forma “indevida”, correndo o risco de serem despejados ou removidos. Além da catação do papel, a imagem do catador em Porto Alegre estava à época fortemente atrelada à ideia dos catadores de lixões, situação retratada pelo documentário “Ilha das Flores” (1989) de Jorge Furtado (DAGNINO, 2004).

Embora se confirme a presença histórica dos catadores em muitas capitais brasileiras, uma análise a nível nacional sobre o processo de desenvolvimento da atividade da catação e do perfil socioeconômico dos catadores ao longo dos anos é impossível de ser realizada a partir da literatura existente, mesmo que se limite aos últimos 30 anos. Isso se dá devido ao

fato de que as pesquisas sobre a catação e os catadores foram ocorrendo ao longo do tempo em níveis regionais e municipais com base em amostras pequenas e específicas. Logo, há muitas informações sobre a realidade dos catadores a partir dos anos 1980, mas de forma fragmentada. Somente a partir dos anos 2000 é que estudos a nível nacional começaram a ser publicados, os quais buscavam evidenciar, a partir dos dados levantados pelo IBGE, características do trabalho, do perfil socioeconômico dos catadores, bem como acompanhar o desenvolvimento de políticas de gerenciamento de resíduos sólidos no país (DAGNINO, 2004; FREITAS; FONSECA, 2012; SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013; DAGNINO; JOHANSEN, 2017). Com o reconhecimento da atividade da catação pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho em 2002, o IBGE passou a adotar essa classificação no levantamento dos dados publicados no Censo de 2010, facilitando o acesso a esses trabalhadores<sup>21</sup> (BRASIL, [2017?]). Na ciência o catador passa, portanto, a ganhar mais visibilidade.

No que corresponde à cidade de Porto Alegre, não foi possível encontrar pesquisas quantitativas que realizassem uma análise do perfil socioeconômico dos catadores em cima de uma amostra numericamente representativa e detalhada. O que se tem à disposição configura um extenso mosaico de pesquisas com amostras pequenas e específicas. Ainda não se sabe, por exemplo, um número aproximado e seguro de catadores na capital gaúcha. Na metade dos anos 2000, Dagnino (2004) apontava para cerca de 7.000 catadores. Esse número nunca foi reavaliado. O programa “Todos Somos Porto Alegre”, por sua vez, teve acesso, entre os anos de 2008 a 2016, a 2.143 catadores.<sup>22</sup> De forma geral e em especial para Porto Alegre, nos últimos anos, especialmente estudos, tanto qualitativos quanto quantitativos, sobre coletivos de catadores foram ganhando mais espaço na literatura (MEYER; FISCHER; STEPHANOU, 2009; OLIVEIRA, 2010; SCHWENGBER *et al.*, 2016).

A análise do perfil socioeconômico dos catadores a nível nacional apresentada neste estudo está baseada em estudos quantitativos, em especial de Dagnino e Johansen (2017), que usam dados levantados pelo IBGE desde 2010. A nível de comparação, relaciono os resultados desses estudos aos resultados de outras pesquisas quantitativas realizadas a partir dos anos 1990 em outras cidades brasileiras, em especial em Porto Alegre.

---

<sup>21</sup> Em 1991, a atividade da catação era categorizada no Censo como “lixeiro”, incluída no grupo “Outras ocupações ou ocupações maldefinidas”. Em 2000, o termo “lixeiro” foi substituído por “catadores de sucata”. Somente em 2010 é que o IBGE passou a usar a CBO Domiciliar no Censo, dividindo os “Coletores de lixo” (código 961) em subgrupos de “Coletores de lixo e material reciclável” (código 9611), “Classificadores de resíduos” (código 9612) e “Varredores e afins” (código 9613). Mais informações a respeito ver: Silva, Goes e Alvarez (2013) e Dagnino e Johansen (2017).

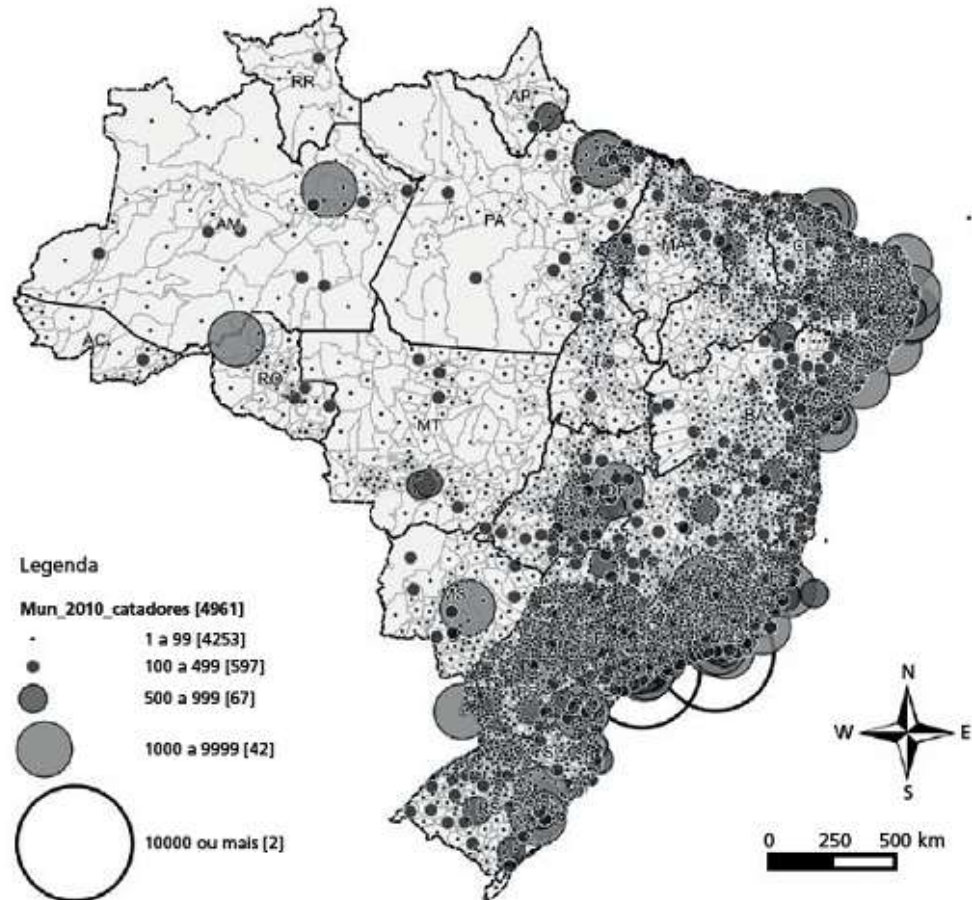
<sup>22</sup> Dado retirado do banco de dados e fornecido diretamente a autora pelo Programa.

Levando em consideração os dados do Censo de 2010 e os microdados da amostra do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) da Universidade de São Paulo (USP), Dagnino e Johansen (2017) realizam a análise do perfil demográfico e socioeconômico dos catadores de resíduos para o Brasil. Nesse estudo, são apresentadas informações sobre demografia, trabalho e renda dos catadores em comparação ao universo da população ocupada (PO) para esse mesmo ano. Os autores consideram três subgrupos de trabalhadores classificados pelo IBGE como “coletores de lixo”: a) “coletores de lixo e material reciclável”, b) “classificadores de resíduos” e c) “varredores e afins”. Podem, portanto, entrar na amostra tanto os catadores de rua como catadores organizados em coletivos que se autodeclaram ser essa ocupação seu principal trabalho.

Os autores decidem utilizar o termo “catador” ao referir-se a todos os trabalhadores entrevistados, mesmo que estes se diferenciem nessas três ocupações. Isso ocorre também em outras pesquisas, como a de Silva, Goes e Alvarez (2013), que procede da mesma maneira, sem distinguir as três ocupações. Dagnino e Johansen (2017) justificam sua decisão argumentando que a autodeclaração das ocupações está sujeita às falhas e imprecisões do próprio método de levantamento, preferindo incorporar as três ocupações no termo “catador”. Destaca-se que os levantamentos do IBGE se restringem àqueles trabalhadores com domicílio fixo, excluindo moradores de rua que vivem da catação. De forma geral, trata-se de uma estimativa com suas devidas limitações e possibilidades estatísticas.

As análises de Dagnino e Johansen (2017) apontam que havia no Brasil no ano de 2010 em torno de 398.348 mil “coletores de lixo”, sendo que 226.795 declararam ser “coletores de lixo e material reciclável”, 164.168 eram “classificadores de resíduos” e 7.385 afirmaram atuar como “varredores e afins”. Como outros estudos apontam para estimativas maiores, a maior parte dos autores defende que seria mais seguro citar uma faixa entre 400 a 600 mil catadores no país (FREITAS; FONSECA, 2012; SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013). A Figura 1, a seguir, mostra a distribuição espacial dos catadores pelo território nacional, demonstrando a abrangente presença da atividade no país.

Figura 1 – Brasil: distribuição espacial e volume de catadores, segundo o município de residência (2010)



Fonte: Dagnino e Johansen (2017, p. 118).

Como mostra a Figura 1 e a Tabela 1, na sequência, a maior parte dos catadores se encontra na região Sudeste (41,71%), seguida da região Nordeste (29,96%). A região Sul fica em terceiro lugar (15,12%). Para cada 100 mil ocupados, existem no Brasil em torno de 461 catadores.

Tabela 1 – Brasil: distribuição dos catadores no Brasil, segundo a Grande Região de residência (2010)

Brasil e Grandes Regiões	Total de catadores	Distribuição dos catadores (%)	PO total	Catadores para cada 100 mil ocupados
Norte	22.292	5,60	6.262.318	355,97
Nordeste	119.349	29,96	20.854.301	572,30
Sudeste	166.161	41,71	38.111.800	435,98
Sul	60.241	15,12	14.249.772	422,75
Centro-Oeste	30.305	7,61	6.875.625	440,76
Brasil	398.348	100,00	86.353.816	461,30

Fonte: Dagnino e Johansen (2017, p. 118).

Na Tabela 2, a seguir, consta uma síntese dos resultados alcançados para a população de catadores em relação à população ocupada (PO) no que corresponde ao perfil demográfico e socioeconômico.

Tabela 2 – Brasil: síntese dos indicadores demográficos e socioeconômicos calculados – catadores e PO total (2010)

Tipo	Nome	Característica	Catadores	PO total
Demográfico	Distribuição por grupos etários (estrutura etária)	Idade média (anos)	39,39	37,05
		Idade mediana (anos)	39	35
		Idosos (%)	7,63	6,14
	Razão de sexo <sup>2</sup>		219,63	136,39
	Distribuição por cor/raça (%)	Branca	32,72	50,00
		Preta/parda	66,14	48,52
		Demais	1,14	1,48
	Local de trabalho (%)	No próprio domicílio	20,05	23,41
		Nesse município, mas não no próprio domicílio	73,92	64,71
		Em outro município	6,03	11,88
Socioeconômico	Taxa de analfabetismo (%)		20,34	6,06
	Grau de informalidade <sup>3</sup>		50,62	44,42
	Chefes de domicílio (%)		53,66	44,50
	Tinha rendimento de aposentadoria ou pensão (%)		5,48	6,94
	Renda (R\$)		561,93	1.271,88

Notas: <sup>1</sup> O cálculo dos indicadores pressupõe como PO aqueles indivíduos de 10 anos ou mais de idade que desempenhavam atividade remunerada durante a data de referência de aplicação do Censo de 2010.

<sup>2</sup> Razão de sexo = volume de homens / volume de mulheres \* 100.

<sup>3</sup> No indicador "grau de informalidade", trabalhadores informais são os empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria e não remunerados, enquanto os trabalhadores formais são os protegidos – com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos e empregadores. Não foram considerados no cálculo desse indicador os militares, que seriam considerados formais, e os não remunerados, que seriam informais.

Fonte: Dagnino e Johansen (2017, p. 119).

A comparação que os autores realizam entre os dados referentes aos catadores e à PO é relevante para se ter uma ideia da dimensão e das características dessa atividade em relação aos outros trabalhadores brasileiros, mesmo tendo consciência das limitações do estudo. Portanto, como se pode verificar na Tabela 2, a partir dos resultados demográficos, a idade média da população de catadores, que é de 39 anos, não varia muito da idade média da PO, estimada em 37 anos, assim como a presença de idosos em ambas as populações, que é de 7,63% para os catadores e 6,14% para a PO.

No que corresponde à razão de sexo, tem-se uma diferença significativa. Embora haja uma presença maior de homens em ambas as populações, a população de catadores demonstra, com uma razão de 219,63, quase dobrar a razão de 136,39 referente à PO, ou seja, há muito mais homens trabalhando na catação do que mulheres, e isso de forma significativa

em relação à PO. Da mesma forma, encontra-se, especialmente na catação de rua, uma participação maior de homens. Nas Unidades de Triagem (UTs), por exemplo, o número de mulheres em relação aos homens duplica (MEYER; FISCHER; STEPHANOU; SCHWENGBER *et al.*, 2016). Em um estudo realizado em Porto Alegre com cinco UTs, as mulheres representavam 68% dos associados, enquanto os homens 32% (MEYER; FISCHER; STEPHANOU, 2009). No que corresponde à divisão do trabalho por gênero, foi possível observar uma organização do trabalho, sobretudo tradicional, no qual as mulheres eram responsáveis, principalmente, por atividades que exigiam menos força e mais concentração, como a triagem dos resíduos, enquanto os homens atuavam em sua grande maioria na prensagem e no transporte dos produtos, atividades estas que exigiam mais força física. Todas as cinco unidades eram, porém, gerenciadas por mulheres, apresentando, de maneira geral, menos rotatividade nas unidades do que os homens. Desse modo, tanto a catação de rua como o trabalho nas unidades demonstram apresentar uma divisão do trabalho por gênero, sobretudo tradicional.

No que tange à cor e raça da população de catadores, estes se autodeclararam, em sua grande maioria, como pretos e pardos, ou seja, 66,14%, enquanto 32,72% dizem ser brancos. Na PO, a presença de pretos/pardos e brancos está mais equilibrada, 50% e 48,52%, respectivamente. Um estudo semelhante ao de Dagnino e Johansen (2017), que usa dados do IBGE de 2010 (Censo e PNAD) para analisar a situação socioeconômica dos catadores a nível nacional e regional, mostra que o número de catadores que se autodeclararam pretos e pardos na região Sul é de 41,6%, sendo a menor porcentagem quando comparada com o país e as demais regiões brasileiras: 66,1% no Brasil, 63% no Sudeste, 78,5% no Nordeste, 71,3% no Centro-Oeste e 82% no Norte (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013). De forma geral, a maior parte da população de catadores no Brasil se destaca por ser etnicamente preta e parda.

Ao analisar o perfil socioeconômico dos trabalhadores, um resultado que chama a atenção refere-se às porcentagens de analfabetismo. Entre os catadores, ela se encontra em 20,34% e, entre a PO, ela é bem menor, registrando 6,06%. Com base nos resultados de Silva, Goes e Alvarez (2013), é possível verificar que a maioria dos catadores a nível nacional possui, de maneira geral, baixa escolaridade, podendo ser inseridos na classificação Ensino Fundamental incompleto.<sup>23</sup> Essa estimativa foi encontrada também em estudos a nível municipal, como em Brasília (BURSZTYN; ARAÚJO, 1997), Goiânia (MEDEIROS;

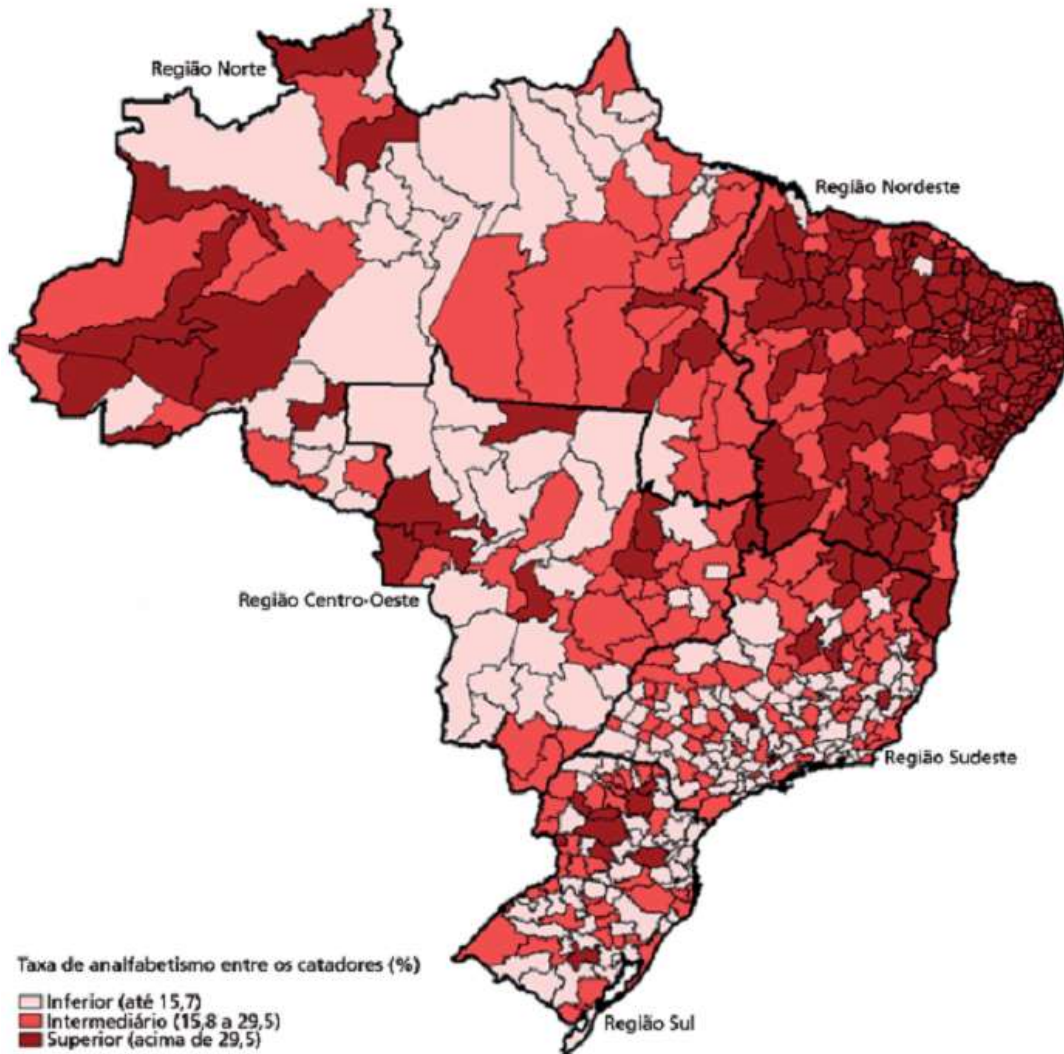
---

<sup>23</sup> Os autores fazem referência à escolaridade de catadores de 25 anos ou mais, indicando que 24,6% possuem Ensino Fundamental completo e 11,4% Ensino Médio completo. A taxa de analfabetismo encontrada é de 20,5%. Os autores não fazem referência, porém, aos catadores com Ensino Fundamental incompleto, sendo que nos meus cálculos, estes poderiam configurar a maioria, ou seja, cerca de 44%.



MACÊDO, 2006) e Porto Alegre (MEYER; FISCHER; STEPHANOU, 2009; RINALDI, 2015). A Figura 2, a seguir, apresenta as porcentagens de analfabetos no estado do Rio Grande do Sul e na cidade de Porto Alegre, indicando que o número de analfabetos na capital se situa abaixo de 15%.

Figura 2 – Distribuição do índice de analfabetismo entre os catadores por microrregião



Fonte: Silva, Goes e Alvarez (2013, p. 60).

O grau de informalidade<sup>24</sup> como característica marcante da atividade da catação é tão presente na população de catadores quanto na PO, ou seja, 50,62% e 44,42%, respectivamente. O resultado da informalidade para os catadores é maior, mas a presença de um alto nível de informalidade para a PO também atesta a insegurança dos trabalhadores e a

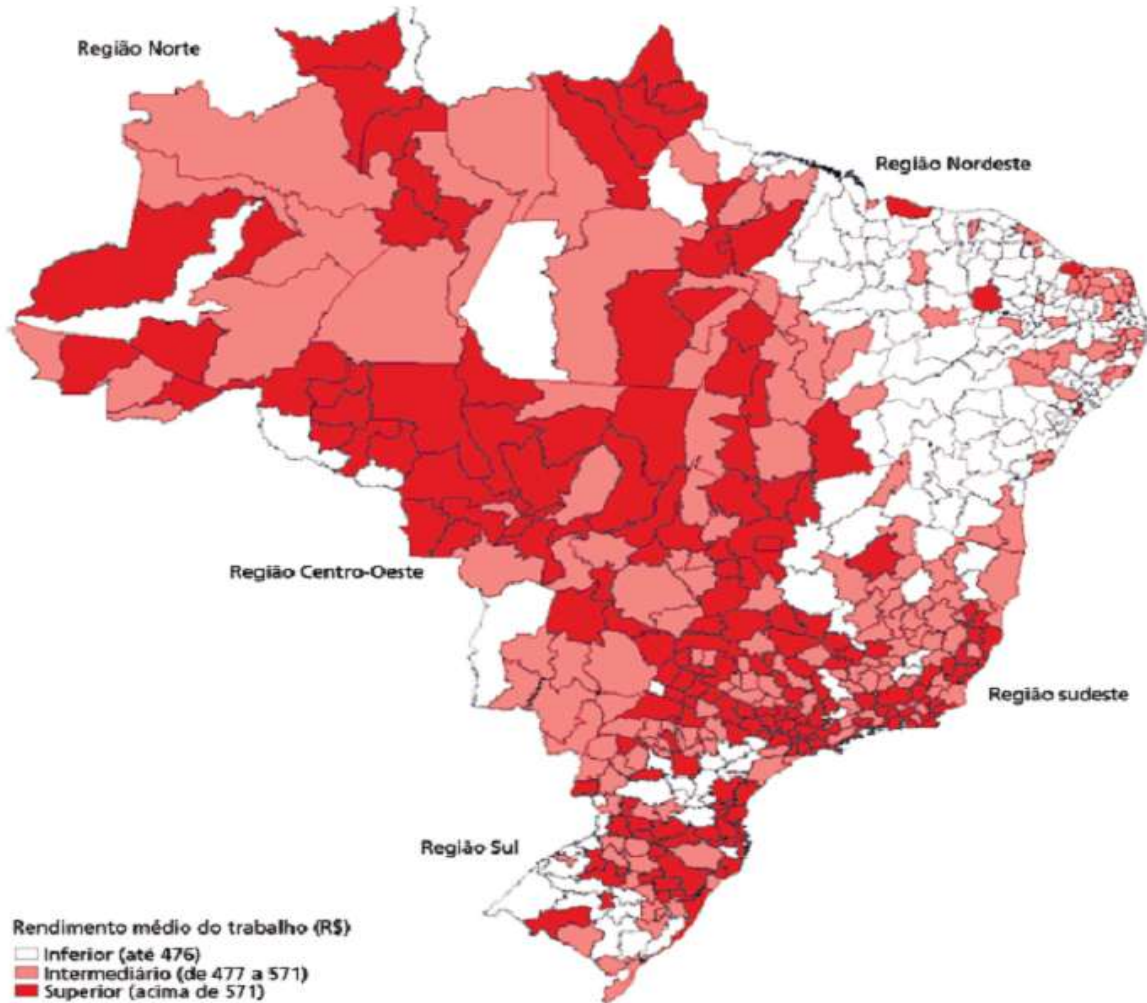
<sup>24</sup> O grau de informalidade é calculado a partir dos trabalhadores informais, ou seja, os empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria e não remunerados e dos trabalhadores formais, isto é, os trabalhadores protegidos com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos e empregadores.

falta de estrutura do mercado de trabalho de forma geral. Silva, Goes e Alvarez (2013) confirmam esse resultado ao analisar a formalização da força de trabalho dos catadores via Carteira de Trabalho ou Regime Único do Funcionalismo Público, apontando que somente 38,6% estão formalizados no Brasil, em especial na região Sudeste, com 45,7%, seguida da região Centro-Oeste, com 38,4%, Nordeste, 33,8%, e, finalmente, a região Sul, com 32,2%, ganhando somente da região Norte, com 29%. A formalização do trabalho dos catadores se dá no Brasil através de associações e cooperativas de catadores, que atuam no país frequentemente em parceria com o Estado, prestando serviços de coleta seletiva, triagem dos resíduos e limpeza urbana.

No que tange à renda dos catadores, ela é bem inferior em comparação à renda da PO. Em 2010, os catadores verbalizaram receber em média R\$ 561,93, enquanto o restante da PO registrava um ganho mensal de R\$ 1.271,88. No estudo de Silva, Goes e Alvarez (2013), encontram-se valores semelhantes, sendo que o ganho dos catadores nas duas primeiras regiões com maiores porcentagens de formalidade é maior, ou seja, R\$ 629,89 na região Sudeste e R\$ 619,00 na região Centro-Oeste. Na região Norte, o catador ganha em média R\$ 607,25, seguido da região Sul, com R\$ 596,90. A região Nordeste registra o menor valor, que é de R\$ 459,34.

Quando comparado ao salário mínimo de R\$ 510,00, à época, o ganho dos catadores era, na maioria das regiões brasileiras, levemente ou até significativamente superior, como no caso do Sudeste, mas isso sem levar em consideração os direitos previdenciários. A Figura 3, a seguir, ilustra claramente de que forma a renda dos catadores pode variar dentro dos estados (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013). No Rio Grande do Sul, pode-se observar que há cidades nas quais os catadores possuem renda inferior ao salário mínimo. Em Porto Alegre, a renda dos catadores está situada no nível intermediário, ou seja, entre R\$ 477,00 e R\$ 571,00.

Figura 3 – Distribuição da renda média do trabalho entre os catadores por microrregião



Fonte: Silva, Goes e Alvarez (2013, p. 54).

Ao considerar estudos que analisam a renda de catadores organizados em coletivos, pode-se observar que a renda é igual ou inferior à renda média de R\$ 561,93 encontrada para os catadores no resto do Brasil. Esses estudos foram realizados diretamente em coletivos dos estados da região Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, sendo apresentados e discutidos por Freitas e Fonseca (2012).

Quadro 1 – Renda média do catador, por fonte de informação e contexto regional (2010)

Fonte	Amostra	Região	Renda média
Pangea (Damásio, 2010b)	219 catadores em 33 organizações coletivas	RMRJ	R\$ 519,85
UFRGS (2010)	193 catadores em 29 organizações coletivas	Região Sul	R\$ 418,11
Silva (2007)	60 organizações coletivas	Estado de Minas Gerais	R\$ 492,02 <sup>1</sup>
Porto <i>et al.</i> (2004)	218 catadores	Aterro do Jardim Gramacho (RJ)	R\$ 498,63 <sup>2</sup>

Fonte: Freitas e Fonseca (2012, p. 19).

Com exceção do estudo realizado por Porto *et al.* (2004) com catadores individuais e organizados coletivamente, no que foi durante muitos anos o maior lixão da América Latina, localizado no estado do Rio de Janeiro, todos os demais estudos foram realizados somente com catadores organizados em coletivos. Aqui é possível observar que, por volta do ano 2010, as organizações de catadores das regiões citadas não atingiam uma renda favorável, refletindo condições bastante precárias de como muitos coletivos de catadores atuam ainda hoje no Brasil (MAGERA, 2003). No caso de Porto Alegre, atualmente, existem em torno de 17 associações de catadores (UTs) conveniadas com a Prefeitura do município, realizando serviços de triagem dos resíduos coletados pelo município (PORTO ALEGRE, [2018?]). Mesmo que essas UTs recebam repasses financeiros mensais da prefeitura de cerca de R\$ 2.500,00 a título de convênio, na prática elas ainda apresentam deficiências, principalmente de infraestrutura, além de dependerem da qualidade dos resíduos trazidos pela coleta seletiva, que influencia fortemente na renda dos trabalhadores. Portanto, pode-se concluir que formalidade ainda não significa melhores rendimentos para todos os coletivos de catadores.

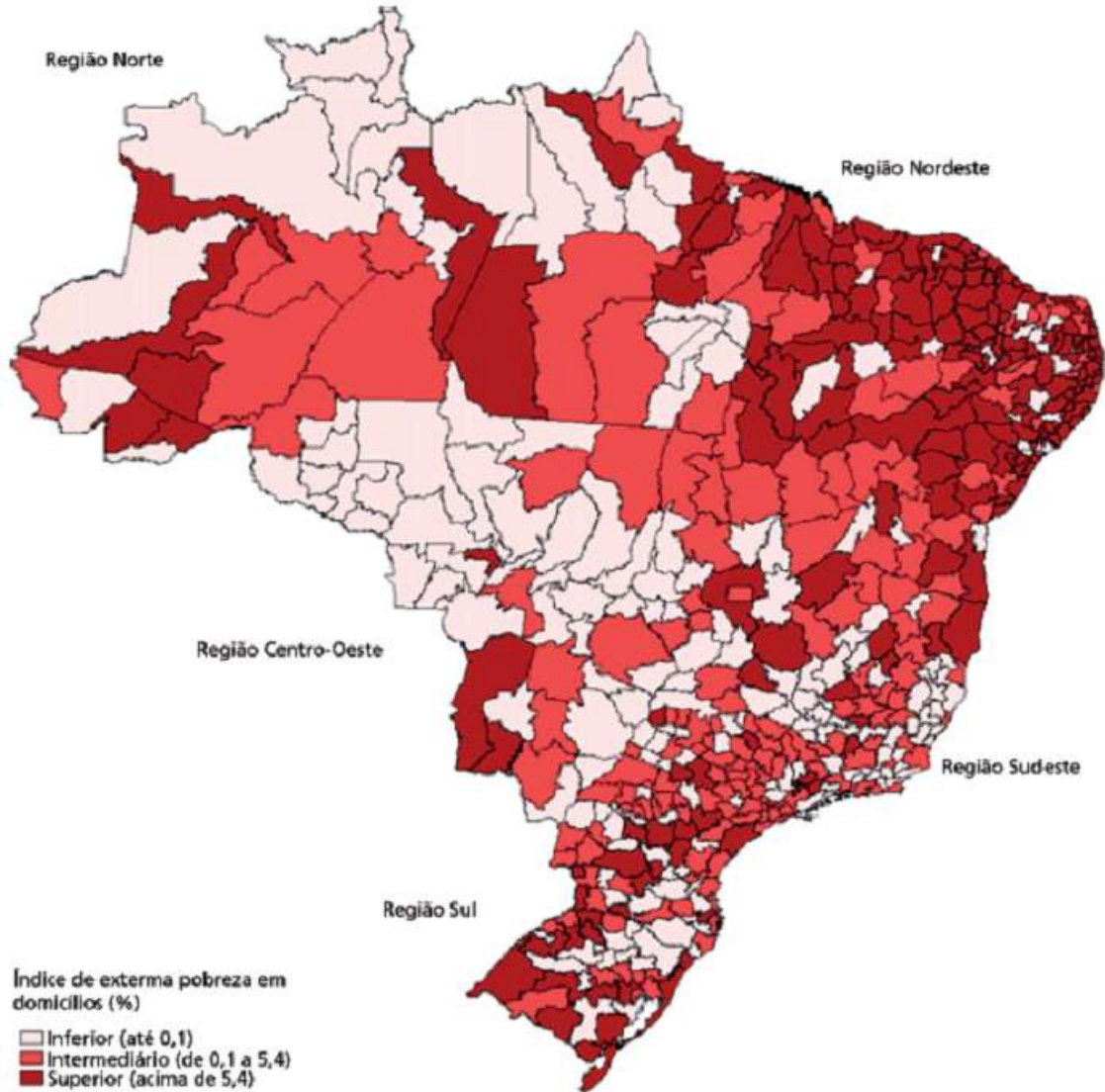
Ainda olhando pelo aspecto da informalidade, esta pode ser encontrada na análise da situação previdenciária dos catadores, tanto a nível nacional quanto regional. Silva, Goes e Alvarez (2013) verificaram que, do universo de quase 400 mil catadores, somente 15,4% têm contribuição previdenciária, ficando expostos, entre outros aspectos, à falta de cobertura em caso de doença, ou gravidez no caso de mulheres.

Se comparado com o restante da população brasileira no que tange à situação de extrema pobreza, os catadores registram valores menores, ou seja, 4,5% dos catadores viviam em 2010 em situação de extrema pobreza quando comparados à PO, que registra 9,4%.<sup>25</sup> Vale lembrar, porém, que catadores em situação de rua-moradia não constam nesse levantamento do IBGE, deixando esse dado incompleto. A Figura 4, na sequência, apresenta a situação de extrema pobreza dos catadores no Brasil e nas microrregiões. Em Porto Alegre, a situação de extrema pobreza dos catadores é semelhante ao Brasil, registrando uma porcentagem intermediária, que varia de 0,1% a 5,4%.

---

<sup>25</sup> Silva, Goes e Alvarez (2013) levam em consideração o conceito de extrema pobreza aplicado pelo Programa Bolsa Família, o qual considera em situação de extrema pobreza aquele domicílio que registra uma renda de menos de 70,00 reais mensais.

Figura 4 – Distribuição do índice de extrema pobreza em domicílios com catadores por microrregião



Fonte: Silva, Goes e Alvarez (2013, p. 56).

No caso dos estados da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), esse resultado pode estar relacionado com o acesso de famílias de catadores com moradia fixa às políticas públicas sociais, assim como ilustra a Tabela 3, a seguir, mostrando que o principal complemento de renda desses catadores é o Programa Bolsa Família (FREITAS; FONSECA, 2012).

Tabela 3 – Outras fontes de renda dos catadores da região Sul do país (2010) – em %

Fontes de renda	%
Atividade de trabalho informal	8,99
Atividade de trabalho formal	0
Pensão	7,87
Aposentadoria	8,99
Bolsa Família <sup>1</sup>	62,92
Bolsa Escola <sup>2</sup>	6,74
Peti <sup>3</sup>	2,25
NASF <sup>4</sup>	1,12
Outros	1,12

Notas: <sup>1</sup> Bolsa Família é um programa de transferência de renda criado 2003. Exige das famílias beneficiárias a manutenção de seus filhos e/ou dependentes com frequência escolar satisfatória e vacinação em dia.

<sup>2</sup> Bolsa Escola é um programa de transferência de renda que paga uma bolsa às famílias de jovens e crianças de baixa renda como estímulo para que estas frequentem a escola.

<sup>3</sup> O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), do governo federal, procura retirar as crianças e adolescentes do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante.

<sup>4</sup> NASF é o Núcleo de Apoio Sociofamiliar, da cidade de Porto Alegre. As famílias beneficiárias do NASF recebem uma bolsa-auxílio e atendimento de equipes multiprofissionais.

Fonte: Freitas e Fonseca (2012, p. 20).

No que corresponde ao fator intergeracional entre as famílias de catadores, ou seja, a transmissão da atividade entre as gerações, não foi possível encontrar nenhum estudo que abordasse essa temática de forma aprofundada. Por último, ao levar em conta o acesso dos catadores aos serviços públicos, como esgotamento sanitário e energia elétrica, Silva, Goes e Alvarez (2013) constatam que, enquanto 99% dos catadores têm acesso à energia elétrica, a falta de esgoto sanitário é um problema sério, uma vez que somente 49,8% dos catadores têm tal serviço.

Se os resultados citados até aqui fornecem informações sobre o perfil demográfico e socioeconômico dos catadores, pouco refletem sobre a relação dos catadores com sua atividade. Em um estudo realizado por mim e colegas no programa “Todos Somos Porto Alegre” entre os anos de 2014 a 2016, verifica-se a existência de dois tipos de catadores entre si bastante distintos, os quais são denominados *catador clássico* e *catador situacional*<sup>26</sup>

<sup>26</sup> Esse estudo foi documentado num relatório entregue à Coordenação do Programa “Todos Somos Porto Alegre”, mas nunca foi publicado na íntegra (RINALDI, 2015). Ele foi somente citado num artigo publicado por mim na revista *Contraponto* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (RINALDI, 2016). Embora esse estudo não tenha contado com um método de levantamento e análise de dados que possibilitassem maior controle metodológico, ele oferece, a meu ver, devido principalmente ao longo contato em campo com os catadores, valiosos resultados para a compreensão do trabalho da catação em Porto Alegre. A construção dos tipos *catador clássico* e *catador situacional* foi realizada com base nas características socioeconômicas e comportamentais sobre os catadores obtidas através de levantamento qualitativo, as quais, por sua vez, foram separadas em grupos levando em consideração o máximo de homogeneidade interna entre os dados, como também o máximo de heterogeneidade externa. Não foi utilizada nenhuma técnica de construção de tipos específica. Após essa construção dos tipos, foi realizado uma análise de cluster com o auxílio do software SPSS

(RINALDI, 2015; 2016). A partir de relatos sobre a sua atividade, levantados através de entrevistas semiestruturadas durante os atendimentos de mais de 50 catadores individuais ou organizados em pequenos grupos familiares e documentados em prontuários de acompanhamento social, foi possível observar como os catadores falavam sobre o seu trabalho, o que ele significava para eles e como eles o descreviam.

Dessa maneira, os *catadores clássicos* relatavam realizar a atividade da catação com veículo de tração humana (carrinho de puxar ou carrinho de supermercado) ou veículo de tração animal (carroça), em geral de longa data (em média 13,8 anos) e de forma organizada, como mostra o relato de um catador do bairro Serraria: “*Saio 3 vezes na semana para a catação, segunda, quarta e sexta, porque são os melhores dias para recolher material de qualidade*” (Vila dos Sargentos, 26/06/2015).<sup>27</sup> Catadores com esse perfil demonstravam trabalhar de forma estruturada e planejada, tendo em 2015 um rendimento acima da média em comparação aos outros catadores, entre R\$ 1.200,00 e R\$ 1.500,00. Esse catador afirmava manter a sua família há anos com a renda provinda da catação, tendendo a criar relações de confiança com seus fornecedores, podendo assim melhor controlar a quantidade e a qualidade dos resíduos que recebia. Além da renda, as famílias também se beneficiavam com móveis, eletrodomésticos e roupas que encontravam na rua ou ganhavam nas residências, como destaca uma catadora, moradora do Loteamento Cavahada:

*“Vocês estão vendo essas coisas aqui? Tudo eu ganhei e adquiri através da catação. Eu adoro o meu trabalho, é onde eu ganho o meu sustento, faço amigos, todo mundo me conhece! Faz muitos anos que eu não sei o que é comprar uma roupa, tudo o que eu uso, eu ganhei”* (Loteamento Cavahada, 01/04/2015).

Uma característica fundamental desse grupo é a sua identificação com a catação, verbalizando não querer migrar para outras atividades laborais: “*Se eu pudesse, eu ficaria na catação, se vocês botarem os meus filhos nos cursos, tá bom pra mim, depois eu me viro, saio com uma sacola por aí (risos)*” (Loteamento Cavahada, 01/04/2015). A escolaridade média do *catador clássico* é o 4º ano do Ensino Fundamental. Suas semelhanças com o *catador situacional* são a valorização da liberdade e o gozo da autonomia. Os *catadores clássicos* representavam 16,1% dos catadores acompanhados pela equipe.

---

de informações adquiridas em levantamento quantitativo, no qual foram identificados tanto esses dois tipos de catadores quanto outras três variações. Este estudo não foi concluído.

<sup>27</sup> Os depoimentos apresentados nesta dissertação estão reproduzidos com autorização dos participantes e transcritos literalmente, na sua forma coloquial.

Já o *catador situacional* é aquele que vê na catação um recurso possível, quando se encontra fora do mercado de trabalho formal ou informal. Quando não está trabalhando de carteira assinada ou fazendo algum “bico”, recorre à catação. Por isso, se considera situacional, como mostra a declaração de uma catadora, moradora do bairro Campo Novo, quando perguntada sobre suas fontes de renda atuais: “*Como agora não estão me chamando pra eventos, um freelancer que eu faço, tô saindo pra catar, mas tá difícil, eu não queria mais sair, mas faz o que?*” (Campo Novo, 14/01/2015).

A catação situacional aparenta ocorrer de forma intercalada com outras atividades, como jardinagem, construção civil, gastronomia e limpeza doméstica. Essa condição múltipla de trabalho pode durar por muitos anos, uma vez que esse catador não consegue se manter por muito tempo em trabalhos com carteira assinada, permanecendo em “bicos”. O *catador situacional* verbaliza não querer permanecer na catação, somente a instrumentaliza, mas não desenvolve a atividade além do necessário. Como não há interesse em manter-se na atividade, o desejo e o anseio pela transformação são grandes, embora não demonstre ter claro para si qual profissão anseia alcançar e muito menos como chegar até lá. Ele realiza a catação de sacola, de veículo de tração humana, de carrinho de supermercado ou até mesmo de carrinho de bebê. A escolaridade da maior parte desse tipo de catador era Ensino Fundamental incompleto (entre 6° e 9° anos) e sua renda mensal média em 2015 era de meio salário mínimo, em torno de R\$ 400,00 a R\$ 600,00. Esses catadores verbalizam valorizar a liberdade e a autonomia que a atividade proporciona. Nesse sentido, a catação demonstra ser, para esse grupo, uma atividade bastante flexível, a qual se pode iniciar e encerrar no dia, quando bem entender, ou retornar e abandonar quando necessário. A categoria do *catador situacional* apresenta ser mais densa e diferenciada, por isso mais complexa, podendo ser ainda segmentada internamente em outros tipos. Os *catadores situacionais* representavam 40,7% dos catadores acompanhados pela equipe.

Há uma série de estudos nos quais é possível encontrar discussões semelhantes referentes a esses dois tipos de catadores, embora esses autores não usem exatamente esses conceitos (DIAS, 2002; PORTO *et al.*, 2004; SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013).<sup>28</sup> Esses demais estudos dão suporte a essas duas categorias analíticas construídas pela equipe, a partir de entrevistas com catadores, e que retratam um pouco a relação de catadores individuais ou organizados em pequenos grupos familiares com a sua atividade na cidade de Porto Alegre.

---

<sup>28</sup> Porto *et al.* (2004) descrevem, por exemplo, o que chama de catador eventual, assim como descreve-se aqui o *catador situacional*. Silva, Goes e Alvarez (2013) também falam sobre o perfil heterogêneo dos catadores, referindo-se, em especial, à forma diferenciada de como se organizam.



Considero que os resultados supracitados evidenciam a heterogeneidade do perfil socioeconômico e laboral dos catadores, assim que se prova impossível compreender sua realidade sem destacar seus muitos modos de existir nessa realidade. A gama de sujeitos com os quais os catadores interagem no *mundo-da-vida* é diverso, mas, no que tange a sua atividade, os comerciantes (atravessadores) e a indústria ganham relevância. Na próxima seção, problematizo, a partir de um conceito sociologicamente amplo e dinâmico de institucionalização, assim como concebido por Berger e Luckmann (2014) sob influência de Arnold Gehlen (1904-1976), o processo histórico pelo qual a catação foi-se institucionalizando no Brasil como práticas social, econômica, ambiental e política e as possíveis mudanças que essa atividade vem sofrendo como forma de angariar legitimidade perante a sociedade brasileira de modo geral.

### **2.2.2 A institucionalização social, econômica, ambiental e política da catação no Brasil**

Por trás das práticas sociais, sejam elas o simples fato de se comprar um pão na padaria, ou práticas mais complexas, como a descoberta da cura de doenças, estão escondidos importantes processos de institucionalização, sem os quais essas práticas não estariam socialmente estabelecidas e não seriam fontes de conhecimento. Portanto, toda e qualquer prática social é resultado de um processo de institucionalização com maior ou menor grau de legitimidade social. Peter Berger e Thomas Luckmann (2014) analisaram em *A construção social da realidade*, de 1966, os processos pelos quais o sentido subjetivamente visado torna-se conhecimento socialmente compartilhado. Para os autores, “[a] institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. Dito de maneira diferente, qualquer uma dessas tipificações é uma instituição” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 77).

De maneira geral, pode-se dizer que tipificação é um processo cognitivo pelo qual o homem organiza suas experiências e, a partir delas, percebe suas vivências na vida em sociedade. Por exemplo, dizer que uma maçã é vermelha e redonda seria uma tipificação, assim como quando se relacionam a chuva ao molhado, o fogo ao calor e assim por diante. É possível falar de institucionalização, a partir de Berger e Luckmann (2014), sempre que duas ou mais pessoas assumam papéis sociais específicos ao combinarem de forma recíproca ações por elas já habitadas, ou seja, ações padronizadas. No processo de institucionalização, práticas e pessoas vão-se tornando típicas. Para tanto, toda a ação humana não nasce do nada, mas, sim, da combinação de conhecimento institucionalizado historicamente. Logo, pode-se

imaginar, de forma abstrata, que a prática da catação nasce da combinação de ações socialmente estabelecidas, vinculadas, por exemplo, à instituição trabalho ou até mesmo à instituição família, principalmente quando se pensa na divisão do trabalho por gênero.

O conceito de institucionalização de Berger e Luckmann (2014) tem como base as discussões filosóficas antropológicas de Arnold Gehlen sobre a ação do homem e sua necessidade biológica de organizar seu caos interno através das instituições. Desprovido de um aparelho instintivo desenvolvido, capaz de guiar o homem nas suas decisões, esse ser, caracterizado por sua “abertura para o mundo”, cria o seu próprio mundo para nele se orientar. Assim, surgem as instituições, as quais Gehlen denomina “hábitos estabelecidos” (ABELS, 2007, p. 98, tradução nossa).

Mexe com a imaginação de qualquer um tentar compreender como uma determinada prática social surge e vai se estabelecendo de tal forma que os indivíduos nem sequer têm consciência de que ela não é “naturalmente dada”, e sim socialmente construída. Ao considerar as primeiras seções deste capítulo, percebe-se como a prática da reciclagem, por mais que pouco desenvolvida, era realizada em sociedades antigas, ganhando mais “sentido” ao passo que as sociedades foram se industrializando e produzindo grandes excessos. No Brasil, encontram-se indícios da prática de catadores no ano de 1896, período no qual o país estava se industrializando (BENVINDO, 2010). A própria história do país atua, portanto, como pano de fundo para a sociedade que aqui se estabelecia entre os séculos XIX e XX. Embora a maior parte da força de trabalho fosse encontrada durante os anos de 1888 até 1930 (Revolução de Trinta) na área rural, nas cidades, a implantação da industrialização se fazia presente. De forma geral, o mercado de trabalho dessa época se caracterizava pelo trabalho livre com a abolição da escravatura e o branqueamento da população brasileira com a vinda de imigrantes europeus, os quais deveriam substituir os negros como força de trabalho (POCHMANN, 2012). Tal evento teve como consequência a marginalização do negro no mercado de trabalho, assim como o estabelecimento de uma oferta de trabalho excedente de trabalhadores imigrantes em todo o país (POCHMANN, 2012). A venda e o reaproveitamento de resíduos, especialmente do papel, surge à época, principalmente nas metrópoles, como possível estratégia de sobrevivência para a parcela mais pobre da população.

No decorrer do século XX, é difícil de compreender a dimensão da prática da catação no Brasil, uma vez que se encontram poucos registros dessa atividade até os anos 1980, seja no meio acadêmico ou em outros espaços de produção do conhecimento (DIAS, 2002). Um aumento nos registros não parece, porém, estar somente relacionado à natureza informal da catação, mas também à popularização da atividade entre os trabalhadores após transformações

sociais, econômicas e políticas ocorridas no país. Ao levar em consideração os diferentes contextos sociais e econômicos que o país passou após a Revolução de Trinta (1930) até os anos de 1980, configuram importantes aspectos para a institucionalização da prática da catação no Brasil: a industrialização nacional do país<sup>29</sup>, a formação de um excedente de força de trabalho nas cidades como consequência do êxodo rural, bem como a diferenciação entre trabalho formal e informal marcada pela ampla presença de salários baixos e trabalhadores autônomos. Com o esgotamento da industrialização nacional e a oscilação do crescimento econômico entre os anos de 1981 e 2003, essa força de trabalho excedente aumentou, buscando especialmente na informalidade meios de sobrevivência.

Apesar de ser possível observar uma tendência de queda da pobreza entre os anos de 1970 e 1999 no Brasil, foram principalmente nos centros urbanos que essa pobreza passou a se concentrar ao final do século XX (ROCHA, 2006). Portanto, em especial a população de baixa renda, com baixa escolaridade e pouca especialização profissional, foi atingida pelas transformações negativas do mercado de trabalho, permanecendo ou piorando sua situação de pobreza, num contexto de escassez de políticas sociais e de trabalho. Em pesquisas publicadas nos anos 1980 sobre a cidade de Porto Alegre, a catação era retratada especialmente como uma atividade realizada de forma precária, ligada à condição de extrema pobreza dos trabalhadores, que viviam e sobreviviam nos lixões a céu aberto (DORFMANN; VERDUM, 1988; FISCHER, 1989; DAGNINO, 2004). Entre os anos de 1985 e 1990, foram constituídas na capital gaúcha as primeiras associações de catadores com o apoio de entidades religiosas (MICHELOTTI, 2006). Nesse período, surgiram coletivos de catadores na região das Ilhas, seguida das regiões norte e leste da cidade. Com a urgência em resolver o problema do acúmulo de lixo nos lixões a céu aberto nos anos 1990, o poder municipal da época iniciou um trabalho de parceria com algumas associações de catadores, fornecendo-lhes apoio para a sua organização e estruturação (MICHELOTTI, 2006; SILVA; NASCIMENTO, 2017).

Paralelamente a esse contexto econômico e social sobre o qual a prática da catação se desenvolve, encontra-se em torno dos anos de 1970 um movimento mundial de proteção ao meio ambiente, denominado movimento ambiental, do qual o governo brasileiro faz parte (ONUBR, [2017?]). Como importantes marcos dentro do movimento ambiental mundial se destacam a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo na Suécia, em 1972, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento sediada no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como a “Cúpula da Terra”,

---

<sup>29</sup> Determinados produtos passaram a ser produzidos no Brasil e não mais importados, aumentando a demanda de matéria-prima, bem como facilitando o acesso a determinadas mercadorias e bens de consumo.

onde foram estipulados e assumidos por 172 países participantes planos de ação (Agenda 21) que visavam ao estabelecimento de práticas sustentáveis no século XXI, buscando o recuo da destruição da natureza pelo homem. Além disso, há também o Protocolo de Kyoto, adotado em 1997 e que estabelece metas obrigatórias para 37 países industrializados e para a comunidade europeia no intuito de reduzir as emissões de gases do efeito estufa. As conquistas alcançadas pela Agenda 21 foram avaliadas, em 2002, na Conferência Rio +20, em Johannesburgo, na África do Sul. O Brasil, bem como as demais nações, passou, portanto, a assumir uma série de compromissos políticos não somente com implicações ao meio ambiente, mas também à economia, em virtude da exploração de novos nichos econômicos, como, por exemplo, a produção de energias renováveis, bem como a própria reciclagem (ONUBR, [2017?]).

O cumprimento de determinados compromissos políticos do governo brasileiro nas áreas ambiental, econômica e social coincide com um aumento de investimentos em políticas públicas numa época de forte crescimento econômico, que compreende especialmente os anos de 2004 a 2014 (SOARES, 2017). Assim, no ano de 2010 foi promulgada a Lei n. 12.305, que institui o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (BRASIL, 2010). Essa lei busca organizar a cadeia da reciclagem, identificando e responsabilizando todos os agentes nela envolvidos: os produtores dos resíduos (indústria e consumidores), os catadores, o Estado, os comerciantes, bem como a indústria do reaproveitamento.

Na sua formulação participaram, além de parlamentares e técnicos, integrantes do Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR), os quais exigiam a integração de catadores no ciclo da reciclagem (CAMPANI, 2016). O Movimento foi fundado em 2001 durante o Primeiro Congresso Nacional de Catadores em Brasília, denominando-se responsável pela autogestão e organização dos catadores em coletivos no que concerne aos serviços de coleta e classificação de resíduos (MNCR, 2008). A organização atua, principalmente, na instância política, tentando influenciar decisões de grupos políticos no que tange à institucionalização e legitimação do trabalho dos catadores, através de leis e decretos. Assim, a manifestação do seu poder de influência pode ser observada no evento ligado ao veto da presidenta Dilma Rousseff do Projeto de Lei n. 6.822/2010, de autoria do senador Paulo Paim (Partido dos Trabalhadores), que previa a regulamentação da profissão de catador de materiais recicláveis e reciclador de papel (MNCR, [2012]). Segundo o Movimento, essa lei prejudicaria os catadores, uma vez que era muito burocrática, exigindo a entrega de documentos que muitos não possuíam, fato que os excluiria ainda mais do mercado da reciclagem.

Outro importante marco político no processo de institucionalização da atividade da catação foi, sem dúvida, a inclusão da atividade em 2002 no rol de Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) sob o termo “Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável” (BRASIL, [2017?]). Embora a atividade tenha sido reconhecida como ocupação, e não como profissão, esse ato contribuiu para o seu reconhecimento social.

Com base nas informações expostas, compreende-se que a catação não somente se constituiu por todo esse período histórico como uma atividade que garante renda àqueles que mais têm dificuldade para geri-la socialmente, como também foi a forma encontrada para mudar o meio que se habita e a expressão desse meio. Assim, como toda a atividade humana, a prática da catação esteve e está sujeita ao hábito. Ou seja, “qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão, que pode em seguida ser reproduzido com economia de esforço e que, *ipso facto*, é apreendido pelo executante como tal padrão” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 75). A economia do esforço psicológico que a ação habituada oferece é o que permite que o caos biológico seja socialmente organizado, ao passo que “o mesmo de sempre” seja reproduzido. Empiricamente, todo o hábito da atividade humana está sujeito às instituições preexistentes ou coexistentes a ele, ou seja, as práticas sociais não surgem nem se desenvolvem no nada. Nesse sentido, nem a atividade da catação surgiu no nada.

Historicamente, os homens perceberam que artefatos possuem valor de troca, um produto por outro produto, ou também valor monetário, produto por dinheiro. O produto ganho na troca ou na venda possibilita a compra de outros produtos, necessários para a sobrevivência. Partindo da mera sobrevivência diária, aquela atividade vai assumindo padrões mais complexos, deixando a intuição em prol de ações mais sistemáticas e organizadas, que permitam a economia de tempo, garantindo na sociedade das trocas monetárias mais eficiência e maiores rendimentos. As decisões tomadas na atividade humana são conduzidas pelas experiências pré-realizadas pelos sujeitos nas suas instituições. Para além daquilo que se torna habitual, deve-se perguntar como aquilo se torna habitual. Levando em consideração a literatura existente sobre a catação e os catadores, são muitas as maneiras de como esse fenômeno se apresenta socialmente: por um lado, é visto como trabalho, profissão, digno, rentável, ambiental e, por outro, é visto como sujo, “a última opção”, informal, invisível, dentre outros aspectos.

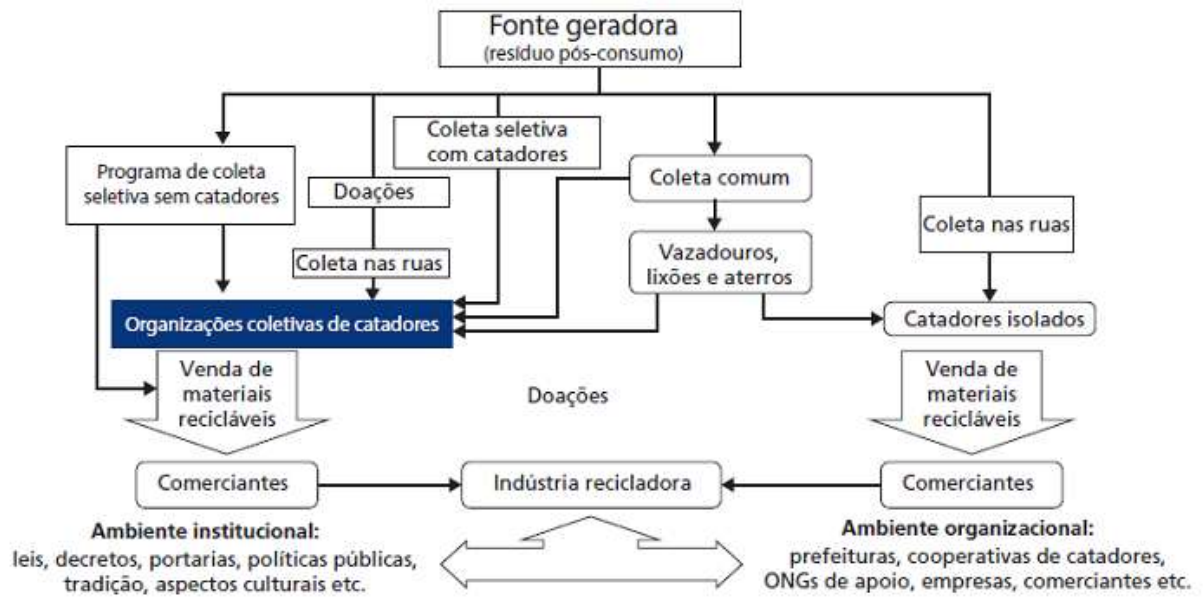
Segundo Berger e Luckmann (2014), a economia de energia psicológica, assim como a ação habituada, não oferece somente estabilidade para a ação e a constituição do homem, pois permite também a criatividade e a possibilidade do novo. Mesmo que a catação possa ter

iniciado de forma rudimentar e seja até hoje realizada pelos catadores com maior ou menor grau de precariedade, ela foi-se especializando e se desenvolvendo com o passar dos anos. Assim, muitos brasileiros que foram para a atividade da catação não somente reproduziram sua situação social como também encontraram nela uma forma de superá-la. Teixeira (2010) mostra, em estudo realizado com catadores na cidade de Brasília, como muitos deles, migrantes vindos de outros estados, relatavam que sua situação socioeconômica havia melhorado consideravelmente depois que se mudaram para Brasília e começaram a trabalhar na coleta e venda de resíduos.

A crescente presença da catação na sociedade brasileira nas últimas décadas é inegável. Até 2010, os catadores eram responsáveis por mais de 90% dos resíduos que eram descartados de forma adequada no Brasil, sendo que, nessa mesma época, o país registrava mais de 400 mil pessoas atuando nessa atividade, com ganhos que superavam o salário mínimo (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013). Embora a literatura registre, ao final dos anos 1980, de forma predominante, a precarização dessa atividade no Brasil, ela também aponta para o surgimento das primeiras organizações coletivas formadas por catadores, atestando as mudanças institucionais que estavam ocorrendo nessa atividade. Belo Horizonte e Porto Alegre são cidades que, no início dos anos 1990, registravam a formação de organizações de catadores com a ajuda de instituições religiosas e políticas (MAGERA, 2003; SILVA, 2015; SILVA; NASCIMENTO, 2017). Segundo Freitas e Fonseca (2012), dados do IBGE apontam que, 18 anos mais tarde, em 2008, o Brasil contabilizava em torno de 1.175 organizações de catadores, as quais empregavam 30.390 mil trabalhadores. Esse número, certamente, não é pequeno se visto da perspectiva do tempo, mas, por outro lado, é insuficiente se visto da perspectiva da necessidade social e da viabilidade econômica dessa atividade.

No que corresponde às vantagens econômicas da reciclagem, especialmente a indústria vem se beneficiando economicamente desse nicho desde os anos 20 do século passado até os tempos atuais. Não obstante, encontram-se nessa cadeia de beneficiados os comerciantes (atravessadores), as associações e cooperativas de catadores, os catadores individuais e de certa maneira também o Estado. O fluxograma apresentado na Figura 5, a seguir, reflete o fluxo da cadeia de valor da reciclagem e os atores nela envolvidos (SILVA, 2017). De forma geral, pode-se considerar que quanto mais próximo da indústria os agentes se encontram na cadeia de valor da reciclagem, maiores são seus rendimentos, sejam eles monetários ou simbólicos (DIAS, 2002; SILVA, 2017).

Figura 5 – Fluxograma da cadeia de valor da reciclagem



Fonte: Silva (2017, p. 13).

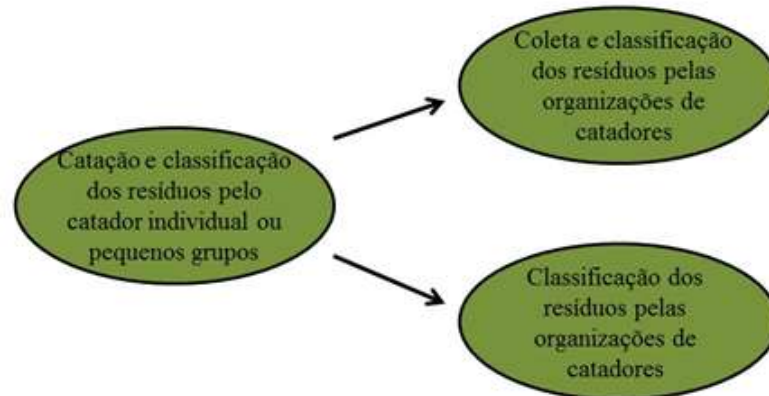
Como se pode ver na Figura 5, no que corresponde à coleta seletiva de resíduos, essa é hoje realizada por coletivos de catadores organizados, além de empresas privadas sem catadores. A integração de catadores organizados coletivamente nos serviços da coleta seletiva e na triagem do material está prevista na Lei n. 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil (BRASIL, 2010). A Lei prevê que os municípios que integrarem catadores na coleta seletiva terão prioridade de acesso aos recursos da União. Essa Lei não causou, porém, ainda efeitos significativos: em 2016, a pesquisa Ciclossoft do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE) registrou que, dos municípios pesquisados, somente 18% possuem coleta seletiva<sup>30</sup> (CEMPRE, 2016). Em apenas 51% desses municípios a coleta seletiva é realizada pelas prefeituras. Dessas, somente 44% trabalham com organizações de catadores na coleta seletiva, sendo que 67% das prefeituras ainda contratam empresas privadas. É importante destacar que, nesse valor de 44%, estão incluídas prefeituras que contratam organizações de catadores para os serviços de coleta seletiva, mas também prefeituras que só apoiam os catadores com maquinários, galpões de triagem, ajuda de custo com água e energia elétrica, caminhões e combustível, capacitações e investimento em divulgação e educação ambiental. Este é o caso de Porto Alegre.

Apesar desse pequeno contingente, é importante ressaltar a importância de se observar de que forma a atividade da catação vem assumindo outros modos de ser como prática social para os catadores. A Figura 6, na sequência, resume essa reflexão: enquanto aproximadamente

<sup>30</sup> O Brasil possui atualmente 5.570 municípios (IBGE, 2017).

até os anos 1990, os catadores trabalhavam exclusivamente de forma isolada, individualmente ou em pequenos grupos familiares, sem ou com baixa divisão do trabalho, nos dias atuais encontram-se catadores organizados coletivamente, responsáveis pela coleta e classificação dos resíduos em maior escala, apresentando conhecimento especializado e maior divisão do trabalho.

Figura 6 – A atividade da catação está se profissionalizando?



Fonte: A autora (2018).

Diante dessas transformações ocorridas na organização do trabalho dos catadores, argumento, com base nas discussões de Dubar (2012) sobre a socialização profissional dos indivíduos e de Luckmann e Sprondel (1972) sobre a organização profissional do trabalho, de que esses sujeitos estão vivenciando e conduzindo o processo de profissionalização de sua atividade. Tal aspecto se manifesta devido às características típicas da organização do trabalho em sociedades modernas: maior divisão do trabalho (estruturas diferenciadas dos papéis sociais e diversificação do conhecimento), substituição do trabalho leigo pela racionalização do conhecimento especializado, rituais formais de transmissão do conhecimento (cursos, treinamentos e *workshops*), reconhecimento social através da concessão de alvarás, certificações e licenças, entre outros.

Assim como há organizações de catadores que realizam a coleta e classificação dos resíduos, há organizações que são especializadas somente na classificação, como é caso das 17 UTs que atuam na cidade de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, [2018?]). Mesmo que algumas dessas associações tenham iniciado suas atividades ainda nos anos 1990, esses catadores verbalizam ter passado grande parte dos doze anos seguintes atuando sem ou com



pouco apoio dos setores público e privado.<sup>31</sup> Em Porto Alegre, as unidades conveniadas com o poder público atuam, em grande parte, como associações, recebendo repasses financeiros da prefeitura para manter seus custos básicos, como luz e água. Aquilo que recebem na venda dos resíduos triados é compartilhado, em geral, de forma igualitária (partilha) entre todos que trabalham na unidade, independentemente de sua função. Em muitas unidades não trabalham, porém, somente ex-catadores, mas também pessoas que nunca tiveram experiência com a reciclagem.

A catação foi se institucionalizando como uma prática social, uma vez que envolve grupos de sujeitos em permanente interação uns com os outros, permitindo o acesso da população de baixa renda e escolaridade ao trabalho. Atrelada a esse aspecto social, a catação tem que ser vista também como uma prática econômica, visto que possibilita a geração de renda e a obtenção de bens. No entanto, ao refletir a proteção do meio ambiente diante à ação do homem, ela se institucionaliza como uma prática ambiental. E exatamente porque ela é social, econômica e ambiental é que a catação se apresenta como uma prática política, ao passo que os sujeitos nela envolvidos buscam defender sua participação na exploração da atividade no mercado da reciclagem, à medida que interagem com as demais instituições e seus agentes.<sup>32</sup>

Nenhuma prática social institucionalizada fica, porém, imune às dúvidas lançadas sobre sua legitimidade. Quando essas práticas extrapolam o meio no qual foram construídas, elas são colocadas à prova. Com vistas a compreender os mecanismos pelos quais os catadores buscam legitimar o seu trabalho, discuto na próxima seção, com base na literatura existente e na teoria da legitimação de Berger e Luckmann (2014), as características do processo de legitimação da catação, destacando as dificuldades enfrentadas pelo grupo para garantir e manter o reconhecimento de suas atividades pela sociedade.

### **2.2.3 A legitimação da catação no Brasil**

Enquanto o termo “catação” surge para classificar o trabalho dos catadores, o termo “reciclagem” é uma palavra empregada, em princípio, de forma técnica, derivada do inglês *recycling*, para designar o processo de transformação pela indústria de materiais descartados. Assim como o próprio termo “catação”, a palavra “reciclagem” não possui somente um

---

<sup>31</sup> Informação obtida em reuniões e debates dentro das minhas atividades no Programa “Todos Somos Porto Alegre”.

<sup>32</sup> Outros autores como Michelotti (2006) e Oliveira (2010) realizam semelhante discussão.

sentido técnico, e sim, em grande medida, um sentido político. Devido ao seu valor econômico e ambiental instituído a partir dos eventos anteriormente citados, a reciclagem em si já é um mercado legitimado. A partir dessa perspectiva, lança-se a seguinte questão: quem tem o direito de explorar esse mercado, como e por quê?

Os catadores, assim como os demais agentes envolvidos, buscam a partir de práticas e discursos legitimadores o direito de exploração desse mercado. Alguns resultados de suas conquistas podem ser encontrados na inclusão de cooperativas ou outras formas de associação de catadores nos serviços de coleta e triagem dos resíduos, assim como estipulado por lei (Lei n. 12.305), bem como o reconhecimento do seu trabalho como ocupação pelo Ministério do Trabalho. No que corresponde à situação das associações de catadores na cidade de Porto Alegre, essas vêm gradativamente conquistando seu espaço dentro do mercado da reciclagem através de incentivos financeiros e reconhecimento dos setores público e privado, mesmo que esse processo não possa ser visto como contínuo, apresentando momentos de crise.

Antes de seguir com exemplos, gostaria de discutir de que forma Berger e Luckmann (2014) explicam os mecanismos por trás de processos de legitimação. Para os autores, o processo de legitimação faz parte dos processos que compõem a dialética da construção social da realidade, que são a tipificação, a institucionalização, a legitimação e a socialização. A Figura 7, a seguir, ilustra a tríade da dialética da construção social da realidade, assim como os processos que a constituem (KNOBLAUCH, 2005).

Figura 7 – Dialética da construção social da realidade



*A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social.*

Fonte: Traduzida de Knoblauch (2005).

Embora não se deva entender a dialética da construção social da realidade como processos independentes e estanques, mas, sim, como processos que ocorrem todo o tempo, simultaneamente, o processo de legitimação estaria localizado, para Berger e Luckmann (2014), na dialética entre os processos de institucionalização e socialização, uma vez que é pela legitimação que objetivações institucionalizadas buscam suas “justificativas” e “explicações” para possíveis contradições que as impossibilitem de circular. A objetivação designa o processo pelo qual tipificações e tipos de sujeitos passam a existir para além da atuação dos indivíduos. Segundo os autores:

A legitimação enquanto processo é melhor definida dizendo-se que se trata de uma objetivação de sentido de “segunda ordem”. A legitimação produz novos significados, que servem para integrar os significados já ligados a processos institucionais díspares. A função da legitimação consiste em tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações de “primeira ordem”, que foram institucionalizadas (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 122).

O conceito de objetivação ou conhecimento de primeira e segunda ordem foi cunhado por Alfred Schütz (2004): enquanto o conhecimento de primeira ordem designa as teorias dos homens comuns no *mun-do-da-vida*, chamadas de senso comum, o conhecimento de segunda ordem refere-se às teorias desenvolvidas em outras realidades (*Sinnprovinzen*), como a ciência ou a religião, as quais, por sua vez, sempre buscam suas referências no *mun-do-da-vida*.

Sempre que objetivações institucionalizadas passam a ser transmitidas, extrapolando o seu meio e grupo formador, não podendo ser mais somente mantidas por hábitos e uma memória coletiva, elas necessitam encontrar formas de se legitimar, ou seja, formas de se justificar e explicar para continuarem a existir. Na transmissão, sua existência é colocada em dúvida, mas, cada vez que a dúvida é superada, esse elemento da realidade social vai tornando-se mais maciço.

Berger e Luckmann (2014) distinguem quatro níveis de legitimação, que, embora aqui apareçam analiticamente separados, na realidade social emergem de forma conjunta. Eles se diferenciam principalmente pelo seu grau de explicação e o grau de poder que exercem sobre os homens (ABELS, 2007). O primeiro nível de legitimação faz referência às afirmações simples ligadas à tradição, o que os autores chamam de “explicações fundamentais” (*Primärwissen*). Assim como quando se pergunta o porquê de algo e se recebe a resposta “porque sim” ou “porque é assim que se faz”. Esse nível é pré-teórico, ou seja, existia antes do surgimento de legitimações com base em teorias densas. Além disso, esse nível é, mais do

que tudo, “o fundamento do ‘conhecimento’ evidente, sobre o qual devem repousar todas as teorias subsequentes, e inversamente, que estas devem atingir para serem incorporadas à tradição” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 125).

O segundo nível de legitimação faz uso de proposições teóricas em forma rudimentar (*theoretische Postulate in rudimentärer Form*). Nesse nível, são realizadas explicações com base em esquemas de relações objetivas. Trata-se de um verdadeiro instrumentário de máximas morais, ditados, valores, crenças e mitos, usados de forma quase poética para legitimar ações concretas. A frase “eu poderia estar roubando, matando, mas eu estou aqui trabalhando” é um exemplo emblemático desse tipo de legitimação entre trabalhadores informais. Algumas argumentações de muitos catadores sobre a maneira como percebem o seu trabalho, como “é sujo, mas é honesto”, também remetem a esse tipo de estratégia legitimadora. Além de essas explicações refletirem os valores compartilhados por um grupo ou sociedade, elas traduzem os mecanismos sociais inerentes às práticas sociais.

Somente no terceiro nível é que se encontra a teorização explícita (*explizite Legitimationstheorien*), a qual é reservada a um grupo específico de sujeitos, capacitados institucionalmente para executar tal atribuição. Nesse nível, um setor institucional é legitimado pelo seu conhecimento, o qual é transmitido “por meio de procedimentos de iniciação formalizados” (BERGER; LUCKMANN, 2014). Teorias sobre a classificação e manuseio do resíduo, a explicação sobre a importância do descarte adequado para a não contaminação do solo e vias pluviais, a proteção do meio ambiente, práticas sustentáveis, empreendedorismo, assim como uma exposição sobre direitos e deveres de sócios de uma cooperativa de catadores são exemplos desse nível de legitimação. Não se trata somente do que é passado, mas como é transmitido. Portanto, o ritual tem um papel legitimador fundamental. Uma vez legitimadas, pessoas e teorias alcançam um grau de legitimidade que extrapola sua aplicação prática, tornando-se “teoria pura” (BERGER; LUCKMANN, 2014). Não é de se espantar, portanto, como o catador anteriormente isolado, agora supervisor de uma unidade de triagem, que passou por cursos de qualificação, goza de legitimidade diferenciada. Ele passa a fazer parte, em menor ou maior escala, do quadro dos especialistas, ou seja, papéis institucionalizados legitimados para falar<sup>33</sup>.

De forma geral, é importante se atentar para o fato de que essas proposições e teorias aplicadas no mundo social têm como base uma série de instituições e níveis de legitimação.

---

<sup>33</sup> Para Berger e Luckmann (2014) os especialistas são os indivíduos que dominam o conhecimento especializado, bem como detém a legitimação pelo seu compartilhamento a partir de determinados rituais institucionais.

Nenhum nível cumpre tão bem esse papel integrador entre objetividade e plausibilidade como os universos simbólicos (*symbolische Sinnwelten*), representando o quarto e último nível da legitimação. Os universos simbólicos trazem consigo a explicação do todo. Nas palavras de Berger e Luckmann (2014, p. 127), isso significa dizer que:

[...] *todos* os setores da ordem institucional acham-se integrados num quadro de referência global, que constitui então um universo no sentido literal da palavra, porque *toda* a experiência humana pode ser agora concebida como se efetuando no *interior* dele. O universo simbólico é concebido como a matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais.

Os universos simbólicos não oferecem somente explicações sobre a vida, suas fases e facetas, mas também sobre a morte e tudo aquilo que está localizado além da experiência prática da vida cotidiana, como o mundo de sonhos, fantasias, a ciência, a religião e assim por diante. Exemplos desse tipo de legitimação são explicações como “o capitalismo”, “a cultura cristã”, “o Alcorão”, mas também “a pós-modernidade”, ou seja, explicações abrangentes sobre a totalidade da vida humana (ABELS, 2007). O conhecimento é concebido socialmente de forma diversa, percorrendo caminhos que se estendem desde o saber elementar da vida cotidiana até as interpretações simbólicas (KNOBLAUCH, 2005). Sempre que surgir alguma desordem entre os diferentes saberes da realidade social, os universos simbólicos irão integrá-los, tornando-os significativos de um só mundo. Assim, toda prática sustentável não significará somente uma técnica adequada de descarte, e sim um ato que divide “pessoas de bem” das “pessoas do mal”.

A legitimação é cognoscitiva antes de ser normativa, ou seja, pressupõe conhecimento para funcionar como normativa (BERGER; LUCKMANN, 2014). Para que o sujeito possa definir o que é bom e o que é mal, ele terá antes que conhecer os papéis sociais ao seu redor. Não lhe é somente explicado o dever ser de algo, mas também o porquê das coisas. Os sujeitos podem pagar preços altos quando a legitimidade de suas práticas é questionada. O exemplo da restrição do uso de carrinho e carroça nas ruas de Porto Alegre, decretada em 2010 pela Lei n. 10.531, é um exemplo emblemático de como uma prática institucionalizada tem sua legitimidade colocada à prova (PORTO ALEGRE, 2010). Da mesma maneira que os agentes sociais podem questionar o direito de exploração dos resíduos no mercado da reciclagem, também podem levantar questões referentes ao direito de uso e às formas de uso do espaço público pelos catadores. Especialmente, a maneira como o catador circula e se apresenta na paisagem urbana demonstra ser motivo de reprovação entre aqueles que criticam e buscam rever a sua movimentação pelo espaço público (DIAS, 2002). Em linhas gerais, a

presente lei previa a redução gradativa do uso de veículo de tração animal (VTA) e veículo de tração humana (VTH) até 2016, afetando um grande número de catadores de rua, que usam VTA e VTH para trabalhar. O efeito da lei foi prorrogado recentemente para o ano de 2020 (CMPA, 2017).

Com a ajuda especialmente do Movimento de Catadores (MNCR) e de partidos políticos que legitimam essa prática, os catadores buscam manter sua atividade. Para tanto, usam discursos legitimadores que justifiquem essa atividade a partir da perspectiva da justiça social, da garantia de direitos, da geração de renda, do argumento ambiental, dentre outros. Devido ao pequeno grau de instrução e, conseqüentemente, do conhecimento que a maior parte desses trabalhadores detém, os catadores muitas vezes não conseguem recorrer “de forma adequada” aos discursos legitimadores, disponíveis no estoque social de conhecimento. A linguagem assume verdadeira importância no processo de constituição do conhecimento de uma sociedade e no seu compartilhamento, pois é nela que o estoque de conhecimento (e assim a estrutura social) social está armazenado e é transmitido.

Portanto, ao serem compartilhadas, as práticas sociais recebem uma “embalagem” adicional, a qual não faz mais referência à prática em si, e sim a elementos exteriores a ela. Quanto à catação, observo que seja possível encontrar diferentes estratégias de legitimação no decorrer do tempo, manuseadas de forma dinâmica por diferentes atores sociais. Se, de forma muito pragmática, o sentido da ação de catar de um sujeito seja coletar e vender objetos de valor para cessar a fome e adquirir vestuário, dentre outras possibilidades, a legitimação e os legitimadores lhe dão um novo sentido: a catação passa a ser compreendida como a consequência de relações desiguais no interior de uma sociedade, fruto da injustiça social, uma prática ambiental, sustentável, empreendedora, profissional, entre outras possibilidades. Quanto maior o grau explicativo da “teoria” empregada, maior será seu poder de legitimação, ou seja, mais difícil será contestá-la.

De forma geral, ao retomar a questão apontada no início desta discussão sobre o direito de exploração do mercado da reciclagem, gostaria de destacar a crescente obtenção de reconhecimento e legitimidade pelos catadores à medida que aproximam suas práticas às formas dominantes de organização profissional do trabalho das sociedades modernas. Ao passo que relacionam a sua atividade com um determinado discurso social, seja, por exemplo, o discurso da profissionalização ou da proteção ao meio ambiente, passam a interpretar e defender o seu trabalho com mais legitimidade. É especialmente nesse nível de organização que se pode observar uma tendência por parte dos catadores de reivindicar o reconhecimento do seu trabalho como profissão, bem como de assumir determinadas práticas de fechamento

social<sup>34</sup>, que consistem na tentativa de criminalizar, culpar e excluir catadores de rua do ciclo da reciclagem (MICHELOTTI, 2006; OLIVEIRA, 2010). Portanto, o direito de exploração dessa atividade demonstra estar diretamente relacionado à posse de determinado conhecimento e práticas, bem como seu poder de legitimação perante aquela sociedade.

A dificuldade de contestação não é, porém, nem o único nem o mais importante elemento da legitimação. Uma teoria não pode ser somente complexa e abrangente, ela tem que se tornar plausível social e biograficamente. Assim, na próxima e última seção deste capítulo, discuto de que forma essa realidade objetiva, construída e legitimada, é compartilhada e internalizada no processo de socialização.

### 2.3 INTERPRETAÇÃO E BIOGRAFIA

Nenhuma análise sobre a realidade social pode deixar de considerar que sociedade é sempre realidade objetiva e subjetiva ao mesmo tempo (BERGER; LUCKMANN, 2014). Empiricamente, busco nesta pesquisa acesso a uma parcela da realidade objetiva pela realidade subjetiva, e isso de forma diacrônica e sincrônica, ou seja, interessa-se pelo presente e passado dos sujeitos – sua biografia. Através da biografia, é possível acessar as estruturas sociais (isto é, a distribuição social do conhecimento) e a maneira como estas são internalizadas pelos sujeitos no processo de socialização de forma temporal (ROSENTHAL, 2017). Ao longo de todo este capítulo, apresento e discuto, a partir da literatura existente sobre a catação e a perspectiva teórica da sociologia interpretativa de Berger e Luckmann (2014), de que forma o catador interpreta a sua atividade e como essa interpretação pode estar relacionada ao mundo social que habita. Tendo em vista os processos de tipificação, institucionalização e legitimação, procurei evidenciar os mecanismos sociais por trás dessa interpretação. Seria, portanto, impossível compreender adequadamente a interpretação dos sujeitos sobre qualquer fenômeno social sem dedicar um tempo à discussão sobre seus processos de socialização.

---

<sup>34</sup> Com base em estudos de classe a partir da perspectiva weberiana, pode-se dizer que fechamento pode ser compreendido como “a tentativa [de grupos seletivos] de garantir o acesso a recursos e oportunidades aos membros, enquanto exclui-se, simultaneamente, os não membros dessas mesmas prerrogativas. No caso de agrupamentos ocupacionais, o fechamento pode ser exercido de diversas maneiras: 1) pelo monopólio legítimo do exercício de certas atividades, garantido pelo Estado e outros organismos de classe; 2) por regulação, controle e fiscalização do exercício da atividade dos membros; 3) por determinação de critérios, qualificações e requisitos mínimos para o ingresso profissional, inclusive por meio de certificações; 4) por barganha e reivindicações políticas diretas para mediação de conflitos com outros grupos ocupacionais e garantia de direitos e prerrogativas diversas” (PRATES; BARBOSA, 2014, p. 112).

Berger e Luckmann (2014, p. 169) definem socialização “como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela”. Essa introdução do indivíduo à sociedade se inicia com a socialização primária, estendendo-se até a socialização secundária. O processo de socialização de um indivíduo numa sociedade nunca tem fim, ou seja, seu processo de aprendizagem nunca acaba. Todas as fases da vida que sua sociedade lhe oferece, seja a infância, a adolescência, a vida adulta ou a idosa, apresentam-lhe novos conteúdos com os quais precisa lidar. A complexa distribuição do conhecimento de uma sociedade, assim como os seus mecanismos de institucionalização e legitimação, fazem com que a socialização nunca seja total ou acabe (BERGER; LUCKMANN, 2014). É na socialização que os indivíduos interiorizam o conhecimento sobre as atitudes típicas e os tipos de agentes de sua sociedade. Interiorização, por sua vez, significa “a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 168). O processo pelo qual algo exterior ao sujeito ganha para ele um sentido socialmente compartilhado se estende ao longo da socialização primária e secundária. Mas de que forma?

Para Berger e Luckmann (2014), a socialização primária configura a mais importante fase de socialização de um indivíduo, visto que nela se constitui os primeiros alicerces da realidade objetiva e da realidade subjetiva, ou seja, da identidade.<sup>35</sup> Modificá-la, talvez, na verdade em determinado grau bastante possível, mas esquecê-la, jamais. Ao nascer, cada sujeito nasce tanto numa estrutura social objetiva como num grupo social objetivo no qual ele encontra seus outros significativos<sup>36</sup> (BERGER; LUCKMANN, 2014). Os outros significativos são os indivíduos com os quais os sujeitos estabelecem o primeiro contato na vida em sociedade, eles podem ser a mãe, o pai, os avós, irmãos, isto é, aqueles que lhes estendem as primeiras objetivações.

---

<sup>35</sup> Nas Ciências Sociais, especialmente Georg H. Mead, Erik H. Erikson e Ervin Goffman, contribuíram para a elaboração dos fundamentos teóricos que cercam o problema da identidade (HILLMANN, 2007). Nesse sentido, identidade pode ser compreendida como “a autoevidência e autossegurança dos indivíduos em relação a sua própria individualidade, situação de vida e pertencimento social (coletivo) a partir de diferentes graus de consciência e sentimento em relação a essa identidade. A identidade não é algo com o qual se nasce e sim se constitui durante o processo de socialização através da interação social e do aprendizado sobre os papéis sociais, embora a fase da puberdade e adolescência apresente grande importância” (HILLMANN, 2007, p. 355, tradução nossa). De acordo com Mead, a identidade se distingue entre identidade social e pessoal. Enquanto a identidade social (o “Me”, “Mim”) compreende a identificação do indivíduo com um coletivo, o domínio dos papéis sociais, das expectativas, das reações e do reconhecimento dos demais agentes na interação social, a identidade pessoal (o “I”, “Eu”) representa a parte espontânea e ativa da identidade, destacando particularidades biográficas dos sujeitos. A identidade pessoal também se desenvolve com a socialização, mas especialmente a identidade social é que garante continuidade e estabilidade, permitindo a ação.

<sup>36</sup> A teoria da socialização de Berger e Luckmann (2014) baseia-se fortemente na teoria de socialização de Georg Herbert Mead.



A transmissão e o estabelecimento dessas primeiras objetivações são, em especial, carregados de emoções. Sem a ligação emocional, o aprendizado seria mais difícil, quando não impossível, visto que ela permite que as crianças se identifiquem com seus outros significativos. Nas palavras de Berger e Luckmann (2014, p. 170), isso significa dizer que “a interiorização só se realiza quando há identificação”. O sentido que emerge na interação social funcionaria, assim, como um espelho, ou seja, o sujeito reconhece algo, que já existe para ele, em sua consciência. A criança aprende na socialização primária aquilo que no seu grupo de outros significativos é bom ou ruim, correto ou errado, e assume esse aprendizado como seu. Toda vez que tal ação se repetir, ela sabe o que aquilo significa para os seus, assim como para si mesma.

Quando esse padrão de correto e errado, antes identificado num íntimo grupo de outros significativos, passa a ser reconhecido como um padrão de uma sociedade, a criança chega aos seus outros generalizados. Nesse momento, a criança toma consciência de que a norma não vale mais somente para a “casa dos pais”, e sim para um número extenso de indivíduos com os quais ela se relaciona e para além deles. Nas palavras de Berger e Luckmann (2014, p. 172), “o indivíduo tem agora não somente uma identidade em face deste ou daquele outro significativo, mas uma identidade *em geral*, subjetivamente apreendida como constante, não importando que outros, significativos ou não, sejam encontrados”. Portanto, ao passo que o sujeito internaliza a realidade objetiva, ele desenvolve uma identidade coerente e contínua em relação a essa realidade. É nesse processo que o sujeito se torna um membro da sociedade, e ao tornar-se membro da sociedade, termina a socialização primária.

Na socialização secundária, o indivíduo passa a ser introduzido nos “submundos” institucionais, nos quais lhe é transmitida em maior escala não somente a divisão social do conhecimento, mas também a divisão do trabalho. O problema da socialização secundária reside no fato de que seus novos conteúdos precisam, de alguma forma, sobrepor-se àquilo que foi internalizado na socialização primária. Trata-se de um problema de coerência entre o velho e o novo, geralmente resolvido pelas instituições pelos seus rituais legitimadores de transmissão do conhecimento. Nelas, são usadas técnicas pedagógicas pelas quais a realidade é “provada” ao indivíduo. Nesse sentido, a socialização secundária é artificial se comparada com a “naturalidade” da primeira. Berger e Luckmann (2014, p. 185) explicam tal aspecto da seguinte forma:

Por isso a professora procura “provar” [“trazer para a casa”] os assuntos que está transmitindo tornando-os vívidos (isto é, fazendo-os parecer tão vivos quanto o “mundo doméstico” da criança), importantes (isto é, ligando-os com as estruturas

dotadas de importância já presentes no “mundo doméstico”) e interessantes (isto é, levando a atenção da criança a se destacar de seus objetos, “naturais”, passando para outros mais “artificiais”). Estas manobras são necessárias porque já existe uma realidade interiorizada, constantemente “em vias de” novas interiorizações. O grau e o caráter preciso destas técnicas pedagógicas variarão com as motivações que o indivíduo tem para a aquisição do novo conhecimento.

A socialização secundária se caracteriza, como consequência, diferentemente da primária, sobretudo pelo seu grau de formalidade e pelo anonimato. Pode-se mudar de professores e de chefes, mas não de mãe e pai. Os conteúdos transmitidos na socialização secundária são mais frágeis, ou seja, mais rapidamente feitos e desfeitos em relação aos conteúdos da socialização primária. Tal aspecto tem consequências significativas para os sujeitos, como, por exemplo, toda vez que estes precisam deixar a casa dos pais e ir para a escola. Ao deixar a casa dos pais, deixa-se o papel social de filho e assume-se o papel social de aluno, de amigo, de brigão etc.<sup>37</sup> A socialização secundária significa a possibilidade de assumir novos papéis sem se despedir totalmente dos primeiros.

A socialização se destaca, sobretudo, por ser um processo que resulta da interação dos sujeitos uns com os outros. No que tange ao fenômeno da catação como prática social e econômica, esta ocorre em grupos sociais de baixa renda, moradores de bairros com pouca infraestrutura (calçamento, esgoto, água encanada, energia elétrica, escolas etc.) e de habitações populares em geral de estrutura precária. A catação surge para alguns desses moradores, tanto na geração familiar atual, como por vezes em gerações anteriores, como uma possibilidade de trabalho e renda num contexto de alternativas escassas. Quando buscam atuar na catação, esses trabalhadores apresentam ter que lidar com a rejeição social de sua atividade, seja pelos moradores do seu local de moradia ou pelos demais agentes, com os quais interagem na rotina do seu trabalho. No intuito de defender sua fonte de renda, constroem discursos sociais a fim de justificar suas práticas. Se os argumentos morais como “trabalho honesto e digno” apresentam valores cristãos, as justificativas como “rentável e proteção ao meio ambiente” correspondem importantes premissas da atividade dentro do mercado econômico e ambiental da reciclagem. Logo, a interação dos catadores no processo de construção de sua atividade não ocorre somente entre seus pares, e sim abrange o contato com fornecedores, atravessadores, comerciantes, agentes políticos, político-administrativos e religiosos, bem como pesquisadores e outros intelectuais (MICHELOTTI, 2006; OLIVEIRA, 2010).

---

<sup>37</sup> A teoria da distância dos papéis é de Erving Goffmann e assume verdadeira importância na teoria da socialização de Berger e Luckmann (2014).

Dessa forma, a teoria da socialização de Berger e Luckmann (2014) marca a rigidez dos conteúdos adquiridos na socialização primária, caracterizados principalmente pelas ligações emocionais sobre as quais se constituem. As experiências realizadas com outros significativos ganham verdadeira importância para a formação da identidade. Já a socialização secundária se destaca pela transmissão de conteúdos socialmente mais amplos por instituições e tipos de pessoas que acompanham os indivíduos durante a sua trajetória de vida, sejam elas a pré-escola, a escola, os orfanatos, a universidade, o trabalho, a previdência social, o asilo e assim por diante. Quanto maior for a imersão de um sujeito nas instituições importantes de sua sociedade, maior será o seu domínio sobre as práticas institucionalizadas. E quanto maior for seu domínio das práticas institucionalizadas, mais legitimação ele encontrará.

Nesse sentido, todas as privações que um sujeito possa experimentar nas instituições e, como consequência, na ordem social, seja na primeira ou na socialização secundária, limitam a sua instrumentalização para a vida nessa sociedade. Trabalhar e ser catador na atual sociedade traduz os modos e os locais de socialização dos indivíduos, seja com os outros significativos, seja com os outros generalizados. Logo, uma análise sobre a interpretação do sujeito sobre si e sua atividade não pode ser realizada sem considerar o contexto mais amplo da vida em sociedade de um indivíduo, ou seja, a sua biografia.

### 3 RECONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA DE CASO<sup>38</sup>

A decisão por um estudo que aborde a atividade da reciclagem, a partir da perspectiva biográfica, foi tomada pelo contato que tive com o método de reconstrução biográfica de caso, desenvolvido pela socióloga Gabriele Rosenthal na Alemanha, bem como por entender que essa abordagem diacrônica e sincrônica seria o meio mais promissor para compreender de forma aprofundada a interpretação dos catadores sobre a sua atividade. Trata-se de um método de análise de material textual utilizado em estudos biográficos, sistematizado a partir dos fundamentos e princípios da pesquisa social interpretativa. Como instrumento de levantamento de dados, Rosenthal (2014) propõe a realização de entrevistas narrativas biográficas, instrumento esse desenvolvido por Fritz Schütze (1983) e que corresponde aos princípios da pesquisa social interpretativa. Detalhes sobre o método de reconstrução biográfica de caso foram registrados por Rosenthal, em especial, no seu livro *Pesquisa social interpretativa: uma introdução*, publicado em 2014 no Brasil.

Neste capítulo metodológico serão abordados, portanto, os fundamentos e princípios que orientam este estudo com base na pesquisa biográfica interpretativa, bem como o processo de pesquisa, o qual abrange as fases de levantamento e de análise dos dados.

#### 3.1 FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DA PESQUISA BIOGRÁFICA INTERPRETATIVA

A pesquisa biográfica é realizada hoje na sociologia a partir de diferentes abordagens e métodos. Enquanto ela ganhava força, no início do século XX, principalmente na sociologia americana (Escola de Chicago), ela começou a ser abordada nas ciências sociais brasileiras somente de forma marginal a partir dos anos 1940 (SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014). Florestan Fernandes e Roger Bastide são exemplos de estudiosos dessa época que aplicaram métodos de histórias de vida nas suas pesquisas. A partir dos anos 2000, surgiu uma grande diversidade de orientações no uso de histórias de vida na sociologia brasileira, dando destaque às influências do pesquisador francês Daniel Bertaux, que tinha seu foco de pesquisa nas estruturas sociais, e não nas interpretações subjetivas (SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014).

No que corresponde aos dias atuais, é possível observar um crescente interesse de sociólogos brasileiros por esse campo, tanto pelos temas que envolvem biografia quanto pesquisa biográfica ou narrativa. O Grupo de Trabalho Biografia e Sociedade, reunido pela

---

<sup>38</sup> Também chamado na literatura de método de análise de narrativas biográficas.

primeira vez no 18º Congresso Brasileiro de Sociologia em Brasília, em 2017, pôde contar, por exemplo, com mais de 30 trabalhos com base em pesquisa biográfica, a partir de diferentes perspectivas e métodos. Também outros grupos de trabalho tiveram pesquisas e discussões sobre biografia ou estudos correlatos, abordando memória e/ou narrativa, durante o congresso. A partir dos trabalhos apresentados no GT Biografia e Sociedade, foi possível observar uma diversidade de orientações metodológicas, tendo destaque aquelas voltadas aos trabalhos do sociólogo Bernard Lahire e, principalmente, aos métodos da pesquisa social interpretativa alemã.

Na Alemanha, a pesquisa biográfica passou a desenvolver-se na sociologia a partir dos anos de 1970 através de releituras de pesquisas realizadas na Escola de Chicago<sup>39</sup> por sociólogos alemães, em especial, pelos membros do Grupo de Trabalho dos Sociólogos de Bielefeld (ROSENTHAL, 2014). Observa-se, a partir daí, o próspero desenvolvimento de métodos de pesquisas qualitativas com base no conhecimento produzido por sociólogos americanos na Escola de Chicago combinado com a perspectiva da sociologia compreensiva de Max Weber (1864-1920), Georg Simmel (1858-1918) e do austríaco Alfred Schütz (1899-1959). Importantes representantes da pesquisa social interpretativa dessa época foram Fritz Schütze (1983), criador da técnica de entrevista narrativa, Ralf Bohnsack (2013), autor do método documentário e Ulrich Oevermann (1979), autor do método da hermenêutica objetiva. Sobretudo, Fritz Schütze contribuiu para o desenvolvimento de técnicas de entrevistas e métodos de análise na pesquisa biográfica. A partir de um estudo realizado sobre a fusão municipal de três comunidades no interior da Alemanha, Schütze (1983) desenvolveu a técnica de entrevista narrativa. Devido à forte presença de elementos biográficos nas entrevistas realizadas nesse estudo, a atenção de Schütze passa a voltar-se cada vez mais para a relação entre os fenômenos sociais e suas motivações biográficas (KÖTTIG; VÖLLTER, 2014). Nos últimos anos, são diversos os temas pesquisados na sociologia alemã com o uso de métodos biográficos, como, por exemplo, carreiras profissionais (ALHEIT; DAUSIEN, 1985; WITTE, 2010), jovens no mercado de trabalho (ROSENTHAL *et al.*, 2006), socialização política (KÖTTIG, 2004), biografia e o nacional-socialismo (ROSENTHAL, 1997), entre outros.

A pesquisa social interpretativa se caracteriza por ser de cunho qualitativo, tendo como ponto de partida metodológico as interpretações dos sujeitos sobre o mundo social e os

---

<sup>39</sup> A Escola de Chicago foi um instituto fundado na Universidade de Chicago no início do século XX. Seus iniciadores foram pioneiros na pesquisa de campo qualitativa. O primeiro estudo biográfico realizado na Escola de Chicago foi o “O lavrador polonês na Europa e nos Estados Unidos”, executado por William Isaac Thomas e Florian Znaniecki entre os anos de 1918 e 1920. Para mais informações, ver Rosenthal (2014).

processos mais profundos, pelos quais essa interpretação se constitui. Logo, compreender e explicar são finalidades de um mesmo método, assim como já defendia Max Weber na sua sociologia compreensiva (*verstehende Soziologie*) (FREUND, 2003). Mais do que resultados de processos, os métodos da pesquisa social interpretativa permitem reconstruir o processo de formação dos fenômenos, buscando a generalização teórica no caso particular. No que corresponde a sua combinação com métodos quantitativos, esta pode ser perfeitamente combinada tanto de forma prévia como posterior. Se comparados os diferentes métodos dentro da pesquisa qualitativa, esses se diferenciam, principalmente, pelo nível de abertura, sistematização e controle que oferecem. Na pesquisa social interpretativa, embora se opere com diferentes abordagens, defende-se a maior abertura possível no levantamento e na análise dos dados, como forma de assegurar o princípio da objetividade (ROSENTHAL, 2014).

Além da Escola de Chicago, sociólogos como Peter Berger (1929-2017) e Thomas Luckmann (1927-2016) são até hoje muito importantes para a sociologia interpretativa. Sua contribuição teórica é vista como um verdadeiro divisor de águas dentro da sociologia do conhecimento (KNOBLAUCH, 2005). Berger e Luckmann foram alunos de Alfred Schütz, pensador que contribuiu fortemente para a consolidação da sociologia e pesquisa interpretativa.

Em sua única obra publicada em vida, *Der Sinnhaft Aufbau der sozialen Welt. Eine Einleitung in die verstehende Soziologie (A construção significativa do mundo social – uma introdução à sociologia compreensiva)*<sup>40</sup>, Schütz (2004) aproxima a sociologia compreensiva de Max Weber, a partir de seu entendimento de ação social, com a filosofia fenomenológica de Edmund Husserl (1859-1938).<sup>41</sup> Para o sociólogo, assim como para Weber, os sujeitos agem a partir do sentido que atribuem a sua ação. Diferentemente de Weber, Schütz aprofunda a compreensão de como esse sentido se constitui para o sujeito, valendo-se da fenomenologia de Husserl. Segundo Schütz (2004), o sentido da ação se constitui na interação social a partir de certos mecanismos e regras, como o manuseio de um estoque de conhecimento socialmente compartilhado e de um sistema de relevância, ambos instrumentalizados em processos de tipificação. Esse conceito torna-se na sociologia interpretativa tanto base teórica como metodológica para os métodos desenvolvidos em seu nome. A ideia de que os sujeitos agem a partir de suas interpretações da realidade, constituídas através da interação social, é o que une as diferentes abordagens dentro da pesquisa social interpretativa (ROSENTHAL, 2014; KLEEMANN; KRÄHNKE;

---

<sup>40</sup> Essa obra está sendo traduzida para o português e tem lançamento previsto para 2019. No momento, há versões apenas em alemão e inglês.

<sup>41</sup> A sociologia de Schütz é entendida como uma sociologia de orientação fenomenológica (SANTOS, 2017).

MATUSCHEK, 2009). Com base nesse fundamento surgem dois princípios metodológicos básicos, denominados o princípio da comunicação e o princípio da abertura. Ambos os princípios orientam a pesquisa social interpretativa nas fases de levantamento e análise dos dados.

O primeiro princípio diz respeito à ideia de que toda a interação humana está situada em um contexto comunicacional e sujeita a possibilidades e limitações desse processo. Seja essa interação uma situação de entrevista ou o ato de comprar um pão na padaria, é preciso levar sempre em consideração os enquadramentos sociais objetivamente preestabelecidos, como os diferentes enquadres manuseados na interação. Os termos “enquadramento” (*frame*) e “enquadre” (*framing*) são de Erving Goffman (1986) e fundamentam o princípio da comunicação. Segundo Goffman (1986), os agentes definem a situação e se comportam a partir dessa ideia. Nesse processo, os sujeitos manuseiam enquadramentos, isto é, estruturas de sentido pré-dadas, mas também enquadres, ou seja, o “encenar” desse pré-dado, subjetivamente interpretado (ROSENTHAL, 2014). Para Fischer-Rosenthal (1999), os enquadramentos sociais, sejam eles informais (família, amigos etc.) ou formalmente organizados (reunião de trabalho, entrevista de emprego, sessão de terapia etc.), são manuseados na interação social e contribuem para a forma como os sujeitos apresentam a sua fala.

O princípio da abertura, por sua vez, faz alusão à ideia de que o pesquisador não vai a campo com hipóteses determinadas *a priori*, com o intuito de buscar respaldo empírico para pressupostos teóricos. Ao contrário, a pergunta que guia a pesquisa é desenvolvida ao longo do trabalho de campo, possibilitando a descoberta do novo, assim como sugerido por Glaser e Strauss (2006). A ideia é de que ao final da análise seja possível realizar generalizações teóricas fundamentadas na realidade empírica. Além da pergunta de pesquisa, a entrevista deve ser conduzida da forma mais aberta possível, de acordo com a cronologia estabelecida pelo entrevistado, no intuito de respeitar seu sistema de relevância.

Na fase de análise dos dados, encontra-se outro importante procedimento do princípio de abertura, o qual consiste na formulação de hipóteses a partir do caso específico, e não com base em teorias existentes, típicas da lógica dedutiva. Esse procedimento é conhecido na sociologia como abdução. O procedimento abduutivo foi proposto por Charles Sanders Peirce e comporta nele as três formas do pensamento lógico: abdução, dedução e indução. Na abdução, as hipóteses são geradas a partir do caso. Na dedução, as hipóteses são geradas a partir da teoria e, na indução, as hipóteses são obtidas no campo e testadas no caso (ROSENTHAL, 2014). O procedimento da abdução permite a formulação de hipóteses a

partir do caso específico, bem como o seu controle, teste, manutenção ou refutação durante o próprio processo de análise, permitindo a descoberta do novo. A análise de dados na pesquisa social interpretativa consiste, portanto, em uma reconstrução em cima de textos, que não pode ser realizada através de categorias preestabelecidas a partir de teorias. Além de abdução, essa construção é também sequencial, pois faz jus ao sistema de relevância apreendido na entrevista e documentado no texto, permitindo explorar o sistema de relevância e as possibilidades de ação do entrevistado.

A partir de Schütz, relevância e ação pressupõem um estoque de conhecimento socialmente compartilhado. Logo, a pesquisa social interpretativa não se limita às construções subjetivas, como muitas vezes é argumentado nas discussões sobre micro e macrosociologia, pois “o geral está, por princípio, implicado no particular” (ROSENTHAL, 2014, p. 90). Esse aspecto fica ainda mais evidente quando se parte de uma análise biográfica, pois a biografia não consiste somente no resultado de uma construção subjetiva: ela é também dual, isto é, produto de um processo individual e coletivo ao mesmo tempo (ROSENTHAL, 2014; RADENBACH; ROSENTHAL, 2012).

Logo, o significado de fenômenos sociais é analisado considerando toda a história de vida dos entrevistados. Para tanto, é necessário que na pesquisa biográfica interpretativa se reconstrua tanto a trajetória biográfica quanto as construções biográficas atuais. Trata-se de uma análise não somente sincrônica, ou seja, com base na interação atual, mas também diacrônica, levando em consideração todo o processo biográfico, através do qual o fenômeno se originou e desenvolveu. Ao reconstruir um caso, é possível evidenciar a gênese do fenômeno social, seu surgimento, sua conservação e modificação no decorrer do processo biográfico (ROSENTHAL, 2014). Isso se torna possível quando se investiga o que os indivíduos vivenciaram, qual sentido atribuíram a suas ações no passado e qual atribuem no presente a partir do contexto de sua vida atual, na qual inserem essas vivências (ROSENTHAL, 2014). Schütz (2004) já discutira, a partir de Husserl, a forma como o homem faz suas experiências e como estas passam a fazer parte do seu repertório no curso da ação. Quando o indivíduo age, isto é, se inclina ao futuro, recorre a experiências realizadas ao longo de sua biografia. Nesse sentido, métodos biográficos possibilitam analisar tanto o passado como o presente, bem como ter uma noção de padrões que poderão se repetir no futuro (ROSENTHAL, 2014; SANTOS, 2017).

A relação entre os acontecimentos vivenciados no passado e narrados no presente é um aspecto bastante caro à pesquisa biográfica e foi examinada em especial por Rosenthal no seu livro *História de vida vivenciada e história de vida narrada (Erlebte und erzählte*



*Lebensgeschichte*) (ROSENTHAL, 2017). A autora analisa a relação entre o que é vivenciado, recordado e narrado a partir da situação de vida atual do entrevistado. As experiências realizadas no processo biográfico, bem como a situação atual do sujeito, determinam aquilo que vem à mente, o tema daquilo que é recordado e a maneira como ele é recordado. Partindo dos conceitos de *noesis* e *noema*<sup>42</sup> de Edmund Husserl, Rosenthal (2017) argumenta que o indivíduo quando se recorda de um acontecimento a partir da perspectiva atual, essas experiências vêm à mente de uma forma diferente daquelas uma vez vivenciadas. Elas são reinterpretadas, isto é, ganham um novo sentido por meio da recordação, uma vez que são inseridas em outro contexto de sentido. Assim, ao falar de seu passado, o catador busca determinadas recordações, as quais são tematizadas de uma forma bem específica. A partir de Aron Gurwitsch, Rosenthal (2014; 2017) identifica dois importantes elementos nesse processo de recordar: a presença de um tema do vivenciar e o campo temático relacionado a esse tema.<sup>43</sup> Experiências realizadas na catação podem gerar diferentes temas, variando de acordo com o campo temático do qual esses temas são parte. Os temas podem ser, por exemplo, positivos ou negativos, dependendo dos vários outros temas que os cercam. Logo, o que em certa fase da vida é classificado como “vergonhoso”, em outro pode ser interpretado como “digno”. Todos os temas trazidos durante uma entrevista podem fazer parte de um ou mais campos temáticos, os quais dão forma à estrutura (*Gestalt*<sup>44</sup>) daquela entrevista.

Mudanças de significação e reinterpretação do passado estão vinculadas ao que Fischer (1978) chama de pontos de inflexão interpretativos (*Interpretationspunkte*). Segundo o autor, esses pontos de inflexão interpretativos ocorrem devido a mudanças na biografia do sujeito, ocasionadas por algum novo acontecimento, como uma mudança de moradia, o falecimento ou nascimento de alguém, o descobrimento de uma doença, o surgimento de um novo discurso ou modismo, entre outros. Essa reinterpretação do passado acaba acarretando em mudanças na forma de interpretar o presente e o futuro (ROSENTHAL, 2014).

Através da análise do vivenciado, recordado e narrado é possível reconstruir na pesquisa biográfica interpretativa o surgimento e o desenvolvimento – manutenção e mudança – do fenômeno social pesquisado. Trata-se de identificar como tal fenômeno se manifesta para

---

<sup>42</sup> Enquanto *noesis* é descrita por Husserl como um ato de revisão da experiência do passado de uma determinada forma, o *noema* é a forma da presentificação do recordado. Para mais, ver Rosenthal (2014; 2017).

<sup>43</sup> Para Gurwitsch (2010), o *tema* corresponde àquilo que é foco de nossa atenção num determinado momento, enquanto o *campo temático* significa a totalidade dos dados copresentes ao tema e que juntos dão forma ao narrado.

<sup>44</sup> A palavra *Gestalt* significa em alemão “forma” e faz referência a uma teoria que tem origem na psicologia e foi incorporada na sociologia por estudiosos como Aron Gurwitsch. De maneira geral, a teoria da Gestalt faz referência a uma totalidade de elementos que juntos não se encontram numa relação de independência, e sim estão inter-relacionados, dando origem a uma forma específica.

tal sujeito em sua história de vida. Isso implica em conhecer também de que forma outros sujeitos contribuíram para aquela construção biográfica. A pesquisa biográfica interpretativa atua, portanto,

como uma teoria interacionista da socialização, que busca apreender a relação constitutiva entre as definições construídas pelo próprio indivíduo e as que partem do outro, ou dito de outra forma, a relação constitutiva entre geral e particular e os efeitos dessa relação [...]. Ao contrário de várias outras teorias, a pesquisa biográfica consegue sustentar empiricamente a ideia de que a socialização configura um processo que se estende por toda a vida [...] (HURRELMANN, 2000 *apud* ROSENTHAL, 2014, p. 222).

Dessa forma, pode-se apresentar tanto padrões de reprodução como de contingência, uma vez que mudanças biográficas podem levar a mudanças na tomada de decisão dos sujeitos.

### 3.2 O PROCESSO DE PESQUISA

Como mencionado anteriormente, meu interesse pela atividade dos catadores surgiu num processo de dois anos de participação num programa social e de trabalho da Prefeitura de Porto Alegre voltado a catadores de resíduos. Movida pela discrepância entre a situação apresentada pelos catadores durante os atendimentos e as políticas públicas ofertadas a esse grupo, percebi que precisava compreender, de maneira mais profunda, como os próprios catadores interpretavam a sua atividade e como essa interpretação se constituía, independentemente se quisessem ficar ou não na reciclagem. Como já tinha contato com a sociologia de Alfred Schütz e alguns métodos da pesquisa qualitativa interpretativa, a possibilidade de usar um método que tornasse possível uma análise biográfica diacrônica e sincrônica do fenômeno pesquisado me pareceu o mais adequado.

O processo de pesquisa do presente estudo segue, portanto, o passo a passo do levantamento e da análise de dados propostos por Gabriele Rosenthal (2014). Nesse sentido, inicio a apresentação desta seção relatando meu processo de levantamento de dados por entrevista narrativa biográfica, para em seguida apresentar meu processo de análise dos dados pelo método de reconstrução de caso. Para tanto, uso em especial o caso de Aline, minha primeira entrevistada, como forma de exemplificar os passos da pesquisa.

### 3.2.1 Levantamento de dados: entrevista narrativa biográfica

Antes de ir a campo, busquei compreender e fixar os dois primeiros princípios que guiam a pesquisa interpretativa: o princípio da abertura e da comunicação. Na prática, o princípio da abertura diz respeito a uma série de premissas voltadas à forma como o pesquisador inicia a pesquisa, a conduz e lida com as informações geradas no campo. Resumidamente, isso significa dizer que a pergunta de pesquisa se manteve aberta durante todo o processo investigatório, podendo ser modificada, as hipóteses da pesquisa foram sendo geradas em campo, e a amostragem teórica foi ocorrendo durante a pesquisa.

Respeitando o princípio da abertura, é preciso ter claro que os procedimentos de levantamento e análise dos dados são realizados de forma concomitante nos métodos interpretativos, isto é, cada entrevista realizada é analisada logo em seguida. É a partir desse procedimento que a amostra, aqui denominada amostragem teórica<sup>45</sup>, vai se desenvolvendo, ou seja, a escolha pelos próximos entrevistados depende das entrevistas realizadas e dos dados levantados a partir delas. Em princípio, todos os catadores de resíduos, pelo fato de configurarem o objeto de pesquisa, pertenciam à amostra, mas só aqueles que apresentaram relevância teórica no processo de pesquisa é que se tornaram alvo de análise. A decisão sobre os próximos entrevistados é feita inteiramente com base em suposições teóricas, as quais ainda se quer compreender. Esse procedimento se diferencia bastante dos métodos quantitativos, nos quais a escolha da amostra é realizada de antemão de forma a corresponder às necessidades estatísticas como frequência. Os métodos interpretativos não procedem com amostras preestabelecidas, e sim as desenvolvem no processo de pesquisa, de acordo com a sua relevância teórica.

No que corresponde à saturação teórica, ela só ocorre quando não for mais possível encontrar novos fenômenos que mudem a perspectiva teórica desenvolvida até ali, possibilitando a construção de novos tipos. Devido à dimensão de uma dissertação de mestrado, o estudo não pôde alcançar a saturação teórica. Foram analisadas três entrevistas ao total, sendo que, dessas três, duas foram reconstruídas, dando origem a dois tipos de interpretação sobre a catação.

O processo de levantamento de dados se inicia com a minha inserção no campo. Devido ao contato que continuo tendo com colegas e catadores desde o meu desligamento do Programa, decidi, por diferentes motivos, procurar esses contatos estabelecidos. Além da

---

<sup>45</sup> Esse tipo de amostragem foi introduzido por Glaser e Strauss na pesquisa interpretativa. Mais informações ver Rosenthal (2014).

economia de tempo que teria por acessar o campo pelos contatos existentes, foi bastante difícil realizar o contato com os catadores na rua, uma vez que naquele momento eles estavam trabalhando, verbalizando não dispor de tempo. No segundo semestre de 2016, iniciei, portanto, minha pesquisa com uma catadora, residente de um bairro central de Porto Alegre. Eu já havia tido contato com Aline<sup>46</sup> no Programa, lhe contatei por telefone e ela aceitou realizar a entrevista comigo. Essa foi a minha primeira entrevista. Seguindo os critérios do levantamento de dados aqui adotado, realizei anotações desde o primeiro contato com Aline, relatando nossa conversa e minhas impressões sobre ela. Essas anotações passaram depois a compor um memorando (*memo*), no qual ficam registradas todas as informações referentes aos contatos realizados antes da entrevista, informações do dia do encontro, dando detalhes sobre o lugar e a interação entre entrevistado e entrevistador. É no *memo* que se registram também a estrutura da entrevista, as primeiras impressões sobre a apresentação do entrevistado, se a entrevista serve para uma análise aprofundada e ideias sobre o próximo entrevistado ou entrevistada.

Foi assim que cheguei até meu segundo entrevistado, Antônio. Com base nos critérios de construção da amostra teórica aqui proposta, decidi que deveria buscar um catador que, diferentemente de Aline, demonstrasse e verbalizasse o desejo de manter-se na área da reciclagem. A entrevista com Aline havia, portanto, lançado uma questão a ser compreendida: quais são as experiências biográficas de um catador que deseja manter-se na reciclagem e como elas são realizadas? De que forma e a que medida essas experiências se diferenciam das de Aline? Conseqüentemente, a entrevista com Antônio lançou novas questões, que busquei compreender a partir da entrevista com Vanessa, a terceira entrevistada. A experiência de pesquisa que realizei com a entrevista de Vanessa foi especialmente importante, visto que ela havia sido entrevistada em outro contexto de pesquisa e por outra entrevistadora. O fato de ter um longo histórico na catação de rua, bem como ter ingressado mais tarde em uma associação de catadores, foram os principais motivos que me levaram a analisar sua biografia. Diferentemente de Antônio e de Aline, Vanessa apresenta uma trajetória de trabalho na reciclagem bastante distinta, especialmente ao construir com os demais catadores um processo de trabalho baseado em relações mais complexas do que as encontradas na catação individual ou nos pequenos coletivos.

A técnica de entrevista narrativa biográfica aplicada aos três entrevistados foi realizada de forma aberta, permitindo que o entrevistado conduzisse e estruturasse o seu relato

---

<sup>46</sup> Todos os nomes apresentados são fictícios.

de forma autônoma. Em todas as entrevistas, foi solicitado que o entrevistado falasse sobre a sua vida, tudo que quisesse compartilhar. Observei que nas entrevistas de Aline e Vanessa, eu e minha colega tendemos a formular a questão inicial um pouco mais fechada, o que não considero ter prejudicado a condução da entrevista de forma geral.<sup>47</sup> Como esse tipo de entrevista é dividida formalmente em três partes, no primeiro momento eu pedi ao entrevistado que me falasse sobre a sua vida e de sua família, comunicando-o que não seria interrompido. Com as anotações dos temas gerados por ele durante a entrevista, busquei num segundo momento aprofundá-los de acordo com a cronologia dos acontecimentos construída pelo próprio entrevistado. Num terceiro momento, pude ainda esclarecer dúvidas sobre temas pouco debatidos ou até mesmo não mencionados. Trata-se, desse modo, de um levantamento que não está restrito apenas ao tema de pesquisa, isto é, não me interessa somente pelos fatos que envolvam meu tema, e sim pelas demais experiências biográficas, visto que entendo que o fenômeno a ser estudado possui relação direta com as experiências mais amplas realizadas pelo indivíduo no percurso de sua biografia.

De fato, essa tarefa não me pareceu fácil, pois minha tendência era tirar dúvidas durante a entrevista e sem perceber tentar lhes oferecer categorias, que me pareciam relevantes. Não é um treino fácil, mas muito válido para a experiência de pesquisador. Nesse sentido, existe uma importante diferença entre esta técnica e outros procedimentos, tanto quantitativos como qualitativos, que operam de forma dedutiva, partindo de hipóteses e categorias preestabelecidas. Esse seria o caso, por exemplo, de entrevistas estruturadas, semiestruturadas ou questionários fechados. Cada método e técnica possuem possibilidades e limitações diversas, por isso que o entendimento adequado sobre esses instrumentos é fundamental para a realização de qualquer pesquisa. Como não havia tido nenhuma experiência com técnicas abertas de pesquisa, o uso de entrevistas narrativas biográficas me permitiu desenvolver uma consciência empírica que antes eu desconhecia. Isso se deve, sem dúvida, ao fato de que o procedimento abduutivo, proposto por Charles Peirce e adotado pela pesquisa interpretativa, permite que a abordagem teórica ocorra em campo, através da geração e verificação de hipóteses no processo de pesquisa, assumindo para si uma lógica da descoberta. Não se parte da teoria, e sim se aprende a produzi-la em campo de forma objetiva.

---

<sup>47</sup> Considero que esse tipo de “equivoco”, se é que pode ser chamado dessa forma, ocorre especialmente no início dos estudos em narrativas biográficas, muitas vezes porque estamos acostumados com outro tipo de condução de entrevista, sobretudo mais fechada. Rosenthal (2015) diferencia entre três tipos de pergunta inicial: a mais aberta, a intermediária e a fechada. Todas podem ser usadas em entrevistas narrativas biográficas sem prejudicar o caráter biográfico da técnica. A diferença é que especialmente a última forma, a fechada, se restringe a uma fase ou área específica da vida. A pergunta fechada é muito usada em entrevistas com especialistas ou etnográficas. A escolha por uma ou outra depende, portanto, dos objetivos da pesquisa.

Retomando a lógica que conduz a entrevista narrativa biográfica, é importante destacar que ela se divide em três partes: no primeiro momento, o entrevistado me conta a sua história de vida, sem que eu o interrompa. Nesse relato inicial, busco somente manter o contato com o entrevistado através de mecanismos paralinguísticos, como movimentos afirmativos com a cabeça, contato visual etc., demonstrando meu interesse pelo o que ele está me relatando. Num segundo momento, lhe faço perguntas seguindo a cronologia das falas realizadas por ele. Essas perguntas devem tentar extrair narrativas, isto é, relatos mais densos que se aproximem da ação, assim como experimentada pelo indivíduo no passado. Para que isso seja possível, busco elaborar as perguntas sempre fazendo referência à primeira experiência. Depois que Aline fala, por exemplo, no seu relato inicial sobre a catação, lhe pergunto, nesse segundo momento, se ela poderia me contar sobre a sua primeira experiência na catação e assim por diante. Por fim, num terceiro momento, se necessário, posso ainda tirar dúvidas sobre temas que foram pouco abordados ou que lançaram novas questões a serem compreendidas.

Geralmente, é indicado que se realize mais de um encontro com um entrevistado, uma vez que entrevistas narrativas biográficas tendem a ser demoradas, percorrendo temas biográficos em geral muito delicados. Com Aline e Antônio, tive três encontros cada. Um desses encontros foi usado para a construção do genograma familiar, que é um instrumento utilizado, em geral, na psicologia para informar o pesquisador a respeito da estrutura familiar do indivíduo. Na pesquisa biográfica interpretativa, Rosenthal (2014) expande a sua utilização para a compreensão da presença do fenômeno social na genealogia da família, assim como para explorar informações socioeconômicas, ainda não mencionadas na entrevista e que podem ser úteis para a análise dos dados.

Além do genograma, do *memo* e da entrevista, busquei outras fontes de informação que pudessem servir mais tarde para a análise dos dados. No caso da minha primeira entrevista, tive a oportunidade de conversar com a assistente social que atende Aline e sua família. Em geral, textos históricos, jornalísticos, prontuários médicos, entre outros, configuram importantes fontes de informação, lembrando que são tomados a partir da perspectiva de quem fala ou redige esses textos.

### **3.2.2 Análise dos dados: reconstrução biográfica de caso**

Como supracitado, a fase de análise de dados não ocorre de forma separada do levantamento de dados, e sim de forma concomitante pelo método de reconstrução biográfica de caso. Esse método foi desenvolvido por Gabriele Rosenthal (2014), mesclando teorias e

métodos de diversos teóricos e pesquisadores da pesquisa social interpretativa em língua alemã e americana. Rosenthal teve sua primeira formação em Sociologia, Ciência Política e Psicologia, realizando mais tarde seu doutorado na Universidade de Bielefeld. Sob forte influência da pesquisa social interpretativa nessa universidade, Rosenthal encontra, principalmente nos trabalhos de Fritz Schütze (1983), os fundamentos necessários para uma pesquisa biográfica interpretativa. Além da influência de Schütze na construção do instrumento de entrevista narrativa biográfica, ele também foi fundamental para a fundamentação teórica da pesquisa biográfica e a constituição do método de análise de reconstrução de caso de Rosenthal. No que corresponde ao método de análise, Rosenthal herda de Schütze, em especial, a sua teoria da narrativa<sup>48</sup> (*Erzähltheorie*), na qual o autor apresenta três formas: a narração, a descrição e a argumentação (ROSENTHAL, 2014; KLEEMANN; KRÄHNKE; MATUSCHEK, 2009). Segundo Schütze (1983), essas formas de apresentação precisam ser analisadas uma na sequência da outra, visto que estão relacionadas entre si pelo sentido que juntas apresentam, constituindo uma determinada *Gestalt* (forma).

Além dos trabalhos de Schütze, Rosenthal faz uso do método da hermenêutica objetiva de Ulrich Oevermann e a análise do campo temático de Aron Gurwitsch, dividindo o processo de análise, isto é, a reconstrução de caso, em quatro passos: 1) análise sequencial dos dados biográficos, formulação e verificação de hipóteses; 2) análise de texto e do campo temático, formulação e verificação de hipóteses; 3) reconstrução da vida vivenciada; e 4) contraste entre a história de vida vivenciada e narrada.

Cada reconstrução de caso, ao ser comparada com outros casos, pode dar origem a um tipo específico do fenômeno em estudo. Segundo Rosenthal (2014), os tipos são construídos no caso particular com base na diferenciação entre estudos comparativos de contraste mínimo e contraste máximo.<sup>49</sup> Enquanto o contraste mínimo busca casos reconstruídos que apresentam semelhanças a respeito do fenômeno pesquisado, o contraste máximo busca a maior diferença entre os casos. Tipos podem ser construídos a partir de diferentes níveis como pessoa, família, organização, entre outros, sempre buscando responder à questão específica do estudo pesquisado. Durante todo o processo de análise das entrevistas, o problema que guia a pesquisa é mantido temporariamente suspenso. A análise está, portanto, toda voltada à biografia. É somente na fase de construção dos tipos que o problema de pesquisa ganha a atenção devida.

---

<sup>48</sup> Minha tradução. Ao desenvolver a teoria da narrativa, Schütze (1983) realiza suas análises em especial a partir dos trabalhos de William Labov e Joshua Waletzki na área da linguística.

<sup>49</sup> No que corresponde à construção de tipos, Rosenthal (2014) orienta-se a partir de diferentes autores, como: Schütze, Oevermann, Hildenbrand e, especialmente, Glaser e Strauss.

No presente estudo, a reconstrução de caso de Aline e Vanessa serviu como base para a formulação de tipos sobre duas possíveis interpretações de catadores sobre a catação, levando em consideração o máximo contraste entre os dois casos. Devido ao pequeno número de casos possíveis de serem analisados no âmbito de uma dissertação de mestrado e ao nível que escolhi para realizar a construção do tipo, decidi pelo contraste máximo no intuito de ganhar, ao menos, mais de uma interpretação sobre a catação, para assim poder compará-las, especialmente no que corresponde ao seu desenvolvimento. Diferentemente do que outras técnicas de construção de tipos possam defender, Rosenthal (2014) considera que um caso sempre representará um possível tipo do universo pesquisado, mesmo que ele possa nunca vir a se repetir. Nas palavras da autora, isso significa dizer que “um tipo abrange casos semelhantes, e isso independe da frequência com que esses ocorrem. No processo de determinação da tipicidade de um caso, [...] sua regularidade não tem nenhuma relevância” (ROSENTHAL, 2014, p. 91). A generalização empírica que ganha importância na pesquisa interpretativa é, portanto, a teórica, visto que “determinante para a tipicidade de um caso são as regras que o produzem, que dão ordem à diversidade de partes” (ROSENTHAL, 2014, p. 91).

O primeiro e o segundo passos da análise dos dados são os momentos em que hipóteses são formuladas, testadas, mantidas ou refutadas em cima do texto transcrito. No primeiro passo, faço o levantamento dos dados biográficos principais com base nas informações obtidas na entrevista e em outras fontes, como documentos, genograma ou conversas com “especialistas”, como no caso de Aline. Organizo esses dados na ordem cronológica dos acontecimentos, para que, a partir deles, possa construir as primeiras hipóteses sobre a vida vivenciada de forma sequencial.

O conceito de vida vivenciada diz respeito às experiências realizadas à época dos acontecimentos. Para tanto, é necessário que o pesquisador se distancie, nesse primeiro passo, da autoapresentação do entrevistado sobre sua vida, somente levando em consideração os eventos biográficos, isto é, os dados objetivos do biografado, como o ano e contexto de nascimento, o ano de escolarização, o nascimento e falecimento de familiares, fatos históricos de cunho social, político e econômico, entre outros. Esse procedimento me pareceu bastante exaustivo, porque implica na pesquisa de fatos históricos e no conhecimento de teorias científicas que possam colaborar para a teorização sobre o que determinado evento pode ter significado para o biografado à época dos fatos, assim como suas consequências para aquela biografia. Isso significa dizer que são criadas hipóteses primárias e secundárias (*follow-ups*) sobre esses eventos e dados objetivos, valendo-se do procedimento abduutivo de Charles Peirce



(ROSENTHAL, 2014). Esse é o momento que as teorias sociológicas, históricas, bem como o senso comum do pesquisador, ganha seu filtro e controle necessários. Dessa maneira, as hipóteses formuladas vão sendo verificadas, mantidas ou refutadas no decorrer da análise dos eventos biográficos seguintes. Inicia-se com a data de nascimento do entrevistado e segue a análise sempre passando de um evento para o outro, na ordem cronológica dos acontecimentos. É muito importante que o pesquisador fique aberto às várias possibilidades que os contextos sociais permitem ao biografado, visto que, ao proceder de forma aberta, esse procedimento permite analisar não somente as escolhas e experiências realizadas pelo biografado, mas também aquilo que poderia ter ocorrido, mas não ocorreu.

O passo de análise sequencial dos dados biográficos foi construído com base no procedimento sequencial da análise hermenêutica objetiva de Ulrich Overmann (RADENBACH; ROSENTHAL 2012). Esse passo busca reproduzir a dialética entre indivíduo e sociedade, micro e macro, uma vez que tem como objetivo evidenciar de que forma as estruturas sociais (escola, família, trabalho, universidade, partido político, política pública etc.) enquadram as experiências dos sujeitos e suas interpretações, e isso por todo o processo biográfico. Esse é um dos motivos por que o método leva em consideração as vivências mais amplas do sujeito, não se restringindo ao tema de pesquisa. No momento em que se faz o uso de outras fontes de informação, pode-se analisar de que forma os “conterrâneos” (*Mitmenschen*<sup>50</sup>) contribuem para a construção dessas biografias.

No segundo passo, realiza-se a análise de texto, dos temas e do campo temático, no qual dou início à reconstrução da vida narrada (*erzählte Lebensgeschichte*). Nessa fase da análise, procura-se compreender a forma como o entrevistado se apresenta, a maneira como narra as suas experiências a partir da perspectiva presente e estrutura sua entrevista. Após a transcrição da entrevista segundo indicações do procedimento interpretativo<sup>51</sup>, esta é segmentada de acordo com o tipo de texto, com as mudanças de tema ou de falante, respeitando a cronologia estipulada pelo entrevistado e, portanto, o seu sistema de relevância. Esse tipo de análise possibilita uma visão geral (*Gestalt*) da entrevista, sem que seja necessário desmembrar essas passagens (categorias) da estrutura do texto, procedimento típico da técnica de análise de conteúdo.<sup>52</sup>

Cada passagem segmentada corresponde a uma unidade de análise, em cima da qual constroem-se hipóteses levando em consideração o tipo de texto, a troca de falante, os temas

<sup>50</sup> Conceito usado por Alfred Schütz (2004) para designar os sujeitos com os quais divide-se o *mundo-da-vida* num determinado tempo histórico.

<sup>51</sup> Detalhes sobre os códigos de transcrição, ver Rosenthal (2014, p. 113).

<sup>52</sup> Mais informações sobre a técnica de análise de conteúdo, ver Rosenthal (2014, Capítulo 7).

trazidos ou evitados, os conteúdos (discursos) debatidos, as fases da vida, bem como os possíveis campos temáticos relacionados às experiências. No que corresponde ao tipo de texto, diferencia-se entre narrativas, descrições e argumentações (SCHÜTZE, 1983; KLEEMANN, 2009; ROSENTHAL, 2014). Enquanto narrativas estão mais próximas das experiências, assim como ocorridas, apresentando detalhes, como datas, lugares e pessoas, descrições são tidas como acontecimentos estáticos e repetitivos, ocorrendo sempre da mesma forma, sendo indicadas, por exemplo, por advérbios como “sempre que”, “cada vez que”, “toda vez que” e assim por diante. Argumentos, por sua vez, fazem referência a justificativas e teorias sobre determinados acontecimentos, reproduzindo discursos de valor e julgamento. De forma geral, pude observar nas minhas entrevistas uma tendência à produção autônoma de argumentos, em detrimento à produção de narrativas e descrições. O uso de argumentos pode estar relacionado, segundo Rosenthal<sup>53</sup>, ao próprio processo de compreensão do vivenciado, bem como a busca de controle do que é dito, evitado e apresentado durante a entrevista.

A compreensão dos temas e do campo temático corresponde a um dos mais importantes momentos da análise. Ao realizar esse procedimento, pode-se observar de que forma os temas e, portanto, as sequências da entrevista estão ou não relacionadas umas às outras, dando origem a um ou mais campos temáticos. Temas e campos temáticos estão constantemente presentes na fala do entrevistado. Eles podem explicar a construção de uma passagem, bem como a relação entre as diferentes passagens de uma entrevista, evidenciando a sua estrutura (*Gestalt*). Dessa forma chega-se, portanto, a uma possível hipótese estrutural da entrevista. É importante destacar que nessa fase da análise a atenção do pesquisador não está voltada à experiência, assim como foi vivenciada pelo entrevistado no passado, e sim como o entrevistado, de forma manifesta (consciente) ou latente (inconsciente), fala sobre essas experiências no presente. No caso de Aline, por exemplo, é interessante o fato de como ela, durante as primeiras passagens de sua entrevista, fala de forma manifesta sobre a sua relação com a mãe, mesclando experiências passadas e presentes e, logo em seguida, retrata situações de cobrança por parte da mãe, bem como comparações entre ela e a mãe. Mas por que Aline constrói essas primeiras passagens dessa forma e seguindo essa ordem? Qual é o campo temático que evidencia o sentido latente dessas manifestações? Estas e outras questões são levantadas nessa fase de análise, ajudando a evidenciar a forma como o entrevistado constrói e compreende sua própria biografia no ato da entrevista.

---

<sup>53</sup> Informação obtida em seminário na Universidade de Göttingen, na Alemanha, em 7 de novembro de 2017 por Débora Rinaldi.

No terceiro passo, realizo a reconstrução da vida vivenciada (*erlebte Lebensgeschichte*). É nessa fase que relaciono as hipóteses formuladas no primeiro passo com os trechos que aparecem na entrevista e fazem referência ao mesmo evento biográfico. Essa análise busca compreender a origem das experiências biográficas, ou seja, os indícios dentro e fora da entrevista, como, por exemplo, em material histórico, para compreender como o entrevistado pode ter vivenciado determinada experiência à época dos fatos.

Ao final de cada fase de análise, foi elaborado um breve resumo com os resultados de cada análise. No quarto passo, realizo, por fim, o contraste entre os resultados obtidos da vida vivenciada (passado) e da vida narrada (presente). Esse contraste procura esclarecer

Os mecanismos de seleção de experiências para a história vivenciada, a forma como são apresentados e as diferenças entre as perspectivas atual e passada; de modo geral, fornece conhecimento a respeito das diferenças da temporalidade entre o narrado e o vivenciado (ROSENTHAL, 1993, p. 66).

Em outras palavras, busca-se entender por que determinadas experiências são trazidas em detrimento de outras e como elas são interpretadas hoje, especialmente em comparação à forma como podem ter sido vivenciadas à época dos fatos. É partir da diferença entre o vivenciado e o narrado que se pode chegar a conclusões sobre o surgimento e o desenvolvimento das interpretações atuais do entrevistado sobre suas experiências. O contraste corresponde à análise final do caso, ou seja, à apresentação final da reconstrução de caso. Nesse sentido, os resultados apresentados a seguir compreenderam todos os quatro passos de análise supracitados, além da construção de dois tipos relacionados ao problema aqui pesquisado.

#### **4 RESULTADOS: ENTREVISTAS, APRESENTAÇÃO DAS RECONSTRUÇÕES BIOGRÁFICAS E TIPOLOGIA**

Durante o processo de investigação, três catadores de resíduos foram entrevistados: Aline, Antônio e Vanessa. As entrevistas com Aline e Antônio foram realizadas por mim entre os anos de 2016 e 2017, totalizando três encontros cada. A entrevista com Vanessa foi conduzida em 2016 por uma colega do grupo de pesquisa, no qual atuo. Mesmo que Vanessa tenha sido entrevistada num outro contexto de pesquisa, o caráter aberto da entrevista narrativa biográfica, bem como o seu histórico de trabalho na reciclagem, permitiram a análise aprofundada de sua entrevista no contexto de pesquisa aqui proposto. Após uma breve ilustração das três entrevistas, elaborada somente com base em informações gerais contidas nos *memos*, realizarei a apresentação de duas reconstruções biográficas de caso: a de Aline e Vanessa. A escolha pela reconstrução dessas duas biografias foi baseada no princípio do contraste máximo entre suas interpretações sobre a catação. As reconstruções foram organizadas em quatro partes cada, no intuito de permitir que o leitor possa acompanhar a evolução da análise do caso até o seu desfecho final.<sup>54</sup> Portanto, as reconstruções compreendem: 1) o contato com a entrevistada, 2) a apresentação da vida narrada, 3) a apresentação da vida vivenciada e 4) o contraste entre vida narrada e vivenciada. Ao final, apresentarei dois tipos construídos a partir dos resultados de cada reconstrução biográfica de caso.

A minha primeira entrevistada foi Aline, de 26 anos. À época da entrevista, ela era moradora de um bairro central de Porto Alegre, onde vivia com seu marido e três filhos. Aline é a filha mais velha de cinco irmãos, nasceu em Porto Alegre e viveu com a mãe e os irmãos até os seus 15, 16 anos de idade, quando engravidou do seu primeiro filho. O pai morreu quando tinha nove anos, mas ela demonstra ter tido pouco contato com ele na infância. Quanto à escolaridade e formação profissional, Aline cursou até o que equivale ao 6º ano do Ensino Fundamental de hoje, tendo ainda realizado no ano de 2016 dois cursos de qualificação de curta duração na área de limpeza e costura. A entrevistada realizou a sua primeira experiência na catação aos oito anos de idade sob imposição da mãe. Antes de iniciar na catação, ela havia atuado com os irmãos como pedinte. Essa primeira experiência na reciclagem demonstra ter sido bastante negativa, sofrendo mudanças com passar do tempo. Até o momento da entrevista, Aline já se encontrava há 18 anos na atividade, mas de forma

---

<sup>54</sup> A escolha por esse tipo de apresentação dos resultados corresponde à estrutura de apresentação assim como sugerido por Rosenthal (2014).

esporádica, sempre combinando a catação com outras atividades. Nos últimos dez anos, ela trabalhou em parceria com o marido, período este no qual ela apresenta ter praticado a atividade com maior afinco. Embora manifeste gratidão por tudo que a atividade lhe proporcionou nesses anos, ela verbaliza sentir vergonha de catar, buscando atuar em outra área.

Devido ao posicionamento de Aline em relação à catação, decidi que buscaria para a minha próxima entrevista um catador ou uma catadora que verbalizasse querer permanecer na catação. Foi assim que cheguei até Antônio, morador de uma vila localizada na zona leste de Porto Alegre. Antônio tem 51 anos e vivia à época da entrevista com a esposa e a filha da esposa. Segundo ele, a companheira trabalhava formalmente na área de limpezas gerais. Antônio é o filho mais velho de nove irmãos e diz ter nascido na zona leste de Porto Alegre. Quando tinha seis anos, os pais se separaram e ele foi morar com a mãe e seu novo parceiro. Como a relação com a mãe não deu certo, ele tentou morar com o pai, o que também não funcionou. Aos 12 anos de idade, ele foi viver com o irmão em um internato, do qual fugiu após alguns meses. De acordo com seu depoimento, a relação de Antônio com os pais é marcada por conflitos durante toda a infância e adolescência. Ele passou por muitos internatos e alojamentos para jovens, mas não permaneceu em nenhum por muito tempo. O pai morreu quando ele era adulto. Após a sua última fuga de um desses internatos, ele foi morar na rua, onde conheceu pessoas para as quais começou a trabalhar. Antônio verbaliza ter realizado muitas experiências laborais no percorrer de sua socialização, tanto formais como informais, em áreas como na agricultura, na mecânica, na construção civil, na indústria, dentre outras.

Quanto à escolaridade, ele concluiu seus estudos no que equivale ao 4º ano do Ensino Fundamental de hoje. A sua primeira experiência na catação foi aos oito anos de idade com o pai. Ele conta que o pai lhe impôs o trabalho na reciclagem e que na época ele se negava a fazê-lo, uma vez que sentia vergonha. Hoje ele diz se sentir grato ao pai por obrigá-lo a exercer a atividade, pois, segundo ele, verdadeiro motivo de vergonha é passar fome e ter que pedir para comer, já a catação é um trabalho digno e legal, logo tem orgulho de fazê-lo. Durante a fala de Antônio, pude perceber que a catação é um trabalho que ele realiza até hoje de forma paralela a outras atividades, demonstrando trabalhar sozinho, de forma sistemática e organizada. Se antigamente ele praticava a catação de carroça, hoje ele a realiza de carro, segundo ele devido à lei que proíbe a circulação de carrinho e carroça. De forma geral, a sua fala sobre a catação é bastante positiva, mas somente uma análise mais profunda poderia explicar os mecanismos por trás dessa manifestação. Como participou de um curso de empreendedorismo, Antônio recebeu apoio financeiro para abrir o seu próprio galpão de

triagem no intuito de tornar-se um pequeno empreendedor. Durante a entrevista, ele me mostrou o terreno que está preparando para a obra e os materiais de construção, verbalizando que a conclusão do galpão está prevista para 2018. Ele conta, porém, que o trabalho da catação se tornou cada vez mais limitado. Com o aumento da fiscalização, os catadores que realizam a catação com veículo motorizado também passaram a ser mais controlados. Antônio afirma que sente que seu trabalho mudou do *status* de “trabalho legal” para “trabalho ilegal”.

Por fim, tive ainda a oportunidade de conhecer a biografia de Vanessa, uma ex-catadora de rua que no momento da entrevista trabalhava numa unidade de triagem de resíduos. A unidade havia sido fundada por catadores e atuava em relação de convênio com a Prefeitura de Porto Alegre. Nesse sentido, a trajetória profissional de Vanessa é bastante distinta se comparada com Aline e Antônio, por isso tão relevante para a presente pesquisa. No momento da entrevista, Vanessa tinha 26 anos e morava na zona norte de Porto Alegre. Ela tem um filho e estava casada há mais ou menos cinco anos. A profissão do marido não é indicada por ela na entrevista. Vanessa nasceu na zona leste de Porto Alegre e é a filha mais velha de cinco irmãos. Quando tinha nove anos de idade, seu pai morreu, e a família se mudou por motivos familiares e econômicos para a região central da cidade. Entre nove e dez anos de idade, Vanessa começou a trabalhar na catação, segundo ela por iniciativa própria, para ajudar a mãe com a renda familiar. Sua primeira experiência na reciclagem foi apresentada de forma positiva, visto que a catação gerava a renda necessária para o consumo básico de sua família. Além da catação, Vanessa ajudava a mãe com a venda de lanches e roupas. Assim, conseguiu concluir o que hoje se denomina 6º ano do Ensino Fundamental, tendo participado ainda na infância de oficinas recreativas e educativas. Embora tenha realizado outras atividades laborais, tanto formais como informais, Vanessa demonstra ter trabalhado especialmente na catação, tendo atuado onze anos na atividade, sem interrupção. Aos 21 anos de idade, quando se mudou da região do centro para a zona norte, ela começou a trabalhar na unidade de triagem na área de separação dos resíduos, subindo de posição até assumir um cargo na administração da unidade. A fala de Vanessa sobre a catação e sobre o seu trabalho atual é bastante positiva, demonstrando querer seguir na reciclagem.

Como se pode observar, existe uma série de semelhanças e diferenças biográficas e de posicionamento em relação à catação entre os três entrevistados. Todos nasceram, por exemplo, na zona leste de Porto Alegre, o que pode indicar a importância da região no desenvolvimento urbano da cidade, em especial para famílias de baixa renda. A região se destacou entre os anos de 1970 e 1990, principalmente, pela chegada de moradores de cidades do interior do Estado, bem como por famílias removidas de outras zonas da cidade ou que ali

buscaram por conta própria uma possibilidade de moradia. Foi também na zona leste que uma das primeiras associações de catadores foi inaugurada no início dos anos de 1990, marcando a presença de catadores na região. A respeito da catação, todos os entrevistados iniciaram a atividade ainda na infância, num contexto social de extrema pobreza, embora os pais de Vanessa, diferentemente dos pais de Aline e Antônio, não apresentassem histórico de trabalho na reciclagem. Trabalho infantil e baixa escolaridade são duas características presentes nas três biografias. Enquanto as experiências e a fala de Vanessa e Antônio em relação à catação tendem a apresentar maiores semelhanças, as experiências familiares de Aline e Vanessa é que demonstram maior proximidade. Devido especialmente à diferença como Aline e Vanessa se posicionam em relação à catação é que decidi reconstruir suas histórias de vida, as quais apresentarei em seguida.

#### 4.1 A RECONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA DE ALINE

No intuito de compreender aquilo que existe por trás das experiências de vida de Aline, trazidas por ela durante sua entrevista, é que sigo o passo a passo da reconstrução biográfica de caso. A seguir, o leitor poderá acompanhar, após uma breve introdução sobre a maneira como ocorreu o contato com a entrevistada, os principais resultados obtidos durante a análise e que juntos evidenciam a construção biográfica de Aline.

##### 4.1.1 O contato com Aline

Nos dois anos que atuei no programa “Todos Somos Porto Alegre”, tive a oportunidade de acompanhar Aline durante um período de dois meses, quando essa participava de um curso de qualificação voltado ao público de catadoras de resíduos. Na época, tínhamos contato semanal uma com a outra. Aline havia sido considerada pela professora e pelas colegas a aluna mais difícil do curso. Ela era descrita por elas como conflitiva, provocadora e polêmica. Especialmente a professora tinha dificuldade de lidar com ela. Eu mantive uma boa relação com Aline, mesmo percebendo que demonstrava ser conflitiva. Na verdade, as atitudes de Aline sempre me intrigaram, uma vez que ela podia ser tanto amável e atenciosa quanto agressiva. Ao final do curso, eu havia desenvolvido certa simpatia por Aline e, mais do que tudo, curiosidade por sua pessoa. Assim, em setembro de 2016, eu entrei em contato com ela através do contato de uma vizinha, perguntando-lhe sobre

seu interesse em participar da pesquisa. Apesar de aparentar não estar muito convencida de minhas intenções, ela aceitou o convite e dias depois realizamos nosso primeiro encontro.

Ao total, foram realizados três encontros com Aline no seu domicílio, como sugerido por ela. No primeiro, iniciei a entrevista, na qual pude aprofundar de forma cronológica os primeiros tópicos trazidos por ela. No segundo, dei continuação ao aprofundamento desses tópicos, finalizando a entrevista. No terceiro, tirei somente algumas dúvidas em relação a sua estrutura familiar e situação socioeconômica. A soma dos dois primeiros encontros totalizou quatro horas de entrevista, realizados num intervalo de seis dias entre eles.

Embora Aline tenha me recebido sempre de forma muito simpática e atenciosa, ela nunca me recebia sozinha. Tanto no primeiro como no segundo encontro, havia a presença de uma amiga, que alguns minutos depois sempre se despedia. No primeiro encontro, após alguns minutos de minha chegada, apareceram dois assistentes sociais que realizavam o acompanhamento da família de Aline, verbalizando que ela havia lhes “convidado” para que me conhecessem. A insegurança de Aline em relação às minhas intenções era evidente, munindo-se de determinadas pessoas até ter certeza do que estava por trás de minha visita. Especialmente a presença dos assistentes sociais me chamou a atenção, visto que aquele gesto me pareceu traduzir a relação de confiança que ela tinha neles, bem como a desconfiança em relação a mim. Mesmo me esforçando para que ela se sentisse à vontade, sua fala esteve mais controlada durante nosso primeiro encontro. No segundo encontro, ela parecia falar com mais liberdade, embora demonstrasse estar cansada. De forma geral, Aline manteve-se falante durante toda a entrevista.

#### **4.1.2 Apresentação da sua história de vida**

Quanto ao interesse de apresentação de Aline durante a entrevista, este está voltado predominantemente à intenção de apresentar-se como uma boa mãe, dedicada ao cuidado e ao bem-estar dos seus filhos. Devido ao seu histórico de abuso de drogas na adolescência, estendendo-se até a vida adulta, Aline busca durante a entrevista trazer “provas” e argumentos de que está “limpa”, ou seja, de que não usa mais nenhuma substância tóxica que pudesse comprometer a sua vida e a de seus filhos. Ela traz diversos temas durante a entrevista que demonstram estar relacionados tanto de forma direta ao seu interesse de apresentação como também de forma indireta. Os temas trazidos por Aline que possuem uma relação direta com a sua apresentação foram: “a relação com a sua mãe”, “sua introdução passiva no consumo e abuso de drogas”, “o fim do consumo”, “a perda dos filhos”, “os maus-tratos sofridos pelos



filhos no abrigo”, “o retorno dos filhos”, “eu como mãe”, entre outros. Já os temas que apresentam ter uma relação indireta foram: “a catação e o consumo”, “a minha relação com a vila”, “a minha relação com a família do meu marido”, “generosidade” e “a minha relação com amigas e vizinhas”. Resumidamente, foram esses os temas que mais apareceram na entrevista de Aline.

No que tange ao tipo de texto, Aline tende a utilizar argumentações durante toda a entrevista, seja na fase inicial, na qual fala sobre a sua história de vida de forma autônoma, seja na fase de aprofundamento dos assuntos trazidos por ela na fase inicial. Durante a fase inicial, Aline faz uso de alguns relatórios, ou seja, narrativas pouco detalhadas, e isso na frequente combinação com argumentos.<sup>55</sup> Somente na fase de aprofundamento da entrevista é que ela começa a produzir narrativas, em geral, para falar de acontecimentos de grande impacto biográfico, como a morte do pai ou o início da sua relação com o marido. Segundo Rosenthal<sup>56</sup>, o uso de textos argumentativos pode estar indicando a tentativa de o entrevistado manter o controle daquilo que é dito e apresentado. Nesse sentido, é de se questionar o que Aline busca controlar na sua entrevista e por quê. Tanto o campo temático, que estrutura a entrevista de Aline, como as dinâmicas de enquadramento poderão contribuir para entender a busca de controle pela entrevistada durante a interação. No caso de Aline, além do controle de apresentação do que é dito, ela demonstra passar por um processo de compreensão de experiências biográficas, que ainda lhe causam muito sofrimento, como, por exemplo, a relação com sua mãe ou o afastamento dos filhos.

Ao analisar a forma como Aline estrutura a sua fala na fase inicial da entrevista, pude observar que ela inicia descrevendo o número de filhos da mãe, ou seja, a existência de quatro mulheres e um homem. Logo em seguida, ela começa a falar sobre a mãe e sua relação com ela e sobre sua relação com os filhos, tema esse que domina a fase inicial da entrevista, assim como a fase de aprofundamento do primeiro encontro. Quando ela começa a falar da relação dos filhos com a mãe, Aline usa o provérbio “*a dor ensinou a gente a gemer*” (p. 1, linha 16/I Encontro). No sentido popular, essa expressão significa o fato de que a dor ensina a viver e conviver com as adversidades, ou seja, que se aprende a viver com a vida. A meu ver, em palavras sociológicas, tal expressão poderia indicar que se aprende a interagir e viver em sociedade pela socialização. O sentido, porém, que essa expressão pode ter para a biografia de

<sup>55</sup> Mais detalhes sobre os tipos de texto, ver Rosenthal (2017, p. 294-295).

<sup>56</sup> Informação obtida em seminário na Universidade de Göttingen, na Alemanha, em 7 de novembro de 2017 por Débora Rinaldi.

Aline, creio que só será possível entender após a compreensão de como Aline estrutura a sua apresentação.

No que diz respeito às diferentes fases da vida, Aline inicia falando sobre a infância, possivelmente por influência da entrevistadora, que pede que ela fale sobre a sua vida desde o nascimento. No decorrer da entrevista, Aline traz diversos temas, sem seguir as fases da vida, infância, adolescência e fase adulta, de forma cronológica, e sim as mesclando de forma, aparentemente, arbitrária. O que estaria fazendo, porém, Aline ao iniciar a sua fala pela infância? Biograficamente são inúmeras as possibilidades. No caso de Aline, ela se volta aos irmãos e a sua relação com a mãe. A fala é inteiramente negativa e foi formulada, especialmente, de forma argumentativa, como podemos observar na passagem que segue:

*“A gente é, como entre quatro filha mulher e um filho homem, minha mãe tem quatro filha mulher e um filho homem, então como a minha mãe é muito festeria ela saía e deixava as criança com a gente. Desde pequeno a dor ensinou a gente a gemer né, a gente tinha que sair pra gente comer, a gente saía para pedir né, daí a gente já tinha que sobreviver né, de alguma forma, porque ela só dava polenta pra gente com cidrozinho, polenta com cidrozinho e a gente não aguentava mais né, porque tudo que era dinheiro ela pegava e saía pra beber [...]”* (p. 1, linhas 14-20/I Encontro).<sup>57</sup>

Ao falar da mãe, Aline traz temas como maus-tratos, sofrimento coletivo em relação a ela e aos irmãos, promiscuidade, negligência, privação, violência física e psicológica.<sup>58</sup> Esses temas são abordados tanto para falar de experiências com a mãe na infância como na adolescência. Nas falas sobre a vida adulta, a mãe pouco aparece, com exceção de situações ocorridas recentemente. Ela fala pouco sobre seu pai e demonstra ter tido pouco contato com ele. No entanto, as falas sobre ele são sempre positivas e surgem somente em relação à mãe. Aline classifica o vínculo com a mãe, de forma manifesta, porém controlada, como “*não muito bom*” (p. 1, linha 25/I Encontro) ou fala da falta do vínculo de mãe e filha (p. 25, linha 6/I Encontro). O que mais chama a atenção na fala de Aline sobre a mãe é o fato de que ela é predominantemente negativa, há somente uma passagem, e muito curta, na qual Aline traz um adjetivo de sentido positivo em relação à mãe, ela diz que a mãe “*não é boba*”, ou seja, ela é

<sup>57</sup> Os trechos sublinhados nas falas são destaques meus.

<sup>58</sup> Segundo Silva, Coelho e Caponi (2007, p. 96), a violência física seria a tentativa ou ocorrência de dano pela força física, ou por arma ou instrumento que pode causar lesões internas e externas. Já violência psicológica pode ser compreendida como “toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, não deixar a pessoa sair de casa, provocando o isolamento de amigos e familiares, ou impedir que ela utilize o seu próprio dinheiro. A violência psicológica pode levar rapidamente à violência física.

experta (p. 17, linha 17/I Encontro). Em algumas passagens, Aline tende a comparar a si mesma como mãe com a sua própria mãe, como mostra a seguinte passagem:

*“[...] até hoje eu tô com 26 anos, eu não esqueci, eu olho pra ela, eu não consigo ter aquele vínculo de mãe pra filha como eu tenho com meus filhos, cada vez que eu olho para ela, eu me lembro o que ela fazia pra gente, esse é o momento ruim que eu tenho. Até hoje eu guardo isso aí comigo. Tudo que meus filhos querem comer eu deixo os meus filho comer, seu eu não tiver dentro de casa, eu vou lá no bar e pego, eu dou para eles, eu deixo de comprar uma coisa pra mim pra comprar pra eles. A coisa que ela não fez pra gente, que a gente queria tanto que ela fizesse né e ela não fez, isso aí é muito ruim” (p. 25, linhas 5-19/I Encontro).*

Nesse sentido, argumento que a fala de Aline sobre a mãe durante a entrevista apresenta, no nível manifesto, a relação entre mãe e filha, mas no nível latente, a comparação do que é ser mãe. Por que Aline faz isso? Por que ela precisa se comparar com sua mãe e por que o tema “ser mãe” é assim tão relevante? Na seguinte passagem, Aline reclama de uma recente crítica realizada pela mãe em relação ao dinheiro e aos filhos:

*“[...] cada vez que ela vem na minha casa, ela quer dinheiro pra comprar maconha e eu mal arrumo pra mim e pra os meus filho né, então não tá certo eu dar pra ela né se eu tenho que sobreviver com pouco vou cuida dos meus filho, só que ela acha ruim né, ela tava criticando esses dia, ela veio aqui e pergunto se eu levava os meu filho pro curso, só que eu falei pra ela que curso não é lugar de filho, o curso que eu tô fazendo não, é lugar de eu tá lá, meus filho tá no projeto no colégio, chegam só às seis horas [...]” (p. 1, linhas 26-32 /I Encontro).*

Essa crítica aparece nos primeiros minutos da entrevista. No dia a dia, ela aparenta ocorrer com frequência, pois Aline usa a expressão “cada vez”. Poderíamos substituir essa expressão por “toda a vez” e a frase não mudaria o sentido: “[...] *toda vez que ela vem na minha casa, ela quer dinheiro [...] só que ela acha ruim [...]*”. Alguns meses após a entrevista de Aline, pude conversar com a assistente social que a acompanhou durante dois anos, a qual me relatou, sem que eu mencionasse nada, que a relação de Aline com a mãe era conturbada e que Aline se sentia muito criticada por ela, principalmente devido ao acolhimento dos filhos. Aline fala muito pouco de forma manifesta sobre as críticas da mãe e muito menos sobre o possível sofrimento que essas críticas lhe causam. No entanto, de forma latente, as críticas já apareciam na infância e na adolescência através de atos violentos e humilhantes, como a raspagem do seu cabelo ou o dia no qual a mãe lhe colocou para fora de casa com seu filho na frente dos vizinhos.

Aline não demonstra somente se incomodar com as críticas da mãe, e sim com as críticas da sogra, do sogro, da filha caçula, das amigas, das vizinhas, ou seja, da “vila” (lugar onde mora), assim como das instituições do Estado. Durante a entrevista, Aline alega ter sido muito criticada pelas amigas na época que abusava de drogas e teve os filhos acolhidos. Quando fala da relação ambivalente com a sogra (Aline fala tanto de forma positiva como negativa da sogra), Aline reclama muito de um episódio no qual ela lhe chama, de forma pejorativa, de “nega” e das tentativas da sogra e do sogro de se envolverem na criação de seus filhos, dizendo como Aline deveria educá-los. De fato, Aline retrata muitos episódios nos quais foi criticada ou se sentiu criticada. Especialmente a seguinte passagem, na qual Aline fala sobre as críticas que recebeu dos agentes públicos envolvidos no dia do acolhimento dos seus filhos traduz, a meu ver, as consequências comportamentais que uma experiência desse tipo pode causar:

*“[...] Foi eu tava dentro daquele quartinho ali com as criança, que eu só tinha aquele quarto daí, eu tava deitando quando me chega um oficial de justiça e uma viatura da polícia, a minha filha<sup>59</sup> era pequenininha, ela tava mamando e eles pegaram e levaram ela. Aí o outro não sabia o que era e eu desesperada e o brigadiano abusado [...] quando vocês disseram que eu era uma merda, uma friorenta que eu era drogada, agora eu sou gente, agora tu vai entrar na minha casa e você vai ver [...]” (p. 45-46, linhas 26-29; 6-8/I Encontro).*

A partir da perspectiva da psicologia de viés comportamental, é possível sustentar que tais experiências possam ter levado ao desenvolvimento de baixa autoestima, insegurança em relação as suas capacidades como filha, como mãe, como mulher, entre outros papéis sociais, os quais pressupõem, inevitavelmente, reconhecimento social para que possam seguir sendo praticados sem maiores complicações (PAPALIA; OLDS; FELDMANN, 2006). Aline demonstra, em geral, ter dificuldade de lidar com críticas, sejam elas de menor ou maior impacto. Geralmente, demonstra reagir de forma agressiva em situações conflitivas, mas esse aspecto não estará somente relacionado às experiências com críticas como também àquelas experiências de violências física e emocional sofridas com a mãe e confirmadas nas relações sociais cotidianas dentro da vila, entre os moradores e, especialmente, entre os moradores e o tráfico de drogas.

Ao retornar à análise da estrutura da entrevista de Aline, pude observar que ela realiza uma ligação entre a infância de maus-tratos e de sofrimento em relação à mãe com a catação. Aline diz ter começado a catar aos oito anos de idade, alegando que ela e os irmãos tinham

---

<sup>59</sup> Informação modificada.

que comer comida do lixo para sobreviver. Assim, a primeira experiência com a catação, realizada ainda na infância com a mãe, é retratada de forma negativa, embora Aline verbalize em todo o primeiro encontro, bem como até um pouco mais da metade do segundo encontro, que gosta muito de catar, falando predominantemente de forma positiva sobre a catação. Tal aspecto pode ser explicado a partir das possíveis dinâmicas de enquadramento que se manifestam durante a entrevista com Aline.

O acompanhamento de Aline e de sua família nuclear por instituições da Assistência social se iniciou aproximadamente entre os anos de 2009 e 2011.<sup>60</sup> Nesse sentido, partindo de teorias sociológicas da socialização, como a de Berger e Luckmann (2014), as experiências vivenciadas com a instituição da assistência social, assim como com os órgãos fiscalizadores dos direitos da Criança e do Adolescente na cidade de Porto Alegre, como o Conselho Tutelar, as Promotorias e os juízes da Vara da Criança e do Adolescente, causaram efeitos sobre sua socialização. Durante aproximadamente os últimos dez anos, Aline vem buscando enquadrar-se às exigências e expectativas sociais dos agentes envolvidos, no intuito de recuperar a guarda dos seus dois primeiros filhos. Fazem parte desse processo a incorporação e a padronização de conhecimentos típicos, necessários para o cumprimento da ação. Além da experiência institucional realizada devido ao acolhimento dos filhos, Aline e o marido fazem parte do grupo de catadores afetados pela Lei n. 10.531, que restringe o uso de carrinho e carroça pela zona urbana de Porto Alegre. Em virtude da lei, o casal passou a integrar, ao final de 2015, o programa “Todos Somos Porto Alegre”, responsável pela inclusão dos catadores em novas oportunidades de trabalho. Nesse sentido, como funcionária desse Programa, passei a fazer parte da rede social de Aline e de outros catadores. A defesa da atividade pelos catadores perante os funcionários do Programa fazia parte da nossa rotina de trabalho, postura esta que também pude observar na fala de Aline durante a maior parte do tempo de entrevista. Aline fala de forma positiva sobre a catação durante aproximadamente as três primeiras horas.

Quando fala sobre a catação, e isso de forma autônoma, Aline é seletiva, restringindo-se aos benefícios da atividade, como a obtenção de bens e renda, dando destaque principalmente ao consumo. Tais aspectos podem ser observados na seguinte passagem:

*“[...] é muito bom trabalhar com lixo tudo, que eu tenho dentro da minha casa tudo é do lixo. A única coisa que eu comprei pra dizer que eu não comprei, comprei essa televisão aqui, comprei por cento e cinquenta real, fui buscar [...] com o meu padrasto [...] e comprei um rádio por cinco pila [...] e o telefone que eu comprei por trezentos real, meu telefone novo, que eu tenho que pagar no dia do curso, eu achei dois no lixo né, dois*

<sup>60</sup> Nenhuma das fontes consultadas, a própria Aline e uma das assistentes sociais que a acompanhou durante dois anos, pôde me passar essa informação com precisão.

*igual ao teu assim ó, só que daí um deles tava com a tela preta e o outro tava trancando, aí eu vendi lá na frente pro vizinho por trezentos real. Quando a gente ganha coisa demais, quando eu vejo que eu gosto de uma coisa, eu arrumei uma estante, essa estante eu vou dar pra minha sogra, ela não tem né, daí eu vou pegar aquela estante pra mim, aí quando a gente vê que tem móveis demais, aquela geladeira lá é duzentos e vinte, eu não vou dar uma geladeira né porque, eu posso vender muito bem e comprar coisa pro meus filho, compra material [...]” (p. 11, linhas 1-26/I Encontro).*

Analisando a passagem acima, bem como as demais passagens que tratam do mesmo tema, argumento que Aline vê na entrevistadora uma representante típica das instituições de especialistas com os quais vem lidando nos últimos dez anos, assumindo uma fala positiva e cuidadosa sobre a catação. Esse enquadramento explicaria, portanto, o uso de trechos mais argumentativos, sucintos, nos quais busca manter controle do que é dito, como forma de legitimar o seu trabalho e, em especial, do marido, uma vez que estão perdendo gradativamente o direito de circular de carroça pela zona urbana da cidade. Já ao final da entrevista, Aline demonstra sentir-se mais à vontade para falar abertamente sobre a catação comigo, de tal modo que verbaliza, de forma inesperada, que prefere que o marido saia para catar, alegando que nos últimos tempos tem sentido vergonha de realizar a atividade. Eis a passagem:

*“[...] eu gosto muito quando ele traz, não gosto de sair catando na rua.*

**Entrevistadora (E):** *tu não gosta.*

**Aline (A):** *ah eu tenho vergonha, depois de uns tempo pra cá eu fiquei com vergonha, antes eu gostava, vamo sair de carroça vamo, é comigo mesmo [...]” (p. 29, linhas 30-34/II Encontro).*

Além da catação, o seu interesse de apresentação como “boa mãe” e suas falas predominantemente argumentativas sobre a perda dos filhos, o tratamento das drogas e o retorno dos filhos poderiam ser explicados por esse enquadramento da situação de entrevista. O tema sobre a guarda e o retorno dos filhos é um dos principais temas da entrevista de Aline. Ele está presente quase que durante todas as quatro horas de entrevista e está fortemente relacionado com os demais temas trazidos por ela. De forma sucinta, antes de entrar no campo temático da entrevista com Aline, gostaria de apresentar alguns aspectos da sua fala sobre os filhos.

A fala sobre o acolhimento dos filhos aparece na metade da fase inicial da entrevista, na qual Aline estrutura sua fala de forma autônoma, sem a interferência do entrevistador. Tal aspecto pode estar indicando certo êxito por parte dela em tocar no assunto. Embora eu conhecesse um pouco Aline, eu não sabia que ela havia tido os filhos acolhidos nem sabia que

já havia passado por tratamento devido ao abuso de drogas. A fala sobre os filhos aparece após Aline relatar como começou a perder o controle do uso de drogas, sob a influência de uma vizinha. Toda a fala é realizada em forma de relatório/argumentação, um tipo de texto no qual narrativas com poucos detalhes se confundem com argumentações, uma vez que relatórios são, nesse caso, instrumentalizados como argumentos (ROSENTHAL, 2017). De forma geral, Aline apresenta sua história de vida como uma história de sofrimento, embora se possa perceber momentos nos quais ela retrata sucesso e superação, como quando compara a sua vida atual com a passada. No contexto de uma história de sofrimento, Aline demonstra transferir, com frequência, a culpa por suas experiências negativas a terceiros. Observo que essa terceirização da culpa ou a tendência à vitimização surge como forma de lidar com a própria culpa pelo acolhimento dos filhos. A seguinte passagem traduz um pouco essa tentativa de terceirização:

*“[...] e essa guria me convidou pra fumar maconha com mescrado [...] mas até então eu não sabia o que era isso daí, pra mim era maconha com alguma coisa diferente e aí na mesma hora eu fumei aquilo ali e eu queria mais, mais, mais, mais e mais, aí eu morava lá [...] eu vim de lá [...] pra cá e ela disse, não é pra ti pegar e passar a dor que tu sente a decepção que tu tá grávida, o pai do teu filho foi preso, não sei o que, mas antes eu fumava, eu tinha bolinhos e bolinhos de maconha dentro de casa, mas eu nunca tinha fumado isso aí, aí foi a perdição, perdi meu filho pro conselho, conselho veio na minha casa, meus filho ficaram quase quatro ano longe de mim [...]” (p. 3, linhas 10-25/I Encontro).*

Biograficamente, existem muitas possibilidades de um indivíduo retratar uma fase da vida ou uma experiência na qual a sociedade lhe mostra que algo não está sendo feito dentro da expectativa, que essa sociedade possui sobre aquela experiência. No caso de Aline, um importante exemplo é a maternidade. O acolhimento dos filhos aparenta representar para Aline o atestado de má conduta como mãe. No nível manifesto, Aline tende a se eximir de qualquer participação pela perda da guarda dos filhos, seja quando fala do abuso de drogas, seja quando fala da estadia e do retorno dos filhos do abrigo. Mas por que Aline faz isso? Sigo a hipótese de que essa é a forma como Aline, no nível latente, busca compreender essa experiência e conviver com o seu sentimento de culpa pelo acolhimento dos filhos. Tal “culpa” é assumida por Aline de forma solitária e integral, uma vez que nunca cita o marido quando o tema é acolhimento institucional dos filhos. A meu ver, isso demonstra como Aline entende, em parte, o papel social materno, ou seja, os filhos são responsabilidade integral da mãe. Esse sentimento de culpa não surge, porém, somente na experiência institucional formal

do acolhimento dos filhos, mas também na interação com a vila, pelas críticas da mãe, da sogra e demais agentes que atuam no controle social.<sup>61</sup>

Aline termina a fase inicial da entrevista retomando o tema da catação e do consumo, concordando em dar continuidade à fase de aprofundamento dos assuntos trazidos por ela ainda naquele encontro. Levando em consideração toda essa entrevista e a maneira como os diferentes temas trazidos por ela estão ligados um ao outro, pude observar que, principalmente, dois temas sustentam a forma como ela estrutura a sua fala: 1) “a relação com a própria mãe” e 2) “sou uma boa mãe”. Esses dois temas demonstram dialogar com a maneira como Aline fala sobre os demais temas trazidos por ela: “sua introdução passiva no consumo e abuso de drogas”, “o fim do consumo”, “a perda dos filhos”, “os maus-tratos sofridos pelos filhos no abrigo”, “o retorno dos filhos”, “a catação e o consumo”, “a minha relação com a vila”, “a minha relação com a família do meu marido”, “generosidade” e “a minha relação com amigas e vizinhas”, dentre outros. Todos esses temas, em especial a relação de Aline com a mãe e o seu próprio papel como mãe, dão forma ao campo temático “sou capaz de cuidar dos meus filhos”.

Minha hipótese estrutural (*Gestalt*) sobre a entrevista de Aline é de que ela está organizada em cima da defesa da sua capacidade social de manter a guarda dos seus filhos. A expressão “A dor faz gemer” usada por ela no início da entrevista me parece traduzir, portanto, muito mais do que a relação dos irmãos com a mãe, visto que poderia ajudar a explicar o campo temático de sua entrevista, ou seja, “aprendi a ‘ser mãe’ quando perdi meus filhos”.

Além do tema da guarda dos filhos, gostaria ainda de destacar a busca de Aline, de forma geral, por reconhecimento social, ou seja, a necessidade e busca pela aprovação de sua conduta pelos seus pares (HILLMANN, 2007). Embora o reconhecimento social possa ter uma função bastante pragmática para a vida em sociedade, ele também se manifesta como uma necessidade dos indivíduos, podendo estar presente em qualquer biografia e em qualquer interação. No caso de Aline, esse elemento ganha, possivelmente, especial importância pela ausência desse reconhecimento em muitas fases da vida, iniciando na infância. Desse modo, a busca por reconhecimento social é um aspecto que demonstra percorrer toda a sua biografia.

---

<sup>61</sup> Em linhas gerais, controle social é compreendido na sociologia como toda forma de mecanismo, estrutura ou processo que possibilita que uma sociedade ou grupo social faça com que seus indivíduos continuem seguindo e respeitando as normas e regras sociais (SCHÄFERS, 2000).



### 4.1.3 A sua história de vida

A apresentação da vida vivenciada de Aline foi organizada compreendendo as diferentes fases da vida, ou seja, a infância, a adolescência e a fase inicial da vida adulta.<sup>62</sup> Em cada fase, busco analisar de que forma determinadas experiências demonstram terem sido realizadas à época dos fatos. Além da vivência, procuro também compreender como essas experiências podem estar relacionadas umas com as outras no tempo.

#### 4.1.3.1 A infância

Aline nasceu na cidade de Porto Alegre, capital do estado Rio Grande Sul, no ano de 1990. Seu bairro de nascimento fica localizado na zona leste da cidade, que na época era menos urbanizado do que nos dias atuais<sup>63</sup>. A região apresentava uma extensa área rural, a qual foi sendo ocupada inicialmente por imigrantes portugueses, que ali trabalhavam na produção e venda de alimentos. A partir dos anos 1950, começaram a chegar moradores de fora, principalmente do interior do estado. Também ocorreram remoções de famílias de outros bairros de Porto Alegre para essa região, assim como ocupações de pessoas em busca de moradia. Desde sua origem, os moradores desse bairro buscam organizar-se em forma de associações, reivindicando seus direitos à habitação. Documentos históricos relatam a constante busca dos moradores pelo reconhecimento de terrenos e por melhores condições de vida, como asfalto, escolas, saneamento, luz, água etc. Tudo indica que o cenário nessa região, em torno dos anos de 1990, era predominantemente de moradias precárias, formação de vilas<sup>64</sup>, com difícil acesso a escolas, a vagas de trabalho e com pouca infraestrutura. A localidade fica a 20 km do centro da cidade. Por outro lado, é possível observar a presença de um senso comunitário que buscava, através de lideranças, a organização das vilas e a melhora na qualidade de vida. Aline passou seus primeiros oito anos de vida nessa localidade, a qual somente foi reconhecida e nomeada como bairro no ano de 1997, ou seja, quando Aline tinha sete anos.

---

<sup>62</sup> Divido as diferentes fases da vida das entrevistadas seguindo o modelo do desenvolvimento humano sugerido por Papalia (2006), no qual a infância compreende aproximadamente a idade de 0 a 11 anos de vida, a adolescência, de 12 a 20 anos, e o jovem adulto, de 20 a 40 anos.

<sup>63</sup> Fontes referentes à localidade de moradia de Aline não foram referenciadas por motivo de anonimização da entrevistada.

<sup>64</sup> “Vila” é um termo usado em Porto Alegre para designar um conjunto de moradias precárias, também denominado “favela” ou “comunidade”. Neste trabalho, dou preferência ao uso do termo “vila”, visto que essa é a expressão usada pelos meus entrevistados para designar o seu local de moradia.

Segundo a entrevistada, os avós maternos e a mãe eram da capital. Já os avós paternos eram do interior do estado, assim como seu pai. Aline sabia pouco sobre esses avós. O avô materno era coveiro, e a avó materna era dona de casa e doméstica. Tudo indica que os avós maternos, por realizarem trabalhos manuais, de baixa remuneração, levavam uma vida simples, com baixo poder econômico, assim como sua mãe. Segundo Aline, o pai tinha dinheiro e exercia a profissão de motorista de ônibus e caixeiro-viajante<sup>65</sup>, com uma renda que podia variar entre 1 a 2 salários mínimos e que hoje equivale a pouco mais de 800 reais (OLIVEIRA, 2011). Nesse sentido, é possível sustentar que o pai, mesmo exercendo um trabalho de baixa renda à época, possuía melhores condições financeiras do que a mãe. Ou seja, a mãe tinha um poder de compra ainda menor. Portanto, pelo que tudo indica, os pais de Aline possuíam, à época de seu nascimento, limitações econômicas, por isso viviam num bairro distante do centro da cidade, com baixo custo de vida e com pouca infraestrutura. Ela fala pouco sobre a vida de seus pais antes do seu nascimento, somente que a mãe havia feito um aborto antes de engravidar de Aline, a filha mais velha de cinco irmãos. A mãe tinha em torno de 20 anos quando ela nasceu, já a idade do pai é desconhecida. Segundo a entrevistada, a mãe somente aceitou tê-la porque seu pai tinha dinheiro, caso contrário ela também teria abortado para poder continuar a vida que levava, ou seja, nas palavras de Aline, “*pra ir pros baile*” (p. 26, linha 16-21/I Encontro).

Aline não fala nada sobre o dia do seu nascimento e retrata pouco os seus primeiros anos de vida. Suas primeiras lembranças da infância parecem fazer referência aos quatro anos de idade. Esse fato pode estar indicando que Aline pouco sabe sobre os acontecimentos em torno de seu nascimento, provavelmente porque nunca ninguém a contou ou porque não possuem importância biográfica atual para ela. De maneira geral, um importante aspecto dos primeiros três anos de vida de uma criança é o apego aos pais e a pessoas em geral, como outras crianças e o início de atos de autonomia em relação aos pais (PAPALIA; OLDS; FELDMANN, 2006). Nesse sentido, o nível de afeto entre Aline e seus pais nessa fase da vida é decisivo para compreender a sua relação com eles e com os irmãos, assim como seu comportamento nas próximas fases da vida.

Além do seu próprio nascimento, Aline também não fala sobre o nascimento dos seus irmãos de forma específica, embora eles demonstrem possuir verdadeira importância biográfica para ela, principalmente na infância. Aline e suas duas primeiras irmãs possuíam

---

<sup>65</sup> Profissão antiga que, segundo o *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), equivale a “representante de vendas, empregado de comércio que viaja por conta de uma firma ou, se por conta própria, encarregado dos negócios de várias casas ou ramos”. Também eram chamados de mascates, vendedores ambulantes.

uma diferença de idade de menos de um ano. Entre os anos de 1990 e 1992, os pais da entrevistada tinham três filhas. Devido à falta de afeto, ao que tudo indica manifestado de forma explícita pela mãe e menos evidente pelo pai, Aline construiu uma relação de carinho e proteção com os irmãos, como fica mais evidente no percorrer da sua trajetória biográfica. Principalmente as situações de maus-tratos da mãe são experiências coletivamente compartilhadas entre eles. Como filha mais velha, Aline demonstrou responsabilizar-se pela proteção dos irmãos.

Tal diferença de idade entre as filhas pode estar indicando a ausência de planejamento dos pais em relação à organização familiar. Dessa maneira, se os recursos econômicos já eram limitados, eles passaram a ser ainda mais escassos, caso os pais não tenham conseguido melhorar a sua renda. As dificuldades financeiras podem ter provocado, entre outros motivos, a separação dos pais em 1994. Aline e as irmãs ficaram com a mãe. Aline fala pouco sobre a separação, ela relata somente que a mãe deixou o pai para ficar com o atual padrasto. Aline alega que o pai amava a mãe, relatando uma situação de violência que aparenta ter ocorrido um ano depois, na qual a mãe fere o pai com uma faca na região abdominal. Eis a passagem:

*“[...] ela deu três facada nele e meu pai ficou tão mal que eu ajudei meu pai a sair de um valão, dum esgoto e chamei a minha tia pra minha tia me ajuda [...] eu tinha cinco anos quando aconteceu isso aí lá na [...] e ela pegou e fugiu com esse meu padrasto lá pra [...] e deixou meu pai ali agonizando ali [...]”* (p. 26, linha 28-33/I Encontro).

O ano do divórcio dos pais não é exato, poderá ter ocorrido em 1994 ou 1995. O que chama a atenção é o fato de que as primeiras lembranças de Aline da infância demonstram surgir a partir do ano de 1994, ano que tem a sua primeira experiência como pedinte. Ela diz que começou a sair para pedir aos quatro anos de idade com a mãe. Nessa sua primeira lembrança, o pai já não está presente. O pai aparece somente quando ela fala da separação dos dois, da agressão praticada pela mãe e depois da sua morte, quando não morava mais em Porto Alegre. A partir disso, levantei as seguintes hipóteses: 1) os pais se separaram em 1995, mas como o pai não foi presente na criação de Aline, ela não cita a sua presença na primeira experiência como pedinte. Eles se separaram e ele foi embora para o interior ou 2) eles se separaram em 1994, Aline teve a sua primeira experiência como pedinte, o pai voltou, e a mãe o agrediu. Depois ele voltou a morar no interior. Independentemente de qual hipótese esteja correta, é bastante provável que Aline, aos quatro anos de idade, não vivia na constante presença do pai, recordando-se apenas desse episódio de agressão da mãe aos cinco anos de idade. Aline fala pouco sobre o pai na entrevista, quando fala sobre ele, o relaciona com “as

maldades” da mãe. Ela conta ainda que foi a única filha que o pai não reconheceu porque a mãe não autorizou. Logo, Aline não leva o sobrenome do pai nem foi reconhecida como sua filha. Os fatos indicam, portanto, que Aline conheceu pouco o pai e que a falta de conhecimento somada aos conflitos com a mãe, que se intensificaram mais tarde, corroboraram a construção de uma imagem positiva sobre o pai, embora não haja indícios de que ele foi um pai presente e que procurou as filhas depois da separação.

É muito difícil saber como Aline vivenciou a separação dos pais aos quatro ou cinco anos de idade, mas os fatos evidenciam que ela pouco sabia sobre os motivos da separação dos pais e que a ideia de uma separação causada pela mãe, sob a acusação de agressão do pai, somente veio surgir mais tarde, possivelmente, depois de uma reviravolta na relação de Aline com a mãe, ou seja, após um ponto de inflexão interpretativo. Minha hipótese é de que esse ponto ocorreu no ano de 1997, quando o pai faleceu.

Aos sete anos, chegou uma carta até as tias de Aline na qual consta que seu pai havia falecido, vítima de AIDS. Na carta continha dinheiro e passagens para que Aline e as irmãs fossem ao velório. Aline narra que a mãe pegou a carta e o dinheiro e não deixou as filhas irem até o velório. Esse foi o único momento da entrevista que Aline chorou. Aqui seguem duas importantes passagens:

*“[...] depois foi com o enterro do meu pai que ela me, meu pai morava em [...] né daí eles deram dinheiro pra, pra gente ir no enterro dele e ela não deixou a gente ir no enterro dele e a gente até hoje não sabe onde ele foi sepultado [...] ele era caixeiro-viajante, ele era uma pessoa bem boa, só que ela conheceu um homem, no caso esse meu padrasto, e ele nunca foi mal pra gente também, só que o que ela fez com a gente não se faz [...] minhas tias deram passagem pra nós ir nós não fomo [choro] [...]”*(p. 14-15, linhas 30-33; 1-6/I Encontro).

**E:** *a dor ensina a gemer, tu poderias me contar uma das primeiras histórias, assim, que você se lembra, assim, que a dor fez gemer.*

**A:** *foi essa do meu pai.*

**E:** *é, tu pode me falar um pouquinho mais dela?*

**A:** *foi assim a minha tia pegou foi lá na [...] nas minhas outras tias e deixou um envelope avisando que meu pai tinha morrido e que era pra deixar nós ir no enterro e ela pegou aquele dinheiro abriu o envelope e disse que nós não ia ir aí deu uma tunda ainda em mim e nas minhas irmã e nós não fomos e ela pegou o dinheiro ainda e foi beber daí foi desde em- então eu e ela não temo um afeto de mãe e filha [...] nós não temo- eu me senta assim conversar com ela converso com ela uns minuto quando é um poquinho já olho pra ela me dá assim aquele nojo sabe, não presta uma filha falar isso aí, mas sabe me dá assim aquela raiva de eu olhar pra ela e me lembrar o que que ela fez pra gente [...]”* (p. 15-16, linhas 30-33; 1-12/I Encontro).

Nesse sentido, é possível sustentar que a relação de Aline com a mãe ganha outra forma após essa experiência da morte do pai. Mesmo tendo em vista de que ela cresceu sem o afeto necessário da mãe, considero que até então Aline ainda possuía afeição pela mãe. Depois da morte do pai e a postura que a mãe assumiu naquela situação, a percepção de Aline sobre a mãe mudou drasticamente, ganhando cada vez mais força com o passar da socialização. Aline apenas fala em uma passagem de forma positiva da mãe – quando diz que a mãe é “*não é boba*” (p. 17, linha 17/I Encontro) – em uma entrevista, na qual “*a relação com a minha mãe*” é um dos temas mais dominantes.

Ao referir-se à presença da avó materna na infância, Aline relata que a avó vivia na mesma localidade da sua família nuclear, ressaltando de forma afetuosa os cuidados da avó com os netos nos dias que a mãe saía para os bailes. Possivelmente, a avó ficava com os netos em outras situações de ausência da mãe, indicando que, embora não vivessem com a avó, ela foi presente, assim como a família extensa. Não há evidências de que a avó assumiu para Aline a função de referência materna, uma vez que Aline fala pouco sobre ela. Entretanto, tudo indica que a avó foi a experiência materna positiva de Aline na infância. Além disso, alguns fatos indicam que a avó faleceu sem a assistência da mãe de Aline, quando Aline possuía aproximadamente sete a oito anos de idade. Quando Aline tinha cerca de nove anos, a mãe entrou em coma depois de uma briga, e os filhos ficaram sob os cuidados das tias maternas durante quase um ano. Durante essa ausência da mãe, Aline não fala sobre a presença da avó, o que estaria, portanto, indicando que ela já havia falecido.

Logo, os anos entre 1997 e 1999 demonstram terem sido marcados por importantes acontecimentos. Aline perdeu o pai e, possivelmente, a avó em 1997, sua terceira irmã nasceu também em 1997, seu irmão mais novo nasceu em 1998, e a mãe entrou em coma em 1999. Com o afastamento da mãe, Aline e os irmãos foram morar com as tias, embora não fiquem claros os motivos pelos quais o padrasto não assumiu o cuidado das crianças na ausência da mãe.

No que corresponde ainda à relação com a mãe antes de 1997, Aline conta que sua primeira experiência como pedinte foi em 1994, aos quatro anos. Ela fala sobre a sua primeira experiência como pedinte de forma argumentativa, da seguinte maneira:

*“[...] quatro anos [sintética, porém enfaticamente] [...] eu sou a mais velha de todos com quatro anos [...] e eu carregava elas [barulho] [...] eu tinha que leva elas junto para elas não fica sozinha porque ela saía né, como é que eu vou deixar a minha irmã a de três que ela é regula quase comigo e a outra de dois, nós saía, nós ia lá pra [...] pedi com os outro filho do meu padrasto que eles eram mais grande daí nós ia com eles né, daí quando ela chegava- que nós chegava com dinheiro ela não ficava braba [...] e aí se nós não*

*chegasse com dinheiro a manguera já tava esperando ela já perguntava ‘você trouxero que=que vocês ganharam, ‘que que vocês trouxeram hoje’, ã e aí sempre eu pedia para mim e minhas irmãs não apanha, aí eu ia e ficava no meio dos carro pedindo pra mim e minhas irmã não apanha [...]’”(p. 17-18, linhas 28-34; 1-21/I Encontro).*

Aline destaca que ela e as irmãs apanhavam caso não trouxessem comida ou dinheiro para casa. O trabalho infantil sempre foi um grande desafio para a sociedade brasileira, registrando maior incidência em grupos socioeconômicos mais vulneráveis do que em outros (BARROS; MENDONÇA, 2010). Em 1992, 4% das crianças entre 5 e 9 anos trabalhavam no país, sendo que os responsáveis familiares demonstram possuir papel fundamental nessa experiência (BARROS; MENDONÇA, 2010). No caso de Aline e das irmãs, é possível observar a ameaça de agressão caso não trouxessem dinheiro para casa. Assim, elas se encontravam expostas a riscos de integridade física e psíquica tanto na rua como em casa, devido aos maus-tratos da mãe.

Além do trabalho, Aline relata ainda que a rua foi também, na sua experiência de pedinte, palco de brincadeiras e um lugar onde os irmãos ganhavam doces e brinquedos, como mostram as duas seguintes passagens:

*“[...] ela [a mãe] começou a levar a gente né porque aí a gente ganhava mais que ela porque ela não tava ganhando, arrumou um homi né, um namorado na rua, um homi e esse homi tinha uma bicicleta, aí um dia perguntei ‘ai que que é isso aí’ ele disse ‘é uma bicicleta com duas roda’ e eu falei ‘ai tu deixa eu andar’ eu achei que eu sabia andar quase morri, quase morri de dor, daí ali em diante aprendi a andar de bicicleta aquelas bicicletinha de rodinha [...]” (p. 28, linha 1-8/I Encontro).*

*“[...] E: uma das primeiras vezes que vocês saíram pra pedir, tá, tem um, um, uma, uma lembrança que você tem assim?*

*A: tenho da mãe da [...] ela deu o beliche ela deu o beliche e as boneca, ela vinha todos os anos sempre antes do Natal, dia vinte e três, ela tava ali sempre esperando a gente pra pra dar as coisas pra gente de Natal [...] nós ia pra tu ver aonde a gente ia a gente ia lá [...] a gente ia lá no Bourbon pedir [...] e sempre ela nunca esqueceu da gente ela sempre trazia uns bolsão de doce, de roupa de coisa e ela trouxe um beliche [...]”(p. 19, linha 17-31/I Encontro).*

Para além das brincadeiras da infância, a rua e o trabalho como pedinte foram experiências de aprendizado, nas quais Aline possivelmente pôde desenvolver capacidades e conhecimentos. Estudos têm mostrado que crianças que trabalham para a família fora de casa tendem a ter que cumprir trabalhos domésticos em casa (BARROS; MENDONÇA, 2010). Esse provavelmente foi o caso de Aline, que diz ter cuidado dos irmãos tanto na rua quanto em casa. Nesse sentido, é possível sustentar que Aline se deparou com uma série de situações com as quais não estava preparada para lidar devido a sua idade. Entre outros efeitos, a

tendência é de que a criança se sinta sobrecarregada diante dessas situações. Se, por um lado, Aline antecipou determinadas experiências como o trabalho, por outro ela deixou de realizar, da mesma forma, experiências sociais típicas dessa fase da vida, como ter brinquedos e brincar sem ter que trabalhar em busca de renda.

No que diz respeito à relação dos filhos em casa com a mãe, Aline relata inúmeras situações, nas quais a mãe trancava comida na geladeira com cadeado para que os filhos não tivessem acesso, vendia os brinquedos dos filhos e móveis para a compra de drogas, como também a raspagem do cabelo dos filhos, entre outras práticas. Em conversa com a assistente social que acompanhou Aline durante dois anos, ela relata que a relação da mãe com os filhos foi marcada por uma série de violações de direitos fundamentais da criança e do adolescente durante anos. Diante aos fatos trazidos pela entrevistada e comentados pela assistente social, considero que Aline sofreu tanto práticas de abuso como de negligência<sup>66</sup> da mãe na infância, as quais seguem por toda a adolescência até a vida adulta, causando sofrimentos físico e emocional. Alguns exemplos desse tipo de prática encontrados no seu relato e que podem gerar consequências comportamentais e emocionais são: rejeição, exploração, isolamento, ridicularização e o não provimento de apoio emocional, amor e afeição (PAPALIA; OLDS; FELDMANN, 2006). Tais experiências podem ter causado em Aline sentimentos de rejeição e insegurança com consequências para o desenvolvimento da sua autoestima.

Experiências de agressão física, rejeição e ridicularização vivenciadas com sua mãe quando saiu pela primeira vez para catar também são citadas. A experiência na catação, à época dos fatos, é retratada de forma negativa. Aline não diz que tinha vergonha de catar, argumento muito comum entre os catadores quando iniciam a atividade, mas demonstra ter sentido nojo, uma vez que ela sabia que no lixo continha sujeira, como ela declara na seguinte passagem:

*“[...] a primeira vez que eu saí pra catar, é deixa eu ver se eu consigo te mostrar [barulho de zíper abrindo] a marca que ela fez na gente, aqui isso aqui, isso aqui é tudo os carrinho que ela tacava na gente [barulho do zíper continua], os carrinho de supermercado esses carrinho que tu vai no supermercado, ela tacava nas perna da gente, ela me jogou em cima de um saco de lixo [...], porque eu não queria mexer no lixo eu disse ‘ai tem lixo’ ela disse ‘não tu vai catar’ e me jogou e ali tinha um vidro eu me cortei [...]”* (p. 28, linha 12-22/I Encontro).

Situações nas quais Aline aparece sendo agredida em público pela mãe, ridicularizada e humilhada são relatadas em todas as fases da vida. Além da rejeição por parte da mãe, Aline

---

<sup>66</sup> Entendo por abuso uma ação que causa dano, assim como negligência um dano causado pela falta de ação (PAPALIA; OLDS; FELDMANN, 2006).

demonstra, portanto, ter vivenciado inúmeras situações nas quais era exposta a críticas da mãe, seja mais tarde na adolescência na frente da escola ou no seu dia a dia na fase adulta.

Com 10 anos de idade, ela, a mãe e os irmãos se mudaram com o padrasto para a zona sul da cidade. Os motivos da mudança não são claros. Na nova localidade, Aline passou a ter contato com outros catadores, os quais, pelo que tudo indica, se dedicavam bastante à atividade. Durante os anos que viveram nessa vila, Aline demonstra não ter mudado a sua imagem negativa sobre a catação, como mostra a seguinte passagem: “[...] e a gente tinha televisão, a gente olhava né e até então os nosso vizinho lá da zona sul, eles catavam tem tinha muita gente que se machucava se e nesse dia era um lixo de um restaurante [...]” (p. 30, linha 3-15/I Encontro). Embora já existissem à época políticas públicas voltadas ao combate do trabalho infantil, como o Programa de Erradicação do Trabalho infantil (PETI) de 1996, pelo que tudo indica essas políticas não chegaram até a família de Aline, e isso durante muitos anos.

#### 4.1.3.2 A adolescência

Ainda na zona sul, Aline conta como ela, aos 12 anos de idade, juntamente com as irmãs, vai pela primeira vez à escola. Em decorrência de uma denúncia realizada por um vizinho, a diretora da escola e o Conselho Tutelar conseguiram por ordem judicial e contra a vontade da mãe que Aline e suas irmãs fossem à escola. Ela conta que a mãe mantinha os filhos em casa, trancados e que só podiam sair com a sua autorização. Isso ocorria, por exemplo, quando saíam para pedir ou catar. Logo, além da privação alimentar e material, existia também o isolamento físico. Isso significa que Aline não inicia a sua experiência escolar com a idade tipicamente escolar do Brasil, que é de seis anos de idade. Para uma criança, que na infância teve pouco reconhecimento social, prejudicando a construção da autoestima, essa experiência pode ter sido bastante dolorosa.

Se não há reconhecimento social de um lado, torna-se estratégico que o indivíduo busque o reconhecimento por outras vias (PAPALIA; OLDS; FELDMANN, 2006), sendo dessa forma que Aline, a meu ver, parece ter iniciado a adolescência. A família mora, à época, num bairro habitado por moradores de diferentes classes sociais, onde há, de um lado, uma vila e, logo ao lado, condomínios fechados e casas cercadas de muros e grades. Aline conheceu o pai do seu futuro filho na escola e começou com ele e outros amigos a fumar maconha. Aline diz que eles eram “*metidos a playboy*” e iam até um lugar movimentado da cidade, frequentado por jovens e adultos em momentos de lazer para fumar e tomar banho no



rio (p. 48, linha 9/II Encontro). Antes do namorado, Aline conta ter presenciado a venda e uso de entorpecentes na própria rua (beco), uma vez que ali havia atividade do tráfico. Também a mãe usava “loló” (cola de sapateiro) em casa, além do abuso de bebida alcoólica. Aline conta ter tomado consciência do uso de “loló”<sup>67</sup> pela mãe aos 13 anos de idade (p. 48, linha 19/II Encontro). Além do primeiro contato com drogas, ela relata que sempre gostou, desde a adolescência, de roupas de marca, como tênis e roupas da marca Nike. Ela diz na entrevista que era “*uma patricinha pobre*” (p. 7, linha 27/I Encontro). A seguinte passagem documenta de que forma Aline começa, na adolescência, a construir a sua identidade:

*“[...] [feliz] a primeira vez foi lá na [zona sul], eu morava na [zona sul], e tinha o baile, lá no [...] onde esse policial que tomou o tiro agora, e nós fomos lá pro baile lá e a minha colega, aí tu não vai usar brinco, aí tu não vai botar uma roupa, porque até então eu não sabia o que era uma roupa sabe, eu andava sempre igual aos machos dentro de casa, aí a minha colega, aí porque eu vou te emprestar uma roupa, que não sei o que, dali em diante, que eu passei a me arrumar como guria mesmo, aí desde depois de grande, adolescente eu comecei a me arrumar assim, aí eu tomei gosto, usava só Nike, não queria outro tênis, portanto eu tenho uns quantos nikezinhos ali, e até hoje eu uso, meu tênis preferido é Nike e legging, lá de vez em quando que eu ponho calça de brim [...]”*(p. 15, linha 13-21/II Encontro).

Três elementos da sua trajetória biográfica na adolescência me chamam a atenção: o início do consumo de drogas, o contato com jovens com *status* social positivo na sua vila e o apreço por roupas de marca. Todos esses elementos me parecem indicar a busca por ascensão social, ou seja, o desejo de emergir socialmente de uma posição que lhe dá pouco prestígio para outra na qual o reconhecimento no seu meio social será possível. Quando Aline fala da época que começa a ter problemas com o abuso de drogas, ela sustenta a teoria de que não era dependente e que fumava de “*sem vergonha*”. Quando pergunto para ela o que significa fumar de sem vergonha, ela responde:

*“[...] sem vergonha, só pra te dizer como os guri faiz na rua, fumava só na frente dos outro, não tão nem aí, que eu era cabeça fraca né, como a [...] está fazendo agora, só para aparecer, bebia, bebia, aí vou tomar uma cervejinha hoje, vou tomar um kit hoje, a vamo usar um bagulho hoje, era assim [...]”* (p. 50, linha 9-12/I Encontro).

Logo, é possível sustentar que o consumo de determinadas drogas, o uso de roupas de marca e a forma como isso era apresentado, incluindo com quem isso era apresentado, possibilitou a ela certa ascensão e reconhecimento social na adolescência. Aos 15 anos, Aline

---

<sup>67</sup> Entorpecente feito à base de cola de sapateiro.

engravidou do seu namorado, passou da escola regular para a escola aberta<sup>68</sup>, ele foi preso, suspeito de participação no tráfico de drogas, e ela precisou fugir com a mãe e os irmãos para o centro da cidade. Quando Aline se mudou com a família, aos 16 anos, ela saiu da escola aberta e nunca mais retornou. Aline permaneceu na escola por volta de quatro a cinco anos.

A fuga da família se ocorreu no ano de 2006, segundo Aline, devido à venda da casa pela mãe, onde ela vivia com o namorado. Aline diz que não sabia do envolvimento do namorado no tráfico e que não esteve envolvida na venda da casa. Até hoje ela não pode retornar na antiga vila por causa da venda indevida da casa pela mãe. A nova vila, situada na região central da cidade, possuía, na época, praticamente nenhuma infraestrutura, uma vez que estava em processo de formação. Terrenos vazios, no fundo de imóveis industriais, iam sendo aos poucos ocupados por novos moradores. Aline seguiu morando com a mãe e os irmãos. Ela continua relatando situações de maus-tratos, como a privação alimentar e atos de agressão. Após uma tentativa de arrombar a geladeira da mãe, Aline foi expulsa de casa com o seu filho. Ela relata ter sido constrangida pela mãe na frente dos moradores da vila. Nesse momento, ela passou a morar numa casa que comprou nesse mesmo local, segundo ela, por 60 reais. Quando saiu da casa da mãe, Aline conta ter tido que comer comida do lixo para manter-se. Realizava alguns bicos na época na área da limpeza. Ela conta também ter começado a trabalhar para uma senhora, dona de galpão<sup>69</sup>, na triagem dos resíduos. A adolescência aparenta ter sido marcada pelo desejo de se tornar independente da mãe.

A entrevista com Aline não deixa claro, no entanto, em que momento ela conheceu o seu atual esposo e sua família e quando ela começou a receber o seu amparo. Aline conta que eles eram vizinhos de sua mãe e que foi na interação entre vizinhos que ela iniciou uma relação com ele. Essa relação aparece na biografia de Aline como um contraponto num momento no qual ela se encontrava, aos 16 anos de idade, emocionalmente abalada com a separação do pai do seu filho, com a maternidade precoce, com a insegurança econômica e com os permanentes conflitos com a mãe. Aline não se sentia somente protegida pelo marido, mas também acolhida pela sogra, assim como pelos vizinhos, os quais parecem desaprovar o comportamento da mãe em relação à filha. A seguinte passagem retrata um pouco a importância da família do marido e dos vizinhos nessa fase da sua vida.

---

<sup>68</sup> Escola aberta é um tipo de regime diferenciado de escola que atende, especialmente, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no estado do Rio Grande do Sul.

<sup>69</sup> Galpões de resíduos são negócios, geralmente de pequeno porte, que trabalham na coleta, triagem e venda de resíduos em diversos bairros da cidade de Porto Alegre. São geralmente administrados de forma informal e realizam a coleta dos resíduos de forma autônoma ou trabalhando com catadores de rua. Alguns galpões alugam carrinhos para catadores, estabelecendo diferentes relações de trabalho. Em minha atuação no programa “Todos Somos Porto Alegre”, tive a oportunidade de conhecer alguns galpões.

*“[...] e daí eu me desgostei, ela me correu jogou tudo as coisa do meu filho tudo na rua ele pequenininho, daí fui morar com a mãe do meu marido, mas ele não era o meu marido, ele era meu amigo, aí nós tivemo muito, muito tempo junto, rolou um afeto sabe aí nós ficamos junto e já faz dez anos que nós tamo junto [...] e ela que me acolheu, porque as ropa, o beco todinho viu ela jogando as roupa eu e meu filho na rua e ela achou bonito, mas ninguém achou bonito [...] a minha sogra também né [...]” (p. 2, linha 17-23/I Encontro).*

Não fica claro se Aline foi morar primeiro na casa da sogra ou se comprou primeiro uma casa para ela, mas entendo que, de forma geral, independentemente do que ocorreu primeiro, a relevância dos dois acontecimentos não se anula por esse motivo. No que diz respeito à catação, a família do marido, assim como a vila, parecem ter exercido influência na forma como Aline passou a experimentar a reciclagem. Aline conta que a mãe do marido havia sido uma grande dona de galpão antes de ter perdido tudo após a morte do marido e de um filho. Nesse sentido, tudo indica que o marido de Aline passou um período da sua socialização trabalhando na reciclagem, o que explicaria o fato de ele assumir na sua relação com Aline a maior parte das atividades na catação. Por situar-se num bairro próximo ao centro e de muitos comércios e residências, o trabalho da catação nessa região parece ser praticado com mais intensidade e de forma mais promissora. Até hoje, o comércio e as residências são importantes fornecedores de resíduos para a reciclagem. Nesse sentido, argumento que a mudança para essa vila e o convívio com os moradores, em especial com a família do seu marido, possibilitou, após um longo processo, um ponto de inflexão interpretativo de Aline sobre a catação, assim como indica a seguinte passagem:

*“[...] eu tive o gosto [catação] aí eu vim pra cá, aqui todo mundo catava lixo e eu não tinha da onde tirar dinheiro pra comprar leite pro meu filho, falei ‘bá eu já catei lixo uma vez’ aí eu olhava pro meu corpo disse ‘já tenho um monte de marca que saía pra catar lixo eu vou catar lixo vou ganhar dinheiro pra mim sustentar meus filho [...]” (p. 29, linha 10-14/I Encontro).*

O que antes parecia se manifestar como uma espécie de aversão à catação devido ao sofrimento causado pela mãe, na nova vila essa experiência passou a ser um motivo para começar a trabalhar novamente na atividade, dessa vez, porém, com mais sucesso. Sem dúvida, essa mudança tem que ser encarada como um processo no qual os primeiros quatro anos foram marcados pelo nascimento de duas filhas, pelo abuso de drogas, o acolhimento dos filhos pelo Estado e a morte de sua terceira filha.

O agravamento de sua situação emocional e econômica no período da adolescência pode ter corroborado para que Aline passasse de consumidora ocasional de maconha para consumidora ativa de crack. É claro que existem outros fatores, como a venda facilitada de drogas na vila e o consumo entre amigos e parceiros. Mas considero que a situação econômica de extrema pobreza e suas relações familiares foram os dispositivos dessa experiência. Segundo a assistente social que acompanhou o caso de Aline, existem grandes chances de Aline ter realizado bicos para o tráfico na vila, atuando na venda de drogas ou como “olheira”.<sup>70</sup> O processo de consumo de drogas que levou ao abuso de crack aparenta ter iniciado entre 16 e 17 anos e se estendido, de forma crítica, até os 21 ou 22 anos. Aos 19 anos, Aline teve a sua segunda filha, que nasceu aparentemente com boa saúde. As atividades como pedinte aparentam ser ainda praticadas e é por esse motivo que Aline é abordada aos 19 anos de idade por um grupo de assistentes sociais em companhia de seus dois filhos e de outros adolescentes e crianças. Na ocasião, seu filho mais velho tinha três anos e sua filha era bebê de colo. Aline fala sobre a abordagem da seguinte forma:

*“[...] Elas chegaram oferecendo uma bolacha pra gente né [...] se encantaram pela [minha filha] aí elas disseram, aí vocês não podem ficar aqui depois que ela deu bolacha é porque a gente não pode ficar aqui, bem estúpida, se acha que manda na gente só porque deu uma bolachinha [...]”* (p. 5, linhas 22-26/ II Encontro).

Aline parece ter vivenciado a abordagem até o acolhimento dos filhos como um ato de desrespeito e injustiça. Pondero que seja importante levar em consideração que Aline, até aquele momento, não havia conhecido, aparentemente, outra infância que não aquela de mendicância, na rua, com seus familiares. Nesse sentido, é pouco provável que considerasse, em especial aquela prática, como “errada”. A assistente social que acompanhou o seu caso relata que foram os moradores da vila que solicitaram, à época dos fatos, o pedido de abordagem, uma vez que Aline se encontrava em situação de mendicância na comunidade, na companhia dos filhos. A assistente alega ainda que o dinheiro como pedinte era usado para comprar alimentos e para o consumo de drogas. Durante a entrevista, Aline conta da seguinte maneira como transcorria um dia típico daquela época:

*“[...] Aqueles 1000 real, eu vou lá no [bar] [...] vou comer um xis, vou trazer um xis pras criança, vou comprar umas coisa pra noite e deu e o resto eu vou pra festa e o outro dia o dia vai numa noite com essas porcaria e o outro dia teus filho chorando de fome, tu vai levantar seca, porque isso te deixa seca por dentro, fica seco, resseca a tua garganta, tu fica mal, quase morre, teus zóio vão lá pra dentro, solta pra fora, parece uma bolita, tu*

<sup>70</sup> Aquele ou aquela que fica observando o movimento da vila no intuito de verificar a entrada de desconhecidos.

*não tem força pra caminha e tu não tem nada pra comer dentro de casa aconteceu comigo [...]”* (p. 51, linhas 8-14/I Encontro).

Em poucos momentos da entrevista, Aline demonstra conseguir realizar uma reflexão abrangente sobre a sua experiência com as drogas e o acolhimento dos filhos. Na maior parte do tempo, ela tende a terceirizar as responsabilidades do ocorrido para outras pessoas. Fica evidente que esse mecanismo, porém, não a ajuda a lidar com esse passado, e sim a sentir-se cada vez mais culpada. Aline relata o dia do afastamento dos filhos da seguinte forma:

*“[...] Foi eu tava dentro daquele quartinho ali com as criança, que eu só tinha aquele quarto, daí eu tava deitando quando me chega um oficial de justiça e uma viatura da polícia, a [minha filha] era pequenininha, ela tava mamando e eles pegaram e levaram a [ela], aí o outro [o filho ou marido] não sabia o que que era e eu desesperada e o brigadiano abusado [...] eu falei pra ah tu conseguiu pegar as tua criança graças a deus consegui pega as minha criança graças a deus agora tô com uma baita дума casa que você disse que a minha casa era um chiqueiro, uma baita дума casa, agora eu tenho tudo dentro da minha casa, eu tenho tudo que eu queria, eu não tenho luxo mas tenho tudo que eu queria, eu posso me sentir confortável meus filho também e agora eu quero que tu entre na minha casa e pegue as minha criança de novo e me empurra agora como tu fez, tiro a minha filha dos meu braço, tá certo que eu erreí mas nada justificava o que vocês fizeram comigo, daí ele pegou e veio aqui esse dia uma ronda [...] eu disse para ele, não eu não vou, eu vou até abrir o portão pra ti, vou ter o prazer de abrir o portão pra ti, ah tu tá me desacatando, tô eu tô te desacatando, porque tu me desacatando, quando vocês disseram que eu era uma merda, uma friorenta, que eu era drogada, agora eu sou gente [...]”* (p. 45-46, linha 26-29; 1-7/I Encontro).

Embora Aline verbalize que “errou”, ou seja, que teve alguma participação nos acontecimentos, ela se mostra injustificada. A entrevistada acredita que os assistentes sociais também tiveram um importante papel tanto na acolhida dos filhos como no seu retorno. A seguinte passagem traduz a sua percepção sobre o poder dos assistentes sociais no processo de acolhimento: *“[...] Porque elas podem colocar qualquer criança no abrigo sabia, elas têm o poder de colocar qualquer um se elas quiserem colocar a [...] ela bota, se ela quiser colocar o [...] ela bota, se quiser colocar a [...] ela bota [...]”* (p. 5, linhas 14-16/II Encontro). Além das críticas do Estado, Aline demonstra ter se sentido nessa mesma época criticada pelos vizinhos e demais moradores da vila.

De maneira geral, ela não consegue avaliar de forma abrangente o retorno dos filhos, que para ela mais pareceu um acaso do que a certeza de que os pais haviam desenvolvido as condições necessárias para esse retorno. Durante os quase quatro anos de acolhimento, Aline verbaliza ter visitado os filhos todas as semanas e pleiteado intensamente o seu retorno. Ela tinha que apresentar regularmente exames de urina para provar que não estava usando mais nada, além de receber visitas constantes dos assistentes sociais, que ajudaram a família a criar

as condições necessárias para o retorno dos filhos. Desde então, Aline apresenta viver sob o constante controle das suas “capacidades maternas”, seja pelo Estado ou pelo seu meio social mais próximo.

Quanto ao tema do acolhimento, estadia e retorno dos filhos na fala presente de Aline, ela nunca citou a presença do marido nesse processo. Minha hipótese a respeito desse comportamento é que isso pode estar relacionado à ideia do senso comum sobre o papel social típico da mãe como a principal responsável pelos cuidados dos filhos, enquanto o pai seria o provedor, aquele que assegura a manutenção econômica da família e dos filhos (TRINDADE; ANDRADE; SOUZA, 1997). Aline assume, portanto, uma culpa solitária pelo acolhimento dos filhos, e tudo indica que sempre foi assim.

#### 4.1.3.3 A jovem adulta

O ano que marca o início do acompanhamento de Aline e sua família pela Assistência Social e a melhora de sua situação socioeconômica coincide com uma época de crescimento econômico no Brasil. Especialmente entre os anos de 2008 a 2014, pode-se observar maiores investimentos em políticas públicas, bem como um aumento do poder de compra dos brasileiros em geral (SOARES, 2017).

Durante o processo de retorno dos filhos, Aline ficou grávida, em 2010, de sua terceira filha, a qual veio a falecer dois dias após o nascimento de uma determinada forma de malformação do tubo neural, chamada de anencefalia. Essa malformação possui muitas causas, que vão desde as genéticas até as alimentares, especialmente em decorrência da falta de ácido fólico (PAPALIA; OLDS; FELDMANN, 2006). Aline realiza, portanto, diversas experiências de luto em relação aos filhos. Dois anos depois, em 2012, nasceu sua quarta filha, com a qual Aline somente pôde ficar devido ao apoio das assistentes sociais, que atestaram o seu desenvolvimento positivo, bem como o ato da sogra de assumir a guarda da neta. No mesmo ano, em 2012, após um ato de agressão sofrido pelo seu filho no abrigo, ele fugiu aos sete anos de idade do abrigo e foi para a casa dos pais. Aline conta que aquela não era a primeira vez que ele teria fugido. Durante os três, quatro anos de afastamento, os filhos mantiveram contato com os pais e verbalizavam querer retornar para casa.

Aline tinha 26 anos, à época da entrevista, e vivia com seus três filhos, dos quais já possuía a guarda total, e o marido em uma vila próxima ao centro de Porto Alegre. Faziam três ou quatro anos do retorno dos filhos e Aline se mantinha acompanhada pela mesma instituição de assistência social da qual havia recebido, recentemente, um convite para atuar

como educadora social da sua vila e região. Para tanto, teria que realizar cursos de preparação, mas estava com dificuldades para ter acesso ao seu histórico escolar, uma vez que verbalizava não poder retornar mais para a antiga vila de moradia. Aline conta que a adaptação dos filhos foi rápida e que hoje eles evitam falar sobre a época do abrigo.

O marido de Aline trabalha na catação, e Aline atua, especialmente, na triagem dos resíduos e na venda de roupas e móveis que ganham e encontram esporadicamente. Além da renda da catação, o casal recebe, desde o acolhimento dos filhos em 2009, o benefício da Bolsa Família e outros benefícios esporádicos, que são administrados especialmente por Aline. Ela demonstra não sair hoje mais para pedir, alegando ter vergonha, como indica a seguinte passagem:

*“[...] Ficar na rua, a gente não podia sair com criança pra pedir na rua [...] Aí nunca mais nós saímos [...] Hoje em dia tenho até vergonha [...] me convida pra ir em tudo que é lugar aí eu não vou, até na Ceasa, sora quer ir na Ceasa, eu falei olha sora, faz não sei quantos anos que eu não sei o que é juntar uma verdurinha podre da Ceasa, a não ser quando [meu marido] traz uns tomatinho [...]*” (p. 5, linhas 33-35;1-6/II Encontro).

Como será visto adiante com mais detalhes, Aline verbaliza sentir hoje vergonha de sair para catar e que prefere que o marido saia. No que diz respeito ainda às tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos, estes aparentam ser divididos entre o casal, embora Aline demonstre assumir a organização da família, e o marido, o trabalho da catação.

No que tange ao acompanhamento de Aline pela Assistência Social durante a infância até a vida adulta, este aparece na sua biografia somente a partir da adolescência, aos 12 anos, quando o Conselho Tutelar promoveu a sua inclusão e de suas irmãs na vida escolar. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estivesse em vigor desde 1990, estipulando leis e diretrizes que garantem o direito de crianças e adolescentes no Brasil, Aline e seus irmãos foram, aparentemente, contemplados somente a partir de 2002, mais de dez anos depois. Mesmo com programas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), de 1996, e o Programa Bolsa Escola, de 2001, tudo indica que Aline e seus irmãos não receberam a assistência social necessária. Somente em fase quase adulta, após os nascimentos dos filhos é que Aline começa a receber o benefício Bolsa Família e o acompanhamento social especializado necessário.

#### 4.1.4 Contraste entre vida narrada e vida vivenciada

A seguir, discuto o processo de surgimento e desenvolvimento de determinadas experiências da entrevistada em contraste com a forma como ela fala dessas experiências a partir da perspectiva presente. O contraste, ou seja, a diferença entre o vivenciado e o narrado é que possibilita a compreensão do desenvolvimento das experiências ao longo da trajetória biográfica. O presente passo de análise compreende, assim, a análise final do caso de Aline.

##### 4.1.4.1 A relação com a mãe e o significado da maternidade

A relação de Aline com a mãe, assim como a sua própria intenção de apresentação como “boa mãe”, são os dois principais temas que sustentam a forma como ela estrutura a sua entrevista. No que corresponde à socialização primária<sup>71</sup>, Aline fala pouco sobre as suas experiências de vida até os quatro anos de idade. Suas primeiras lembranças remontam à época que começou a sair para pedir na rua com os irmãos. Diferentemente de muitas crianças socializadas no Brasil, Aline não inicia a experiência escolar aos seis anos de idade, tendo nas ruas, provavelmente, seus primeiros contatos fora do grupo familiar mais íntimo. Aline não fala de outras crianças além dos irmãos e dos filhos do padrasto. Esse aspecto pode estar ligado ao fato de a mãe ter restringido a saída dos filhos de casa para o trabalho e pouco para o lazer.

Nessa época, o pai de Aline já não vivia mais com a família, e ela não relata ter mantido contato com ele após a separação. Embora o pai pareça ter estado ausente na infância de Aline, ela apresenta hoje uma imagem positiva sobre ele, o qual sempre aparece na sua fala em comparação à mãe. A relação com a mãe parece ganhar uma nova forma após a morte do pai, no ano de 1997. Nesse sentido, é possível sustentar que até então Aline possuía alguma forma de relação afetiva com ela, a qual foi drasticamente revista quando a mãe negou a participação das filhas no enterro do pai. A meu ver, esse foi o mais importante ponto de inflexão interpretativo na relação de Aline com a mãe.

Desde então, a experiência materna de Aline passou a estar marcada, predominantemente, por um distanciamento afetivo entre filha e mãe, motivado por situações de rejeição, exploração, isolamento, ridicularização e a não transferência de apoio emocional e afeição. Nessa fase da vida, algumas pessoas aparentam ter desempenhado um papel

---

<sup>71</sup> Ver conceito de socialização primária de Berger e Luckmann (2014) na seção 2.3.



importante, como a avó materna e os irmãos. No decorrer da infância, Aline manifesta assumir, diante das ausências da mãe, o cuidado dos irmãos, demonstrando exercer, em certa medida, funções do papel materno. A avó aparenta ter sido para Aline uma das experiências maternas positivas na infância. De forma geral, é importante observar que Aline não demonstra ter conhecimento sobre o passado da mãe e nem compreensão pelo fato de ela ter cuidado dos filhos sozinha, podendo contar, aparentemente, somente com a ajuda da família extensa.

Além do contexto social de extrema pobreza, com escassez das fontes econômicas, Aline teve que lidar com as privações por parte da mãe, como a privação escolar, a privação ao lazer e a privação ao alimento. Tais práticas de abuso e negligência tiveram importantes consequências para a autoestima e o sentimento de reconhecimento social.

As experiências voltadas ao prejuízo da autoestima provocadas pela mãe tiveram continuidade por toda a fase da adolescência, se estendendo até os dias de hoje. Aline demonstrou durante a entrevista sentir-se incomodada com as críticas da mãe, especialmente em relação à criação de seus filhos. Apesar de todas as experiências da infância, ela demonstra possuir sentimento de culpa em relação a sua impossibilidade de gostar da mãe, como demonstra a seguinte passagem:

*“[...] daí foi desde em- então eu e ela não temo um afeto de mãe e filha [...] nós não temo- eu me senta assim conversar com ela, converso com ela uns minuto quando é um poquinho já olho pra ela me dá assim aquele nojo sabe, não presta uma filha falar isso aí, mas sabe me dá assim aquela raiva de eu olhar pra ela e me lembrar o que que ela fez pra gente [...]” (p. 16, linhas 6-12/I Encontro).*

Em diversos momentos da entrevista com Aline foi possível observar, portanto, o uso de discursos de cunho moral ao realizar argumentações sobre determinados temas, como seus sentimentos pela mãe, o papel materno, o comportamento de amigas e vizinhas da vila, o consumo de drogas, entre outros. Discursos que lembram ditados legitimadores, ou seja, proposições teóricas em forma rudimentar, discutidas por Berger e Luckmann (2014)<sup>72</sup>, como: “os filhos devem amar seus pais”, “o amor de mãe não tem limites”, “me diga com quem andas e eu te direi quem és”, entre outras.

Considerando que Aline passou a identificar-se cada vez menos com a mãe, ou seja, aceitar e assumir para si as práticas da mãe como suas, e isso em especial a partir da morte do

---

<sup>72</sup> Mais informações, ver as discussões sobre os níveis de legitimação de Berger e Luckmann (2014) na seção 2.2.3.

pai, pode-se imaginar que a busca por identidade na adolescência seria determinante.<sup>73</sup> O início do consumo de drogas, o contato com jovens de maior *status* social na sua vila e o apreço por roupas de marca possibilitam a construção de uma autoapresentação, com vistas ao reconhecimento e, conseqüentemente, ascensão no seu meio social. Ao passo que Aline tornou-se cada vez mais independente da mãe, ela foi morar com o namorado e engravidou aos 15 anos de idade. A partir daí a maternidade tornou-se um tema a lidar.

Sua gravidez foi marcada pela separação do pai do seu filho, a mudança de vila, a insegurança econômica e os permanentes conflitos com a mãe. Ao chegar à nova vila de moradia, Aline conheceu seu atual marido e sua família, os quais lhe acolheram. Quando foi expulsa de casa pela mãe, ela pegou o filho e foi morar com seu novo parceiro. Assim como Aline, seu novo parceiro era jovem e vivia em condições econômicas precárias. Ainda aos 16 anos, Aline passou a usar crack e, após três anos, seu comportamento tornou-se abusivo. Em razão de o casal não conseguir mais proporcionar aos dois filhos um ambiente adequado para o seu desenvolvimento, eles acabaram sendo acolhidos pelo Estado.

O processo de acolhimento e retorno dos filhos durou em torno de três a quatro anos, período em que o comportamento em relação à maternidade parece ter sofrido mudanças. É difícil reproduzir a imagem materna que Aline possuía aos 19 anos de idade, quando teve seus filhos acolhidos. Analisando, porém, seu processo de socialização, em especial na interação com a mãe e os irmãos, considero que a entrevistada, em certa medida, tenha reproduzido com os filhos determinadas práticas que vivenciara na infância, mantendo-as em consonância com seu estoque de conhecimento, sem questionar suas conseqüências. Após o início do acompanhamento da família pela Assistência Social, pode-se observar como Aline apresenta manter comportamentos maternos presentes na infância, acrescentando, porém, elementos ao seu repertório de práticas em relação aos filhos e alterando alguns comportamentos. A presença da Assistência Social nessa fase coincide com um momento de crescimento econômico no Brasil, que se estendeu principalmente entre os anos de 2008 e 2014 e permitiu maiores investimentos em políticas públicas, bem como o aumento do poder de compra do cidadão em geral.

Na medida em que se iniciava o acompanhamento de Aline pela Assistência Social, ela e o marido tiveram que assumir combinações com os assistentes sociais, passando a participar do programa de transferência direta de renda Bolsa Família, com o qual garantiram

---

<sup>73</sup> Minha reflexão se baseia na teoria desenvolvida por Berger e Luckmann (2014) a partir de Georg Mead, na qual eles discutem a influência dos outros significativos e os outros generalizados no processo que compreende a socialização primária e a secundária. Ver seção 2.3.

a compra de alimentos. Além da Bolsa Família, o casal contou com benefícios esporádicos que permitiram a realização de melhorias na casa e a compra de alguns eletrodomésticos. Também a catação parece ter tido papel fundamental para a melhoria das condições de vida da família. Segundo Aline, ela e o marido mobiliaram a maior parte da casa com móveis e eletrodomésticos encontrados ou recebidos durante a catação, como camas, colchão, sofá, geladeira, fogão, armários, roupeiros, tapetes, louças, panelas, entre outros.

Após o acolhimento dos filhos, Aline esteve em tratamento médico e psicológico em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e teve que fornecer exames regulares de urina, atestando a redução ou fim do consumo de drogas. Ela não fala durante a entrevista sobre o possível abuso de drogas por parte do marido. Na conversa com a assistente social, esta afirmou que o marido também fazia uso de crack à época do acolhimento, porém de forma moderada, mas não fala se ele esteve em tratamento.

Além do acompanhamento da Assistência Social e da família do marido, também a vila, de forma geral, demonstra ter exercido um importante papel no processo de socialização de Aline, em especial, no que corresponde ao seu processo de independência da mãe, do distanciamento dos maus-tratos, assim como a censura dessas práticas. Nesse sentido, Aline parece não só ter encontrado nos moradores da vila, nos vizinhos e nos amigos próximos acolhimento, apoio econômico e emocional, como também a possibilidade de identificação, ou seja, *“existem pessoas diferentes da minha mãe, com quem posso contar”*. Como será visto mais adiante, a vila não representa somente apoio, mas também controle social. Nem todos os vizinhos ajudaram ou ajudam Aline, assim como ela também fica atenta àqueles que *“merecem”* ou não a sua ajuda. Ao falar sobre essas práticas de apoio entre os moradores da vila, Aline retrata algumas situações, que se estendem até os dias de hoje, manifestando um sentimento de gratidão, mas também descontentamento pelos moradores ao expressar uma ideia sobre si mesma de generosidade e altruísmo exacerbado, como demonstram as seguintes passagens:

*“[...] e daí eu me desgostei, ela me correu jogou tudo as coisa do meu filho tudo na rua, ele pequenininho, daí fui morar com a mãe do meu marido, mas ele não era o meu marido, ele era meu amigo aí nós tivemos muito muito tempo junto, rolou um afeto sabe, aí nós ficamos junto e já faz dez anos que nós tamo junto [...] e ela que me acolheu, porque as roupa, o beco todinho viu ela jogando as roupa eu e meu filho na rua e ela achou bonito, mas ninguém achou bonito [...]”* (p. 2, linhas 17-23/I Encontro).

*“[...] se o vizinho não tem dinheiro o vizinho, a se eu vejo que é vizinho bom né, que tá precisando mesmo né, ‘a não tem hoje eu não tenho leite pra dar para o meu filho’ aí eu tô ali na frente assim passando ou tô parada assim conversando com as gurias, ‘bah hoje*

*eu não tenho isso pra dar pros meus filho' não eu tenho dinheiro lá em casa, eu vou lá em casa buscar, depois tu paga [...]"* (p. 30-31, linhas 34; 1-5/I Encontro).

*"[...] porque tirando pela base aqui na minha vil, a se tu não tem um grão de arroz pra ti dar pros teus filhos, tu bah: eu hoje não tenho isso pra dar pros meus filho, mas daí né eu tô passando e eu escuto ah: mas fulana vai lá em casa, que eu te dou mas agora se tu não têm o que comer como na nossa posição, agora nós estamos passando um aperto, daí eu falo bah: fulana hoje eu não tenho como hoje eu não tomei café hoje de manhã, sabe que a fez ela: foi no barzinho ela comprou um sanduíche, mas eu não dou bola eu não tô nem aí, eu chego em casa e, eu esquento arroz e feijão, eu como, eu durmo eu não tô nem aí e eu boto feijão pra cozinhar [...] e eu penso, que não sou como os outros, os outros são caíña e eu não sou caíña, porque o que eu tenho não é meu é dos outros, só que agora eu não sou assim, eu parei de ser assim agora, eu não dou mais nada pra ninguém [...]"* (p. 14, linhas 19-32/II Encontro).

Portanto, à medida que as condições objetivas sofriam mudanças, elas pareciam refletir sobre o seu padrão de comportamento, que teria então possibilitado o retorno dos filhos. Práticas que até aquele momento não pareciam estar presentes passaram a ganhar alguma relevância, como mostram as seguintes passagens, nas quais Aline fala que não era uma mãe prestativa:

*"[...] ah a primeira vez que meu filho tomou carrapaticida [rindo], ele tomou carrapaticida [...] é pra tirar carrapato dos cachorros [sorrindo].*

**E:** *ele tomou veneno [surpresa].*

**A:** *[rindo] e eu vou aqui na frente por causa do lixo com a minha sogra, então eu não era uma mãe atenciosa, ah quer brincar, brinca aí, colocava um papelão e colocava ele pra brincar [ri], então ele pegou aqueles vidrinhos, aqueles vidrinhos pequeninhos e colocou na boca e o guri começou a ficar mole e eu disse [...] meu filho tá morrendo [...] [falando mais alto] e começou a espumar, aí eu disse não a partir de hoje eu vou ser mais atenciosa mais pensativa [...]"* (p. 38, linhas 3-14/II Encontro).

*"[...] a minha segunda filha engoliu uma moeda 25 centavos também quase me matou quase me matou [ri] hoje eu dou risada, mas o o no dia eu chorava, tinha que ver que no dia não tinha ambulância pra vir buscar [ela] e o vizinho tinha uma vanzinha e carro engarrafado em plena seis horas, [meu filho]ganhou um monte de moeda do [meu marido], me admira a cabeça [do meu marido] de dar moeda [...] aí ao invés de botar no cofrinho a [minha filha] era pequeninha [ela] não tinha nem um ano me botou a moeda na boca [...]"* (p. 39, linhas 17-27/II Encontro).

Embora os dois ocorridos tenham sido um pouco antes do acolhimento, tudo indica que Aline tenha conseguido adotar maiores cuidados em relação aos filhos somente durante o processo de seu retorno. No que diz respeito à interpretação de Aline sobre a maternidade no presente, esta apresenta assumir elementos do discurso social dominante sobre a maternidade, nos quais suas tarefas estão voltadas à execução e à garantia dos cuidados e do bem-estar pleno dos filhos (STASEVSKAS; SCHOR, 2000; HOGA; MUNÕZ; MUNÕZ, 2000;

BORSA; FEIL, 2008). Além das tarefas, Aline defende que ela não é uma mãe que abandona seus filhos, ao contrário, os filhos aparentam preencher um importante espaço em sua vida. As seguintes passagens ilustram esse discurso:

*“[...] até um pulo que eles dão da do beliche da cama eu já dou um pulo e já vejo [...] até hoje não vão sozinho pro colégio, não vão sozinhos pro projeto, fico bem louca quando vou de manhã pra sair pro curso falo pro [meu marido] 500 vezes pra levar e pra pegar, falo assim qualquer coisa que acontecer com as criança eu te mato, dou-lhe uma tunda de pau não adianta tu vai ter que fazer um buraco debaixo da terra, te enterrar porque eu vou te achar, aí ele diz ‘não, eu vou cuidar das crianças’, então tu vai cuidar, não é pra ir pela, pela faixa da free-way, não é pra ir pela beirada da pista nova, pra ti ir bem pelo canto [...] não é pra deixar a [caçula] soltar a mão, [o mais velho] é a mesma coisa a [segunda filha] a mesma coisa [...]” (p. 38, linhas 26-33/II Encontro).*

*“[...] é lugar de filho, o curso que eu tô fazendo, não é é lugar, de eu tá lá, meus filho tá no projeto, no colégio, chegam só às seis horas agora que eles tão soltando cedo, porque a- o colégio tão meio em greve, porque tão pagando parcelado os salário deles né [...]”* (p. 1, linhas 30-33/I Encontro).

*“[...] e hoje eu sou feliz né que eu tenho os meu filho de volta que eles já estavam indo até pra doação [...]”* (p. 4, linhas 10-11/I Encontro).

*“[...] eu dizia, mas não eu não fiz filho pra tá dando, não sou filha de chocadeira pra tá dando os meu filho [...]”* (p. 5, linhas 10-11/I Encontro).

*“[...] pra você ver como eu sou uma mãe bem pensativa [com ênfase] [...] eu já penso de um ano pro outro, eu já fico bem loca isso aqui também a gente ganha, nada é comprado, pra você ver que eu sou uma mãe bem prestativa, esse material dos meu filho eu já fico pensando no ano anterior, no ano anterior e no outro ano, eu vou guardando vou guardando isso aqui me deram lá no curso eu falei não eu vou pegar um pequenininho que eu tenho, eu vou fazer estudar com o pequenininho, e vou guardar os grande para eles [...]”*(p. 11-12, linhas 29-34; 1-6/I Encontro).

O fato de Aline não mencionar o marido em todo o processo de retorno dos filhos reforça a ideia de que a responsabilidade pelos filhos é o papel da mãe. O que chama a atenção, em especial, nesse discurso é a impossibilidade da mãe ou do pai de cometer erros no cuidado dos filhos, como se todo o descuido pudesse ser um ato de negligência, por exemplo.

O discurso dominante sobre a maternidade e a impossibilidade do erro somado ao controle social sobre o papel de Aline como mãe parecem funcionar, mais do que tudo, como insumos para a construção de um sentimento de culpa pelo acolhimento dos filhos. Os sujeitos com as quais ela compartilha a vida cotidiana parecem exercer um papel importante no controle de desempenho do seu papel social de mãe. Ela demonstra sentir-se controlada e criticada pela sua mãe, pela família do seu marido, pelas amigas, pelos vizinhos, pelos agentes

do Estado e, possivelmente, pela própria entrevistadora.<sup>74</sup> A tendência à culpabilização de terceiros como mecanismo de defesa evidencia a dificuldade de Aline de compreender a sua própria história de vida, bem como as suas possibilidades no presente. Por esse motivo, entre outros, Aline demonstra buscar, de forma predominante, defender seu papel como mãe e, por consequência, a sua capacidade de cuidar de seus filhos.

#### 4.1.4.2 “*Sou capaz de cuidar dos meus filhos*”

Como campo temático, Aline demonstra estruturar sua entrevista em torno de temas que atestem que é capaz de cuidar dos seus filhos. Embora a frase “*sou capaz de cuidar dos meus filhos*” apareça como uma afirmação, ela pode ser também compreendida como uma interrogação, ou seja, como uma dúvida. Embora o acolhimento demonstre ter sido uma experiência marcante para Aline, a dúvida sobre as suas “capacidades” parece se manifestar ao longo de sua biografia: na infância com a mãe, possivelmente com o não reconhecimento da paternidade pelo pai, sua tentativa de afirmação e ascensão social na adolescência, assim como o abuso de drogas, o controle social da vila e do Estado, a falta de reconhecimento de sua generosidade pelos vizinhos, entre outras possíveis experiências.

Portanto, o que poderíamos chamar de insegurança de Aline sobre a sua “capacidade” de cuidar dos filhos é acompanhada por uma constante busca de reconhecimento social. Na ocasião de nossa entrevista, ela havia recebido um convite da instituição, pela qual é acompanhada, para atuar como educadora social na vila e região onde mora. A entrevistada demonstrava estar motivada com o convite, manifestando novamente mudanças no seu padrão de comportamento diante da catação. Quase um ano após o nosso último encontro, eu tentei entrar em contato com Aline por uma vizinha, mas não obtive sucesso. A vizinha me contou que Aline havia se separado do marido e mudado para a casa de seu novo parceiro com os filhos. A amiga lamentou a separação do casal, argumentando que o novo parceiro atuava no tráfico e que Aline, possivelmente, poderia sofrer uma recaída. Também nessa mesma ocasião, entrei em contato com a assistente social de Aline, que me disse, sem entrar em muitos detalhes, que o seu acompanhamento havia cessado porque a minha entrevistada apresentava ter superado um determinado nível de vulnerabilidade social, além do fato de a relação com as assistentes sociais estar apresentando certo esgotamento.

---

<sup>74</sup> Ver discussões sobre o enquadramento da entrevista com Aline na seção 4.1.2.

Gostaria, portanto, de concluir a reconstrução biográfica de caso de Aline, reforçando minha hipótese de que a busca por reconhecimento social de Aline pode ter contribuído para a dissolução de uma relação que vinha, aparentemente, estável e que demonstrava possuir verdadeira importância para ela. Pelo que tudo indica, a proposta de se tornar educadora social não se concretizou, frustrando, portanto, o desejo de Aline de ascender socialmente na vila. A família vinha também sofrendo sérios problemas financeiros, pois Aline e o marido estavam encontrando dificuldades para trabalhar na catação devido à lei de restrição do uso de carroças e carrinhos. Portanto, a busca recentemente frustrada por ascensão e os problemas financeiros podem ter contribuído para o fim de seu casamento, como também para a união com alguém que pudesse proporcionar aquilo que desejava.

## 4.2 A RECONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA DE VANESSA

No intuito de manter a organização interna dos casos aqui apresentados, o caso de Vanessa seguirá a mesma sequência de apresentação do caso anteriormente reconstruído. Por fim, serão apresentados dois possíveis tipos de interpretação de Aline e Vanessa sobre a catação, construídos com base nos principais elementos biográficos extraídos das reconstruções de caso.

### 4.2.1 O contato com Vanessa

Entre os catadores organizados em coletivos Vanessa aparenta ser uma figura conhecida. Embora eu não a tenha entrevistado, tive a oportunidade de conhecê-la durante uma visita que realizei na unidade de triagem, onde ela atuava na ocasião da entrevista. Infelizmente, não guardo muitas lembranças desse dia, somente que fui recebida por ela e pelos colegas de forma muito profissional e que, especialmente, a sua fala era objetiva e sua expressão séria. Além dessa visita, eu já havia a encontrado em reuniões, bem como a escutado falar em vídeos e declarações ao vivo. Vanessa demonstra, portanto, ter presença tanto nos seus grupos sociais mais próximos como também em determinadas instituições do poder público.

A entrevista com Vanessa foi realizada no seu domicílio por outra pesquisadora no contexto de uma pesquisa sobre remoções compulsórias. Segundo as informações contidas no *memo*, ela teria sido indicada por outra informante da pesquisa e aceito o convite com certa facilidade. A entrevista aconteceu nos primeiros meses do ano de 2016, tendo a duração de

quase uma hora. A fala de Vanessa demonstra ter sido bastante controlada durante a entrevista, entrando pouco nos detalhes dos acontecimentos. Durante a interação entre entrevistada e entrevistadora, a cada vinte minutos, surgia seu filho de quatro anos para tentar desviar a atenção da mãe, no entanto sem sucesso. Toda vez que a criança aparecia, ela pedia para que voltasse a ficar com o pai, buscando não perder a sequência da sua fala, o que consegue fazer com bastante êxito. Com o passar dos minutos, ela aparenta sentir-se cada vez mais à vontade para falar, mesmo assim seu texto se mantém predominantemente argumentativo, como será visto mais adiante. De forma geral, ela traz muitas informações para a entrevista, especialmente sobre o seu passado. Sobre o presente, ela limita sua fala a alguns poucos fatos, os quais também não aprofunda muito.

Numa conversa com a entrevistadora de Vanessa, após a conclusão das minhas primeiras análises sobre o seu caso, ela me relatou ter ficado surpresa, ao final da entrevista, devido ao comportamento empreendedor que a informante apresentara. Ela diz ter se sentido como se estivesse diante de uma celebridade. Mas o que estas e outras informações a respeito da forma como Vanessa se apresenta durante a entrevista podem significar serão analisadas na sequência.

#### **4.2.2 Apresentação da sua história de vida**

A entrevista com Vanessa é uma entrevista curta, de dez páginas, na qual ela traz uma série de temas e conteúdos relacionados, especialmente, ao seu passado. Embora ela apresente uma fala contida e controlada, baseada principalmente em textos argumentativos, é importante observar a forma como ela se dispõe durante a entrevista a falar sobre momentos da vida, aparentemente traumáticos, como a morte do pai. Esse fato teve, porém, implicações para a possibilidade de compreensão da vida narrada. Pela primeira vez, Vanessa verbaliza ter compartilhado com alguém suas lembranças e emoções mais difíceis vinculadas à morte do pai. Nesse sentido, a entrevista parece ter alcançado uma função terapêutica. A necessidade de falar sobre a morte do pai fez com que grande parte da sua fala ficasse voltada, principalmente, ao passado. Mesmo que o conteúdo tenha sido apresentado predominantemente de forma argumentativa, o domínio do passado sobre o presente dificultou o acesso à vida narrada. Assim, a forma como estrutura a entrevista evidencia-se com mais clareza somente ao final do encontro.

Quanto ao seu interesse de apresentação, Vanessa apresenta-se como “*uma mulher forte, que venceu dificuldades*”. Críticas negativas sobre si mesma aparecem raramente



durante a entrevista. Essa apresentação se baseia em cima de temas trazidos sobre a infância, passando pela adolescência, chegando aos dias atuais. Vanessa começou a sua entrevista falando do passado próximo, ou seja, fazendo referência à vila localizada no centro da cidade, onde morava anteriormente. O início de sua entrevista parece evidenciar dois aspectos: 1) o resultado de um possível enquadramento, uma vez que ela conhece o interesse da entrevistadora sobre o tema *remoções* e 2) demarcação de um aspecto biográfico relacionado ao presente e que destaca que “*eu sou aquela menina que vem daquele lugar*”. Logo em seguida, ela informa o seu local de nascimento e começa a falar da infância. De forma geral, ela estrutura sua fala seguindo os acontecimentos de forma cronológica: infância, adolescência e fase adulta. Especialmente na fase de aprofundamento da entrevista, Vanessa desenvolve a fala sobre a morte do pai, dando destaque ao passado.

Os temas trazidos por Vanessa durante a entrevista, que parecem estar relacionados de forma direta com seu interesse de apresentação, foram: “a morte do meu pai”, “sofrimento”, “superação”, “apoio à mãe e aos irmãos”, “privação”, “cumpri com meu dever”, “o trabalho”, “a remoção”, “viver aqui é melhor”, “dignidade” e “reconhecimento social”. Além dos temas diretamente ligados à autoapresentação, encontram-se também temas como: “a minha relação com o meu pai”, “bondade”, “generosidade”, “a nossa relação com a minha mãe”, “a importância da família” e “a família extensa”.

Vanessa fala de uma infância aparentemente feliz, a qual muda drasticamente com a morte do pai. A relação dela com o pai, com a mãe e com os irmãos é apresentada de forma positiva. O pai parece simbolizar o afeto, a alegria, a bondade, a responsabilidade e a força. Todas as qualidades que ela demonstra, seja de forma manifesta ou latente, possuir. Enquanto Vanessa se apresenta como a nova provedora familiar, a mãe e os irmãos aparentam assumir um papel de coadjuvantes no processo de superação das dificuldades financeiras. No que tange às relações emocionais, principalmente a mãe ganha verdadeira importância biográfica.

Embora Vanessa fale de privações materiais, insegurança alimentar e a falta da infância, ela não demonstra terceirizar “a culpa” pelas dificuldades sofridas, ou seja, não assume um discurso de vitimização do seu passado. Pelo contrário, muitas experiências negativas são seguidas de uma manifestação de superação, nas quais ela se apresenta como agente ativo na solução dos problemas da família, como demonstram as seguintes passagens:

*“[...] minha mãe comprou um lugar pra nois morá ali e nisso acabou eu vendo a minha mãe chorar, um dia de noite acabei saindo e comecei a puxá carrinho com, sabe, eu tinha deiz anos [...] eu comecei a puxá carrinho aí e a gente viu que não passava dificuldade [...]”* (p. 1, linhas 25-33).

*“[...] o centro foi para mim uma lição de vida, posso levar pruma lição, porque foi aprendi muito inclusive, aprendi muito, às vezes tu vê que que nem, eu perdi tudo, minha mãe perdeu, nós perdemo tudo, [...] depois nois constr- fomos construindo de novo, que daí o Demhab deu uma casinha pequeninha pra morá, oito pessoa [...]”* (p. 2, linhas 25-34).

Vanessa tende, portanto, a retratar a sua história de vida como uma história de sucesso, na qual ela aparece como o braço direito da mãe no processo de superação das dificuldades econômicas.

A vila localizada na região central da cidade aparece na sua fala, especialmente, em contraste com o atual local de moradia. Os aspectos positivos atribuídos à vila do centro são colocados em contraponto às críticas negativas sobre o novo local de moradia e vice-versa. Assim, enquanto os moradores do centro são classificados como solidários e humildes, os novos vizinhos são apresentados como egoístas e ostentadores. No que diz respeito à infraestrutura e à segurança, o novo local de moradia é apresentado de forma positiva, enquanto a vila do centro é classificada como problemática e perigosa. Mesmo realizando os contrapontos, é importante destacar que a fala de Vanessa sobre seus locais de moradia é sempre ponderada, sem exageros e sem opiniões radicais. Paralelamente, pode-se observar a preferência por avaliações positivas sobre o novo local de moradia. Mesmo quando fala sobre o processo de mudança de uma vila para outra, tende a economizar críticas, preferindo afirmações neutras, como se observa na seguinte passagem:

*“[...] eu vim pra cá em [...] maio de 2011, quando eu entrei pra dentro de casa, e foi bem, foi no caso bem marcante, muito focado, sabe assim que, era uma coisa que a gente de lá nunca pensou que ia sair, porque todo mundo falava aí vão tirá, vão tirá, mas nunca tirava, entendeu, então já tinha projetos de muitos anos quando eu fui pra lá, já tinha projeto quando eu era pequena já tinha projeto de tirá, então foi bem marcante, pra mim principalmente, ficou muito marcado por causa desse tipo de coisa, entendeu, teve um dia que eles convidaram, o Demhab alugou um ônibus e trouxeram nois pra cá, pra nois conhecê, foi quando eu digo, agora a gente sai, daí [...]” (p. 2-3, linhas 48-50; 1-6).*

Vanessa não usa, por exemplo, adjetivos nessa passagem, embora ela esteja falando de forma argumentativa. Tanto a tendência à neutralidade como as avaliações positivas sobre a nova localidade podem estar ligadas ao enquadramento da situação da entrevista. Durante o processo de remoção, Vanessa precisou posicionar-se em relação à saída ou a não saída da família da região do centro, seja em debates com os demais moradores ou com o poder público. Portanto, essa postura predominantemente neutra e positiva pode estar ligada a um

discurso por ela internalizado durante o processo de negociação da remoção com o governo e que se manifesta no ato da entrevista, possivelmente, pela falta de conhecimento sobre as “verdadeiras” intenções da entrevistadora. Além da reprodução de um discurso diplomático, considero que a apresentação positiva da nova localidade é uma das bases sobre as quais a sua própria história de sucesso ganha sustentação, por isso é parte constituinte da vida narrada.

Ao retratar os temas “apoio à mãe e aos irmãos” e “o trabalho”, suas argumentações são relativamente neutras, trazendo alguns aspectos relacionados à privação e às dificuldades, mas raramente os coloca como uma obrigação ou um “fardo”. Também aqui a sua fala é ponderada, e possíveis queixas e reclamações são colocadas de forma bastante econômica. Nesse sentido, observo uma tendência de Vanessa de minimizar seus encargos, no intuito de fortalecer a ideia do cumprimento de uma missão. Ela fala de si como uma pessoa trabalhadora, que trabalha desde muito cedo. Sobre o marido e o filho, Vanessa fala pouco, provavelmente porque estes estão localizados na sua biografia mais ao presente. A fala sobre eles também é predominantemente positiva.

Por fim, embora o peso auferido por ela ao passado, por motivos tanto de enquadramento como biográficos, possam ter dificultado a compreensão da vida narrada, os aspectos supracitados me fazem acreditar que Vanessa estrutura a sua entrevista em cima de três temas principais: “o apoio à mãe e aos irmãos”, “a privação” e, sem dúvida, “a superação”. Unindo todos esses e demais temas por ela introduzidos, concluo que ela estrutura a sua entrevista ao redor do campo temático *“até então eu vivi para a minha família, agora eu vou fazer a minha vida”*. Vanessa traz inúmeras provas de que sua vida até então foi dedicada aos cuidados da mãe e dos irmãos e que depois de concluída essa “missão”, ela pode finalmente dedicar-se à própria vida. Antes, porém, de compreender a relação entre as experiências passadas e presentes, trato de reconstruir as principais passagens da vida vivenciada, no intuito de evidenciar a gênese dessas experiências.

#### **4.2.3 A sua história de vida**

Assim como na apresentação do caso anterior, a história vivenciada de Vanessa está organizada na linha do tempo infância, adolescência e fase inicial da vida adulta. Tal sistematização nos auxilia a compreender tanto como determinadas experiências foram realizadas como a forma como elas se relacionam entre si nas diferentes fases da vida.

#### 4.2.3.1 A infância

Vanessa nasceu em 1990 na zona leste de Porto Alegre. Ela não fala sobre a origem dos pais e dos avós, eles podem ter vindo do interior do Estado ou da capital. Também não fala nada sobre o seu nascimento ou acontecimentos familiares antes dele durante a entrevista.

Quando Vanessa nasceu, sua mãe tinha 22 anos e seu pai 24. A idade média da mãe brasileira em 1990 era de 27,2 anos (BRASIL, 2017). Tudo indica que os pais, à época de seu nascimento, pertenciam à massa trabalhadora urbana, que abrangia desde os trabalhadores da classe média baixa até os operários e os trabalhadores autônomos (QUADROS, 2003). Segundo Vanessa, a mãe teve direito à pensão do pai após sua morte, o que indica que o pai exercia trabalho formalizado, com carteira de trabalho, e/ou contribuía para a Previdência Social.

A vila de nascimento de Vanessa começou a ser loteada no ano de 1920, com um aumento da pobreza em torno dos anos 1970<sup>75</sup>. Ali existiam casas de aluguel e uma chácara. Desde o início de sua formação, a vila contava com um importante espaço de lazer na parte central. Por volta dos anos de 1970, começaram a surgir pessoas vindas do interior ou de ações de despejo em Porto Alegre, as quais compravam terrenos e construíam casas de forma autônoma. A área central da vila foi ganhando *status* com o tempo, e as famílias com maior poder econômico moravam ali. Vanessa verbaliza que morava nessa área central. Já ao redor da vila, iam se estabelecendo pessoas com maiores dificuldades econômicas. Portanto, esses são alguns fatores que indicam que embora a família fosse de baixa renda, não pertenciam à população em situação de extrema pobreza.

Somente depois da constituição de 1988 é que a vila passou a ter suas necessidades de infraestrutura atendidas, como luz, água encanada e esgoto. Por volta dos anos de 1987 e 1988, iniciou-se a coleta de lixo, tornando-se esse bairro um dos primeiros a receber esse serviço. Embora a vila fosse, portanto, habitada por volta dos anos de 1990, predominantemente, por pessoas de baixa escolaridade e baixa renda, muitos direitos foram conquistados através da organização política de indivíduos articulados. O convívio entre uma possível classe média baixa e a classe baixa pode ter contribuído para a organização política dos moradores. Nesse sentido, os anos 1990 foram marcados pela organização política da vila e maiores investimentos em cultura e lazer.

---

<sup>75</sup> Fontes referentes à localidade de moradia de Vanessa não foram referenciadas por motivo de anonimização da entrevistada.

Vanessa foi a primeira filha de cinco. Todos nasceram entre os anos de 1990 e 1999, ou seja, num período que compreende nove anos. É um número relativamente alto de filhos, sendo que a taxa de fecundidade estava em 2,9 filhos por mulher no ano de 1991 (BRASIL, 2017). Esse fato pode estar indicando que os pais não tinham planejamento familiar, uma vez que a renda familiar era incompatível com a dimensão que a família tomava. Vanessa fala pouco sobre a família da mãe, mas segundo o seu relato, a família extensa do pai era bastante presente.

Vanessa aparenta ter experimentado uma socialização primária e o início de uma socialização secundária predominantemente afetiva, sentindo-se amada e amparada, como mostram as seguintes passagens:

*“[...] meu pai não deixava, meu pai era aquele tipo de homem que não deixava faltar nada, nunca faltou nada, a gente foi sentir dificuldade na ausência, quando ele morreu [...]”* (p. 1, linha 41-43).

*“[...] eu me peguei muito ao meu pai, era meu pai que tava sempre junto, tava sempre, e gente, e ele ficava pouco em casa, ele trabalhava muito, daí foi uma coisa que mexeu [...]”* (p. 4-5, linhas 49-50; 1).

*“[...] tem a parte de tem a parte de ele tá ali com a gente, correndo no campo brincando, jogando, mas acho que essa parte foi a que mais marcou sabe [...]”* (p. 6, linhas 35-36).

A partir da perspectiva da vivência, Vanessa fala, em outros trechos, ter tido uma relação mais próxima do pai do que da mãe antes de sua morte. Principalmente na socialização primária, a presença afetiva, bem como o controle exercido pelos pais sobre os impulsos dos filhos, mostram-se essenciais para o desenvolvimento da autoestima, como também do autocontrole, facilitando assim, mais tarde, o convívio coletivo (PAPALIA; OLDS; FELDMANN, 2006). Nesse sentido, é possível sustentar que Vanessa cresceu sentindo-se amada e amparada pelos pais, tendo acesso à alimentação adequada e possuindo um contexto social que permitia o seu desenvolvimento físico e psíquico. Os pais aparentam ter tido uma relação baseada numa divisão do trabalho tradicional, na qual o pai parecia ser responsável pelo sustento da família e a mãe responsável, predominantemente, pelo cuidado diário da casa e dos filhos.

Quando Vanessa tinha nove anos de idade, seu pai faleceu, vítima de hepatite C. A morte do pai apareceu na sua biografia como um divisor de águas, uma vez que a família perdeu um importante integrante familiar, tanto no nível afetivo como no nível econômico, como mostram as seguintes passagens:

*“[...] daí foi bem, foi uma coisa que mexeu bastante, principalmente assim comigo que era bem grudada com meu pai né [...]”* (p. 1, linha 1-17).

*“[...] bah foi uma coisa bem difícil sabe, perda de pai, uma pessoa que, tu desmorona, teu mundo, no momento, em que tu tem tudo e aí daqui há pouco, tu não tem nada, meu pai não deixava, meu pai era aquele tipo de homem que não deixava faltar nada, nunca faltou nada, a gente foi sentir dificuldade na ausência, quando ele morreu, portanto que [...]”* (p. 1, linha 39-43).

Muitas mudanças parecem ter ocorrido depois de sua morte. A mãe entrou em processo de depressão, que lhe impossibilitou durante um tempo de cuidar dos filhos. Vanessa conta que a mãe passou a fumar e tinha dificuldade de interagir. Nessa fase do luto familiar, Vanessa demonstrou ter sido fundamental para o funcionamento da família, uma vez que ela foi o apoio emocional da mãe, a incentivando a voltar a realizar as tarefas do dia a dia. Ela conta que a situação econômica da família se agravava dia após dia, uma vez que o pai era o principal provedor. A mãe passou a vender bens com a ajuda de Vanessa para manter os filhos. Ela começou a fazer pastel e outros lanches por iniciativa da filha, que saía, aos 10 anos de idade, para vendê-los.

Tudo indica que, nesse período, Vanessa começou a ter dificuldade de manter-se na escola, a qual ela iniciou com idade regular de seis anos. Sua fala sobre o período escolar não é clara. Ela diz que ia à escola pela manhã e à tarde visitava oficinas de arte e educação, além de ajudar a mãe com a venda dos lanches. Esse fato demonstra que certas políticas sociais eram executadas no seu lugar de moradia. Além dos lanches, Vanessa vendia os panos de prato que pintava nas oficinas. Logo, desde cedo ela passou a exercer atividades laborais no intuito de colaborar na manutenção da família, demonstrando assumir até mesmo o papel de principal provedora. No que corresponde à presença de políticas públicas de combate ao trabalho infantil, estas demonstram não ter chegado até a família de forma efetiva, nem no período da infância, nem na adolescência.

A sua relação com os irmãos é retratada por Vanessa de forma positiva. Os irmãos começaram a aparecer nas suas vivências após a morte do pai. Nessa fase, ela ajudava a mãe a cuidar dos irmãos, aparentando assumir, por um lado, responsabilidades atribuídas tipicamente aos filhos mais velhos de uma família e, por outro lado, em certa medida, práticas que vão além desse papel, como tornar-se por um tempo a principal fonte da renda familiar, fato aparentemente ocorrido, sobretudo na infância. Pode-se observar os efeitos dessa experiência com mais clareza no presente, quando Vanessa fala, por exemplo, sobre a situação atual dos irmãos, como mostra a seguinte passagem: *“[...] hoje tão tudo casado, tudo*

*encaminhado na vida, todos, tanto os guri, como as guria* (p. 2, linhas 39-40). Essa expressão reproduz, a meu ver, uma postura típica de chefes de família ao referir-se ao sucesso econômico e social que geralmente almejam aos seus filhos, traduzindo, de certa forma, a relação diferenciada existente entre Vanessa e os irmãos.

A relação com a mãe aparenta ter sofrido igualmente uma forte mudança. Também a mãe aparece na sua fala somente depois da morte do pai. Vanessa diz que ela era mais próxima do pai, mas que isso mudou radicalmente após sua morte, como mostra a seguinte passagem:

*“[...] e hoje eu tenho minha mãe, minha mãe é tudo, deus o livre, ninguém fala nada pra ela, porque eu e meus irmão se botemo, deus o livre, é tudo, é tudo que nois temo é minha mãe [...] aquilo ali mexeu bastante comigo, entendeu, a morte dele assim, mexeu bastante porque, não sei, não sei, eu não era tão apegada na minha mãe, como eu era no meu pai, mexeu bastante, aí depois eu, minha mãe que dizia, aí [...], mas não é, é que a gente, eu me peguei muito ao meu pai”* (p. 4, linha 27-50).

Gostaria de chamar a atenção ao fato de que ela parece não somente cuidar dos irmãos, mas também da mãe. O estado de depressão da mãe pode ter contribuído para que Vanessa começasse a assumir o papel de provedora na família, um papel, principalmente à época, tipicamente masculino. Outro fator que pode ter contribuído é a forma como ela vivencia a morte do pai. Vanessa conta que no dia que o pai deixou a casa da família após uma crise e foi para o hospital, eles haviam tido um desentendimento, como ela conta durante a entrevista:

*“[...] então foi uma coisa que marcou bastante ele tá tão ruim, daí minha mãe fez um suco de laranja pra ele, deu um pão para ele, ele pensou que o pão era sopa, aquilo ali foi, dali logo, depois ele caiu e começou a passar mal, mal, mal, e eu vi ali, e dali ele não voltou mais, eu tenho aquela imagem dos meus tio carregando ele pra dentro do carro e dali ele não voltou, acho que eu fiquei com aquilo sabe, pra mim, eu tinha incomodado muito ele naquele dia e ele tava bem doente, e criança né, não adianta [...] e ele tava bem doente e ele sem querê, ele nunca tinha batido, e ele pegou e ele me deu um tapa, bah aquilo foi, agora depois que [tive meu filho] que sô uma mulher adulta, então, não faria entendeu, eu não faria, então foi uma coisa que mexeu muito comigo, mexeu e mexe, porque ele não era, pra tu tê uma noção, faz dezesseis anos que ele morreu, dezessete, anos via faze que ele morreu, eu nunca botei meu pé dentro do cemitério, nuca nem no dia do enterro eu não fui, uma porque nós era pequeno e minhas tia optaram por nós não i, e depois eu não tenho coragem, não tenho coragem, tenho medo sei lá [...]”* (p. 4, linha 27-44).

Vanessa aparenta assumir remorso e sentimento de culpa pelo ocorrido, embora seja visível que ela admita que seu comportamento foi infantil, nada mais do que se esperaria de uma criança. Além de sentir-se, aparentemente, desapontada consigo por considerar ter

provocado a repreensão do pai, pode fantasiar que colaborou para a piora do seu quadro, o qual mais tarde levou a sua morte. Mesmo que tente lidar com seu sentimento de culpa de forma ponderada, a dúvida de ter ou não corroborado a sua morte demonstra ainda ser um tema com o qual precisa lidar. Sentimentos de culpa em crianças que perdem os seus genitores de forma precoce são um fenômeno explorado por estudos sobre o luto na infância. Franco e Mazorra (2007 *apud* VON HOHENDORFF; VIEIRA DE MELO, 2009), por exemplo, concluíram em seus estudos com crianças que a perda dos pais vem acompanhada de fantasias, que podem manifestar desamparo e culpa. O desamparo traduz os sentimentos de ameaça à sobrevivência física e emocional da criança pela perda dos pais, e a culpa, em geral, pelo sentimento de incapacidade de evitar o ocorrido.

Logo, tanto o sentimento de culpa manifestado, mesmo que de forma latente, pela morte do pai quanto o estado de depressão da mãe, a situação econômica vulnerável, além de sua identificação com a pessoa do pai podem ter sido decisivos para um processo de inflexão interpretativa sobre o seu papel dentro da família, fazendo com que Vanessa assumisse, gradativamente, o papel de provedora.

No ano 2000, a família vendeu seus bens na zona leste e se mudou para o centro da cidade. Parecem ter sido muitos os fatores que levaram à mudança, como a perda do poder aquisitivo da família, as pressões familiares ao redor da mãe em relação aos filhos e o surgimento de um novo parceiro na vida da mãe. Na fala de Vanessa, principalmente a pressão da família extensa sobre a mãe aparece como o motivo da saída da família da zona leste. Embora ela demonstre valorizar o apoio e a presença da família do pai, ela parece reprovar a atitude dos tios de quererem tirar os filhos da mãe. Segundo Vanessa, os tios tinham medo que a mãe não conseguisse cuidá-los e prepará-los para a vida. Para Vanessa e os irmãos, avalio que teria sido uma experiência muito dolorosa ter perdido a presença de ambos os pais de uma só vez.

A mãe vendeu a casa e comprou uma nova na região central da cidade, em uma vila, construída em cima de um terreno público, com infraestrutura precária e ameaçada por ordem de remoção ou despejo. Nesse sentido, é possível observar a situação de vulnerabilidade social na qual a família se encontrava, marcada, entre outros fatores, pela insegurança alimentar e de moradia. Além disso, a mudança de moradia parece ter sido vivenciada como um choque de realidade, como demonstra a seguinte passagem:

*“[...] acho que a trajetória mais difícil foi a mudança de um jeito de tu vê uma vila que nem lá onde eu morava, era tudo asfaltado, pra um lugar em que tu não conhecia*



*ninguém, tu não sabia o que tu ia fazê, tipo isso, então, foi bem difícil, foi um susto, assim, de mundos diferentes, chegando lá, tu via aquele mundaréu de genti, drogada, usavam loló, aquela função toda e tu, é que nem eu digo assim, tu, tu, ah tu vai tu vai e faz as [...]"*(p. 2, linha 12-16).

O novo parceiro da mãe pode ter contribuído para a escolha do novo lugar de moradia, mais do que para a saída da família da antiga vila. Segundo Vanessa, ele deixou a família pouco tempo depois.

O ano no qual ocorreu a primeira experiência de Vanessa na catação é incerto, mas tudo indica que ocorreu no ano de 2000, após a mudança da família para o centro. Enquanto moravam na zona leste, ela ajudava a mãe com a venda de lanches, panos de prato e bens da família. Embora desde os anos 1990 já existisse uma associação de catadores na vila de nascimento, indicando a presença e relevância da atividade na região, Vanessa alega ter começado a catar somente após a mudança para o centro da cidade. Tal fato parece estar ligado ao agravamento gradativo da situação financeira da família após a morte do pai. Dessa maneira, a família parece ter saído de uma situação de pobreza para uma situação de extrema pobreza. Por ser a catação uma atividade, especialmente à época, de baixo *status* e reconhecimento social na sociedade em geral, é possível sustentar que Vanessa e sua família passaram somente a praticá-la à medida que suas opções de renda foram diminuindo, mesmo que possam ter sentido constrangimento. As seguintes passagens ilustram esse início:

*"[...] daí nós fomos pro Centro, daí minha mãe vendeu a casa que nós tinha lá na Zona leste e foi quando nos fomos pra lá, chegando lá a dificuldade continuava sendo a a mesma, não tinha o que, não tinha o que comê as vezes, daí aquele rapaz [novo parceiro da mãe] não ficou muito tempo também [...]" (p. 1, linha 18-23).*

*"[...] minha mãe comprou um lugar pra nois morá ali e nisso acabo u, eu vendo a minha mãe chorar, um dia de noite acabei saindo e comecei a puxá carrinho com, sabe, eu tinha dez anos, daí comecei a puxá carrinho e no outro dia pedi prum dono de um depósito um carrinho emprestado pra mim, daí eu tinha meu irmão pequeno o [...], ele tinha dois anos e a [irmã] com cinco ou seis anos, não me lembro direito, que hoje ela tá com dezenove, vai fazer vinte e o [...] vai fazer 17 anos, são bastante, pô faiz bastante tempo [...]" (p. 1, linha 25-31).*

*"[...] eu comecei a puxá carrinho aí e a gente viu que não passava dificuldade, tinha as madrinha que ajudavam, eu comecei a puxar e a minha mãe escolhia, que na época a minha mãe ficou na última da depressão, daí eu me, eu não tive- a minha infância foi, eu não tive infância assim de tê boneca essas coisa, eu me privava pra dá pros meus irmão, como eu era mais velha, eu me privei de muita coisa, nem brica, brincá eu brincava, ali, corria, mas de coisa, assim, eu tive, fui bem privada, entendeu [...]" (p. 1, linha 33-39).*

Pode-se observar na fala de Vanessa e em sua trajetória biográfica que as dificuldades de acesso à renda da mãe, naquele momento a chefe de família, fizeram com que ela tomasse, aos dez anos de idade, a decisão de trabalhar na catação. Ela pediu, aparentemente por iniciativa própria, um carrinho emprestado a um dono de galpão da vila, e a família começou a desenvolver a atividade. Ao que tudo indica, nem o pai nem a mãe possuíam histórico de trabalho na reciclagem. Enquanto Vanessa era responsável pela coleta do material, a mãe trabalhava na triagem, que provavelmente ocorria no pátio de casa. Vanessa costumava levar também seus irmãos menores para o trabalho. A família parecia se beneficiar tanto da coleta e venda dos resíduos como de presentes que recebiam na rua pelas chamadas “madrinhas”.

Vanessa fala de forma positiva sobre a sua primeira experiência na catação. Embora a situação e o contexto familiar fossem negativos e ela precisasse amadurecer rápido para dar conta das adversidades, a catação parecia surgir como forma de solucionar o problema da falta de alimento. Pelo que tudo indica, a família não contava com nenhuma forma regular de ajuda social por parte do Estado. Para além da experiência prática positiva na catação, considero que os moradores da vila foram importantes para que Vanessa e a família passassem a praticá-la, especialmente com sucesso. A nova vila de moradia da família foi muito conhecida pela intensa atividade dos seus moradores na reciclagem, seja de forma individual ou coletiva. Esse fato pode ter levado à “normalização” e à legitimação da catação na perspectiva de Vanessa, uma vez que a atividade gozava de certo reconhecimento social na vila. A localização da vila próxima ao centro da cidade deve ter contribuído para essa experiência positiva. Tudo indica que com o passar do tempo, Vanessa e a família conseguiram formar uma rede de fornecedores de resíduos e colaboradores construindo, no médio prazo, um pequeno arranjo familiar de trabalho na reciclagem.

#### 4.2.3.2 A adolescência

Vanessa fala pouco sobre a adolescência durante a entrevista, a qual parece ter sido marcada pelo trabalho, pelo cuidado da família, pelo contato com os amigos, pelo reconhecimento social e por um grave incêndio ocorrido na vila. Na adolescência, Vanessa continuou trabalhando na catação, mas, embora verbalize ter sido motivada pela mãe a nunca ter parado de estudar, deixou a escola aos 17 anos, tendo concluído até o que se conhece hoje por 6º ano do Ensino Fundamental. Aos 18 anos, em 2008, começou a trabalhar à noite numa cooperativa que presta serviços de limpeza para o poder municipal em Porto Alegre. Vanessa tem, assim, uma relação trabalhista associativa, gozando somente de alguns benefícios

previdenciários. Ela manteve-se nessa cooperativa durante três anos, e o salário passou a complementar a renda familiar, à época composta por uma pensão concedida à mãe e aos filhos pela morte do pai e a renda adquirida na catação. O ano de 2008 pode ser considerado, a meu ver, como um ano de recuperação econômica para essa família, a qual coincide com a fase econômica positiva que o Brasil passava na época, que compreende especialmente os anos de 2008 a 2014. Mesmo trabalhando na cooperativa, Vanessa conta que continuou trabalhando com os irmãos na catação. Durante o dia, ela trabalhava na reciclagem e, à noite, na limpeza de rua da cidade.

Embora as experiências laborais e os cuidados da família ganhem destaque na fala de Vanessa, ela conta experiências comuns da adolescência, como a relação com os amigos e o contato com drogas. Ainda na transição entre a infância e a adolescência, Vanessa começou a fumar cigarro sobre influência da mãe. Na nova vila, começou desde cedo a presenciar, tanto entre os moradores como entre os amigos, o consumo de variadas drogas. Ela demonstra ter tido, desde a infância, certa aversão pelo consumo de entorpecentes, como é possível observar na seguinte passagem:

*“[...] chegando lá, tu via aquele mundaréu de genti, drogada, usavam loló, aquela função toda e tu, é que nem eu digo assim, tu, tu, ah tu vai, tu vai e faz as besteira, se tu quê, porque eu convivi com muito drogado e eu nunca usei droga nenhuma na minha vida, e eram meus amigo, conversava de sentá no meio, eles tudo chapado e eu tava ali junto com eles, eu cansei de dizê pra eles, se vocês não querem perder minha amizade não me ofereçam, e portanto que eles não, eu cansei de vê eles cherando, fazendo e acontecendo e não, nunca usei droga nenhuma, a não ser, eu fumei, daí nisso, minha mãe fumava muito cigarro, e naquela função de ‘acende o cigarro pra mim’ eu aprendi a fumá e eu fumei dos meus 11 ano até meus 21 ano [...]”*(p. 1-2, linha 43-50; 1-24).

Podem ter sido inúmeros os motivos que levaram Vanessa a recusar o uso de substâncias, mesmo que tivesse tido frequente acesso ao consumo. Por um lado, a experiência da morte precoce do pai e de pessoas próximas da vila, decorrentes do abuso de drogas, pode ter provocado medo do uso. Por outro lado, a autoestima e o controle de suas emoções e impulsos podem ter facilitado o distanciamento. De maneira geral, Vanessa parecia encarar o consumo de drogas com reprovação, e não como uma prática que possibilitasse *status* social positivo, por exemplo. Em relação ao consumo de bebida alcoólica, ela diz ter exagerado na adolescência por influência dos amigos. Esses variavam entre amigos da vila e amigas do trabalho, com as quais, por exemplo, saía à noite para dançar.

Como a adolescência é uma fase da vida fortemente marcada pela busca de identidade<sup>76</sup>, é interessante observar como Vanessa aparenta ter lidado com esse tema à época. Suas falas que indicam temas voltados ao reconhecimento social na adolescência estão geralmente ligadas à sua origem social, representado pelo local onde mora, a vila e, possivelmente, pela catação, embora não faça referência de forma manifesta.

*“[...] as pessoas te olhavam de cara feia, tu passava na rua, a gente via aquilo, a gente via aquele olhar diferente entendeu, por tu morá dentro da, da comunidade, é que é lá dentro, uma coisa lá dentro, e hoje é diferente, bah, é diferente [...]”* (p. 3, linha 8-11).

*“[...] quando eu conheci ele [o marido], ele disse, ‘aonde tu mora’, eu moro no Centro, eu nunca tive vergonha de dizê, as guria que a gente saía pra dança, ‘aí onde tu mora’, ‘eu moro não sei aon-’, ‘onde é que tu mora’ eu moro lá na [vila do centro], sabe aquela vila que pega fogo todo o ano? É lá que eu moro, eu falo, não tenho vergonha [...]”* (p. 10, linhas 20-23).

É importante observar nessas passagens como ela destaca a experiência de discriminação sofrida quando terceiros viam ou sabiam que ela morava naquela determinada vila e da necessidade de se impor, alegando que não tinha vergonha de assumir sua origem. Possivelmente um dia ela tenha sentido algo como vergonha de morar na vila, mas, por motivos em princípio pouco aparentes, ela manifesta ter ido contra esse sentimento, dando destaque a esse aspecto durante a entrevista.

O local de moradia de Vanessa era conhecido na cidade pelos frequentes incêndios, até então de baixas proporções. Em 2009 ocorreu, porém, um incêndio de maior escala, deixando em torno de 35 famílias desabrigadas<sup>77</sup>, dentre elas, a família de Vanessa. Ela conta que eles perderam todos os seus bens materiais e, por pouco, não perderam a vida dos irmãos. Vanessa participou da ação de retirada dos irmãos de dentro de casa, fato este que indica ter traumatizado<sup>78</sup> toda a família.

Embora o poder público viesse há anos manifestando a pretensão de despejar ou remover os moradores da vila, após três anos de negociação, a Prefeitura de Porto Alegre realizou a construção de um loteamento de casas populares, localizado na zona norte da cidade, onde os moradores foram alocados no ano de 2011.

<sup>76</sup> Para mais informações sobre uma abordagem psicológica do desenvolvimento humano, ver Papalia, Olds e Feldmann (2006).

<sup>77</sup> Informações obtidas pelos veículos de comunicação da época.

<sup>78</sup> Com base em estudos de orientação psicológica, Rosenthal *et al.* (2006) defendem a tese de que experiências traumáticas são provocadas por situações que apresentam alto nível de ameaça (ex.: a morte), nas quais as vítimas somente conseguem reagir com impotência, medo e desespero.

#### 4.2.3.3 A jovem adulta

Após o incêndio, deu-se início a um processo de remoção compulsória dos moradores, processo este que ficou muito conhecido na cidade de Porto Alegre.<sup>79</sup> Assim como os demais moradores da vila, é possível sustentar que Vanessa apresentava resistência em sair da região do centro e isso por uma série de motivos: após onze anos de moradia na região central, Vanessa e os moradores estariam deixando o certo pelo incerto. Na sua vila, os moradores se conheciam e juntos haviam construído uma rotina comunitária e uma memória coletiva daquele espaço. A esse sentimento de coletividade e pertencimento se soma o fato de que muitos moradores da vila trabalhavam na reciclagem e perderiam seus fornecedores e produtos indo para uma região mais residencial. Ou seja, teriam que deixar a certeza da rotina laboral ali construída. Residir na região central da cidade também traz certas facilidades de locomoção, que o morador dos bairros periféricos não possui. A região do centro é cercada de serviços públicos, os quais o morador acessa sem ter que usar transporte público, economizando o valor da passagem. Por fim, a descrença no poder público e a falta de confiança nas relações interpessoais também podem ter contribuído para a atitude de resistência dos moradores. Na sequência, seguem passagens da entrevista que podem ilustrar algumas das hipóteses supracitadas:

*“[...] a mud- acho que também uma coisa que chama bem a atenç- que chamou bem a atenção foi a mudança, a mudança de lá pra cá, foi bem marcante, assim, entendeu, lá tu não tinha, ai, sei lá era diferente tu vivê, hoje as pessoas aqui, por mais que morem poucas, eles te, só porque eles têm uma coisa melhor que tu eles acham que têm o direito de te olhar de cima, e lá não tinha isso, lá era diferente, todo mundo conversava, todo mundo se, se ajudava, aqui não tem mais isso, quando eles passam, porque têm uma televisão melhor eu vou olhar por cima, mas não funciona assim, o mundo dá volta né [...]” (p. 2, linhas 42-48).*

*“[...] tá certo que a Centro tinha suas história de morte, mato não sei quem, matô fulano, matô beltrano, tavam de guerra, sim tinha, mas lá a gente sabia quem era lá a gente conhecia, tipo assim, entendeu, nós via as cara, e aqui, de repente, tu chegá e tu não conhecê ninguém [...]” (p. 8, linhas 36-41).*

<sup>79</sup> Devido à natureza conflitiva desse tipo de remoção, a qual obriga os moradores a transferir-se para outras regiões, encontra-se hoje um material vasto e bastante divergente sobre o tema, publicado em reportagens de jornal e notas publicadas pela Prefeitura de Porto Alegre e demais grupos sociais envolvidos. Tive também a oportunidade de participar em 2015 de um ato público que lembrou a data do incêndio e a remoção das famílias. Chama a atenção que poucas pessoas da antiga vila estavam presentes no evento. Vanessa era uma das poucas antigas moradoras presentes que hoje vivem no loteamento. Nesse dia, Vanessa deu um depoimento sobre o processo de remoção. Ela estava muito emocionada.

“[...] [meu marido] *me ensinô, me ensinô, a dizê não, eu era muito boba, muito boba, ele dizia ‘olha tu tem que dizê não porque se não as pessoas te passam pra trás’ [...]*” (p. 10, linhas 27-29).

“[...] *era uma coisa que a gente de lá nunca pensou que ia sair, porque todo mundo falava aí vão tirá, vão tirá, mas nunca tirava, entendeu, então já tinha projetos de muitos anos quando eu fui pra lá, já tinha projeto quando eu era pequena já tinha projeto de tirá, então foi bem marcante, pra mim principalmente, ficou muito marcado por causa desse tipo de coisa, entendeu, teve um dia que eles convidaram, o Demhab alugou um ônibus e trouxeram nós pra cá, pra nũs conhecê, foi quando eu digo, agora a gente sai [...]*” (p. 2-3, linhas 50; 1-6).

O processo de remoção se consolidou em maio de 2011, com a chegada de alguns moradores no loteamento da zona norte. A imprensa à época falava da transferência de 180 a 200 do centro para a zona norte. Para Vanessa, a remoção foi experimentada, aparentemente, como uma mescla de medo pelo desconhecido e de alegria e satisfação por voltar a ter uma casa de boa estrutura e ruas asfaltadas, como mostram as seguintes passagens:

“[...] *lá a gente conhecia [antiga vila], tipo assim, entendeu, nós via as cara, e aqui, de repente, tu chegá e tu não conhecê ninguém, primero tinham invadido as casa, poco antes de ficarem pronta um monte de gente tinha invadido pra não deixá nós vim pra cá, eles não queriam a comunidade, o Centro aqui [...]*” (p. 8, linhas 40-43).

“[...] *quando disseram, vocês vão lá pro caminho do meio, não sei o que, perto d-, que aqui é entrada de Alvorada e Viamão, pra lá, mas pra ali é Rubem Berta, Safira, Mário Quintana, tudo, mas pra lá é não sei o que, então são várias vilas perto de, daí tu chegá de repente num lugar que tu não, tipo, a gente ficou com medo que os vagabundo chegassem e, ‘não vocês não vão ficá aqui, vão saindo’, que tomassem conta, mas não foi bem pelo contrário, daí chegaram aqui, das pessoas tratando todo mundo muito bem [...]*” (p. 9, linhas 27-33).

“[...] *daí eu ganhei uma casa, minha mãe ganhou uma, e meu irmão e minha irmã ganhou uma casa, né, daí foi bem, chegá aqui e vê tudo asfaltado, a gente lá não tinha dignidade [...]*” (p. 3, linhas (p. 3, linhas 6-8).

“[...] *e daí foi bem loco, sabe, daí as mulheres chegaram, nós cheguelo aqui e elas deram um rancho pra cada um, uma cesta básica, com o básico, né, daí deram uma tampa de vaso, deixa eu vê, uma tampa pr o vaso e não me lembro, mais alguma coisa e a chave da casa, o orgulho de tu chegá e tu tê um chavero numa casa pra tiabri, nós cheguelo e nós não tinha luz, porque nós não tinha pedido a ligação sabe, mais, foi tão, ai sei lá, tão emocionante de tu tá vivendo aquele momento, de tu tá ali sabendo que tão, bah, é muito loco, muito loco, a sensação é muito loca, de tu sabê, de tuabri, de ter a sensação de táabrindo uma janela, sabe, eu tenho orgulho de, da minha casinha [...]*” (p. 8, linhas 11-18).

Após 15 dias no novo endereço, Vanessa recebeu um convite para trabalhar em uma unidade triagem localizada no loteamento. Essa unidade faz parte das, em torno de, 17

unidades de triagem fundadas em Porto Alegre por coletivos de catadores e que hoje se encontram conveniadas com a Prefeitura, prestando serviço de seleção e venda dos resíduos trazidos pela coleta seletiva. Vanessa diz que como já trabalhava com reciclagem, aceitou a vaga. Ela trabalhava com outras mulheres na triagem dos resíduos. Mesmo que no início a renda fosse baixa, ela se manteve na unidade. Hoje ela faz parte do grupo responsável pela administração do galpão, suas responsabilidades estão voltadas à área financeira. Em 2016, a renda da unidade havia sido triplicada, passando de em torno de 400 reais para 1.200 reais por mês. Não está claro se mesmo assim Vanessa ou os irmãos continuaram trabalhando na catação de rua.

Pode-se perceber ainda que a mudança de moradia permitiu que Vanessa fosse se desprendendo das responsabilidades em relação à mãe e aos irmãos, possibilitando que construísse sua própria família. Ela casou-se em 2011 e em 2012 nasceu seu primeiro e até então único filho. Vanessa fala de forma positiva sobre a sua relação com o marido. Segundo a entrevistada, ele a ensinou a ter autocontrole com a bebida e ser mais atenta às possíveis más intenções de terceiros. Com oito meses de idade, o filho começou a frequentar uma creche pública e ela continuou trabalhando na unidade. Quando se refere à organização familiar e à relação com o marido, Vanessa diz que ele a ajuda com a casa e com o filho, no entanto não fala sobre o seu trabalho. Embora tenha auxiliado a mãe com as tarefas domésticas, ela verbaliza nunca ter gostado de assumir as atividades de limpeza. Vanessa demonstra manter uma relação próxima com os irmãos e com a mãe até os dias atuais, reproduzindo, aparentemente, a experiência realizada na infância com a família extensa do pai.

#### **4.2.4 Contraste entre vida narrada e vida vivenciada**

O contraste entre vida narrada e vivenciada compreende, assim como no caso de Aline, a análise final da reconstrução biográfica de caso. Discuto, portanto, a seguir, o processo de surgimento e desenvolvimento das experiências da entrevistada em contraste com a forma como ela fala sobre essas experiências a partir da perspectiva presente.

##### **4.2.4.1 Apoio, privação e superação: uma receita de sucesso**

Com vistas a compreender o sentido que Vanessa dá hoje a sua biografia e às experiências realizadas no seu interior, se faz necessário que seja analisado o processo que

deu origem a esse entendimento. Ao observar as possíveis experiências realizadas na socialização primária, com os pais, constatei que essas foram predominantemente positivas, ancoradas numa relação parental de afeto e cuidados por parte dos pais. Vanessa demonstra ter aprendido a controlar seus impulsos e emoções de forma constante, desenvolveu autoestima e passou a identificar-se claramente com a pessoa do pai. Vanessa tende a se autodescrever, seja de forma manifesta ou latente, usando qualidades que atribui ao próprio pai, como bondade, generosidade, responsabilidade e dedicação ao trabalho. Como Vanessa diz ter tido muito apego pelo pai na infância, considero que o pai compartilhava com a filha o mesmo sentimento, que ao que tudo indica se manifestara em forma de reconhecimento social pelo seu papel de filha. Nesse sentido, concluo que Vanessa não só gozava de reconhecimento social por parte dos pais como também aprendeu a manter seu *status* dentro da família. Logo, todo o comportamento social bem-sucedido lhe trazia recompensas e benefícios, fazendo com que desenvolvesse um senso prático para a interação social e seus efeitos. Vanessa não tende, portanto, somente a reproduzir um padrão de comportamento e valores do pai, e sim todo aquele comportamento que lhe traga benefícios. Ela demonstra saber identificar as oportunidades, além de apresentar uma capacidade de adaptação às condições objetivas que foram sofrendo mudanças no seu processo de socialização. Na psicologia comportamental, alguns especialistas classificam essa característica como inteligência emocional, ou seja, “a capacidade de processar as informações emocionais” (PAPALIA; OLDS; FELDMANN, 2006). A partir da perspectiva sociológica, observo que esse tipo de característica, desenvolvido no processo de socialização, contribui para a identificação de regras sociais e das expectativas dos indivíduos sobre elas, um tema bastante discutido nos estudos sobre papéis sociais (SCHÄFERS, 2000; BERGER; LUCKMANN, 2014).

Esse senso prático para a ação social apresenta ter sido bastante relevante no processo de luto pela morte do pai. Além da relação que pai e filha demonstram ter construído nos primeiros nove anos de vida, também a forma como Vanessa experimenta o processo de despedida do pai parece ter influenciado no seu comportamento e interpretação sobre os futuros papéis familiares. No dia em que o pai deixou a casa da família e foi internado em estado grave, Vanessa conta que o pai lhe deu uma palmada, uma vez que ela o importunava. Ela demonstra carregar desde então um sentimento de culpa, que pode ter colocado em risco a sua autoimagem de “boa filha”. A seguinte passagem traduz um pouco a relação que Vanessa mantinha com o pai e o que aquele acontecimento pode ter significado para ela:



*“[...] eu tinha incomodado muito ele naquele dia e ele tava bem doente, e criança né, não adianta [...] e ele tava bem doente e ele sem querê, ele nunca tinha batido, e ele pegou e ele me deu um tapa, bah aquilo foi, agora depois que (tive meu filho) que sô uma mulher adulta, então, não faria entendeu, eu não faria, então foi uma coisa que mexeu muito comigo, mexeu e mexe [...]”* (p. 4, linha 35-41).

Gostaria de chamar a atenção do leitor para três aspectos: 1) ela diz que ele nunca a tinha batido, 2) que o tapa havia sido sem intenção e 3) que nunca mais importunaria o pai. O primeiro aspecto, além de indicar a relação positiva entre os dois, pode estar sugerindo que ela se orgulha de nunca ter apanhado do pai, que era uma boa filha, acostumada a ser elogiada, recompensada etc. O segundo e terceiro aspectos demonstram claramente o sentimento latente de culpa pelo ocorrido, colocando em dúvida o seu papel de filha. Vanessa fala hoje sobre a morte do pai manifestando aspectos de uma experiência traumática. Passados 17 anos da morte do pai, Vanessa verbaliza, por exemplo, nunca ter visitado seu túmulo, nem no dia do enterro e nem depois dele.

Nesse sentido, a experiência da perda do pai demonstra ter tido uma série de consequências, desde as psíquicas, as emocionais até as econômicas. Quanto à relação de Vanessa com a mãe e os irmãos, esta mudou drasticamente. Considero que a morte do pai pode ter provocado uma inflexão interpretativa na forma como Vanessa passou a olhar para a sua família nuclear e, especialmente, para as suas “obrigações” dentro dela. Logo após a morte do pai, ela conta que a mãe entrou num processo de depressão que a impossibilitou de realizar as atividades diárias, dentre elas, garantir a renda familiar. Vanessa conta durante a entrevista que a mãe trabalhava fora de casa na sua infância, o que indica que a mãe tinha familiaridade com a função de provedora, mesmo que pudesse não ter sido a provedora principal. Entretanto, torna-se evidente que Vanessa passou a apresentar-se, após a morte do pai, como a principal provedora familiar, ao passo que ela aufere à mãe e aos irmãos um papel, sobretudo coadjuvante no provimento da renda familiar. Já no plano emocional, a mãe e os irmãos parecem ganhar um papel central, especialmente a mãe. Durante a entrevista, Vanessa fala sobre as iniciativas que tomou para a melhoria da situação financeira da família, como a confecção e venda de pastéis e panos de prato em parceria com a mãe, a venda de roupas da família, o início na catação e o trabalho na cooperativa de limpeza. Todas essas experiências laborais são vinculadas por Vanessa diretamente com a manutenção da família, ou seja, ela trabalhava e assim se privava da infância, do consumo e aquisição de bens em nome da família. Ela demonstra incorporar em seu discurso o papel social típico da irmã mais velha, extrapolando, porém, a margem do socialmente usual, uma vez que a função provedora é destinada de forma tácita aos genitores nas sociedades ocidentais.

Embora Vanessa traga temas como “privação”, “sofrimento” ou “fome”, seu discurso não é de vitimização ou queixa, e sim de superação. Ela não caracteriza, por exemplo, os problemas da família como um fardo, algo que fugia das suas possibilidades. Mas lança uma dúvida sobre esse tema, quando fala sobre o trabalho que realiza hoje na unidade de triagem na administração do galpão, argumentando da seguinte forma:

*“[...] vamo mostrá o galpão intero, vamo fazê, é todos, não é só eu, só [o presidente], é um conjunto de seis pessoas, daí tem aqueles seis e tem mais vinte e poucos nas costa, porque são família, dependem dali de dentro, eu gosto tanto, eu, sabe, me sinto tão bem quando tô fazendo essas coisas pelos otros, porque eu me sinto bem, me sinto feliz de estar vendo todas as coisas voltando [...]” (p. 7-8, linhas 47-50; 1-2).*

Nessa passagem, Vanessa impõe um questionamento sobre a maneira como ela fala do seu passado. Ela demonstra ter *“carregado a sua família nas costas”*, mas em nenhum momento manifesta isso. E mesmo que pense dessa forma, ela parece evitar falar de forma negativa de relações de dependência, assim como demonstra a passagem descrita anteriormente quando justifica que os mais de vinte e poucos associados são levados nas costas, por serem família e dependerem da unidade. Possivelmente, depara-se aqui com o seu conceito de família: um grupo de indivíduos unidos por uma relação, na qual muitos dependem de poucos. Mas Vanessa não parece se importar, ela verbaliza sentir-se feliz em poder ajudar. Ela busca demonstrar que é bondosa e generosa, assim como seu pai foi. Nesse sentido, é possível considerar que se “esse excesso” de responsabilidade possa ter lhe causado sofrimento, por outro lado ele lhe trouxe benefícios e recompensas, como o reconhecimento e a manutenção do *status* de boa filha, além da possibilidade de controle e poder dentro da família. Fatores como a doença da mãe e o declínio da posição social contribuíram, sem dúvida, para uma mudança de comportamento, mas a forma como ela conduziu sua ação dentro dessas condições demonstra ter sido fortemente determinada por aquilo que vivenciou antes da morte do pai. Vanessa parece reproduzir no trabalho sua noção de hierarquia e poder, construído nas relações de parentesco.

A passagem de Vanessa pelas diferentes fases da vida parece ter sido conduzida pelo movimento da família na estrutura social. Se ela vivenciou na infância relativa estabilidade econômica e social como membro da classe trabalhadora, após a morte do pai a família sofreu uma queda no padrão de vida, semelhante àqueles encontrados no nível de extrema pobreza. Entre os anos de 2000 e 2008, a família de Vanessa buscou manter-se reduzindo custos e trabalhando para garantir principalmente a alimentação. À medida que o país registrava taxas de crescimento econômico, em especial entre os anos de 2008 e 2014, pode-se observar, de

forma paralela, a recuperação econômica e social da família. Os fatores que explicariam essa recuperação possuem diferentes origens, mas nem sempre apresentam algum valor monetário. Dentre eles, gostaria de citar o aumento do salário mínimo, o aumento das vagas de trabalho, maiores investimentos em políticas públicas sociais e de habitação e, sem dúvida, o aumento do consumo e, conseqüentemente, da produção de resíduos por parte da população em geral, refletindo na qualidade do resíduo que chegava e era comercializado pelos catadores. Em relação às políticas públicas sociais, Vanessa verbaliza ter usufruído na infância de atividades de lazer e ações educativas, mas não cita a participação da família em ações que combatessem o trabalho infantil, por exemplo. Na adolescência, não foi possível identificar ações governamentais na sua fala, além de tentativas de remoções sem sucesso. Entre 2002 e 2003, passou a ser concedida uma pensão à mãe de Vanessa pela morte do pai. Esse pode ter sido também o motivo pelo qual Vanessa não cita a participação da família no Programa Bolsa Família, uma vez que a renda familiar poderia extrapolar o limite para a concessão do benefício.

Em 2008, Vanessa começou a trabalhar formalmente numa cooperativa de prestação de serviços de limpeza e seu salário passou a complementar a renda familiar. Por fim, em 2011, a família de Vanessa fazia parte do grupo de moradores que foi removido de forma compulsória da sua localidade de moradia na região do centro da cidade para um loteamento de casas populares localizado na região norte. No que tange à remoção compulsória, mesmo Vanessa podendo ter manifestado alguma posição contrária à época, no momento da entrevista ela fala de forma relativamente neutra sobre o tema, ressaltando, principalmente, os benefícios do novo local em relação ao antigo. Em consonância com o enquadramento da situação de entrevista, considero que Vanessa tenha vivenciado inúmeras vezes a presença de agentes governamentais na antiga vila e que estava, por isso, acostumada a tomar posição e negociar a saída da sua família da região. Mas que posição poderia ser essa? De forma geral, penso que era aquela que beneficiasse a si e aos seus, buscando sempre reconhecer as suas oportunidades. Além disso, presumo que Vanessa tenha se aproximado cada vez mais do poder público após ter ingressado na unidade de triagem, instalada na nova localidade, fator este que pode ter passado a influenciar a maneira como ela retrata no presente a remoção compulsória. Embora Vanessa não verbalize desempenhar um papel político na localidade onde mora, ela aparece assumindo jargões políticos, como, por exemplo, o termo “comunidade” ao referir-se aos seus locais de moradia.<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> Uma interessante discussão sobre o termo “comunidade” pode ser encontrada no capítulo de Patrícia Birman no livro *Vida sob cerco*, de Luiz Antônio Machado da Silva (2008). A autora discute como a palavra

Cada integrante familiar de Vanessa recebeu uma casa, e ela demonstra distanciar-se gradativamente das responsabilidades econômicas da família. Ela se casou em 2011 e em 2012 nasceu o seu primeiro filho. Assim que se mudou para a zona norte, ela recebeu um convite para trabalhar em uma unidade de triagem que atuava em situação de convênio com a Prefeitura de Porto Alegre. Após ter iniciado na triagem dos resíduos, ela ascendeu de posição e passou a trabalhar no setor financeiro da unidade. Especialmente a partir de 2015, as unidades de triagem tiveram a chance de experimentar uma nova fase de reconhecimento do seu trabalho pelo poder público, principalmente na forma de concessões de licenças para o seu funcionamento e contratos de prestação de serviços. As unidades e os catadores passaram a ganhar divulgação nos meios de comunicação através de ações políticas do governo municipal. Nesse sentido, Vanessa faz parte da gama de catadores que atuavam em unidades de triagem e que se beneficiaram de ações governamentais nos últimos sete anos, que lhes proporcionaram reconhecimento social e legitimação.

Ao levar em consideração o fator mobilidade social, tanto no que diz respeito ao pertencimento a uma classe social como à posição no mercado de trabalho, observa-se na biografia de Vanessa uma tendência positiva em direção à ascensão econômica e social nos últimos dez anos. Tal aspecto parece causar efeitos diretos na forma como ela fala sobre o antigo e o novo local de moradia. Ao retratar o antigo local, localizado no centro da cidade, Vanessa tende a compará-lo com a nova localidade. A vila do centro ganha o seu apreço quando ela fala sobre os antigos moradores, classificando-os como humildes e solidários, ao contrário da localidade atual, onde os moradores se comportariam de forma egoísta e ostentadora. Já o novo local de moradia é elogiado devido à sua infraestrutura e seus níveis de segurança, já a região do centro é apresentada por ela como perigosa e problemática. Logo, aquilo que ela estima num local parece ser retratado de forma negativa no outro. Embora a nova localidade pareça representar para Vanessa o retorno da dignidade e do *status* social, a antiga localidade continua lhe fornecendo importantes elementos com os quais ainda busca se identificar.

Durante a entrevista, Vanessa verbaliza nunca ter sentido vergonha de dizer que morava naquela vila, afirmando, porém, que outros moradores sentiam. A negação desse sentimento não significa, a meu ver, a sua não existência, e sim somente a maneira como ela lida com ele. Portanto, com base em tais comparações e na maneira como elas são

---

“comunidade” tornou-se um termo político no intuito de valorizar o local da favela, empregado especialmente pela mídia, pelo poder público e pelas Organizações não Governamentais (ONGs). Ela alerta, porém, que tal intuito desconsidera o que pensam aqueles que são nomeados de forma negativa, no caso os favelados, sobre si mesmos e seu local de moradia.

apresentadas por ela, é possível sustentar que Vanessa está ou estava passando à época da entrevista por um processo de mudança do grupo de referência como efeito da mobilidade social. Nesse sentido, Vanessa não somente ascende socialmente, mas também precisa aprender a lidar com novas práticas, novos hábitos e atitudes. Com base em uma sociologia de viés estruturalista como de Roberto Merton (1968) ou de Pierre Bourdieu (2008), é possível imaginar que a tendência, nesse caso, é de que as expectativas futuras de Vanessa se moldem às condições objetivas. Logo, se por um lado ela critica a ostentação e a falta de humildade dos vizinhos, por outro a aquisição de certos bens de consumo parece ganhar valor na sua vida, como demonstra as seguintes passagens:

*“[...] acho que também uma coisa que chama bem a atenç- que chamou bem a atenção foi a mudança, a mudança de lá pra cá, foi bem marcante, assim, entendeu, lá tu não tinha, aí, sei lá era diferente tu vivê, hoje as pessoas aqui, por mais que morem poucas, eles te, só porque eles têm uma coisa melhor que tu, eles acham que têm o direito de te olhar de cima, e lá não tinha isso, lá era diferente, todo mundo conversava, todo mundo se, se ajudava, aqui não tem mais isso, quando eles passam, porque têm uma televisão melhor eu vou olhar por cima, mas não funciona assim, o mundo dá volta né [...]” (p .2, linhas 41-48).*

*“[...] eu tenho orgulho de, da minha casinha, daí eu e meu marido botemo piso, compremo, depois nós fomos comprando as coisas aos poucos e mesmo assim, vai fazê cinco anos que nós estamos aqui e não temo tudo não, tamo, aos poucos a gente tá, não dá pra ti te afobá e querer comprar tudo ao mesmo tempo, né, senão como que tu vai pagá, então a gente tá comprando tudo aos pouco, primero arrumemo em baixo e depois nós vamo pra cima, nós botemo piso em cima e em baixo, nos dois quarto, que aqui é dois quarto, sala, cozinha e banheiro, e esse pátio na frente e esse pedacinho de pátio, aí eu botei grade na frente, fechemo os fundo, fizemo a área, a gente arrumo, e a gente vai arrumando aos pouquinho [...]” (p. 8, linhas 17-26).*

Se antes Vanessa investia seu tempo e sua renda na manutenção da mãe e dos irmãos, hoje ela verbaliza querer cuidar da própria vida. Logo, trabalho e família demonstram ser duas importantes fontes biográficas para a autodefinição e apresentação de Vanessa como uma mulher forte, que venceu suas dificuldades na vida. Por fim, concluo que à medida que as condições objetivas foram mudando, também o seu comportamento em relação à família e ao seu meio social mais amplo parece ter mudado.

Segundo últimas informações obtidas sobre a atuação de Vanessa na unidade de triagem, fui informada de que se desligou ou foi desligada da associação. Sobre a atividade que realiza hoje não há informações. Considero que tensões e conflitos de ordem identitária, dentre outros fatores, possam ter contribuído para o seu desligamento. Especialmente a separação entre a esfera profissional e pessoal entre os associados me parece um grande

desafio para esse tipo de organização, constituída principalmente por moradores de uma mesma localidade.

### 4.3 A APRESENTAÇÃO DE DOIS TIPOS

Nesta subseção, serão apresentados os resultados de dois possíveis tipos de interpretação sobre a catação que possam corroborar a compreensão do fenômeno da catação em consonância com o problema lançado na presente pesquisa. Os tipos foram construídos baseados nas duas construções biográficas de caso recentemente apresentadas, respeitando o procedimento de construção de tipos de Rosenthal (2014).<sup>81</sup> Ambos os tipos representam duas possíveis formas de interpretação sobre o fenômeno social da catação nos dias atuais, levando em consideração o máximo contraste entre suas interpretações e evidenciando o processo biográfico pelo qual essas interpretações se constituíram. Nesse sentido, a determinação do tipo compreende o nível da interpretação, e não da trajetória, obtendo no processo biográfico somente as explicações para o surgimento e desenvolvimento dela. De forma geral, considero que a análise de novos casos que apresentassem diferentes trajetórias de vida e de trabalho na catação poderia resultar na conclusão tanto destes tipos de interpretação como de tipos diferentes.

#### 4.3.1 A catação como forma específica de consumo

Como mencionei anteriormente, antes de entrevistar Aline eu já a conhecia pela sua participação no programa que acompanhava catadores de resíduos em outras experiências laborais. Lembro-me bem da imagem que possuía de Aline como uma catadora que gostava muito do trabalho da catação e que demonstrava investir nessa atividade. E foi com essa imagem que me conduzi a sua entrevista. De fato, senti certo choque quando percebi que a pessoa com quem eu falava não condizia com a imagem que eu havia construído dela. Muito diferente do que eu havia imaginado e, dessa forma, diferente de como a entrevista havia sido conduzida por Aline durante as primeiras três horas. Faltando uma hora para terminar nosso encontro, ela me diz que sente vergonha de catar, aceitando aparentemente a ideia de que terá que parar de catar devido à lei que proíbe o uso de carroça e carrinho na cidade. A

---

<sup>81</sup> Mais informações, ver Capítulo 3, subseção 3.2.2 desta dissertação.

interpretação de Aline sobre a catação é complexa e demonstra ir muito além da manifestação de prazer, gratidão ou vergonha por esse trabalho.

Suas experiências laborais iniciaram aos quatro anos de idade, quando começou a sair com a mãe e os irmãos para pedir na rua. O que às vezes poderia ser encarado como uma brincadeira de criança, na maior parte do tempo impunha responsabilidade pela proteção dos irmãos e pela obtenção de dinheiro e alimento. De forma geral, essa atividade tinha seu êxito, e Aline aprendeu a ver nessa relação entre pedir e ganhar uma importante fonte de sobrevivência. Quatro anos mais tarde, aos oito anos, Aline começou a ter que acompanhar a mãe na catação. Ela diz que a mãe, além de recicladora, exercia atividades como faxineira, ambulante e jardineira. A primeira experiência de Aline na catação é relatada de maneira negativa: de um lado, ela fala sobre a sua rejeição pelo lixo devido à sujeira e à possibilidade de contaminação tóxica e, de outro, verbaliza as imposições e agressões da mãe durante o trabalho. Além da rejeição pelo lixo, Aline demonstra ter vivenciado a catação pela primeira vez como uma imposição. Isso só veio mudar quando a família foi morar em uma região próxima ao centro da cidade.

Na nova vila, Aline não exercia mais somente o papel de filha, e sim de mãe. Ela se mudou com seu filho recém-nascido para a nova região sem a companhia do pai e precisou encontrar formas de mantê-lo. Assim, o que era antes uma imposição passou a ser apresentado como uma possibilidade, e Aline começou a trabalhar novamente na catação, como demonstra a seguinte passagem:

*“[...] eu tive o gosto [catação], aí eu vim pra cá aqui todo mundo catava lixo e eu não tinha da onde tirar dinheiro pra comprar leite pro meu filho, falei ‘bah eu já catei lixo uma vez’, aí eu olhava pro meu corpo disse ‘já tenho um monte de marca que saía pra catar lixo eu vou catar lixo vou ganhar dinheiro pra mim sustentar meus filho [...]’”* (p. 29, linha 10-14/I Encontro).

Além da necessidade, havia a influência do contexto social, uma vez que a nova vila apresentava um maior fluxo da atividade devido a sua aproximação ao centro da cidade. Aline relata que observava que as pessoas tinham êxito com esse trabalho, diferentemente da experiência que fizera com a mãe. Logo, é possível sustentar que Aline experimentara outro tipo de *status* e discurso sobre a catação com os catadores da nova vila, o qual desconhecia de suas experiências anteriores. Em especial, a família do marido demonstra ter exercido importante influência sobre a interpretação de Aline sobre a catação. Segundo Aline, a sogra foi uma importante dona de galpão, mas que acabou perdendo seus bens após a morte do marido e de um filho. A experiência familiar do marido na catação explicaria, também,

porque ele demonstrava assumir, na relação com Aline, a maior parte das atividades da reciclagem: enquanto Aline mostrava-se responsável pela triagem dos resíduos no pátio de casa, o marido parecia ser o encarregado de sair de carroça e trazer o material para casa.

A inflexão interpretativa de Aline sobre a catação tem que ser vista como um processo que aparenta ter se estendido durante anos. Foi nesse processo que Aline e o marido demonstram ter conseguido, especialmente através da catação, mobiliar a sua casa, ato necessário para que conseguissem rever a guarda dos filhos, como mostram as seguintes passagens:

*“[...] e tudo o que eu tenho na minha casa é do lixo e uma que eu não tenho condições de comprar, que o dinheiro que a gente ganha mal dá pra gente se manter [...]”* (p. 8, linhas 2-5/I Encontro).

*“[...] é muito bom trabalhar com lixo, tudo que eu tenho dentro da minha casa, tudo é do lixo, a única coisa que eu comprei pra dizer que eu não comprei, comprei essa televisão aqui, comprei por cento e cinquenta real [...] comprei um rádio por cinco pila e tem um baita dum volumão [...] a e o telefone que eu comprei por trezentos real, meu telefone novo que eu tenho que pagar no dia do curso, eu achei dois no lixo né dois igual ao teu assim ó, só que daí um deles tava com a tela preta e o outro tava trancando, aí eu vendi lá na frente pro vizinho por trezentos real [...]”* (p. 11, linhas 1-18/I Encontro).

*“[...] essas flor aqui tudo é do lixo, eu lavo as flor se elas tão xuja eu lavo com clorofina sabão em pó deixo de molho depois ponho no sol secar e ponho aí na minha estante, tudo que eu tenho desde do pinheirinho, eu tenho todos os presépio de natal todos, tudo é do lixo, e ontem ele achou um pinheirinho pequenininho que ele trouxe do lixo, por isso que eu gosto de catar lixo que vem bastante coisa boa, tem as- umas pessoas que acham que não que pra eles não serve mais deveriam chamar as pessoas né ou pegar ir num lugar que tu guarde e não jogam no lixo [...]”* (p. 33-34, linhas 26-34; 1-3/I Encontro).

*“[...] a caminha do lixo [...] eles têm bicicleta guardada que eles ganharam d- meu marido ganhou na reciclagem na rua [...] a televisão foi ganhado, foi ganhado a cama, o vizinho deu esse colchão aqui ó, ele tá bem novinho [...] e as minha ropa tudo é do lixo [...] esse tapete também é do lixo você olha esses tapete que tu olha e diz ah mas a Aline comprou dos biscate não [...] é do lixo, é lá do lixo da frente eu vou lá pego dou uma catada quando eu vou na creche, passo dou uma olhada vejo e se tá bom levo para casa e lavo [...]”*(p. 13, linhas 8-21/I Encontro).

Nesse sentido, concluo que a necessidade da sobrevivência, o contexto de trabalho e o reconhecimento da atividade entre os catadores na vila atual, a experiência positiva do marido na reciclagem e a estruturação da casa para o retorno dos filhos podem ter sido os fatores principais responsáveis pela forma como Aline passou a interpretar a catação. Entre os moradores da vila, Aline demonstra não ter recebido sempre manifestações positivas em



relação ao trabalho da reciclagem, visto que verbaliza ter vivenciado inúmeras situações, nas quais familiares e vizinhos a criticaram por sua atuação.

Conforme observado nas passagens supracitadas, Aline não assume um discurso sobre a catação como uma atividade que simbolize identidade, realização pessoal, proteção ao meio ambiente ou qualquer coisa do gênero, e sim a retrata especialmente como meio para consumo. Durante sua entrevista, pude observar que Aline somente começa a usar o termo “catação” depois que eu cito ele e, de forma geral, nunca usa a palavra “catador”. Ao referir-se ao seu trabalho, usa a expressão “catar” como sinônimo de separar, triar os resíduos, demonstrando aplicar a palavra de forma diferente do entendimento acadêmico, técnico e político. Esse aspecto pode estar relacionado ao fato de que ela não costuma usar esse termo, tendo somente o assumido a partir do vocabulário da entrevistadora. Quando lhe pergunto como transcorre um dia na catação, ela demonstra dificuldade em responder, e como eu insisto, ela responde até mesmo de forma curiosa, como demonstra a seguinte passagem:

*“[...] E: [...] tu poderia me contar como é que é um dia na reciclagem como, como é que ele começa e como é que ele termina, como é um dia de trabalho na reciclagem.*

*A: é bom.*

*E: Aline, mas como é que é.*

*A: no caso que tu começa, tu tem que abrir os sacos tem que pegar os sacos e catar, tem que separar pet, pet branca, pet verde e o que é lixo vai pro lixo e daí tu vai gostando e é uma distração, também né porque daí tu fica em casa sozinha, tu não tem nada pra fazer, o que tu perdeu na esquina, nada, aí e eu fico catando lixo e pra mim é uma distração muito boa [...]” (p. 34, linhas 4-14/I Encontro).*

Aline consegue falar pouco sobre o processo de coleta do resíduo na rua, diferentemente de quando fala sobre a separação em casa, ou em outras passagens sobre a venda e a reutilização dos produtos encontrados, como peças de roupa, móveis e eletrodomésticos. Tal aspecto traduz a forma como ela e o marido dividem os processos de trabalho na catação, no qual Aline assume uma função, sobretudo auxiliar. Ela demonstra até mesmo apresentar sua participação na catação como uma dona de casa, que esporadicamente, em momentos de solidão, tria os resíduos como forma de se distrair, ou seja, um passatempo, um trabalho paralelo ou um “bico”.<sup>82</sup>

Mesmo diante da fala de Aline, na qual retrata, recentemente, ter começado a sentir vergonha de catar, seu sentimento de gratidão e satisfação por tudo que obteve no trabalho da catação não pode ser compreendido, a meu ver, somente como uma estratégia de

---

<sup>82</sup> Atividade temporária, passageira (DUBAR, 2012).

enquadramento de uma entrevista, mas a manifestação da importância biográfica da experiência realizada na atividade.

De forma geral, a catação aparece na fala de Aline, principalmente, vinculada ao consumo de bens duráveis e menos à obtenção de renda. Quanto ao valor monetário obtido pela catação, Aline apresenta não conseguir mensurá-lo de forma clara, estipulando-o entre 500 a 1.600 reais por mês. A renda tangível da família aparenta ser adquirida em especial através do Programa Bolsa Família. Durante toda a entrevista, Aline fala pouco sobre a renda obtida na catação, dando maior destaque ao consumo de bens duráveis. Pelo fato de esses bens serem fornecidos com o caráter de usados, seu reaproveitamento configura uma forma específica de consumo, especialmente quando comparado à forma de consumo dominante nas sociedades modernas.

Por fim, gostaria ainda de destacar que Aline demonstra ter realizado suas experiências laborais de forma informal. Elas ocorreram na catação, fazendo “bicos” na limpeza, no trabalho doméstico, no tráfico e em galpões de triagem. A entrevistada não verbaliza ter possuído qualquer relação de trabalho formal. No que corresponde às experiências coletivas de trabalho, Aline fala pouco sobre o tema, destacando, porém, após relatar uma experiência negativa, na qual teve dificuldade de ser paga, que observa não ter paciência para trabalhar para outras pessoas, como mostra esta passagem: “[...] *eu não posso trabalhar pros outros, eu tenho que trabalhar pra mim mesmo, eu não tenho paciência [...]*” (p. 37, linhas 1-2 /II Encontro). Quanto à escolaridade, Aline possui o que hoje corresponde ao 6º ano do Ensino Fundamental e realizou em 2016 dois cursos de qualificação de curta duração. Embora não seja possível supor ainda alguma forma de mobilidade social<sup>83</sup> de Aline em relação à mãe, suas recentes experiências institucionais, tanto com a Assistência Social como com a realização dos cursos de qualificação, demonstram ter lhe encorajado a cogitar a possibilidade de deixar a atividade, assim como demonstra o seguinte trecho, com o qual gostaria de encerrar a apresentação do primeiro tipo:

“[...] **A:** *eu gosto muito quando ele [marido] traz, não gosto de sair catando na rua.*

**E:** *tu não gosta...*

**A:** *ah, ah [negativa], eu tenho vergonha, depois de uns tempo pra cá eu fiquei com vergonha [tom mais baixo], antes eu gostava, vamo sair de carroça vamo, é comigo mesmo, [animada] [...] depois não quis mais [falando mais baixo e séria], depois eu fiquei com vergonha, [séria] e hoje eu tenho vergonha, [tom baixo] [...].*

---

<sup>83</sup> Mobilidade social refere-se, em geral, na sociologia, ao movimento dos indivíduos na estrutura social e suas mudanças de posição social, em especial, mudanças de posição profissional ou de classe social (SCHÄFERS, 2000).

**E:** *ok, então me conta, quando é que foi a última vez que você saiu pra catar assim, sem vergonha, sem nenhuma vergonha.*

**A:** *ah, faz tempo, foi em março<sup>84</sup>, foi logo depois que a gente comprou a carroça.*

**E:** *ali tu te lembra que tu não sentia vergonha ainda*

**A:** *hum [risada] [som de negação].*

**E:** *e depois.*

**A:** *ah, depois eu senti, até as criança sente [risada envergonhada], mas não pode eu já falei pra eles que o que eu sinto eles não têm que sentir, [...].*

**E:** *e o que que tu acha: de onde vem essa vergonha.*

**A:** *aí não sei mais [lamentando] acho que é a idade, eu já tô com 26 anos [...] e hoje eu lido muito, com muita pessoa, como eu vou dizer, como aquelas pessoas ali [do acompanhamento social], lido muito com pessoa grande sabe, então eu não consigo, às vezes eu vou pra lá e fico pensando ‘meu deus do céu, como eu vou cuidar de criança e catar lixo’, eu fico pensando, eu vou ter que parar né [...]” (p. 29-30, linhas 26-35; 1-33/ II Encontro).*

#### 4.3.2 A catação como forma de reconhecimento social

O primeiro contato de Vanessa com a catação e a reciclagem parece ter ocorrido bastante cedo na infância, ainda no seu local de nascimento, situado na zona leste da cidade. Nesse local foi fundada, entre os anos de 1991 e 1996, uma das primeiras associações de reciclagem por iniciativa de catadores de resíduos com o apoio do poder municipal (SILVA; NASCIMENTO, 2017). O bairro era tanto conhecido pela realização do trabalho da reciclagem de forma coletiva como individual. Com a queda do poder econômico e a mobilidade descendente provocada pela morte do pai, a família se mudou da zona leste para o centro da cidade, onde Vanessa, aos dez anos de idade, começou a trabalhar na catação e na venda de resíduos, no intuito de contribuir para a manutenção da família. Na nova localidade, o trabalho da reciclagem era realizado de forma intensa, configurando uma das mais importantes atividades laborais praticadas pelos seus moradores. Em ambas as vilas, pode-se observar que a catação possuía reconhecimento social e legitimação por parte daqueles que a praticavam, ofertando-se, assim, como uma atividade possível dentro do horizonte de possibilidades da família. A partir da fala de Vanessa sobre a sua primeira experiência na catação, observa-se de que forma a catação vai se tornando uma atividade atraente, uma vez que não somente possibilita a geração de renda como também a aquisição de determinados bens de consumo.

No que concerne ao desenvolvimento da atividade da catação no percurso de sua trajetória biográfica, Vanessa demonstra ter mantido, em grande medida, a experiência positiva realizada com a atividade na infância. Ela parece construir com a família uma espécie

---

<sup>84</sup> Época em que iniciou o primeiro curso de qualificação.

de empreendimento familiar, no qual Vanessa se apresenta como a iniciadora e principal envolvida, desempenhando o papel daquela que sai para coletar os resíduos, tornando-se assim o contato dos fornecedores, enquanto os irmãos e a mãe desempenham uma atividade auxiliar na coleta e triagem. A tendência é de que Vanessa tenha adquirido conhecimentos e práticas exclusivas da atividade durante todo esse processo. Vanessa retrata ter trabalhado, sem interrupções, cerca de onze anos na catação de rua.

Aos 18 anos, paralelamente ao trabalho da reciclagem, ela passou a trabalhar numa cooperativa de limpeza urbana, ingressando, pela primeira vez, no mercado de trabalho formal. Ela trabalhou durante três anos nessa cooperativa e, pressuponho, que saiu quando se mudou da região do centro para a zona norte da cidade. A experiência de Vanessa em organizações e instituições de compartilhamento do conhecimento especializado começou na infância com a inclusão escolar e a participação em ações de cunho social e educativas. Nesse sentido, as experiências laborais de Vanessa não se limitam às organizações informais de trabalho, como a família, mas se expandem à participação em ambientes formais de qualificação profissional. Além da infância afetuosa e protetiva dos pais, em que Vanessa adquiriu as primeiras regras sociais, bem como desenvolveu a capacidade de controlar suas emoções e seus impulsos, a passagem por instituições formais provavelmente contribuiu para o aprimoramento e a ampliação desses conhecimentos e da expectativa social sobre eles. Portanto, todas essas experiências institucionais supracitadas podem ter contribuído para o desenvolvimento da atividade da catação no processo de socialização de Vanessa.

Embora não fique claro o motivo pelo qual Vanessa deixou de trabalhar na cooperativa de limpeza urbana, sabe-se, por meio de sua entrevista, que quando ela se mudou para a zona norte com a família, recebeu um convite para trabalhar na unidade de triagem localizada no loteamento, fundada e organizada por catadores de resíduos com o apoio do governo municipal. Ela iniciou sua participação com as demais mulheres na triagem dos resíduos e subiu gradativamente de posição até tornar-se responsável pela área financeira do galpão. Vanessa verbaliza ter contribuído para o aumento da renda mensal da unidade, que à época da entrevista se encontrava entre 1.100 a 1.200 reais. De maneira geral, ela começou a fazer parte do grupo de pessoas que lidera a unidade, demonstrando reproduzir no trabalho a noção de hierarquia e poder que construiu nas relações de parentesco.

No contexto da sua trajetória dentro da reciclagem, ela realizou, entretanto, uma nova experiência na unidade de triagem: de trabalhadora informal passou a ser membro associada de uma organização reconhecida e fomentada pelas ações públicas. Isso significa dizer que ela passou a participar e colaborar para o processo de formalização e profissionalização das

atividades da unidade de triagem, beneficiando-se diretamente do reconhecimento e da legitimação social do seu trabalho, que agora, porém, extrapolava os limites territoriais e simbólicos da vila. Devido à relação de convênio com a Prefeitura, Vanessa e os demais associados tiveram que rever seu processo de trabalho no intuito de torná-lo mais eficiente e rentável. Para tanto, passaram a ser acompanhados por engenheiros e outros especialistas, assim como a visitar cursos de qualificação. Começaram, inclusive, a participar de eventos de conscientização ambiental promovidos pelo município em diferentes pontos da cidade. Além dos eventos a céu aberto, ocorrem ainda visitas de instituições sociais e escolas à unidade de triagem, bem como reportagens de veículos de comunicação da capital, que passaram a divulgar o trabalho dos associados.<sup>85</sup> De forma geral, todas as ações que possam ter cumprido uma função legitimadora, como a fundação do Movimento Nacional dos Catadores de Resíduos ou a integração dos catadores no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, podem ter contribuído direta ou indiretamente para essa nova experiência dentro da reciclagem.

Quando Vanessa fala hoje sobre a catação, ela diz ter orgulho de ter trabalhado e de trabalhar com reciclagem, como mostra a seguinte passagem:

*“[...] eu acho que se tocasse de vive esse momento de papel era eu queria vivê de novo, sabe, não tenho vergonha, todo mundo, onde tu trabalha, trabalho num galpão de reciclagem, com muito orgulho, não tenho vergonha do meu serviço, ah vamo fazê uma gravação lá q-, vamo fazê, vamo mostra, e não só eu, vamo mostrá o galpão intero, vamo fazê, é todos, não é só eu [...]”* (p. 7, linhas 44-48).

Novamente encontra-se a dualidade orgulho e vergonha de trabalhar na reciclagem, aspecto este bastante presente no discurso de catadores sobre o seu trabalho e abordado pela literatura em geral. No caso de Vanessa, pude observar que ela manifesta seu sentimento de orgulho em um contexto de valorização e legitimação da atividade. No entanto, ela apresenta ter lidado em algum momento, seja no passado ou no presente, com olhares críticos de terceiros, dando destaque às experiências realizadas na catação de rua e na atual localidade de moradia.

Embora a entrevista com Vanessa tenha sido breve, ela pôde fornecer um material rico para a análise que me possibilitou encontrar um tipo bastante distinto daquele encontrado na relação de Aline com a catação. Com base nas experiências de Vanessa realizadas na catação e com os sujeitos envolvidos nesse processo durante toda a sua socialização, bem como a forma como ela retrata hoje a atividade, concluo que Vanessa vê na catação, de maneira

---

<sup>85</sup> Todas as ações supracitadas, desde os cursos de qualificação até os eventos, foram executados pelo programa “Todos Somos Porto Alegre”, no qual atuei durante dois anos.

latente, uma forma de reconhecimento social. Pelo que tudo indica, a intensidade, a periodicidade e a presença que a atividade apresentava ter tido na antiga vila já lhe proporcionavam elementos suficientes para que pudesse encontrar na catação uma forma de reconhecimento social perante aqueles que a praticavam. Na unidade de triagem, esse reconhecimento parece extrapolar o grupo de catadores, estendendo-se à sociedade em geral. As experiências de aquisição e especialização de conhecimentos, bem como o reconhecimento do seu trabalho, podem ser vistos na trajetória de Vanessa como indicadores de um processo de profissionalização de sua atividade.<sup>86</sup>

Se, por um lado, determinadas práticas e discursos de especialistas e grupos sociais estabelecidos podem ser gradativamente assumidos, por outro, a percepção habitual sobre o seu trabalho demonstra resistir. Vanessa não usa, por exemplo, a expressão “catação”, e sim “puxar carrinho”, assim como ela não fala “catador”, e sim “papeleiro”. Nesse sentido, ela não incorpora durante a entrevista o termo político “catador” no seu vocabulário, demonstrando utilizar seus próprios conceitos sobre o seu trabalho. De forma geral, considero que mudanças no padrão comportamental possam acarretar, no médio e no longo prazos, mudanças na autocompreensão e na autodefinição dos sujeitos e vice-versa.<sup>87</sup> Tal aspecto, possivelmente, tem implicações na forma como Vanessa vê os catadores e, conseqüentemente, a si mesma, podendo gerar conflitos de identidade e tensões.

No sentido auferido por Dubar (2012) à possibilidade da construção de uma identidade profissional, Vanessa demonstra ter construído uma trajetória profissional na reciclagem que se estende por mais de 16 anos. Foi através, especialmente, da catação que ela verbaliza ter enfrentado e superado as dificuldades financeiras da família. Após anos de dedicação à mãe e aos irmãos, Vanessa reconhece a possibilidade de dedicar-se à construção de algo inteiramente seu. Família e trabalho são apresentados por ela como importantes elementos biográficos do presente, construídos no seu processo de socialização, atuando como importantes fontes de reconhecimento social, por isso parte integrante da própria identidade. A respeito da catação, Vanessa demonstra ter gozado de reconhecimento social durante todo o seu processo de socialização, tanto na sua família, entre os catadores da vila e hoje na unidade de triagem, com a diferença de que, atualmente, a sua atividade dentro da cadeia da reciclagem mudou, assim como o reconhecimento pelo seu trabalho, que indica ter ultrapassado as paredes do galpão e os limites da localidade.

---

<sup>86</sup> Ver a discussão realizada por Dubar (2012) sobre a socialização profissional.

<sup>87</sup> Rosenthal *et al.* (2006) discutem, a partir de um estudo com jovens no mercado de trabalho, como mudanças nos padrões de comportamento podem acarretar em mudanças na autocompreensão.

Ao levar em consideração todas as atividades envolvidas no processo de trabalho de uma unidade de triagem, ou seja, a coleta, o fornecimento, a triagem, o empacotamento, a distribuição e a venda dos resíduos, a função de Vanessa se encontra ao final desse processo. Vanessa fala tanto sobre a catação que realizava no passado quanto sobre o trabalho atual. É preciso considerar que a maneira como fala do passado está fortemente marcada pelo presente. Logo, a valorização da catação ocorre num contexto de trabalho bastante positivo, que somente de forma parcial possui uma correspondência com a atividade realizada no passado.

#### **4.3.3 A interpretação sobre a catação como fenômeno biográfico**

Com base na reconstrução do caso de Aline e Vanessa, foi possível construir dois tipos bastante diferentes de interpretação sobre a catação. A maneira como interpretam o seu trabalho demonstra estar ligada às experiências que realizaram durante o seu processo de socialização, em especial na família e na localidade de moradia. No intuito de destacar as principais semelhanças e diferenças biográficas entre os dois tipos, gostaria de tecer algumas breves observações.

No que concerne às semelhanças e diferenças biográficas entre Aline e Vanessa, é preciso destacar que as duas nasceram no ano de 1990, na zona leste de Porto Alegre. Aline nasceu num bairro mais rural, enquanto Vanessa num bairro mais urbano. As duas possuem histórico de migração dentro de Porto Alegre. Vanessa é aquela que apresenta períodos mais longos nas diferentes localidades, enquanto ela permanece no seu primeiro e segundo locais de moradia durante uma média de dez anos, já Aline permaneceu nos seus dois primeiros locais de moradia uma média de oito anos.

As duas são a irmã mais velha de seus pais e acabaram dividindo com a mãe, ainda na infância, a responsabilidade pela criação e manutenção dos irmãos. Enquanto Aline demonstra assumir nas fases iniciais da infância, principalmente, os cuidados dos irmãos, Vanessa parece assumir ao final da infância, em especial a geração de renda da família. O pai de ambas morreu durante o período da infância, e sua morte representa um ponto de inflexão interpretativo na forma como elas passaram a se relacionar com a mãe. Aline, por sua vez, distancia-se da mãe, já Vanessa aproxima-se dela.

Aline apresenta ter tido uma infância marcada pela falta de afeto e proteção dos pais, resultando na formação de baixa autoestima, bem como a falta de reconhecimento de seu papel como filha. Vanessa, ao contrário, demonstra ter tido experiências afetivas e de

proteção, permitindo que desenvolvesse segurança em relação as suas atitudes e a certeza de que era amada e tinha o reconhecimento dos pais. Enquanto Vanessa apresenta sua história de vida como uma história de superação e sucesso, Aline tende a apresentar a sua como uma história de sofrimento.

As duas começaram a trabalhar na catação ainda na infância numa situação socioeconômica de extrema pobreza: Aline por imposição da mãe, Vanessa por iniciativa própria, mesmo que no contexto de depressão no qual a mãe se encontrava. Enquanto a família de Aline apresenta histórico de trabalho na catação, a família de Vanessa aparenta nunca ter exercido a atividade antes. A primeira experiência de Aline na atividade é apresentada como negativa, enquanto Vanessa fala de forma positiva sobre ela. Os locais de moradia onde iniciaram a catação registravam, na época, presença da atividade, em especial a vila de Vanessa. Tanto Aline como Vanessa demonstram ter desenvolvido e realizado experiências positivas na catação em locais de moradia com forte presença de catadores e organização da atividade. Suas experiências com os moradores não foram, no entanto, sempre positivas, visto que tanto Aline quanto Vanessa verbalizaram sofrer ou ter sofrido críticas de vizinhos e demais moradores por sua atuação na reciclagem.

Embora as duas tenham desenvolvido a atividade num contexto social no qual a catação gozava, entre seus praticantes, de determinado reconhecimento social, somente Vanessa consegue extrapolar esse reconhecimento para além do grupo de catadores. Aline acabou restringindo a sua atuação à família nuclear, exercendo um papel auxiliar na triagem e venda dos resíduos. Já Vanessa expande a sua atuação na reciclagem à medida que deixa o pequeno empreendimento familiar para trabalhar numa associação de catadores. Vale destacar que Vanessa assumia no empreendimento familiar um papel de liderança. De forma geral, as duas falam de maneira positiva sobre a catação durante a entrevista. Aline demonstra, porém, ver a catação como um “bico”, ou seja, uma atividade temporária e passageira, a qual lhe permite, principalmente, acesso ao consumo. Ela não aparenta investir na atividade nem encontra uma identificação positiva, ao contrário, ela demonstra buscar essa identificação em outras atividades e grupos sociais. Vanessa, por sua vez, parece encontrar na área da reciclagem reconhecimento social, e não em primeira mão nem unicamente como uma forma de acesso ao consumo. Ela demonstra possuir uma identificação positiva com o seu trabalho, verbalizando ter orgulho do que faz. Assim como Aline, é possível sustentar que Vanessa tenha reconhecido na catação, especialmente no início, a possibilidade de acesso ao consumo. A diferença, porém, pode estar no fato de que Vanessa amplia essa percepção.



No que tange ao uso de discursos sociais em relação à catação, estes apresentam ser mais de cunho moral do que político, ecológico ou técnico. Enquanto expressões como “orgulho” e “vergonha” apareçam em suas falas, conceitos técnicos ou políticos sobre a catação e a reciclagem não surgem em nenhuma das entrevistas. A maneira positiva que ambas se posicionam em relação à atividade demonstra, porém, que seu posicionamento no campo social<sup>88</sup>, bem como no mercado da reciclagem, não é neutro.

Ao considerar a passagem de ambas por instituições e organizações do conhecimento especializado, percebe-se que Aline começa a ir à escola com 12 anos e sai aos 16, não tendo completado o Ensino Fundamental. Da mesma maneira, Vanessa sai da escola aos 17 anos, sem completar o Ensino Fundamental, com a diferença que iniciou a escola com idade escolar de seis anos, participando também em turnos inversos de algumas atividades recreativas e educativas. Na adolescência de Vanessa, a presença das instituições do Estado demonstra se limitar às questões de moradia da família, somente na fase adulta é que se pode verificar a presença significativa dos serviços do Estado voltados às necessidades sociais, de trabalho e renda. No caso de Aline, observa-se a forte presença dos serviços da assistência social no acompanhamento dos filhos e na organização da família, além de sua participação no ano de 2016 em dois cursos de qualificação ofertados pelo programa “Todos Somos Porto Alegre”. Aline não verbaliza ter tido nenhuma relação formal de trabalho, enquanto Vanessa conta ter trabalhado durante três anos numa cooperativa de limpeza urbana antes de ter ingressado na unidade de triagem.

Por fim, todas as experiências realizadas e a forma como ambas retratam essas experiências demonstraram ter sido fundamentais para a identificação de suas interpretações, como também para a explicação sobre a origem dessas interpretações. De fato, a possibilidade de explicação, e não somente de descrição de suas percepções, demonstrou ter sido possível com a compreensão de suas biografias como um todo.

---

<sup>88</sup> “Campo social” é a expressão empregada por Pierre Bourdieu (2007) para designar a sociedade. A sociedade compreende para Bourdieu uma série de outros campos, que apresentam semelhantes regras de funcionamento em relação à sociedade. Entre essas semelhanças se destacam a sua autonomia entre os demais campos, bem como a presença de determinados interesses, pelos quais os agentes situados no campo se encontram em constante disputa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como característica própria da pesquisa científica, a elaboração e a investigação do problema aqui proposto percorreu um processo de amadurecimento do conhecimento, a partir do qual resultaram algumas considerações a serem realizadas ao final desta dissertação. Trata-se, especialmente, de considerações metodológicas e teóricas que possam contribuir para a compreensão do tema aqui abordado.

No que diz respeito às considerações metodológicas, gostaria de destacar a experiência realizada com o uso de entrevistas narrativas biográficas conduzidas em outros contextos de pesquisa, bem como as contribuições científicas do método de reconstrução biográfica de caso para a compreensão e explicação de fenômenos sociais. Primeiramente, a análise de entrevistas realizadas em um contexto de pesquisa de terceiros se mostrou igualmente possível e proveitosa em comparação ao material levantado exclusivamente para esta pesquisa. Assim como demonstrou a análise da entrevista com Vanessa, outras entrevistas realizadas com catadores a partir de interesses de pesquisa muito diversos poderiam ser reaproveitadas, caso tenham sido conduzidas respeitando a técnica de entrevista narrativa biográfica. Dentre seus benefícios, se destacam a produção diversificada de conhecimento e seu compartilhamento a partir de um único caso, bem como a economia de tempo e de despesas de pesquisa.

Além da experiência realizada com a técnica de entrevista narrativa biográfica, se destacam aquelas relacionadas ao método de reconstrução biográfica de caso, especialmente à possibilidade de compreensão e explicação de fenômenos sociais, em especial o trabalho da catação. Quanto à construção dos tipos aqui apresentados, vimos que enquanto Aline vê na catação uma forma específica de consumo, Vanessa encontra na atividade uma forma de reconhecimento social.

As reconstruções de caso e os tipos não se limitaram, no entanto, em descrever de que forma o fenômeno da catação se manifesta para as entrevistadas (bom, ruim, rentável, digno, vergonhoso etc.), mas, sim, puderam evidenciar o surgimento, o desenvolvimento e o significado latente de sua interpretação a partir da análise dos mecanismos objetivos e subjetivos da experiência. Aqui ganham destaque desde aqueles aspectos relacionados à reprodução de tipificações em forma de discursos sociais, bem como ao compartilhamento de um estoque de conhecimento até a maneira como essas tipificações e esse conhecimento são instrumentalizados na interação social, tanto durante a entrevista de forma específica como na vida cotidiana de forma geral. Nesse sentido, foi possível observar de que maneira as

entrevistadas construíam suas interpretações sobre a catação, levando em consideração o enquadramento da situação de entrevista, suas tipificações sobre os papéis sociais e a expectativa sobre eles, movidas por determinados interesses e motivações.

Da mesma forma, não somente os contextos objetivos presentes nas diversas fases da vida das entrevistadas, sejam eles situações de migração, extrema pobreza, morte de genitores ou baixa escolaridade, apresentaram relações explicativas, visto que, especialmente, as particularidades da experiência dentro desses contextos objetivos possibilitaram a reconstrução biográfica, bem como a compreensão da interpretação das entrevistadas sobre a catação. Nesse sentido, foi importante observar não somente a experiência em si, mas, sim, como a experiência foi realizada dentro do contexto objetivo por cada entrevistada.

Assim, tanto Vanessa como Aline passaram, por exemplo, a desenvolver a catação de forma mais intensa em locais de moradia, nos quais a atividade era difundida e reconhecida socialmente entre os seus pares. Levando em consideração que Vanessa e Aline realizaram experiências familiares e educacionais, em parte, muito distintas e que essas se refletem na forma como ambas interagem com os demais indivíduos, em situações laborais e como essas relações influenciam no seu comportamento, fazendo, por exemplo, com que Vanessa passasse a participar de forma ativa de um coletivo de catadores e Aline mantenha uma participação auxiliar no trabalho conjunto com o marido, compreende-se por que uma mantém-se na atividade e a outra não.

De maneira geral, pude observar que enquanto Vanessa encontra reconhecimento social e uma identificação positiva na reciclagem, Aline busca esse reconhecimento em outras áreas. Se levasse em consideração, por exemplo, somente o fator *baixa escolaridade* para compreender a forma como as duas dão significado a essa atividade, sem considerar as demais experiências biográficas e a maneira como essas foram realizadas, provavelmente não chegaria aos resultados aqui apresentados. Trata-se de fato de uma análise que considera tanto as relações macrosociais como os elementos microscópicos da interação social.

Com base em tais reflexões sobre a relação entre interpretação e experiência(s), entendo que esses tipos de interpretação sobre a catação podem surgir e desenvolver-se a partir de processos de socialização bastante distintos dos casos aqui analisados. Da mesma forma, experiências muito semelhantes poderiam dar origem a novos tipos de interpretação sobre a catação. Portanto, além de frisar o fato de estar lidando com dois níveis diferentes de análise – interpretação e trajetória biográfica –, parece-me importante destacar a complexa relação na qual ambas se encontram. Enquanto a análise da trajetória biográfica nos dá informações sobre o processo de constituição de um fenômeno, a interpretação configura o

resultado desse processo no presente da entrevista. Conforme os princípios de contraste mínimo e máximo (ROSENTHAL, 2014), uma mesma interpretação poderia resultar de um processo biográfico bastante semelhante ou distinto dos dois tipos aqui obtidos.

No que tange a algumas considerações teóricas, gostaria de trazer resultados que possam contribuir para a discussão acadêmica e debate público sobre o tema da catação, no intuito de auxiliar na compreensão desse fenômeno social, assim como o experimentamos hoje em nossa sociedade. Retomando, portanto, as entrevistas aqui analisadas, gostaria de salientar a importância social e econômica da atividade da catação em famílias em situação de extrema pobreza, especialmente no que concerne ao seu ingresso nessa atividade. Nas três entrevistas aqui analisadas (Aline, Antônio e Vanessa), foi possível observar que todos os três iniciaram na catação ainda na infância num contexto familiar de insegurança econômica, no qual os responsáveis familiares não conseguem prover sozinhos a renda familiar e nem contam com formas regulares de assistência por parte do Estado. Além do contexto familiar, foi possível observar que os três entrevistados ingressaram na atividade numa região da cidade (zona leste), a qual em meados dos anos 1990 já registrava a presença da catação de rua entre os moradores de baixa renda, bem como o trabalho da reciclagem em coletivos.

A catação demonstra surgir nessa fase de vida dos entrevistados, especialmente, como meio de assegurar a alimentação, podendo ganhar outros sentidos ao passo que começa a ser desenvolvida por eles. No caso de Aline e Antônio, o trabalho da catação apresenta elementos geracionais, visto que começam a catar em famílias, nas quais os genitores realizavam a atividade. Já Vanessa demonstra ingressar na catação na medida em que as alternativas de sobrevivência da família foram diminuindo, embora nem a mãe nem o pai apresentassem histórico de trabalho na atividade. De maneira geral, a catação surge em suas biografias como uma possibilidade de geração de renda em um horizonte de possibilidades caracterizada pela escassez de alternativas de trabalho para seus genitores. Embora os três entrevistados apresentem, seja de forma manifesta ou latente, em algum momento de suas vidas terem se deparado com o sentimento de vergonha por praticarem a catação, a possibilidade de atuação na atividade parece ter sido viabilizada não somente pela necessidade, mas também pela legitimação que encontraram entre aqueles que a praticavam.

Dessa maneira, assim como se encontra na literatura vigente a respeito da interpretação dos catadores sobre a catação, foi possível observar nas interpretações de Aline e Vanessa a reprodução de discursos sociais dominantes, tanto negativos como positivos, sobre a catação. Embora não utilizem expressões ou conceitos políticos sobre a atividade de forma manifesta, buscam de forma latente posicionar-se, sobretudo em defesa da atividade,

ressaltando seus benefícios sociais e econômicos. Vanessa, principalmente, verbaliza sentir orgulho de atuar na reciclagem, mesmo que se leve em conta que o trabalho que realiza hoje é, em grande medida, muito diferente daquilo que fazia como catadora de rua. Em síntese, as entrevistadas demonstraram instrumentalizar esses discursos durante a entrevista de acordo com determinadas motivações, neste caso, especialmente em prol da defesa e valorização da atividade.

Portanto, o significado da catação foi sendo constantemente construído e compartilhado pelas entrevistadas através da confirmação ou refutação desses discursos na interação social, seja entre seus pares ou com agentes externos (governo, ONGs, partidos políticos, entre outros). Reprodução e contingência<sup>89</sup> são características centrais desse processo. No caso de Aline, foi possível observar como a sua percepção sobre a catação, em princípio negativa, foi sendo revista à medida que experienciava resultados positivos na atividade. Tal mudança não apresentou somente implicações no que tange à interpretação, mas também no que corresponde ao padrão de comportamento. Assim, Aline passou a ver na catação benefícios e a desenvolver a atividade de uma forma que antes desconhecia. Vanessa, do mesmo modo, apresenta mudanças de repertório, visto que desenvolve a atividade de diferentes formas no percorrer da socialização. Se durante o tempo no qual vivia na região central da cidade ainda realizava a catação no seu círculo familiar, ao mudar-se para a zona norte, passou a trabalhar com outros catadores em uma unidade de triagem, adquirindo novas formas de atuação na reciclagem. Assim, ao reproduzir ou modificar seus discursos sobre a catação, os catadores contribuem para a conservação ou mudança da percepção da sociedade sobre essa atividade.

Se, por um lado, as entrevistadas puderam encontrar legitimidade no seu trabalho entre aqueles que praticavam a atividade, por outro, quando tentam ultrapassar os limites desse grupo, essa legitimidade é visivelmente questionada. Tanto Vanessa quanto Aline verbalizaram durante a entrevista ter sido confrontadas com situações nas quais sua atuação na catação era criticada, seja por amigos, familiares e vizinhos ou por outros grupos sociais mais distantes. Dessa maneira, a rejeição do seu trabalho demonstra não ocorrer somente nas ruas e por classes sociais mais abastadas, mas também nos seus locais de moradia, pelos membros de sua classe social. A própria lei que restringe o uso de carrinho e carroça pelas

---

<sup>89</sup> A possibilidade de ser e agir de diferentes formas, ou seja, a contingência é uma característica intrínseca ao homem (HILLMANN, 2007). Em sociedades tradicionais a contingência é tendencialmente mais limitada do que em sociedades modernas, visto que essas primeiras apresentam rígido controle e regulação do comportamento social. Especialmente Talcott Parsons e Niklas Luhmann contribuíram para o desenvolvimento desse conceito na sociologia.

regiões urbanas da cidade simboliza essa tentativa de contestação da legitimidade da atividade.

Diferentemente de Aline, Vanessa apresenta sentir que seu trabalho é mais amplamente reconhecido quando migra da catação realizada no grupo familiar para a organização profissional da atividade. Esse reconhecimento pode ser identificado pelo fomento e pela divulgação do trabalho da unidade de triagem pelos órgãos governamentais, pelas organizações não governamentais, bem como pelos veículos de comunicação. Portanto, é possível observar que a atuação dos catadores no mercado da reciclagem passou a ganhar amplo reconhecimento social e legitimação à medida que se aproximava dos moldes da organização profissional do trabalho, organização típica das sociedades modernas. Em outras palavras: os catadores assumem de forma latente práticas e discursos de grupos dominantes, visto que esses lhe garantem amplo reconhecimento social. Logo, no caso de Vanessa não se trata mais somente da interpretação sobre a catação de rua, assim como ela é ainda hoje realizada por uma grande parcela de catadores no país, mas, sim, de uma forma especializada, por isso mais legitimada de atuação de catadores no mercado da reciclagem.

Além do reconhecimento social, Vanessa retrata a construção de uma trajetória profissional dentro da reciclagem, bem como a identificação positiva com a atividade. Especialmente nessa forma de atuação dos catadores é que se pode identificar a reivindicação desses trabalhadores pelo reconhecimento profissional do seu trabalho (OLIVEIRA, 2010). Nesse sentido, a catação como prática política e profissional vem permitindo que os catadores ganhem cada vez mais espaço no mercado da reciclagem. Tal aspecto tem apresentado, porém, outras implicações, como a tendência ao fechamento social com a crescente discriminação e exclusão de catadores de rua do ciclo da reciclagem, visto que atuam de forma individual e “informal” nas ruas de Porto Alegre (MICHELOTTI, 2006; OLIVEIRA, 2010).

No que tange ao processo de pesquisa, é interessante destacar que o tema do reconhecimento social somente passa a adquirir relevância neste trabalho a partir das entrevistas, e não das abordagens encontradas na literatura sobre a interpretação dos catadores. Com base na sociologia interpretativa de Berger e Luckmann (2014), estive voltada à discussão dos processos de legitimação da atividade, mantendo minha atenção pouco voltada ao que me parece um dos objetivos finais da legitimação: o reconhecimento social.<sup>90</sup>

---

<sup>90</sup> Parto de uma definição, em linhas gerais, de reconhecimento social como a valorização positiva dos sujeitos pelos seus pares (HILLMANN, 2007). O reconhecimento social possui uma função estabilizadora das relações

Este apresentou relevância teórica especialmente ao final do trabalho, tendo sido, portanto, abordado na discussão dos resultados. O reconhecimento da catação entre aqueles que a praticavam nos seus locais de moradia demonstrou, por exemplo, ter sido um importante aspecto para o ingresso das entrevistadas na atividade, bem como para o desenvolvimento do seu trabalho. É necessário destacar que se trata da valorização da atividade entre aqueles que a praticam, e não do reconhecimento entre todos os moradores da localidade, onde a atividade está presente. No entanto, esse aspecto não apresentou relevância biográfica somente no trabalho, seja ele qual for, mas também nas relações interpessoais de forma geral: na família, na vizinhança, com os amigos, entre outros. Enquanto Vanessa demonstrou sentir-se reconhecida pelos genitores, irmãos, vizinhos, catadores, governo ou ONGs, empenhando-se pela manutenção desse reconhecimento, Aline apresentou sofrer pela ausência constante de seu reconhecimento como filha, como mãe, como catadora, como trabalhadora, buscando a identificação positiva, seja no consumo de drogas entre adolescentes, no trabalho com o tráfico ou na possibilidade de se tornar educadora social. O reconhecimento social aparece neste estudo como um elemento central referente aos meios e aos fins que conduzem a ação. Embora esse fenômeno merecesse ser tratado com maior profundidade teórica, dado que é tema já amplamente discutido na sociologia por importantes autores como Nancy Fraser (2006) e Axel Honneth (2003), não foi possível realizar a discussão desejada diante das limitações de tempo inerentes a uma dissertação de mestrado. De todo o modo, espero desenvolver essa discussão em etapas futuras deste trabalho.

Se parto dos dois conceitos de *catador clássico* e *catador situacional*, citados no capítulo inicial, observo que o primeiro se assemelha à interpretação da catação como forma de reconhecimento social, enquanto o segundo retrata características encontradas na catação como forma específica de consumo. Os tipos de interpretação sobre a catação apresentam, porém, conteúdos muito mais explicativos do que os tipos de catadores. Além desse último estar restrito à análise da catação de rua individual e apresentar maior dificuldade de estabelecer uma separação coerente entre os dois tipos de catadores, ele consegue muito mais descrever a relação dos catadores com a atividade do que explicar os mecanismos sociais por trás dessa relação. Assim, os resultados alcançados nesta pesquisa demonstraram poder colaborar muito mais para o aprofundamento e aperfeiçoamento da abordagem proposta pelo estudo sobre os tipos de catadores do que o contrário.

A nível de políticas públicas sociais e de trabalho e renda, considero que as reconstruções biográficas de caso aqui realizadas puderam evidenciar de que forma mudanças no contexto social provocadas pela presença de políticas públicas ou a ausência delas tiveram implicações no padrão de comportamento das entrevistadas. Em ambas as trajetórias biográficas foi possível identificar que a melhora das condições econômicas e sociais das famílias ocorreu num período de crescimento econômico do país, especialmente entre os anos de 2008 e 2014, no qual se pode observar maiores investimentos na área social, na habitação, na saúde e na educação, bem como o aumento da renda e do poder de compra das famílias, o qual, por sua vez, reflete diretamente no consumo e na produção de resíduos dos domicílios. Em ambos os casos, a catação apresenta fazer parte do conjunto de fontes significativas de renda das famílias que possibilitou a sua ascensão econômica e social, permitindo que as famílias saíssem da situação de extrema pobreza.

Enquanto a família de Aline combinava a renda e os bens adquiridos na catação com o benefício Bolsa Família, a família de Vanessa conseguiu alguns anos mais tarde acrescentar à renda da catação a pensão concedida pela morte do pai. Paralelamente à melhora econômica, pude observar mudanças no padrão de comportamento das entrevistas. No caso de Aline, essa mudança pode ser identificada no processo gradativo de abstinência das drogas e na relação com os filhos, os quais depois de três anos puderam retornar para a casa dos pais. Já Vanessa assumiu em 2008 uma vaga de trabalho em uma cooperativa de limpeza urbana, da qual saiu em 2011 para atuar na unidade de triagem, ingressando assim em relações formais de trabalho. Ademais, a ausência de políticas públicas apresentou implicações na tomada de ação das entrevistas. Assim, especialmente na infância, a ocorrência de trabalho infantil, a pobreza extrema das famílias, o distanciamento de ambas de oportunidades educacionais, dentre outros fatores, apresentaram consequências negativas nas etapas seguintes do processo de socialização.

Com base nas discussões de Rosenthal *et al.* (2006) sobre a possibilidade da compreensão dos sujeitos sobre si mesmos e dos outros, pude observar como mudanças no padrão de comportamento vieram acompanhadas de mudanças de percepção e da compreensão das entrevistadas sobre si mesmas, bem como sua compreensão sobre os outros (ROSENTHAL *et al.*, 2006), e isso tanto de forma positiva como negativa. À medida que Aline passou a estabelecer com o marido uma rotina constante de alimentação e trabalho com a ajuda das instituições da assistência social, logrando a abstinência do abuso de drogas, ela passou a valorizar seus talentos e competências sociais, construindo uma imagem positiva de si mesma, embora essa construção demonstre ocorrer em grande medida em oposição a uma



percepção negativa sobre terceiros. No caso de Vanessa, foi possível observar especialmente a forma como ela passou a perceber o seu papel de filha e da mãe na família após a morte do pai à medida que assumia a responsabilidade de garantir a renda familiar. Aline, em especial, apresentou ter dificuldade de realizar uma reflexão abrangente sobre suas experiências passadas, em certa medida traumáticas, sobre si mesma, bem como sobre suas relações interpessoais, manifestando atitudes de autovitimização e culpabilização de terceiros pelas dificuldades que enfrenta hoje. Ela demonstrou, por exemplo, não ter conhecimento nem compreensão pela trajetória de vida da mãe, bem como apresentou fazer uso exclusivamente do senso comum (principalmente de discursos de cunho moral) para explicar os maus-tratos praticados pela mãe na infância ou para justificar a perda da guarda dos filhos. Todas essas experiências demonstraram ter sido muito mais complexas do que Aline ou qualquer outra pessoa pudesse compreender sozinha, sem acesso ao conhecimento especializado. A compreensão do passado baseado em discursos morais revelou ter desencadeado, em ambas as entrevistadas, sentimentos de culpa, os quais, por sua vez, apresentaram provocar medo e baixa autoestima.

As instituições de compartilhamento do conhecimento formal e especializado, como a escola e as instituições da assistência social, demonstraram, no entanto, exercer papel importante para a mitigação e superação das dificuldades emocionais e econômicas das entrevistadas, embora seja necessário reconhecer que nem todas as suas dificuldades receberam a devida atenção, e isso da melhor maneira e na época devida. No que diz respeito aos conflitos emocionais, especialmente o acompanhamento psicológico poderia auxiliar na compreensão das experiências realizadas, evitando maiores sofrimentos e sentimentos de culpa. Especialmente a possibilidade de compartilhar suas experiências, construir sua própria história durante o relato, de ser ouvido e ouvir-se apresentam efeitos positivos para a autocompreensão, bem como para a compreensão do outro (ROSENTHAL *et al.* 2006; ROSENTHAL, 2017). A presença desse efeito terapêutico pôde ser constatada com a condução das entrevistas narrativas biográficas, em especial no caso de Vanessa, a qual manifestou sentimento de alívio por ter compartilhado as lembranças mais dolorosas a respeito da morte do pai, o que antes nunca havia feito.

Além dessas instituições, a família e os espaços laborais, sejam eles formais ou informais, foram determinantes para a reprodução ou refutação de determinados discursos e práticas durante o processo de socialização. Aqui se destaca a importância atribuída às

relações interpessoais para a estabilidade da identidade<sup>91</sup>, visto que antes das necessidades econômicas foram as necessidades afetivas que demonstraram ter consequências biográficas decisivas. Embora tanto Aline como Vanessa tenham passado por situações de extrema pobreza e insegurança econômica, foram, sobretudo os conteúdos adquiridos na socialização primária, caracterizados pelas relações emocionais sobre as quais se constituem, que apresentaram ter sido determinantes para a formação ou ausência da autoestima e da possibilidade de lidar com as adversidades da vida. Enquanto Vanessa demonstrou encontrar na reciclagem reconhecimento social e identificação positiva, Aline apresentou estar ainda em busca dessa identificação.

De maneira geral, entendo que a abordagem aqui proposta pôde contribuir para a compreensão dos mecanismos macro e microsociológicos por trás do fenômeno da catação. No que tange à abordagem teórica do tema aqui pesquisado, principalmente a reconstrução histórica da presença dos catadores no Brasil, a partir da sociologia interpretativa de Alfred Schütz (2004) e Peter Berger e Thomas Luckmann (2014), configura uma novidade na literatura brasileira sobre a atividade da catação e a figura do catador. Com base nessa perspectiva teórica, foi possível discutir de que forma os catadores atuam no mercado da reciclagem, participando de forma ativa na construção da catação não somente como uma prática social e econômica, mas também ambiental e especialmente política. Tais reflexões puderam ser igualmente amadurecidas durante o processo de análise e discussão das reconstruções de caso.

Acabo por fim este trabalho com a sensação de não ter exaurido todas as possibilidades de conhecimento que os dados e as discussões teóricas puderam oferecer. A linguagem apresentou-se como um limitador, por um lado, pelos vícios de raciocínio e significado que ela induz, sejam aqueles herdados do senso comum ou do conhecimento sociológico, e por outro pela falta de relações possíveis que só o amplo conhecimento pode assegurar. No entanto, por entender que um trabalho de pesquisa nunca tem fim e que um problema nunca apresentará uma só resposta, deixo aqui uma série de questões abertas a serem ainda exploradas e compreendidas em projetos futuros.

---

<sup>91</sup> Com base em teorias desenvolvidas por Georg Herbert Mead, Luckmann e Sprandel (1972) realizam uma discussão sobre a estabilidade da identidade a partir das relações familiares e profissionais.

## REFERÊNCIAS

- ABELS, Heinz. **Interaktion, Identität, Präsentation**. Kleine Einführung in interpretative Theorien der Soziologie. Wiesbaden: VS VERLAG, 2007. 208s.
- ALHEIT, Peter; DAUSIEN, Bettina. **Arbeitsleben: eine qualitative Untersuchung von Arbeiterlebensgeschichten**. Frankfurt/Main; New York: Campus Verlag, 1985. 322s.
- BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane. **Trabalho infantil no Brasil: rumo à erradicação**. Brasília: IPEA, 2010. 23p.
- BENVINDO, Aldo Zaiden. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2014. 239p.
- BLUMER, Herbert. **Symbolic Interactionism: Perspective and method**. Berkeley: University of California Press, 2001. 224p.
- BOHNSACK, Ralf; NENTWIG-GESEMANN, Iris; NOHL, Arnd-Michael. **Die dokumentarische Methode und ihre Forschungspraxis**. Grundlagen qualitativer Sozialforschung. Wiesbaden: Springer VS, 2013. 131s.
- BORSA, Juliane Callegaro; FEIL, Cristiane Friedrich. **O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão**. 2008. Disponível em: [http://www.psicologia.pt/artigos/ver\\_artigo.php?codigo=A0419](http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0419). Acesso em: 14 set. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007. 560p.
- BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. Schooling in Capitalist America revisited. **Sociology of Education**, v. 75, n. 1, p. 1-18, 2002.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html>. Acesso em: 14 set. 2017.
- \_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Diagnóstico sobre catadores de resíduos sólidos**. Brasília: Ipea, 2011. Relatório de Pesquisa.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 189, n. 3, p. 1-84, 3 ago. 2010.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília [2017?]: Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf;jsessionid=vJpQl2sMRT17a4ux8T85NUPD.slave17:mte-cbo>. Acesso em: 14 set. 2017.

BURSZTYN, Marcel; ARAÚJO, Carlos Henrique. **Da utopia à exclusão. Vivendo nas ruas de Brasília.** Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan, 1997. 111p.

CAIXEIRO-VIAJANTE. In: Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (CMPA). **Câmara prorroga até 2020 permissão para carrinheiros na Capital.** 11 maio 2017. Disponível em: <http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/camara-prorroga-ate-2020-permissao-para-carrinheiros-na-capital?preview=true>. Acesso em: 14 set. 2017.

CAMPANI, Darci Barnech. A política nacional de resíduos sólidos e a sustentabilidade de nossa sociedade. In: AMARO, Aurélio Bandeira; VERDUM, Roberto (Orgs.). **Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas interfaces com o espaço geográfico: entre conquistas e desafios.** Porto Alegre: Letral, 2016, p. 13-21.

CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília Novais da Mata. O sentido do trabalho na trajetória de Carolina Maria de Jesus, trapeira e escritora. In: KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLONI, Helena Maria Tarchi (Orgs.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 183-199.

CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (Orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia.** Porto Alegre: Zouk, 2011. 494p.

CEMPRE. **Pesquisa Ciclosoft do compromisso empresarial para a reciclagem.** São Paulo: 2016. Disponível em: <http://cempre.org.br/ciclossoft/id/8>. Acesso em: 4 set. 2017.

COSTA, Cláudia Morais. **Reciclagem e cidadania: a trajetória de vida dos catadores de material reciclável da comunidade Reciclo.** 2008, 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio. **Um olhar geográfico na questão dos materiais recicláveis em Porto Alegre: sistemas de fluxos e (in)formalidade, da coleta à comercialização.** 2004, 132 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio; JOHANSEN, Igor Cavallini. Os catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do Censo Demográfico 2010. In: IPEA. **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 62. Brasília: Ipea, 2017.

DIAS, Allan Rodrigues. **Condições de vida, trajetórias e modos de “estar” e “ser” catador: estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR).** 2002, 102 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DORFMAN, Adriana; VERDUM, Roberto. O ciclo do papel, da coleta ao reprocessamento: personagens e estrutura. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 16, p. 9-44, out. 1988.

DOYLE, Arthur Conan. **As melhores histórias de Sherlock Holmes.** Porto Alegre: L&PM, 2006. 144p.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 146, p. 351-367, mai./ago. 2012. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742012000200003>.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **MiniAurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Posigraf, 2004. 817p.

FISCHER, Nilton Bueno. A luta emancipatória entre os catadores de lixo na periferia de Porto Alegre: a provisoriade da educação pelo trabalho. **Revista de Educação AEC**, Brasília, v. 18, n. 73, p. 49-57, 1989.

FISCHER, Wolfram. Struktur und Funktion erzählter Lebensgeschichte. In: KOHLI, Martin (Ed.). **Soziologie des Lebenslaufs**. Darmstadt/Neuwied: Luchterhand, 1978. s. 311-336.

FISCHER-ROSENTHAL, Wolfram. Biographie und Leiblichkeit. Zur biographischen Arbeit und Artikulations de Körpers. In: ALHEIT, Peter *et al.* (Eds.). **Biographie und Leib**. Gießen: Psychosozial, 1999. s. 15-43.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

FREITAS, Lúcio Flávio da Silva; FONSECA, Igor Ferraz. **Diagnóstico sobre catadores de resíduos sólidos – relatório de pesquisa**. Brasília: Ipea, 2012. 63p.

FREUND, Julian. **Sociologia de Max Weber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003. 209p.

GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New Brunswick: Aldine Transaction, 2006. 262p.

GOFFMAN, Ervin. **Frame analysis. An essay on the organization of experience**. York: The Maple Press, 1986. 600p.

GURWITSCH, Aron. The Thematic Field. In: GURWITSCH, Aron; EMBREE, Lester (Ed.). **The Field of Consciousness: Phenomenology of Theme, Thematic Field, and Marginal Consciousness**. Heidelberg: Springer, 2010. p. 301-335.

HILLMANN, Karl-Heinz. **Wörterbuch der Soziologie**. Stuttgart: Krönerverlag, 2007. 1.017s.

HOGA, Luiza Akiko Kornura; MUNÕZ; Luz Angélica González; MUNÕZ, Eduardo Mandiola. O papel materno na família de baixa renda: um estudo transcultural. **Família, saúde e desenvolvimento**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 43-54, jan./jun. 2000.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003. 296p.

HOPF, Christel. Die Pseudo-Exploration - Überlegungen zur Technik qualitativer Interviews in der Sozialforschung. **Zeitschrift für Soziologie**, Berlin, Jg. 7, Heft 2, p. 97-115, 1978.

ILHA DAS FLORES. Direção e Produção: Jorge Furtado. Porto Alegre: CASA DE CINEMA DE PORTO ALEGRE, 1989. 1 DVD (90 min.).

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**: o diário de uma favelada. São Paulo: F. Alves. 1960, 182p.

KELLER, Reiner. **Müll – Die gesellschaftliche Konstruktion des Wertvollen**. Die öffentliche Diskussion über Abfall in Deutschland und Frankreich. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2009. 328s.

KLEEMANN, Frank; KRÄHNKE, Uwe; MATUSCHEK, Ingo. **Interpretative Sozialforschung**: Eine praxisorientierte Einführung. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaftler, 2009. 233s.

KNOBLAUCH, Hubert. **Wissenssoziologie**. Konstanz: UVK, 2005.

KÖTTIG, Michaela. **Lebensgeschichte rechtsextrem orientierter Mädchen und junger Frauen**. Biographische Verläufe im Kontext der Familien- und Gruppendynamik. Giessen: Psychosozial Verlag, 2004. 402s.

KÖTTIG, Michaela; VÖLLTER, Bettina. “Isso sim é ser sociólogo!”: uma entrevista narrativa com Fritz Schütze sobre a história de sua obra na sociologia. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 204-226, mai./ago. 2014. doi: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2014.2.17840>.

LUCKMANN, Thomas; SPRONDEL, Walter M. **Berufssoziologie**. Köln: Kiepenheuer & Witsch. 1972.

MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo**: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo. Campinas: Editora Átomo, 2003. 187p.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 496p.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACÊDO, Kátia Barbosa. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 62-71; mai./ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/08.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MERTON, Robert King. **Sociologia. Teoria e estrutura**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968. 753p.

MEYER, Dagmar; FISCHER, Nilton B.; STEPHANOU, Maria (Coords.). **Estudo do perfil socioeducacional da população de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho – relatório final**. Brasília: SECAD/MEC; Porto Alegre: UFRGS, 2010.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Estudo do perfil socioeducacional da população de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho**. Brasília: SECAD/MEC; Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/biblioteca/publicacoes/relatorios-e-pesquisas/estudo-do-perfil-socio-educacional-da-populacao-de-catadores-de-materiais-reciclaveis-organizados-em-cooperativas-associacoes-e-grupos-de-trabalho>. Acesso em: 9 jun. 2017.

MICHELOTTI, Fernando C. **Catadores de “lixo que não é mais lixo”**: um estudo da dimensão do reconhecimento social a partir de sua experiência de organização coletiva no Rio Grande do Sul. 2006. 192 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MIURA, Paula Orchiucce Cerantola. **Tornar-se catador**: uma análise psicossocial. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE RESÍDUOS (MNCR). **Dilma atende reivindicação do MNCR e veta regulamentação da profissão**. 11 jan. 2012. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/noticias/noticias-regionais/dilma-atende-reivindicacao-do-mnrc-e-veta-suposta-regulamentacao-profissao>. Acesso em: 5 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **O que é o Movimento?** 7 jun. 2008. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc>. Acesso em 4 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Página inicial**. [2017?]. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/>. Acesso em: 17 set. 2017.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **A ONU e o meio ambiente**. [2017?]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 19 dez. 2017.

NATANSON, Maurice. La elección entre diversos proyectos de acción. In: SCHUTZ, Alfred, **El problema de la realidad social**. Escritos I. Buenos Aires: Amarrortu Editores, 2008. p. 86-108.

OEVERMANN, Ulrich *et al.* Die Methodologie einer objektiven Hermeneutik und ihre allgemeine Forschungslogische Bedeutung in den Sozialwissenschaften. In: SOEFFNER, Hans-Georg. **Interpretative Verfahren in den Sozial-und Textwissenschaften**. Stuttgart: Metzler, 1979. p. 352-434.

OLIVEIRA, Cristiano Benites. **A questão social da reciclagem**: um estudo sobre reflexividade, desigualdade e articulação de redes sociopolíticas no Rio Grande do Sul. 2010. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, Mariana. Veja evolução do salário mínimo desde sua criação, há 70 anos. **G1**, 16 fev. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/veja-evolucao-do-salario-minimo-desde-sua-criacao-ha-70-anos.html>. Acesso em: 19 jan. 2018.

OLLIVIER, Michèle. Status em sociedades pós-modernas: a renovação de um conceito, **Lua Nova**, São Paulo, n. 77, p. 41-71, 2009.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMANN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2006, 888p.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos. **Os catadores de materiais recicláveis**: trajetórias e travessias. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

POCHMANN, Marcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 37-58.

PORTO ALEGRE. **Decreto n. 16.638, de 9 de março de 2010**. Regulamenta a Lei n. 10.531, de 10 de setembro de 2008, que institui, no Município de Porto Alegre, o Programa de Redução Gradativa de Veículos de Tração Animal (VTAs) e de Veículos de Tração Humana (VTHs). Sirel: Sistema integrado de Referência legislativa, Porto Alegre, 2010.

\_\_\_\_\_. Governança. **Programa Todos Somos Porto Alegre**. [2017?]. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgl/default.php?p\\_secao=127](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgl/default.php?p_secao=127). Acesso em: 9 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Departamento municipal de limpeza urbana. **Unidades de triagem**. [2018?]. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p\\_secao=113](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=113). Acesso em: 3 set. 2017.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; JUNCA, Denise Chrysóstomo de Moura; GONÇALVES, Raquel de Souza; FILHOTE, Maria Izabel de Freitas. Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1.503-1.514, nov./dez. 2004. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2004000600007>.

PRATES, Ian; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Classes sociais e fechamento social: determinantes da desigualdade de renda em São Paulo, **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 108-138, 2014.

QUADROS, Waldir. Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 109-135, jan./jun. 2003.

RADENBACH, Niklas; ROSENTHAL, Gabriele. Das Vergangene ist auch Gegenwart, das Gesellschaftliche ist auch individuell: zur Notwendigkeit der Analyse biographischer und historischer Rahmendaten. **Sozialersinn**, Berlin, v. 1, n. 13, p. 3-37, 2012. doi: <https://doi.org/10.1515/sosi-2012-0102>.

RINALDI, Débora. **[E-mail]** 2 jan. 2018. Porto Alegre [para] Paulo Albuquerque, Porto Alegre. 1 f. Solicita informações sobre o significado político do termo catador.

\_\_\_\_\_. Trabalho e geração de renda nas classes populares a exemplo do grupo de catadores de resíduos. **Contraponto**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 23-39, dez. 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/70252/39664>. Acesso em: 9 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **[E-mail]** 20 jul. 2015. Porto Alegre [para] Programa Todos Somos Porto Alegre. 4 f.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**. Afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 244p.

ROSENTHAL, Gabriele. **História de vida vivenciada e história de vida narrada**. Gestalt e estrutura de autoapresentações biográficas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. 291p.

\_\_\_\_\_. **Interpretative Sozialforschung: eine Einführung**. 5. ed. Weinheim: Juventa, 2015. 280p.



\_\_\_\_\_. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução.** 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. 311p.

\_\_\_\_\_. The healing effects of storytelling. **Qualitative Inquiry**, v. 9, n. 6, p. 915-933, 2003.

\_\_\_\_\_. **Der Holocaust im Leben von drei Generationen.** Familien der Überlebenden der Shoah und von Nazi-Täter. Gießen: Psychosozial Verlag, 1997. 461s.

\_\_\_\_\_. Reconstruction of life stories: principles of selection in generating stories for narrative biographical interviews. **The narrative study of lives 1**, v. 1, n. 1, p. 59-91, 1993. Disponível em: [https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/5929/ssoar-tnsl-1993-1-rosenthal-reconstruction\\_of\\_life\\_stories.pdf?sequence=1](https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/5929/ssoar-tnsl-1993-1-rosenthal-reconstruction_of_life_stories.pdf?sequence=1). Acesso em: 19 jun. 2017.

ROSENTHAL, Gabriele; KÖTTIG, Michaela; WITTE, Nicole; BLEZINGER, Anne. **Biographisch-narrative Gespräche mit Jugendlichen.** Chancen für das Selbst- und Fremdverstehen. Opladen: Barbara Budrich, 2006. 229s.

SANTOS, Hermílio. A sociologia de Alfred Schutz. In: SELL, Carlos E.; MARTINS, Carlos B. (Orgs.). **Teoria sociológica contemporânea: autores e perspectivas.** São Paulo: Annablume, 2017. p. 195-213.

\_\_\_\_\_. Mulheres como autoras de violência: evidências e agenda de pesquisa. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 42-58, jan./mar. 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2016.1.23287>.

SANTOS, Hermílio; OLIVEIRA, Patrícia; SUSIN, Priscila. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: revisão e perspectivas. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 359-382, 2014. doi: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2014.2.17152>.

SANTOS, Milton. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**, Bauru, n. 53, p. 35-60, fev. 1977.

SCHÄFERS, Bernhard. **Grundbegriffe der Soziologie.** Opladen: Leske + Budrich, 2000. 464s.

SCHÜTZ, Alfred. **Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt: Eine Einleitung in die verstehende Soziologie.** Konstanz: UVK, 2004. 500s.

\_\_\_\_\_. **Fenomenologia e relações sociais.** Textos escolhidos. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 319p.

SCHÜTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. **Strukturen der Lebenswelt.** Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994. 387s.

SCHÜTZE, Fritz. Biographieforschung und narratives Interview. **Neue Praxis. Kritische Zeitschrift für Sozialarbeit und Sozialpädagogik**, v. 13, n. 3, p. 283-293, 1983.

SCHWENGBER, Daiana; SOUZA, Andressa; CARDOSO, Jäder da Cruz; BIZANI, Delmar. Perfil socioeconômico de profissionais catadores de quatro cooperativas de resíduos sólidos da região metropolitana de Porto Alegre/RS, Brasil. **Revista Saúde e Desenvolvimento Humano**, Canoas, v. 4, n. 2, p. 89-97, nov. 2016.

SILVA, Caroline Silva da. **25 anos de coleta seletiva em Porto Alegre – histórias e perspectiva**. 2015, 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, Caroline; NASCIMENTO, Luís Felipe. 25 anos da coleta seletiva de Porto Alegre: história e perspectivas. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v. 14, n. 2, p. 33-50, jul./dez. 2017. doi: <https://doi.org/10.25112/rgd.v14i2.1135>.

SILVA, Luciane Lemos; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.11, n.21, p.93-103, jan./abr. 2007. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832007000100009>.

SILVA, Luiz Antonio Machado (Org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas Favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 305p.

SILVA, Sandro Pereira. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. 48p.

SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodrigues. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável: Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. 66p.

STASEVSKAS, Kimy Otsuka; SCHOR, Néta. Uma mulher de família. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 73-77, 2000.

SOARES, Laís Cristina. A vulnerabilidade dos 20% mais pobres do Brasil e o mercado de trabalho no período 2004-2014. 2017. 74 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

TEIXEIRA, Marília Magalhães. **Realidade revelada: os catadores informais de materiais recicláveis no contexto da Universidade de Brasília**. 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

TONI, Miriam de. Informalidade. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (Orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 221-225.

TRINDADE, Zeide Araujo; ANDRADE, Celia Alves; SOUZA, Jane Quintão. Papéis parentais e representações da paternidade: a perspectiva do pai, **Psico**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 207-222, jan./jun. 1997.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Centro de Estudos da Metrópole. **Censo 2010: bases de dados do projeto Censo**. São Paulo: CEM/USP, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/3Kvyel>. Acesso em: 19 jan. 2018.

VAN ZEELAND, Angelique Johanna Willemien Maria. **Economia solidária e desenvolvimento humano: avaliação de sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores de materiais recicláveis**. 2016. 232 f. Tese (Doutorado em

Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

VON HOHENDORFF, Jean; VIEIRA DE MELO, Wilson. Compreensão da morte e desenvolvimento Humano: contribuições à Psicologia Hospitalar. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 9, n. 2, maio-ago., 2009, p. 480-492.

WITTE, Nicole. **Ärztliches Handeln im Praxisalltag**. Eine interaktions- und biographieanalytische Studie. Frankfurt/New York: CAMPUS, 2010. 474p.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)